

UNIVERSIDADE DO PORTO
Faculdade de Belas Artes

Programa Doutoral em Design

**Utopia nas margens:
o papel do design
na cocriação de alternativas
num contexto de exclusão social**

Cecília Peixoto Carvalho

2018

(página intencionalmente deixada em branco)

Utopia nas margens: o papel do design na cocriação de alternativas num contexto de exclusão social

Cecília Peixoto Carvalho

TESE DE DOUTORAMENTO

Orientação: Professora Doutora Teresa Franqueira,
Departamento de Comunicação e Artes da Universidade
de Aveiro

Coorientação: Professora Doutora Lúcia Ferro,
Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da
Universidade do Porto

Provas públicas realizadas a 6 de julho de 2018:

Presidente:

Doutor José Carlos de Paiva e Silva, Professor Auxiliar da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto e Diretor do Conselho Executivo da FBAUP

Vogais:

Doutora Teresa Cláudia Magalhães Franqueira Baptista, Professora Associada do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro (Orientadora)

Doutor Fernando José Carneiro Moreira da Silva, Professor Catedrático da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Doutora Maria Teresa Vasconcelos de Moraes Sarmiento Lopes, Professora Adjunta da Escola Superior de Artes e Design de Matosinhos

Doutor João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Este projeto de investigação foi financiado por uma Bolsa de Doutoramento (PD/BD/105811/2014) atribuída no âmbito do Programa Operacional Capital Humano, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, atribuída ao Programa Doutoral em Design das Universidades do Porto e Aveiro.



U. PORTO



**universidade
de aveiro**

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



fundo social
europeu
investimos nas pessoas

Ao Rui Miguel Sá,
amigo para toda a vida.

(página intencionalmente deixada em branco)

Agradecimentos

Espero que não me falte fôlego nem memória para reconhecer todas e todos que contribuíram para esta experiência:

Às minhas orientadoras, Teresa Franqueira e Lígia Ferro, pela confiança e crítica ao meu trabalho. A ambas também, pelo carinho, amizade e cumplicidade com que vivemos estes anos em equipa.

Ao Programa Doutoral em Design das Universidades do Porto e Aveiro, por me ter providenciado duas grandes motivações: a liberdade de escolha do meu tema de investigação e a melhor turma de colegas e amigos, em particular, ao Abhishek Chatterjee e à Rita Maldonado Branco, pelas partilhas, discussões e gargalhadas.

A um conjunto improvável de pessoas que se converteram na minha equipa técnica nas tarefas de revisão e transcrição: Chalana, Nina, Abhishek e Rita, Gu, Jocas, Pai e Mãe, Cris, Tina, Eunice Nóbrega e Fátima Rodrigues.

Ao Pólo das Indústrias Criativas da Universidade do Porto pelo caloroso acolhimento às dinâmicas do Programa Doutoral em Design. Ao “asilo” e conforto proporcionado pelo Design Studio FEUP nos derradeiros meses da escrita. À Carla Monteiro e ao prof. Jorge Lino, aos colegas e amigos diários: Nina Costa e Damian Perez (companheiros das horas de almoço, lanche e desabafos), Pedro e Sofia, Vítor, Ângela e à Teresa Alaniz. Às inspirações do Carlos Aguiar e do Luís Fernandes. Ao Instituto Paulo Freire de Portugal pelas fontes de leitura.

Ao técnico superior de serviço social da Junta de Freguesia de Campanhã, José António Pinto (Chalana), querido companheiro de jornada no Bairro do Lagarteiro, fonte de inspiração e de crítica, sem o qual não teria chegado tão longe nesta investigação. À Bininha, fiel parceira do Chalana e preciosa ajuda para mim também.

À população do Lagarteiro que me aceitou e incorporou nos seus quotidianos e lares, com especial relevância para as mulheres que aceitaram iniciar esta experiência comigo (que não poderei identificar) e todas(os) aquelas(es) que se vieram a associar: este projeto de investigação era tanto para vocês como para mim (com o design).

À Associação Movimento Terra Solta e todos que nela implicados: Diogo Azevedo, Francisco Flório, Zé Inácio, Patrícia, Nuno Moutinho, Fernando Pinto, Alípio, Rogério, Joana, tia Alice, António, Madalena, Daniela Costa, Zé Lima, Rita e Eunice Nóbrega, Inácia Cruz, Isabel, Ju, Sr. Álvaro, D. Florinda, Fernando e muitos mais. Junto com a AMTS pelas causas sociais de Campanhã: à Junta de Freguesia de Campanhã e seu presidente Sr. Ernesto Santos (pelo apoio logístico, nomeadamente pela cedência do espaço de trabalho no bairro do Lagarteiro); ao projeto T(r)ocas e Transformas e à Patrícia Costa Neto; ao projeto Lagarteiro e o Mundo, à Paula Ferreira e Lea David; à PELE e à Maria João Mota; e ao consórcio Campanhã XXI e Hélder Norinho.

Ao Ivo Garcia, o meu primeiro colaborador (especialista na área da nutrição), seguido de todos aqueles que foram colaborando no projeto: Eng. Nuno Soares (projeto distribuição alimentar da Paróquia de S. Pedro), Dr. Barreira Magalhães (coordenador da Unidade de Saúde de Azevedo), Rosa Vieira (projeto Norte Vida), Sr. João (mercearia Lagarteiro), Sr. Cunha (padeiro ambulante), Susana (mercearia Flor do Lagarteiro), Vanessa Marcos e Aitor Varea (intervenção comunitária), Padre Félix e Missionário Noé, Teresa Mendes (alimentação), Cristina Figueiredo (educadora da Obra Diocesana), Prof. Plautília Miranda (coordenadora da EB1 do Lagarteiro), Prof. Ana Paula Canotilho (Agrupamento Escolar do Cerco), ao Arq. José Oliveira (SAAL-Bairro de Vilar) e às designers Lúcia Lopes, Nina Costa e Cátia Pereira.

Às minhas amigas, Cristiana Vieira e Lúcia Lopes, pela sua mestria na gestão do espaço para concentração e proximidade para consolo. E também à Simone Formiga, Filipa Oliveira, Alexandra Fonseca, Rosa Ferreira e Bina Vieira.

Às pessoas com quem venho partilhando a minha vida, a minha família, em particular à minha tia Ana Peixoto, por enumeráveis razões.

Para ‘terminar em nota alta’, aos meus pais, Leonor e Acácio, que me ajudaram a ser enquanto aprendiam a ser também. À minha irmã Joana, pela sua persistente dedicação e carinho. Ao Hugo Ciríaco, pelo amor, paciência e suporte, e pelo nosso filho António, o melhor presente e inspiração para tudo o que fiz e farei.

Sem vocês, voltaria ao quase nada. Convosco, farei mais do que tudo.

“É preciso ousar para dizer, cientificamente e não bla-bla-blantemente, que estudamos, aprendemos, ensinamos, conhecemos com o nosso corpo inteiro. Com os sentimentos, com as emoções, com os desejos, com os medos, com as dúvidas, com a paixão e também com a razão crítica. Jamais com esta apenas. É preciso ousar para jamais dicotomizar o cognitivo do emocional.”

Paulo Freire (1993)

(página intencionalmente deixada em branco)

Índice

Agradecimentos.....	vii
Índice.....	xi
Índice de abreviaturas.....	xiii
Resumo	xv
Abstract	xvii
INTRODUÇÃO.....	1
Contextualização do estudo	1
Motivação e pertinência	4
Objetivos.....	8
Considerações metodológicas	10
Âmbito de aplicação dos novos resultados	11
Estrutura da tese.....	12
1. ENQUADRAMENTO.....	14
Referencial teórico	15
Participação	15
Desenvolvimento Comunitário e Comunidade.....	17
Design e Participação	18
Propostas de regeneração	20
Tecnologia e desenvolvimento	21
Um problema do/para/com o design.....	23
Síntese crítica	27
Referencial geográfico e sociodemográfico: o Bairro do Lagarteiro.....	30
Fundamentos metodológicos	37
2. DA TEORIA À PRÁTICA.....	43
Aproximação ao contexto e preliminares metodológicos.....	45
Blue Ocean Strategy adaptada	45
.ppt analógica.....	47
A oficina “Ceia de Natal”	48
Entrada em campo.....	49
Resultados preliminares.....	54
A Arena das Necessidades	54
A segurança alimentar num período e lugar ‘em’ e ‘de’ crise	62
Do diagnóstico inicial ao plano de ação	67
3. DA PRÁTICA À TEORIA.....	71
Sinopse da investigação-ação	73
O convite à participação.....	77

Refletindo sobre o momento inicial	82
Ciclo individual	84
Livrete-sonda	84
O cenário e a narrativa individual	85
Caracterização do grupo primário de participantes	88
Os hábitos alimentares e de compra dos agregados do grupo primário	88
Representação, identidade e apropriação	90
Entre a comparência e a resiliência	93
Refletindo sobre o ciclo individual	95
Ciclo grupal.....	97
Representação e crítica	97
As estratégias de compra.....	99
Alimentação equilibrada é... ..	100
Em busca de sentidos comuns.....	101
As mudanças que o dinheiro podia trazer	103
Ponto de situação	104
Objetivos de mudança	104
Indícios para a cooperação	107
Desenhando uma estratégia de coinvestigação	108
A co-construção do questionário	110
Aplicação do co-questionário no bairro	113
Limitações do co-questionário.....	115
Refletindo sobre o ciclo grupal	116
Ciclo comunitário	118
Análise e interpretação dos dados do co-questionário	118
Sessão comunitária.....	136
Refletindo sobre o ciclo comunitário.....	151
SÍNTESE	157
A mudança, a alimentação, a vulnerabilidade e o design.....	158
O design e a cocriação de agendas de transformação.....	160
A implicação mútua dos sentidos de comunidade e democracia na transformação social.....	160
Notas deontológicas para um design mais humanizado.....	162
Design e liberdade	163
Conclusões	167
Limitações e implicações futuras	173
BIBLIOGRAFIA.....	175
APÊNDICES	185

Índice de abreviaturas

AA, BA, CA, ... RA. Habitantes do Bairro do Lagarteiro do sexo feminino

KO, JO, ... TO. Habitantes do Bairro do Lagarteiro do sexo masculino

AMTS. Associação Movimento Terra Solta

AR. Arena das Necessidades

AVC. Acidente Vascular Cerebral

BM. Manuel Barreira Magalhães, Unidade de Saúde de Azevedo

BL. Bairro do Lagarteiro

BOSa. Blue Ocean Strategy adaptada

CE. Comunidade Europeia

CF. Cristina Figueiredo, Obra Diocesana

DIY. *do it yourself*

EB1. Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico

ES. Ernesto Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã

INE. Instituto Nacional de Estatística

IPSS. Instituição Particular de Solidariedade Social

LD. Léa David, projeto Lagarteiro e o Mundo

LF. Lúcia Ferro, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

MDF. *Medium-Density Fiberboard*

NS. Nuno Soares, projeto de distribuição alimentar da Paróquia de S. Pedro

PD. *Participatory Design*

PP. Professora Plautília Miranda, EB1 do Lagarteiro

PT. Portugal

QM. Quinta Pedagógica do Mitra

RSI: Rendimento Social de Inserção

RV. Rosa Vieira, projeto Norte Vida

SAAL. Serviço de Apoio Ambulatório Local

SJ. João Correia, Mercearia Rua do Lagarteiro

STCP. Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A

T&T. Projeto T(r)ocas e Transformas

UMP. Utopian Meal Plan

X. José António Pinto (Chalana), Técnico Superior de Serviço Social

NOTA PRÉVIA

A presente tese seguiu as normas do estilo bibliográfico APA 6th.

As citações de textos em língua estrangeira foram submetidas a tradução livre da autora e o trecho original colocado em nota de rodapé na mesma página.

À exceção das figuras que têm fonte identificada, todas as outras são propriedade da autora.

Resumo

O impacto do design na vida social e quotidiana parece inegável. Explorando o papel do design nos processos de transformação social, esta investigação procurou um posicionamento disciplinar, do qual emergiu a aceção do design como transdisciplina, e os princípios participativos como seus reguladores políticos. Após a década de 1970, período em que os movimentos revolucionários através do design e da participação emergiram, o percurso do design tem infletido para a prosperidade económica, contribuindo ainda mais para as clivagens sociais e para a crise da democracia.

A 'participação' no design tem vindo a ser debatida sobre múltiplas perspetivas que combinam a participação, enquanto recurso, com uma neutralidade política, aparentemente descurando um princípio fundamental: a legitimidade de participar. A par deste princípio, parte-se igualmente do pressuposto que o design para a prosperidade social tem por base as cooperações multidisciplinares e sentidos de comunidade, que salvaguardam que os benefícios proporcionados não comprometem a integridade de terceiros. Destes paradigmas, inferiu-se uma correlação entre os conceitos de comunidade e de democracia que sugere a necessidade de construir consensos através de debates críticos sintonizados pela empatia, por sua vez promovida através da 'proximidade social', que possibilitam a comunicação e a cooperação com 'o(s) outro(s)'.

As estratégias do design para a comunicação e cooperação constituem a base da componente empírica desta investigação que interveio num contexto de vulnerabilidade socioeconómica, com o intuito de contribuir para a melhoria dos hábitos alimentares da população de um bairro de habitação social da cidade do Porto, o Lagarteiro.

Imerso neste contexto de vulnerabilidade, o propósito desta investigação era fazer do design e das teorias subjacentes, recursos geradores de estratégias para participações comunitárias mais coesas, construídas a partir de uma visão situada da realidade, e que potencie competências locais disponíveis. Seguindo a lógica da 'investigação-ação participativa', a abordagem metodológica demonstra um predomínio das competências e procedimentos do design nas etapas mais práticas, tais como workshops, sondas culturais, cenários narrativos, personas e os *design games*. No que toca à observação, documentação e análise, os trabalhos foram delineados de acordo com as tradições das ciências sociais, recorrendo, entre outros, à observação participante, entrevistas, diários de campo e análise de conteúdo.

A 'Arena das Necessidades', considerada a contribuição metodológica mais relevante desta investigação na categoria de 'objetos-fronteira', surge durante a elaboração do retrato situado do Lagarteiro, justapondo perspetivas teóricas e especialistas com as da população local.

No desenvolvimento do diagnóstico sobre alimentação e gestão do orçamento familiar, os participantes locais aderiram como co-investigadores, e manifestaram um desejo latente de comunidade e ação coletiva. Contudo, este desejo de comunidade é contraposto pelo déficit em acreditar na respetiva exequibilidade e aparenta ser uma das causas para a inconsistência na participação. As dificuldades de autoanálise observadas aparentam ser uma condicionante significativa para a concretização de alternativas, atestadas pelo fato dos participantes estarem mais confortáveis em coinvestigar do que em transformar a própria realidade.

Parte dos obstáculos à transformação identificados neste contexto específico aparenta ser superável com o aumento da escala e regularidade das experiências de participação e de comunidade. A investigação revelou que, por meio de medidas de cooperação, como o cultivo de laços de empatia, o desenvolvimento de novos canais de comunicação e a evolução de modos inteligíveis de representação e ideação, a intervenção do design foi capaz de gerar um melhor sentido de comunidade e emancipação coletiva.

No final desta investigação doutoral em design três conclusões merecem destaque: uma percepção renovada sobre participação comunitária, que pode inspirar iniciativas de desenvolvimento mais saudáveis; a replicabilidade dos componentes metodológicos desenvolvidos sobre formas apropriadas, criativas e críticas de cooperação entre diferentes mundos sociais; e, possivelmente, a transformação das expectativas no e sobre o próprio design.

Palavras-chave: codesign; “design para a participação”; democracia; comunidade; Lagarteiro.

Abstract

Design impact on the social and everyday life seems undeniable. Exploring the role of design in social transformation processes, this research sought a disciplinary positioning, from which emerged the concept of design as a transdiscipline, and of participatory principles as its political regulators. After the 1970s, a period in which revolutionary movements through design and participation emerged, the course of design has hampered economic prosperity, further contributing to social cleavages and the crisis of democracy.

The 'participation' in design has been debated on multiple perspectives that combine participation as a resource with political neutrality, seemingly neglecting a fundamental principle: the legitimacy to participate. In addition to this principle, it is also assumed that design for social prosperity is based on multidisciplinary cooperation and a sense of community, which safeguards that provided benefits do not compromise the integrity of third parties. A correlation between concepts of community and democracy was drawn from these paradigms, suggesting the need to build consensus through critical debates attuned by empathy, fostered by 'social proximity', and enabling communication and cooperation with 'the other (s)'.

The design strategies for communication and cooperation form the basis of the empirical component of this investigation that intervened in a socio-economic vulnerability context, in order to contribute to improve the eating habits of the population of a social housing neighbourhood in the city of Porto, Lagarteiro.

Immersed in this context of vulnerability, the purpose of this research was to make the design and the underlying theories, resources generating strategies for more cohesive community participation, built from a situated vision of reality, and enhancing available local skills. Following the logic of 'participatory action research', the methodological approach demonstrates a predominance of design skills and procedures in the most practical stages, such as workshops, cultural probes, narrative scenarios, personas and design games. As for observation, documentation, and analysis, works were outlined according to social sciences traditions by means of participant observation, interview, field notes diary and content analysis, amongst others.

'Arena of Needs', the most relevant methodological contribution of this investigation in the category of 'boundary objects', arises during the elaboration of the situated portrait of Lagarteiro, juxtaposing theoretical and expert perspectives with those of the local population.

In developing the diagnosis on food and household budget management, local participants joined as co-investigators, and expressed a latent desire for community and collective action. However, this desire for community is opposed by deficit to believe in the respective feasibility which seems to be one of the reasons for

inconsistent participation. The observed difficulties on self-analysis appear to be a significant constraint for the conceptualization of alternatives, attested by the fact that participants have shown more at ease in co-investigating than in transforming their own reality.

A section of related obstacles to transformation identified in this specific context appears to be surmountable through increasing the scale and regularity of participation and community experiences. Research has shown that through cooperation measures such as the cultivation of empathy, the development of new channels of communication and the evolution of intelligible modes of representation and ideation, design intervention has been able to generate a better sense of community and collective emancipation.

At the end of this doctoral investigation in design, three findings are worth noting: a renewed perception of community participation which can inspire healthier development initiatives; the replicability of developed methodological components over appropriate, creative and critical forms of cooperation between different social worlds; and possibly the transformation of expectations in and around the field of design itself.

Keywords: codesign; design for participation; democracy; community; Lagarteiro.

INTRODUÇÃO

Contextualização do estudo

“Por agora está bem claro que uma nova cruzada é necessária. Vastas áreas de necessidade, e concomitantemente, necessidade de design, existem em todo o mundo. (...) Com novos processos e uma lista interminável de novos materiais à sua disposição, o artista, artesão e designer agora sofre com a tirania da escolha absoluta. Quando tudo se torna possível, quando todas as limitações se vão, o design e a arte podem facilmente tornar-se uma busca incessante por novidades, até que a novidade pela novidade se torne a única medida. (...) Não é lamentável que tão pouco design, tão poucos produtos sejam realmente relevantes para as necessidades da humanidade? (Papanek, 1971)”¹

A conjuntura social e política da década de 1970, constituiu um *volte-face* no pensamento em design. Se, por um lado, o desenvolvimento industrial e tecnológico abria possibilidades para a exploração projetual, por outro, o design descobria a sua fraca relevância para a humanidade. Estes factos impulsionaram o design para movimentos de revolução e de redenção pelas causas humanistas, na luta contra a pobreza e outros problemas de injustiça social. O Design Comunitário (no âmbito da arquitetura), o Design Participativo (no âmbito da tecnologia em contexto de trabalho), e o Design Inclusivo/Universal (no âmbito da deficiência) são disso bons exemplos. Quatro décadas depois, algumas das perspetivas sobre esta fase do design, espelham percursos enveredados pela disciplina que, por influência neoliberal, têm vindo a desvalorizar responsabilidades e direitos sociais.

“(...) um sentido de ativismo político característico dos primeiros projetos de Design Participativo (...) a solidariedade explicitamente dirigida ao trabalhador e ao utilizador contra o capital, tão emblemático do Design Participativo nas décadas de 1970 e 1980 (...) desde os anos 80, um ideal marxista de ativismo político para

¹ “By now it is abundantly clear that a new crusade is needed. Vast areas of need, and concomitantly, need for design, exist all over the world. (...) With new processes and an endless list of new materials at his disposal, the artist, craftsman, and designer now suffers from the tyranny of absolute choice. When everything becomes possible, when all the limitations are gone, design and art can easily become a never-ending search for novelty, until newness-for-the- sake-of-newness becomes the only measure. (...) Isn't it too bad that so little design, so few products are really relevant to the needs of mankind? (Papanek, 1971: 51)”

libertar trabalhadores reprimidos tornou-se cada vez mais insustentável para o designer (Halse, 2008).”²

Os pressupostos políticos e ideológicos iniciais do Design Participativo são, deste modo, distanciados da realidade e da agenda do design, aparentemente mais empenhado em delimitar funções e resultados próprios, em lugar de integrar e conectar as partes, dissipando o seu potencial no âmbito cooperativo.

“Em contraste com os anos 70, a política do Design Participativo passou para segundo plano. O foco hoje é mais em como fazê-lo do que no porquê (Bratteteig & Wagner, 2014).”³

A questão fulcral é que este foco técnico, não confere neutralidade política às abordagens.

“Ao concentrarem-se nos problemas do "como" fizeram o jogo da estrutura do poder. Ao negligenciarem os problemas do "porquê", perderam de vista as razões mais importantes para o seu compromisso cultural. (...) Trabalhar o "como" sem um controlo rigoroso do "porquê" exclui inevitavelmente a realidade do processo de planeamento. As propostas para a solução de problemas situam-se entre a definição de objetivos e avaliação dos efeitos. A recusa em correlacionar o nosso contributo com os dois polos da motivação e do controlo é uma manifestação típica da idiotice da especialização forçada (...) (Giancarlo de Carlo in Sardo et al., 2014: 271, 272)”

O discurso da eficiência levou à recessão dos ideais participativos no design e, desta, à sua irrelevância para a prosperidade humana. Supõe-se que restaurar a ligação à realidade dos homens, e não das coisas, depende da capacidade de problematizar e de dialogar do design.

Neste sentido, uma parte do problema abordado concerne o debate em torno da igualdade em lugar da equidade. Portugal é considerado o país europeu mais desigual (Santos, 2012; Wilkinson & Pickett, 2010), na medida em que regista a maior diferença entre os rendimentos dos vinte por cento dos habitantes mais ricos em comparação com os vinte por cento dos mais pobres. A desigualdade, através dos “seus efeitos corrosivos na confiança, coesão e vida comunitária”, é um fenómeno determinante para a cultura de cada país (Wilkinson & Pickett, 2010).⁴

² “(...) a sense of political activism characteristic of the early PD projects (...) the solidarity explicitly directed towards the worker and the user against capital, so emblematic of participatory design in the 1970s and 1980s (...) since the 1980s a Marxist ideal of political activism to liberate suppressed workers has become increasingly untenable for the designer (Halse, 2008: 186, 187).”

³ “In contrast to the 1970ies, the politics of PD has moved to the background. The focus today is more on how to do it than on why (Bratteteig & Wagner, 2014: v).”

⁴ Segundo Wilkinson e Pickett (2010), a vida comunitária e as relações sociais, a saúde mental e o consumo de drogas, a saúde física e a esperança de vida, a obesidade, o desempenho educacional, a

A desigualdade parece decorrer de uma visão demasiado focada no princípio da igualdade, gerida por uma ‘distância social’ (Bazemore & Schiff, 2015), através da qual se desconhecem circunstâncias particulares que pudessem justificar medidas e políticas distintas das consumadas. As abordagens aos problemas sociais isoladas das realidades de quem os experiencia, resultam em processos abstratos, distantes e/ou desadequados, que propiciam a imposição de soluções impraticáveis, inadmissíveis ou inúteis.⁵

Boaventura Sousa Santos apresenta o enquadramento para o conceito de equidade que se advoga nesta investigação, fornece indícios sobre um caminho possível e salienta a aproximação das realidades sociais como requisito para a compreensão e formulação de alternativas para sociedades mais justas. O reconhecimento da diferença fundamenta a inevitabilidade da participação e complementa o princípio da igualdade: “(...) temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza e temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza (Santos, 2012: 153).”

É também pela “ideia de que a história tem direção e sentido únicos (Santos, 2012: 37)” que se vem sabotando a “descentralização da inovação” (Lucy Suchman, Danyi & Watts, 2008) e a criação de modelos alternativos de desenvolvimento. No entanto, através da visão de Paulo Freire esta convicção é revigorada, no sentido em que adverte que essa conceção de desenvolvimento não passa de um mito, construído em torno das realidades que se pretendem apartar das visões utópicas (Freire, 1979), e associam a utopia ao que é irrealizável. A viabilidade utópica é reconhecida por muitos, entre os quais Ernst Block, que através da noção de ‘horário’ das utopias⁶, salienta o fator temporal e não a exequibilidade como determinante das mudanças autênticas.

A aspiração utópica desta investigação é moderada por uma lucidez sobre a autonomia do pensamento e ação críticos em relação à falta de recursos materiais, anunciando a possibilidade de construir alternativas em circunstâncias de privação.

maternidade na adolescência e as reproduções geracionais de pobreza, a violência, a prisão e a punição, e a mobilidade social, são problemáticas correlacionadas com a desigualdade.

⁵ Atribuem-se apoios sociais para sobrevivência com valores máximos abaixo dos 200 euros mensais (Rendimento Social de Inserção, RSI), para pessoas singulares. Impõem-se cursos de formação profissional para beneficiários de RSI com índices de literacia próximos do analfabetismo. Identificam-se tendências para “práticas cada vez mais desmaterializadas”, para justificar programas de ampliação das “competências digitais para o exercício de diferentes profissões” (Portugal INCoDe.2030) e uso dos próprios serviços públicos, quando índices abaixo dos de sobrevivência conduzem à desmaterialização de projetos de vida e vontades de luta.

⁶ “as utopias têm o seu horário (Ernst Block citado por Santos, 2012: 154)”

Motivação e pertinência

O Processo SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), através da exposição retrospectiva em Serralves em 2014, o projeto “Utopian Meal Plan” (2014) e a reportagem do Público “SOS na zona pobre (Moura, 2013)” constituíram o impulso inspirador e motivador deste projeto de investigação (Figura 1).

O Processo SAAL (1974-76)

Instigada pela curiosidade que suscitou a primeira retrospectiva do SAAL, e conhecer, numa vertente mais ampla, o que foi e no que resultou este movimento, a visita a Serralves teve também uma aspiração nostálgica de reencontrar uma origem. O Bairro da Parceria Antunes (demolido em 2002), constituiu o lugar onde a história da investigadora (que nasce em 1977) se aproxima da intervenção do SAAL, durante o qual, os seus pais que integraram a comissão de moradores cooperaram com a Brigada Técnica no bairro.

À parte do reencontro histórico, a atenção voltou-se para a descoberta das estratégias e improvisações metodológicas que viabilizaram a participação da população com índices muito elevados de analfabetismo, como a conversão de lençóis e tijolos em instrumentos de projeção dos espaços habitáveis. O SAAL salientou-se como “um ensaio em abandonar a exclusividade da situação de peritos, abrindo o acesso à democratização da racionalidade técnica, através dos seus próprios peritos técnicos ao lado do cidadão comum (Coelho, 1986: 629).”

O Processo SAAL constituiu um momento de tomada de consciência da leviandade do papel “(...) da arquitetura quanto a motivações e consequências [que] contribuíra de forma decisiva para a expansão da iniquidade social no seu aspeto mais feroz e vergonhoso: a segregação de classes no espaço físico (Giancarlo de Carlo in Sardo et al., 2014: 272)”.

Mais tarde, em conversa com o arquiteto José Oliveira (Brigada Técnica do Bairro de Vilar, Porto), uma outra dimensão da cooperação, i.e. a social, entre peritos e população foi realçada:

“Sardinhas, apanhar uvas... é engraçado, mas estamos a fazer arquitetura... isto é um ato de projetar, ao nível participativo.” [arq. José Oliveira, Julho 2017]



Figura 1. Imagens emblemáticas das três motivações para esta investigação. Em cima: Plenário dos moradores do Porto no Pavilhão dos Desportos, Mesa do plenário, Fotografia Sérgio Fernandez, com edição a preto e branco e destaque para o cartaz a cores no centro superior da foto pela autora (Fonte: <https://www.serralves.pt/pt/actividades/simposio-saal-em-retrospetiva/>). No meio: Figura 2. Os acessórios de cozinha e a equipa UMP (da esquerda para a direita): Rita Maldonado Branco, Olga Glumac, Abhishek Chatterjee, Cecília Peixoto Carvalho e Celeste Pedro (Fontes: Rita Maldonado Branco (esquerda) e equipa UMP (direita)). Em baixo: Fotografia de Paulo Pimenta, na reportagem “SOS na zona pobre” (Moura, 2013). (Fonte: <http://www.eas.pt/wp-content/uploads/2014/06/pobreza+RSI-640x203.jpg>).

O projeto UMP

A experiência partilhada no projeto “Utopian Meal Plan”⁷ (UMP), forneceu outras motivações e tomadas de consciência. O UMP foi uma experiência comunitária de culinária que começou como uma reação automática a uma necessidade real de repensar a alimentação face a restrições orçamentais⁸. O principal objetivo do projeto era comer uma refeição equilibrada dentro de um orçamento rigoroso, através da

⁷ Em português seria algo como: “Plano Utópico de Alimentação”.

⁸ Sentidas no grupo do Programa Doutoral em Design da Universidade do Porto, causado por atraso de quase cinco meses no pagamento das bolsas de investigação.

combinação de recursos e esforços. O orçamento inicial, por pessoa e por refeição, foi de um euro e meio, posteriormente reduzido para um euro. Esta contribuição era apenas aplicável aos membros do grupo organizador, que tinha como requisito obrigatório convidar pelo menos uma pessoa por dia e oferecer-lhe a refeição. O plano de refeições foi concebido para incluir todos os elementos nutricionais básicos e priorizar a utilização de alimentos frescos, na sua maioria proveniente do comércio local. Além de ter representado um curso intensivo em gastronomia diversificada, com a intersecção de receitas e culturas, a intenção do projeto era promover valores de colaboração, partilha e interação com a comunidade em volta do local de trabalho, e testar a ideia fundamental de que uma alimentação saudável e variada não é necessariamente dispendiosa.

Uma relevante lição que se retirou da experiência UMP diz respeito à força da motivação gerada pela necessidade e pela partilha, uma vez que sem partilha de orçamento e de tarefas, nenhum elemento do grupo teria sido capaz de atingir o que conseguiu em coletivo. Outro fator importante foi a atitude crítica e indagadora do grupo, que soube reconhecer o problema e definir uma forma de atuar, assim como de procurar como conseguir ajuda para ultrapassar as questões para as quais não conseguia arranjar respostas sozinho.

A reportagem “SOS na zona pobre” (Moura, 2013)

A tristeza e indignação provocadas por este relato sobre uma realidade de pobreza tão próxima e, ao mesmo tempo, distante, abriram o caminho que orientou esta investigação para a freguesia portuense de Campanhã.

Foi nesta reportagem que se começou a conhecer José António Pinto, também conhecido por Chalana, na qualidade de técnico superior de serviço social pela Junta de Freguesia de Campanhã. Chalana é um exemplo de funcionário público que não se rege apenas por uma ética profissional, mas também por um humanismo e dedicação ao próximo como se se tratasse da sua própria família, para o qual não existem horários.

Através de “SOS na zona pobre” é-se confrontado com a necessidade, de quem vai sobrevivendo na pobreza e de quem a vai remediando. Mais tarde, quando se conhece José António Pinto, percebeu-se que a necessidade dos seus utentes é quase proporcional à sede que o técnico tem de fornecer auxílio. Foi por isso que o interesse pelo contexto ao qual este se dedica, rapidamente converteu Chalana num agente comprometido com esta investigação.

“Mas o que é que o design tem a ver com os pobres?” [José António Pinto em conversa, Fevereiro 2015]

A provocação na pergunta de Chalana incorpora o desafio assumido nesta investigação, sobre os possíveis contributos do design para a transformação, a partir de contextos desfavorecidos. A par disso, sente-se ainda a necessidade de desconstruir a imagem que ainda persiste do design enquanto manifestação estética, elitista e de valor acrescentado, que o desvincula de valores e papéis associados à promoção do bem-estar social.

Objetivos

Como pode a investigação em design contribuir para a cocriação de agendas de transformação?

De que forma uma abordagem metodológica do design pode despertar a mudança no âmbito da alimentação em contextos de vulnerabilidade?

O processo de empoderamento é um objetivo subjacente a esta investigação em design, que assenta na ideia de que o desenvolvimento é sobre pessoas e não sobre objetos (Max-Neef, 1991)⁹ e na visão de convivialidade (Illich, 1973b), na qual, cada vez mais pessoas, podem fazer cada vez mais, com cada vez menos. Neste seguimento, um resultado idealizado para esta investigação consta da conceção de um modelo de “mínimo múltiplo comum para a participação”, que incide sobre a otimização do mínimo de recursos materiais e tecnológicos, e potencialização máxima dos recursos humanos (intra e interpessoais).

Assim, para dar resposta às questões de investigação, foram definidas duas tipologias de objetivos: teóricos e empíricos. No âmbito dos objetivos teóricos esta investigação em design pretendia:

1. destacar a essencialidade da cocriação nos processos de transformação social, explorando articulações teóricas e práticas, que demonstrem a relevância do design. Para o papel instrumental e estrutural que se espera do design nos processos de transformação, torna-se evidente a necessidade de
2. refletir sobre os confinamentos disciplinares, ensaiando uma ação transdisciplinar na promoção da cooperação e da interdependência entre saberes e sujeitos.

Circunscritos às especificidades de um contexto marcado pela desigualdade e iniquidade e fundamentados no princípio de que não se pode mudar o que não se conhece, no conjunto de objetivos empíricos consta:

3. desenvolver através do design um estudo de caso focado na experiência alimentar (enquanto necessidade básica) perante os desafios impostos pela vulnerabilidade socioeconómica de uma população circunscrita a um bairro de habitação social em período de crise económica, e
4. indagar sobre os contributos metodológicos do design para a mudança nesse âmbito e contexto, recorrendo a este para: (i) elaborar um retrato

⁹ “Development is about people and not about objects (Max-Neef, 1991: 16).”

sociodemográfico do Bairro do Lagarteiro, no qual são identificadas as circunstâncias de vulnerabilidade, a área temática e os componentes que moldam a intervenção do design com a comunidade local (i.e. necessidades, aspirações, interesses, valores, competências e resistências). Por sua vez, esta tarefa permitirá (ii) configurar uma investigação-ação adequada à população em causa e (iii) facilitar o desenvolvimento de estratégias para a elaboração de um diagnóstico da e com a população, que servirá de base para, posteriormente, cooperar na cocriação de uma agenda de mudança para o Lagarteiro.

Considerações metodológicas

A desvinculação política e a excessiva concentração nas questões de eficiência processual e tecnológica determinam um percurso de favorecimento de interesses particulares por ação do design, em lugar dos interesses comuns. Este design, alheado das causas sociais e humanas, legitima o posicionamento crítico, que pressupõe uma reflexão abrangente e contínua, implicando o próprio âmbito disciplinar.

As considerações metodológicas, que se julga pertinente fazer neste momento, enquadram-se na justificação do paradigma crítico, definido em função do problema analisado nesta investigação.

“(...) o desdobramento contínuo da consciência sobre o seu próprio funcionamento enquanto prática histórica específica. (...) [sem encarar este questionamento como uma] (...) ameaça à racionalidade, mas como uma promessa de melhores formas de se fazerem as coisas (Philip Agre citado por Lucy Suchman, 2011).”¹⁰

A exposição crítica do design enquanto disciplina não pretende dispersar a leitura por diferentes desígnios de investigação, mas sim consolidar a ideia de que os contributos do design para uma transformação social parecem implicar uma transformação disciplinar.

Os objetivos de transformação identificados neste projeto de investigação conformaram-no aos princípios combinados da investigação-ação (Lewin, 1946; Whyte, 1991) com os de empoderamento (Freire, 1970; Lee, 2013), recorrendo às abordagens do design complementadas pela etnografia, que encetaram uma conquista coletiva a partir de um conjunto de percursos individuais.

¹⁰ (...) a continually unfolding awareness of its own workings as a historically specific practice. (...) And it would regard this risk positively, not as a threat to rationality but as a promise of better ways of doing things (Philip Agre citado por Lucy Suchman, 2011)'

Âmbito de aplicação dos novos resultados

No seguimento do que acabou de ser referido, uma primeira finalidade desta investigação consiste na adaptação do âmbito e expectativas sobre o design à ideia de transdisciplinaridade. Nesta perspetiva, as abordagens desenvolvidas nesta tese, com a exploração de componentes infraestruturais e deontológicas, através de uma ideia de “mínimo múltiplo comum para a participação”, podem servir diversas vertentes da teoria e da prática, uma vez que se reitera a noção de responsabilidade, e não autoridade, intelectual e se invoca a regulação teórica e prática, segundo propósitos de transformação social e humana e não de desenvolvimento meramente técnico.

No caso das componentes metodológicas, enquanto modelo integral, parcial ou elementos isolados, a natureza dos objetos-fronteira confere, a estas contribuições metodológicas, mais-valias multidisciplinares, como foi reconhecido por especialistas da sociologia, do serviço social, da educação e do desenvolvimento comunitário.

O modelo desenvolvido segundo os princípios da investigação-ação e a Arena das Necessidades (enquanto elemento isolado) indiciam ainda qualidades participativas potencialmente influentes em decisões políticas mais alargadas.

Salvaguardando a necessidade de refinamento e maturação das contribuições apresentadas através do design, espera-se ter demonstrado a relevância social, académica e, possivelmente, política desta investigação.

Estrutura da tese

A presente INTRODUÇÃO lançou as bases desta investigação em design, identificando o problema, objetivos e pressupostos iniciais, justificando a pertinência do tema e motivação para a investigação, apresentando de seguida uma síntese da estrutura do documento.

Após o capítulo introdutório, esta tese reparte-se em quatro capítulos organizados de forma ligeiramente diferente do convencional: enquadramento, fase preliminar, fase interventiva e conclusões.

O primeiro desses capítulos, designado por ENQUADRAMENTO, está dividido em três componentes: teórico, geográfico e sociodemográfico, e metodológico. O ‘referencial teórico’ é composto por um resumo histórico do design e da participação, a partir do qual se estabelece uma reflexão crítica sobre desenvolvimento humano, face à expansão neoliberal e tecnológica, da qual emerge a lacuna que fundamenta este estudo. O segundo componente concerne o ‘referencial geográfico e sociodemográfico’ com que se legitima o foco num contexto específico de exclusão social e se faz o retrato sociodemográfico que orienta as estratégias e o plano de ação traçados. O terceiro componente explica os ‘fundamentos metodológicos’, articulando a investigação em design com o paradigma crítico/transformativo, a lógica da investigação-ação e o processo de empoderamento.

DA TEORIA À PRÁTICA é o capítulo que contempla os trabalhos preparatórios e os respetivos resultados preliminares que precedem e fundamentam a intervenção. Este segundo capítulo relata a estratégia de aproximação e entrada em campo, o desenvolvimento e teste de instrumentos metodológicos e uma apreensão aprofundada e situada do contexto. O potencial manifestado pela ‘Arena das Necessidades’, matriz desenvolvida para a construção de diagnósticos situados, mereceu uma análise e reflexão mais detalhada na apresentação dos ‘resultados preliminares’. Também decorrendo desta fase preparatória, que inclui uma breve revisão bibliográfica sobre ‘segurança alimentar’ e dados apurados através da ‘Arena das Necessidades’, são reportados um diagnóstico inicial sobre ‘a segurança alimentar num período e lugar ‘em’ e ‘de’ crise’, e estratégias de ação mais refinadas.

O terceiro capítulo, DA PRÁTICA À TEORIA, versa sobre a intervenção através do design, que ocorreu no Bairro do Lagarteiro, conduzida pela lógica da investigação-ação e sintetizada nas primeiras páginas. As restantes secções do capítulo correspondem a quatro momentos: ‘o convite à participação’ da população e os três ciclos de investigação-ação, i.e., individual, grupal e comunitário. Em cada um destes ciclos, foram sendo reportados os processos e os componentes metodológicos implementados, as reflexões e os resultados, e estabelecida a relação com o ciclo seguinte.

‘O convite à participação’ contempla a construção da estratégia de comunicação, da ferramenta de apoio materializada num ‘livro de histórias’ e a deliberação do *do it yourself* como estratégia e linguagem gráfica apropriadas e apropriáveis. O ‘ciclo individual’ compreende os relatos na primeira pessoa dos hábitos alimentares dos agregados familiares das sete mulheres que aceitaram o convite. O processo de recolha de dados foi registado nuns livretes individuais e posteriormente transformados em cenários narrativos construídos pelas respetivas narradoras. O ‘ciclo grupal’ desenrola-se em três sessões de grupo focal que reuniram as participantes iniciais, os seus cenários e outros elementos da população que decidiram envolver-se no projeto, para discutir em conjunto a informação contida nas narrativas individuais, aprofundar assuntos e perceções sobre o tema, definir a estratégia de consulta à restante população do bairro e respetiva aplicação. O ‘ciclo comunitário’ divide-se em duas partes, uma de análise e interpretação de dados recolhidos no ciclo anterior, das quais derivam um diagnóstico mais aprofundado sobre a alimentação e gestão de orçamento familiar no Lagarteiro e algumas propostas de representação visual dos dados, entre as quais as **‘famílias inspiração’**. A outra parte deste último ciclo, corresponde à preparação e realização de uma sessão de cocriação, envolvendo a população local com agentes institucionais e especialistas, e as **‘famílias inspiração’**, no desenvolvimento de propostas de mudança no âmbito da segurança alimentar e gestão de orçamento familiar.

O último capítulo da tese, SÍNTESE, resume em cinco partes esta investigação em design com a explicação dos resultados alcançados face aos objetivos propostos e ao conceito de “ação cultural para a libertação” de Paulo Freire. Na primeira parte é feita uma breve retrospectiva do percurso investigativo remetendo para as dimensões política, deontológica e praxeológica concretizadas através do design. A articulação do design com a mudança alimentar em contexto de vulnerabilidade, compreendida na segunda questão de investigação, é parcialmente debatida na segunda parte deste capítulo, e retomada no terceiro, juntamente com a resposta à primeira questão, uma vez que se reconheceu que os contributos alcançados pelo design para a cocriação de agendas de transformação em contexto de vulnerabilidade, aparentam ser potencialmente válidos noutros contextos. A quarta parte contempla as conclusões da investigação, que versam sobre um posicionamento do design no âmbito disciplinar e no âmbito metodológico, a partir do qual se identificam as contribuições metodológicas mais relevantes deste projeto, revisitando a .ppt analógica, a BOSa e a Arena das Necessidades. O capítulo termina com a abordagem das principais limitações da investigação, que se convertem em implicações para trabalhos de investigação futuros.

A secção de APÊNDICES, no fim do documento, contempla os pormenores das informações apuradas ou produzidas, que não tiveram lugar no texto principal, mas que era pertinente disponibilizar para o leitor.

Seguindo estas bases, a tese irá prosseguir com uma descrição detalhada do processo investigativo.

(página intencionalmente deixada em branco)

1. ENQUADRAMENTO

Referencial teórico

O referencial teórico desta investigação articula, sob a ótica do design, conceitos transversais a autores e áreas distintas do conhecimento. A par da estrutura conceitual, esta etapa obrigou à convenção de uma nomenclatura e lógica de navegação entre os múltiplos sinónimos e termos similares (e.g. participação, colaboração, cooperação), bem como à desconstrução de aceções que se consideram equivocadas (e.g. consenso). E uma vez que, além da participação, desenvolvimento e comunidade são conceitos chave nesta investigação, uma breve abordagem ao percurso do desenvolvimento comunitário foi considerada pertinente e oportuna.

Participação

“Se os homens, enquanto seres que atuam, continuam a aderir a um mundo ‘feito’, ver-se-ão submersos numa nova obscuridade” (Freire, 1979: 16)

Pelas palavras de Paulo Freire depreende-se que viver sem usufruto do direito a agir sobre a própria realidade, desvirtua a essência do homem livre. Esta luta pela conquista ou manutenção de liberdades tem tantos anos quantos a história da humanidade, contudo, os tempos modernos trouxeram para as sociedades contemporâneas novas formas de subverter a experiência de homem livre e cidadão.

O entendimento de que a satisfação das necessidades de alguns tem vindo a ser conquistada em sobreposição às necessidades de outros, induziu vários autores a assumir a visão de Sherry R. Arnstein (1969), sobre a ‘participação’ enquanto meio pelo qual cidadãos marginalizados podem induzir uma reorganização social que lhes permitirá reivindicar direitos perante a sociedade. Ainda que se insista em diferentes aceções de participação, aquela que se considera genuína remete para a partilha de poder e, conseqüentemente, para o controlo sobre decisões e recursos, e, por isso, a participação é por natureza um processo político e não uma mera técnica (Cornwall, 2008). Esta noção de processo político reforça o sentido de democracia que não se reduz à regra da maioria, uma vez que os interesses das minorias podem ficar completamente ignorados (Bazemore & Schiff, 2015).

No entanto, o princípio da redistribuição de poder, enquanto condição para esta participação, tem constituído, por um lado, uma armadilha semântica para aqueles que julgam que o poder pode ser transmitido (Carr-Chellman & Savoy, 2004; Freire, 1979; Kensing & Greenbaum, 2013), e por outro, uma manobra de ludibriação por aqueles que pretendem manter o estado de dominação (Freire, 1979; Hester Jr, 1996 citando

Easterbrook (1995); Melcher, 2013; Sanoff, 2000). Ambos os casos incorrem em formulações falaciosas de objetivos e estratégias de ação, e a processos vazios e frustrantes para as populações oprimidas (Arnstein, 1969). O sistema relacional, no qual o poder se insere (Bourdieu, 1989), determina que o poder de alguém existe apenas quando reconhecido por outro(s) e, por isso, implica que as relações de poder só se alteram por consenso ou disputa entre os que estão no poder e os que estão em situação de impotência.

Tratando-se de um conceito igualmente discutível, a noção de consenso, que se defende na presente tese, não jaze na ocultação das divergências ou abrandamento das manifestações de contestação “essenciais à vida”, como Carl DiSalvo (2010) reconhece, mas na aceção de um lugar comum de comunicação, interação e conceção de soluções que consideram múltiplas perspetivas (Bazemore & Schiff, 2015). O consenso, processado através do diálogo, resulta em estádios de “inteligência coletiva”, que incorporam uma maior acuidade e soberania “do que a soma das perspetivas individuais (Sanoff, 2008)”¹¹.

“A ideia de participação é um pouco como comer espinafres” é uma analogia de Sherry Arnstein (1969: 216), para concluir que “ninguém se opõe ao princípio porque é bom”¹². No entanto, as objeções aos processos participativos parecem estar fundamentadas nas falhas apontadas ao nível da monitorização e avaliação da eficiência e impacto destes processos (Cleaver, 1999; Mansuri & Rao, 2004, 2012; Montesanti, Abelson, Lavis & Dunn, 2017; Rowe & Frewer, 2005). Como consequência destas falhas, verifica-se uma aparente inexistência de provas concretas de que as componentes de participação são responsáveis pelo sucesso das iniciativas (Mansuri & Rao, 2004) e uma tendente suscetibilidade à corrupção dos desígnios bem-intencionados que acabam por intensificar as desigualdades iniciais (Mayo, 2016). Por último, o facto de que “grandes segmentos da população em todas as nações modernas são (...) incapazes de afetar significativamente as decisões políticas e ações das suas sociedades (Sanoff, 2008)”¹³, sugere que estes processos, além de complexos e de não demonstrarem provas de eficiência, implicam consideráveis investimentos em mecanismos que assistam esta aspiração de democracia.

No âmbito da presente tese, o sentido de participação vai ao encontro do que Luter King Jr. (2003) escreveu em Birmingham: que não é concebível preterir a justiça a favor da lei e ordem, e/ou eficiência. A legitimidade do princípio de “nada sobre mim, sem mim” (Nelson, Ochocka, Griffin & Lord, 1998) deveria ser inquestionável e o entendimento de que “os indivíduos só estão parcialmente envolvidos nos projetos dos

¹¹ “ (...) the outcome is more insightful and powerful than the sum of individual perspectives (Sanoff, 2008: 60).”

¹² “The idea of citizen participation is a little like eating spinach: no one is against it in principle because it is good for you (Arnstein, 1969: 216).”

¹³ “large segments of the population in all modern nations are in reality powerless to significantly affect the political decisions, policies, and actions of their societies (Sanoff, 2008: 59).”

outros (Cleaver, 1999)¹⁴ deveria constituir um contra-argumento suficiente para os que se opõem à participação.

Desenvolvimento Comunitário e Comunidade

Os fundamentos do desenvolvimento comunitário corroboram com esta valorização social da participação, “aumenta[ando] o pensamento pró-social, fortalece[ndo] a cidadania e possibilita[ando] um envolvimento cívico mais inclusivo (Mansuri & Rao, 2012)¹⁵. No entanto, a participação acabou por reverter em problemáticas similares às que serão abordadas no design, o que justifica que se apresente uma breve retrospectiva histórica do desenvolvimento comunitário.

Na década de 1960, as iniciativas formais em desenvolvimento comunitário instituíram como princípio fundamental “o compromisso de empoderamento de comunidades desfavorecidas (Kenny, 2016)¹⁶. Durante as décadas de 1960 e 1970, estas iniciativas convergiram para os temas da pobreza e racismo (Mayo, 2016), e a posterior ascensão neoliberalista nas décadas de 1980 e 1990, marcou uma fase em que o desenvolvimento comunitário se polarizou com o Estado, devido à forma como este reduziu a sua responsabilidade sobre a agenda de transformação social (Mayo, 2016). Nos quinze anos que se seguiram, os agentes de desenvolvimento comunitário confrontaram-se com a privatização e mercantilização do estado social (Mayo, 2016 citando Craig, Popple e Shaw (2008)) instigadas pelo neoliberalismo, num panorama de expansão da globalização (Mayo, 2016). A presente era global impulsiona o desenvolvimento comunitário para novos desafios e oportunidades, ao mesmo tempo que se mantêm ou se recuperam discussões polémicas do passado, como o conceito de ‘comunidade’ (Mayo, 2016). Alguns reptos do passado em nome da comunidade continuam a fazer parte da agenda, como os processos de empoderamento de populações oprimidas e a promoção de relações de mutualidade e de solidariedade (Kenny, 2016; Manzini, 2017a; Mayo, 2016).

Contrariando tendências precedentes na definição de comunidade, esta investigação compactua com noções de heterogeneidade (Mansuri & Rao, 2004), fluidez (Bauman, 2001; Manzini, 2017a) e transculturalidade (Kenny, 2016). Além destas, reifica-se a dimensão geográfica na definição, em era global, de comunidade, uma vez que a geografia constitui uma dimensão instrumentalizada pelo poder, intensificando as injustiças sociais. Mayo (2016) salienta que a regeneração de comunidades em aparente fragmentação como estratégia de oposição a ameaças comuns, como a “segregação urbana” (Musterd & Ostendorf, 2013) e a “gentrificação planetária” (Lees,

¹⁴ “(...) individuals are only ever partly enrolled in the projects of others (Cleaver, 1999: 606, citando Long, 1992).”

¹⁵ “(...) it enhances pro-social thinking, strengthens citizenship, and enables more inclusive civic engagement (Mansuri & Rao, 2012: 16).”

¹⁶ “A central tenet of community development practice is commitment to empowering disadvantaged communities (Kenny, 2016: 24).”

Shin & López-Morales, 2016), que tentam bloquear o direito à cidade (Giancarlo de Carlo in Sardo et al., 2014: 272) e aos lugares de origem de populações.

A base para a regeneração e/ou desenvolvimento de novos sentidos de comunidade, que constitui um importante desafio para a agenda do desenvolvimento comunitário em contexto global, é a identificação de “(...) espaços [e oportunidades] para o desenvolvimento de estratégias transformativas, mesmo nas circunstâncias aparentemente mais difíceis (Mayo, 2016)”¹⁷.

Design e Participação

A história da participação em design também foi desencadeada pela defesa dos direitos civis nos Estados Unidos e Reino Unido, nos anos 60 do século passado (Sanoff, 2008). Este contexto político inspirou a criação dos ‘centros de design comunitário’, onde designers e urbanistas assistiram gratuitamente populações desfavorecidas no desenho e reivindicação das suas necessidades e aspirações de planeamento (Sanoff, 2008).

Na década de 1970, na Escandinávia, é iniciada outra modalidade de design e participação, que envolveu especialistas e sindicatos de trabalhadores da indústria metalúrgica, no desenvolvimento de soluções tecnológicas para a otimização da produção através da melhoria das condições de trabalho, favorecendo o alargamento de competências “enquanto automatizam as partes tediosas e repetitivas do trabalho (Robertson & Simonsen, 2013)”. O ‘Design Participativo’, designação atribuída mais tarde a este movimento que transpôs as fronteiras geográficas originais, tem contribuído maioritariamente para o desenvolvimento de sistemas e tecnologias de informação (Smith, Bossen & Kanstrup, 2017) que se expandiram para o domínio do quotidiano e social (Robertson & Simonsen, 2013).

Durante as décadas que se seguiram à eclosão destes dois principais movimentos de design e participação (i.e. Design Comunitário e Design Participativo), a forma como estes conceitos se articulam na teoria e na prática sofreram consideráveis mutações (Hester Jr, 1999). O modelo implementado pelos Centros de Design Comunitário realçou os benefícios da participação na luta de interesses, e esta foi apropriada e instrumentalizada por elites, que beneficiaram da disponibilidade de recursos e da maior facilidade de organização em relação às classes desprivilegiadas. Hester Jr. (1999) reporta, desta forma, uma das evidências de como a participação passou a servir como instrumento de poder e de veto às iniciativas de mudança social genuína: “(...) à medida que as elites dominavam a participação local e os riscos ambientais se

¹⁷ “(...) spaces for developing more transformative strategies, even in the most seemingly challenging circumstances (Mayo, 2016: 11).”

tornavam mais claros, as comunidades pobres receberam um número desproporcional de usos não desejados e perigosos da terra”.¹⁸

Foram várias as transformações ocorridas desde a origem dos Centros de Design Comunitário, até à privatização ou extinção da maioria (Toker, 2007). A ascensão do empreendedorismo elitista e a usurpação da participação em prol dos interesses dominantes, que conduziram a discriminações espaciais, são reveladoras da força do capital sobre o ideal político original (Hester Jr, 1999). A evolução tecnológica e educativa conduziu à substituição das abordagens amadoras por desempenhos assistidos por ferramentas sofisticadas e processos complexos que acentuaram o distanciamento social em função do capital escolar (Hester Jr, 1999). E a crise despoletada pela competitividade e individualismo neoliberalistas, corromperam o sentido de comunidade e das iniciativas para o bem comum (Hester Jr, 1999).

No caso do Design Participativo, se por um lado se reitera o princípio de que “As pessoas afetadas por uma decisão ou evento devem ter a oportunidade de influenciá-la(o). [e que] A participação é o elemento-chave da democracia (...) [e] essencial para um bom design (Schuler & Namioka, 1993)”¹⁹, por outro, constata-se a diluição dos ideais democráticos. O distanciamento político declarado (Bratteteig & Wagner, 2014; Halse, 2008), ou perceptível em investigações e práticas ditas participativas, estão na base das críticas ao movimento.

Para uma nova geração de Design Participativo, “*P for political: Participation is not enough*” (Beck, 2002) e “*Examining participation*” (Gerrard & Sosa, 2014) exortam uma mudança de consciência a partir da terminologia. No primeiro artigo, a autora discute a importância da dimensão política face à falência dos significados e ações de participação, e no segundo, os autores sugerem a desconstrução de Design Participativo em dois dos conceitos que são o foco desta reflexão: “participação e design” (Gerrard & Sosa, 2014). Refletindo sobre as posturas e contribuições do Design Participativo, em aparente manifesto político para a clarificação da participação e do papel do designer neste processo, Eevi E. Beck (2002) apresenta dois casos distintos que ajudam na reivindicação desta mudança. O primeiro salienta que, embora o design tenha contribuído para a melhoria dos sistemas de trabalho, os efeitos trouxeram mais vantagens para a gestão e índices de produtividade das indústrias do que para os trabalhadores, que acabaram por ser afetados com as “perdas de emprego e pressões aumentadas sem compensação adequada (Beck, 2002)”²⁰. O segundo caso alude à obra “*The Rise of the Network Society*” (Castells, 2010), para exprimir que a visão global da sociedade em rede ofusca, mas não contraria, a

¹⁸ “(...) as wealthy citizens mastered local participation and environmental risks have become clearer, poor communities have received a disproportionate number of unwanted and dangerous land uses (Hester Jr, 1999: 18).”

¹⁹ “People who are affected by a decision or event should have an opportunity to influence it. Participation is the key element of democracy. (...) It is also essential to good design (Schuler & Namioka, 1993: xii).”

²⁰ “(...) key issues for many affected employees are job losses and increased pressures without adequate compensation (Beck, 2002: 87, citando Greenbaum, 1996).”

proliferação das “bolsas” de marginalização (Beck, 2002). Estes dois exemplos são representativos da crise dos desígnios democráticos no Design Participativo: a subversão das tecnologias desenvolvidas para o contexto de trabalho, em prol das estratégias de gestão obcecadas pelo capital, desconsiderando a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores (Greenbaum, 1996) e o papel, ainda que involuntário, da tecnologia na intensificação das desigualdades que se tornam mais impercetíveis à escala global.

A relevância política na investigação e prática em design é patenteada pela inevitabilidade dos seus impactos, demonstrando que a neutralidade é uma postura inatingível, que Eevi E. Beck explica assim:

“Não somos livres para escolher se as nossas ações têm significado político. Conformarmo-nos a uma norma dominante - “não levantar a cabeça” - também constitui um manifesto; também co-constrói a sociedade. O que podemos escolher é se devemos prestar atenção a esses significados e se os deixamos influenciar as nossas ações futuras (Beck, 2002).”²¹

Propostas de regeneração

“(…) o modo de vida colaborativo é um objetivo pelo qual temos de lutar; algo aconteceu que privou a sociedade contemporânea da evidência da cooperação (Manzini, 2017a)”²²

De forma relevante para esta reflexão, Ezio Manzini (2017a, 2017c) sintetiza duas visões, parcialmente delineadas por Hester Jr (1999) e Sanoff (2008) que colocam o design na agenda de transformação social nas duas dimensões que Max-Neef (1991) chama de “democracia da vida quotidiana” e “democracia política”. No âmbito da democracia da vida quotidiana, o conceito de “comunidades de vida colaborativa” (*“communities of collaborative living”*) (Manzini, 2017a) representa uma proposta de regeneração da colaboração e do sentido de comunidade. Através da colaboração, esta ideia de comunidade associa-se à dimensão quotidiana de viver e “partilhar espaços e serviços”, segundo princípios de “auto-organização, ajuda mútua, amizade e boa vizinhança”, na qual o motivo e a forma como um grupo de pessoas se organiza e gere atividades e recursos não estão associados a nenhum modelo ou ideologia específicos (Manzini, 2017a).

²¹ “We are not free to choose whether our actions carry political meaning. Conforming to a dominant norm - “not raising your head” - also constitutes a statement; also co-constructs society. What we may choose is whether to pay attention to these meanings, and whether to let that influence our future actions (Beck, 2002: 88).”

²² “(...) a collaborative way of living today is a goal that we have to strive towards; something has happened that has deprived contemporary society of the obviousness of co-operation (Manzini, 2017a: 189).”

As comunidades de vida colaborativa constituem um exemplo à “escala humana”/local (Max-Neef, 1991) que nas palavras de Sanoff (2008) funcionarão como “preparação das pessoas para a participação (...), pois é a esse nível que as pessoas aprendem [os princípios de] autogovernança”²³. Estas iniciativas são condição necessária para “a reemergência do ideal de democracia participativa” ao nível nacional (Sanoff, 2008) e remetem para a segunda visão de Manzini.

A partir do conceito de “design enquanto democracia” (“*design as democracy*”), Manzini (2017c) articula, uma “regeneração da democracia”, que outros chamam de “democratização da democracia” (Binder, Brandt, Ehn & Halse, 2015; Santos, 2012), na qual também se reconhece a autorregeneração do “design e participação” (Beck, 2002). Esta regeneração é visionada com a criação de “novas arenas para a discussão pública”, onde se estabelecem “tensões saudáveis entre liberdade e equidade” (Manzini, 2017c) reveladoras da heterogeneidade dos tecidos sociais e que, segundo Hester Jr (1999), substituem uma agenda única, que exclui demasiadas visões, pela multiplicidade de visões, com “métodos que ensinam empatia e demonstram a interdependência sistêmica”, que “sacodem os participantes” dos seus interesses pessoais²⁴. Estas construções de consenso assentam no facto da satisfação dos envolvidos emergir da sensação de terem influenciado as decisões, e não da conformidade com as suas necessidades individuais (Sanoff, 2008).

O desafio que constitui a construção de consenso é acentuado pela obsessão pela eficiência, presente até nos debates sobre participação, que gera sistemas e sociedades rígidos, expondo-os ao colapso (Manzini, 2017b) em lugar da resiliência. Através de experiências de cooperação, que darão aso à criação de novas comunidades de prática à escala local, serão criados novos espaços e canais de comunicação que dissolverão a distância entre quem pensa e quem executa (Manzini, 2017c), se poderá sustentar e expandir uma cultura de resiliência.

Tecnologia e desenvolvimento

“É essa característica distintiva de estar globalmente conectado e localmente desconectado, fisicamente e socialmente, que faz das megacidades uma nova forma urbana (Castells, 2010).”²⁵

Para retomar o assunto deixado acima, a tecnologia surgiu, prosperou e ainda prospera com base na obsessão pela eficiência, que adulterou a simetria entre o uso e a razão para a conceção dos dispositivos tecnológicos (Storni, 2014). A “modernização da pobreza” (Illich, 1973a) e intensificação das desigualdades sociais (Castells, 2010;

²³ “(...) only if people have been prepared for participation at the local level, such as the workplace and community, since it is at this level that people learn self-governance (Sanoff, 2008: 67).”

²⁴ “(...) methods that teach empathy and demonstrate systemic interdependence should be used more in participatory processes. (...) shake participants out of their narrow, vested interests (Hester Jr, 1999: 21).”

²⁵ “It is this distinctive feature of being globally connected and locally disconnected, physically and socially, that makes mega-cities a new urban form (Castells, 2010: 436).”

Illich, 1973a) são produto de uma pretensa 'ubiquidade' tecnológica, responsável pelas desconexões no mundo conectado.

No contexto específico da tecnologia em contextos de desenvolvimento, foram recentemente levantadas algumas polémicas (Pal, 2017a, 2017b). Sob o pretexto de beneficiar populações marginalizadas através do desenvolvimento de tecnologia, as necessidades das populações e as circunstâncias de marginalização têm sido convertidas em "objetos de experimentação em design" (Pal, 2017a). Estes atos podem ter uma natureza que Halse (2008) apelida de "canibalesca" ou, numa visão mais ingénua, derivam de uma "diluição do que implica fazer o bem (Pal, 2017b)"²⁶. Em todo o caso, até a ingenuidade é produto de uma falta de fundamentação científica e teórica que pode derivar na equiparação da ferramenta tecnológica "ao esforço estrutural e humano necessário na criação de equidade social e acesso (Pal, 2017a)".²⁷

Outro facto relevante neste tipo de iniciativas está associado a um modelo contemporâneo de colonização comandado pelos interesses das grandes empresas na extensão do mercado da tecnologia para os contextos ditos em desenvolvimento (Pal, 2017a). Este tipo de posturas sugere que a finalidade de desenvolvimento não está na intenção genuína de assistir uma população no seu processo de empoderamento, mas em intensões 'facipuladoras'²⁸ (Taylor, 2008) ou colonialistas de imposição de uma visão de desenvolvimento e conhecimento externa (Botes & van Rensburg, 2000; Pal, 2017b). Estes processos cultivam imagens de ignorância e desempoderamento ao nível local (Botes & van Rensburg, 2000: 43), resultados opostos aos projetados, que irão reforçar as relações de dependência e de domínio.

"A noção de que a falta de tecnologia, e não a falta de recursos ou de estruturas básicas, constituem o principal impedimento para uma sociedade mais justa não só sobrevaloriza o artefacto da tecnologia, mas, mais perigosamente, pode fornecer uma desculpa para as instituições não agirem (Pal, 2017b)."²⁹

Por último, ao reconhecer-se que "a noção de desenvolvimento social é várias vezes reduzida a um problema técnico (Pal, 2017a: 715)", confirma-se a existência de aceções 'arrogantes' (Jasanoff, 2003) e arriscadas de que uma intervenção desprovida da introdução de tecnologia não resulta em desenvolvimento e, por isso, assume-se como um desafio para esta investigação.

²⁶ "(...) the dilution of what is involved in doing good (...) (Pal, 2017b: 715)."

²⁷ "(...), especially where the tools of doing good are equated with the structural and human endeavor needed in creating social equity and access (Pal, 2017b: 715)."

²⁸ De "facipulate" (Taylor, 2008: 359).

²⁹ "The notion that lack of technology, and not the lack of resources or structural scaffolding, is the main impediment to enabling a more just society not only overvalues the technology artifact but, more dangerously, can offer an excuse for why institutions need not act (Pal, 2017a: 715)."

As circunstâncias descritas expressam uma “ingenuidade analítica” (Jasanoff, 2003: 238) inconciliável com um olhar crítico sobre as exclusões e riscos que a tecnologia pode representar. A proposta de Jasanoff (2003) de substituir a ‘arrogância’ pela “humildade” tecnológica³⁰ faz ecoar o conceito com mais 30 anos de “convivialidade” de Ivan Illich (1973a, 1973b). Ambos condenam a evolução tecnológica descomprometida de uma análise séria das repercussões negativas e a permissividade dos respectivos sistemas políticos a essas abordagens.

Illich (1973a) reconhece como principal fonte de injustiça: “a aprovação política para a existência de ferramentas que, por sua natureza, restringem a poucos a liberdade de usá-las com total vantagem”³¹, concluindo que “os efeitos da eficiência compulsiva causam mais danos do que benefícios para a maioria das pessoas (Illich, 1973a)”³². A “escala humana”, que Illich reclama para as ferramentas da sociedade do futuro, pode ser sustentada pelo equilíbrio entre “o que se pode” e “o que se deve fazer” (Jasanoff, 2003). O primeiro, corresponde ao campo de ação específico da ciência e da tecnologia e o segundo, mais complexo, implica reflexões críticas com cruzamentos disciplinares e debates públicos.

Um problema do/para/com o design

“Já não existe nenhum belo problema específico” (Max-Neef, 1991)³³

Ainda que pautada de ironia, esta frase de Max-Neef (1991) incorpora essa complexidade como uma importante circunstância da contemporaneidade, na qual “enfrentamos momentos desconcertantes nos quais entendemos menos e menos”. O mesmo autor avança que, “se não dedicarmos muito mais energia e imaginação à conceção de abordagens transdisciplinares significativas e consistentes, as nossas sociedades continuarão a desintegrar-se. Vivemos num período de transição, o que significa que as mudanças de paradigma não são apenas necessárias, mas indispensáveis (Max-Neef, 1991)”³⁴.

“Design as democracy, social design, design for participation, design for/of/in a democracy, political design/design for politics, design activism”, são exemplos da crescente relevância social/cívica/política de uma investigação e prática de design descentrados de si mesmo e orientados para a sociedade (Binder et al., 2015). Essa descentralização remete para o conceito de ‘cocriação’ (*“co-creation, cocreation”*),

³⁰ “technologies of hubris” por “technologies of humility” (Jasanoff, 2003).

³¹ “ (...) the principal source of injustice in such an epoch is the political approval for the existence of tools which by their nature restrict to a very few the liberty to use them to full advantage (Illich, 1973a: 136).”

³² “(...) the effects of compulsive efficiency do more damage than good to most people in our generation (Illich, 1973a: 138).”

³³ “There is no longer any beautiful specific problem (Max-Neef, 1991: 15, aludindo a Marquês de Sade).”

³⁴ “We face bewildering situations where we understand less and less. If we do not devote considerably more energy and imagination to designing significant and consistent transdisciplinary approaches, our societies will continue to disintegrate. We live in a period of transition, which means that paradigm shifts are not only necessary but indispensable (Max-Neef, 1991).”

como qualquer “ato de criatividade coletiva” (Sanders & Stappers, 2008), que aparenta assumir uma postura mais lúcida da abrangência imposta pelos desafios da atualidade. Neste sentido, os conceitos “*metadesign*”, “*strategic design*” e “*design thinking*”, também se enquadram na consciência dessa abrangência e realçam que a trajetória do design tem vindo a aproximar-se do domínio transdisciplinar invocado por alguns autores (e.g. Manzini, 2015; Max-Neef, 1991).

Ao definir o sentido crítico, a criatividade, a capacidade de análise e o sentido prático como as quatro competências humanas que constituem a essência da prática do design, Manzini (2017a) renova o pressuposto segundo o qual todo o ser humano é um designer (Freire, 1976; Papanek, 1971; Potter, 1969; Simon, 1996)³⁵. Contudo, enquanto humanos (homens-designer), estas capacidades são (ou não) desenvolvidas e aplicadas de forma “difusa”, ao passo que, enquanto especialistas (designer-especialista), as mesmas são cultivadas e otimizadas de forma consciente e sistematizada.

Estes factos permitem remeter para dois fundamentos de empoderamento do pensamento de Paulo Freire (1979). O primeiro, para a constatação de que o designer é, por princípio, um ator empoderado, isto é, revela capacidades críticas e analíticas que informam e sustentam uma prática, que Freire (1979) chama de unidade dialética entre conscientização e práxis. O segundo fundamento relaciona-se com a interdependência entre atores na edificação de processos de mudança: “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão (Freire, 1970: 29)”. O designer-especialista só se completa no ato de cooperar e, neste ato, assume a responsabilidade pela visibilidade dos múltiplos discursos e pela tangibilidade dos processos de interação e ideação (Manzini, 2017c). Os restantes especialistas atuam mediante as suas competências, incluindo os homens-designer que além de despertarem as suas competências latentes de design, fornecem as suas visões e experiências do mundo como enquadramento às atividades de cocriação.

Face à complexidade dos problemas e multiplicidade de perspetivas a integrar nos processos colaborativos, a conceção de (eco)sistemas facilitadores de debates e ações em colaboração (Manzini, 2017b) ou, como outros autores lhe chamam, o “ato de infraestruturar” (“*infrastructuring*”) (e.g. Ehn, 2008; Karasti, 2014; Le Dantec & DiSalvo, 2013), ou ainda “a encenação do “terceiro espaço” da investigação colaborativa” (Brandt, Binder & Sanders, 2013), constitui uma das atuais funções do designer-especialista, que destaca “a abertura do processo e do resultado através de uma atenção ao procedimento (Brandt et al., 2013)”.³⁶

Refletindo sobre os procedimentos que este tipo de abordagem do design tem vindo a adotar, a introdução das ‘novas’ tecnologias parece constituir o foco de muitas intervenções, mesmo quando os contextos de ação não sugerem uma base humana e

³⁵ Paulo Freire utiliza “ser que projeta”.

³⁶ “(...) the openness of both process and outcome through an attention to procedure (Brandt et al., 2013: 172).”

tecnológica capaz, convertendo estas iniciativas de desenvolvimento em ações de capacitação para o uso da tecnologia (e.g. Campbell, 2004; Sabiescu, 2013).

Uma importante aprendizagem extraída da investigação em design em contextos de deficiência, pode ser extrapolada para esta discussão. A reorientação do foco das incapacidades para as capacidades da pessoa portadora de deficiência, desencadeou processos de inovação que superaram as expectativas mais convencionais (Cassim, 2007, 2014; Pal, 2017b). Deste modo, as competências locais deverão ser reconhecidas como os recursos mais básicos e os únicos indispensáveis nos processos de desenvolvimento. A omissão desta consciência ao nível dos contextos mais desfavorecidos, onde se organizam tentativas de imposição das (novas) tecnologias, insinua uma prepotência semelhante à que Lucy Suchman (2011) reconheceu nas palavras de um tecnólogo de Silicon Valley em entrevista radiofónica, quando este declarou “o futuro chega mais cedo aqui”. A par da prepotência, esta visão ilustra a “conceção de tempo linear que domina a modernidade ocidental (Santos, 2012: 37)” e, consequentemente, do desenvolvimento que este comporta.



Figura 3. Cenas do filme “Kitchen Stories” (Hamer, 2003) (Fontes: <https://www.taxidrivars.it> e <https://www.milanodesignfilmfestival.com>).

São infinitas as recomendações passíveis de serem adotadas na investigação e prática do design (e não só) para a obtenção de resultados mais fidedignos. A título de exemplo, o filme “*Kitchen Stories*” (Hamer, 2003) contempla inúmeras situações em torno da relação entre investigador e objeto de investigação (utilizador), num estudo que visava aumentar a eficiência no uso das cozinhas domésticas. Este filme é uma sátira que relata os esforços dum investigador na recolha de dados, numa fase de evolução do paradigma ‘centrado no utilizador’ que despertou para a importância do estudo dos desempenhos dos utilizadores nos seus contextos reais.

Todavia, a questão que se pretende realçar vai um pouco mais além da pertinência que o filme expõe. A coerência entre propósitos (declarados) e os processos e recursos explorados constitui o busílis desta reflexão. Se, por um lado, urge pensar sobre o impacto dos projetos em função do consumo de recursos e deterioração ambiental (Cannan, 2000; Illich, 1973a, 1973b; Kenny, 2016; Mayo, 2016; Papanek, 1971; Sanoff, 2008), por outro constata-se um aparente paradoxo entre desígnios de

empoderamento e exploração de recursos que não são do domínio da população em causa, que expõem iniciativas de design e de desenvolvimento ao fracasso e aumento de lixo.

Em tempos de abundância (ainda que fragmentada), um dos desafios para o design, prenunciado por Ivan Illich (1973a) há mais de 40 anos, relaciona-se com a ideia que este chamou de “sociedade convivial”, que aspira à “busca constante de novas maneiras de ter uma percentagem ainda maior da população unida para fazer ainda mais com cada vez menos”³⁷. O desfecho para a desigualdade, ainda que aparentemente “absurdo” por “ser contrário à experiência” de muitos, reside na “escolha de limites para todos em vez de promessas de igual consumo (Illich, 1973a)”³⁸. Esta visão ‘convivial’ acentua o potencial e apela à sublimação das competências humanas identificadas na base da atividade do design (Manzini, 2017a). Illich refere que as circunstâncias para esta decisão são inevitáveis, uma vez que o desenvolvimento tecnológico desvinculado de um sistema político que regule e proteja um acesso igualitário a tecnologia ‘convivial’ irá numa primeira instância conduzir ao agravamento das desigualdades entre ricos e pobres e, por último, conduzir ao inescapável destino imposto pela extinção dos recursos (Illich, 1973a, 1973b).

Indo ao encontro dessa extinção de recursos, Chatterjee (2017) decompõe casos de design ‘difuso’ ou espontâneo em contextos predominantemente desfavorecidos, e afere que as “respostas naturais, como queixas, medo, resignação e pressentimento”, inibem o arrojo necessário para “enfrentar situações de extrema necessidade e alcançar mudanças radicais”. Ao passo que, a capacidade dos indivíduos para se libertarem desse estado de “consternação” os abastece de novas visões de si e das suas capacidades, uma “compreensão de vários limiares do potencial individual, bem como a [nossa] capacidade de exercer controlo situacional, apesar de falta de recursos ou ajuda externa (Chatterjee, 2017)”.

Deduz-se assim que, a relação de dependência perante as ferramentas ou outros recursos materiais, em lugar do uso sublimado das capacidades humanas intrínsecas (i.e., sentido crítico, criatividade, capacidade de análise e sentido prático), é um atributo que está na essência de um ser oprimido e não de um ser empoderado. No retraimento de cenários extremos, o design(er) incorpora a resignação e o pessimismo que atuam no sentido oposto à sua essência, apesar de serem essas as circunstâncias que constituem oportunidades para o design(er) ‘transcender’ o *status quo* (Brandt et al., 2013) e apresentar contributos relevantes na convergência transdisciplinar para futuros mais equitativos e sustentáveis.

³⁷ “(...) the constant search for new ways to have an even larger percentage of the population join in doing even more with ever less (Illich, 1973a: 174).”

³⁸ “(...) the possibility that a majority of voters anywhere would choose limits for all rather than promises of equal consumption is contrary to their experience and therefore seems absurd to them (Illich, 1973a: 137).”

Síntese crítica



Figura 4. Articulação dos conceitos fundamentais.

A Figura 4 sintetiza a discussão teórica na qual se estabeleceram relações semânticas e interdependências entre os conceitos principais e o posicionamento teórico que orientaram esta investigação em design:

- a participação, como a unidade básica da democracia, que se constrói pelo consenso;
- o plural de pessoa, como o requisito mínimo para a constituição de sentidos de comunidade;
- o âmbito de intervenção do design que se enquadra entre estas duas dimensões da existência humana, a política e a comunitária, entre as quais se debate e decide como podia ser, e se experimentam alternativas e modos de (inter)agir;
- a identificação de dois componentes processuais que constituem a base de exploração no, com e através do design: a 'proximidade social' (comportamental) e os "objetos-fronteira" (instrumental).

'Participação' é o conceito basilar para esta investigação-ação e um lugar comum para as duas áreas que se fundem na respetiva intervenção: o design e o desenvolvimento comunitário. Apesar da reconhecida relevância do conceito, é impossível descurar o emaranhado de perspetivas sobre o que significa 'participar' e a dificuldade em navegar pela proliferação de conceitos sinónimos, e frequentes usurpações e deturpações da terminologia reportadas por autores das duas áreas (e.g. Degnegaard, 2014; Rowe & Frewer, 2005).

Numa breve retrospectiva aos percursos da participação no design e no desenvolvimento comunitário, foi possível identificar um paralelismo entre a emersão dos ideais de democracia nos anos 60 do século passado, e a sua desvirtuação em período neoliberal, duas décadas mais tarde. Esta reflexão permitiu confirmar a ideia shakespeariana de que “não há nada bom ou nada mau, mas [um] pensamento [que] o faz assim”. Um pensamento alienado de uma consciência crítica de justiça e equidade expõe qualquer valor (como a participação), ferramenta (como a tecnologia) ou prática (como o design ou a ciência (Illich, 1973a)), ao risco de conversão em mecanismos de “domesticação dos homens” em vez de contribuir para a sua libertação (Freire, 1979).

Avaliando o percurso do design e participação, o facto de este ter sido desencadeado em torno da habitação, uma das necessidades humanas mais básicas, corrobora com o cariz político do movimento em prol das classes sociais mais pobres e marginalizadas e, pelos mesmos motivos, explica a sua descontinuidade. O movimento do Design Participativo, iniciado uma década mais tarde, num contexto e âmbito diferentes, não parece ter sido confrontado com uma oposição como a que ocorreu no caso do Design Comunitário. A razão que se aponta para esta divergência histórica pode estar associada à postura que ambas as propostas apresentavam às estruturas de poder vigentes. No caso do Design Comunitário e do seu paralelo português, o Processo SAAL, as melhorias das condições de habitabilidade das populações mais pobres implicavam não só um ‘desvio’ de verbas públicas para prioridades que não eram as das elites, mas também cedências territoriais para um direito mais democrático à cidade, sem contrapartidas tangíveis para essas elites. No caso do Design Participativo, as abordagens estabelecidas para a implementação de tecnologia no contexto de trabalho resultavam em melhoria das condições de trabalho para os operários e aumento de produtividade para a empresa.

No entanto, é de salientar que o Design Participativo aparenta ter progredido em dois sentidos, ambos reforçando em demasia as questões técnicas desta evolução em detrimento das questões políticas. A primeira, apontada por Greenbaum (1996), destaca que as intervenções tecnológicas em contexto de trabalho não podem ignorar um enquadramento com o direito laboral, pelo risco de se transformarem em estratégias que, evocando a eficiência e a produtividade, invertem o papel do homem perante as suas ferramentas (Illich, 1973a, 1973b) e contribuem para a sua precarização. A segunda, diz respeito ao fascínio pela inovação tecnológica legitimada pela utilidade e a obsessão pelo novo abastecida pela produção desregulada. Tudo isto reverte para utilizadores cada vez menos competentes (Illich, 1973a) e agrava os contrastes sociais entre segmentos da população.

Esta postura crítica não pretende instituir-se como uma negação das novas tecnologias, mas como uma constatação de que a dependência delas neutraliza as competências básicas reconhecidas no designer-especialista, a esperança daqueles que experienciam uma situação de injustiça e a aspiração de uma democracia regenerada.

Como ponto de partida para a intervenção que se segue, considera-se desta forma fundamentada a necessidade de:

- divergir do recurso às novas tecnologias, para que estas não constituam as condicionantes do envolvimento ativo de populações que (por enquanto) não são capazes de se apropriar criticamente desses meios. Alheados dessas exigências técnicas, mulheres-designer e homens-designer poderão concentrar-se nos “porquês” através de “comos” apropriados e apropriáveis.

- fazer convergir o ser político com o ser empático, tanto nas ações humanas como nas dos designers, assumindo a ‘proximidade social’ como componente essencial para a construção da empatia.

Presume-se que poderá ser através desta combinação de propostas de abordagem que as experiências que articulam o design e a participação podem ser encaradas como rituais de aproximação, de aprendizagem e de exaltação utópica (Freire, 1979; Santos, 2012) de democracia e de comunidade.

“Construir uma democracia participativa também significa construir um maior senso de comunidade entre a população em geral (Sanoff, 2008: 61)”.³⁹

³⁹ “Building a participatory democracy also means building an increased sense of community among the population at large (Sanoff, 2008: 61).”

Referencial geográfico e sociodemográfico: o Bairro do Lagarteiro

O Bairro do Lagarteiro alcançou um lugar de destaque precisamente por ser o bairro mais à margem da cidade, assomando como um contexto difícil, logo desafiador e pertinente para esta investigação, e como uma oportunidade granjeada pela ligação estabelecida com o técnico de serviço social da zona e com alguns elementos da população residente, como será explicado mais adiante.

Construído nos anos de 1973 e 1977, atualmente albergando cerca de 1800 habitantes⁴⁰ em 446 habitações, o Bairro do Lagarteiro decorre de uma necessidade de habitação camarária que se cingiu a uma “mera ocupação de uma bolsa de terrenos disponíveis” (Marques et al., 2006) nos limites orientais da cidade do Porto. A história do Lagarteiro, um bairro que “nasceu, cresceu – e falhou (M. C. Pinto, 2017: 11)”, é uma história de segregação social que começou pelo território e sua desintegração da malha urbana (Figura 5), condicionando “a estrutura de oportunidades” (Alves, 2008) da população.

Seria expectável que a caracterização deste “bairro crítico” em período de crise⁴¹ se precipitasse na exposição das problemáticas vivenciadas pela população. Todavia, decidiu-se preludiar com a face positiva desta realidade que não só evidencia factos geralmente pouco associados a este contexto, como potencialidades passíveis de explorar.

Os laços de solidariedade entre vizinhos são um destes factos que resultam de uma história longa de convivência, com a maioria dos agregados a residir no bairro há mais de 25 anos (Marques et al., 2006), o que, por sua vez, deu origem a desdobramentos e cruzamentos familiares que sustenta esta rede de suporte (J. A. Pinto, 2007). Além destas particularidades, as “desgraças coletivas e individuais” também constituem circunstâncias em que a solidariedade no bairro se acentua (J. A. Pinto, 2007).

No bairro vivem muitas famílias que, apesar dos poucos recursos, resistem aos mecanismos de assistência social através de estilos de vida e empregos estáveis, fazem boa gestão do seu orçamento familiar, demonstram estima e boa manutenção do lar e transparecem “alguma aspiração social” (J. A. Pinto, 2007).

⁴⁰ A contagem da população do Lagarteiro varia consideravelmente entre os 1194 habitantes (Domus Social 2017), os 1766 habitantes (Pimenta, Ferreira & Ferreira, 2001) e os 1892 habitantes (INE 2001). Por motivos de coerência com as duas fontes secundárias mais relevantes para a caracterização desta população (Marques et al., 2006; J. A. Pinto, 2007), optou-se por assumir o volume populacional que essas fontes consideraram, i.e. 1766 habitantes.

⁴¹ Fase de intervenção ainda marcada pelas consequências da crise económica.

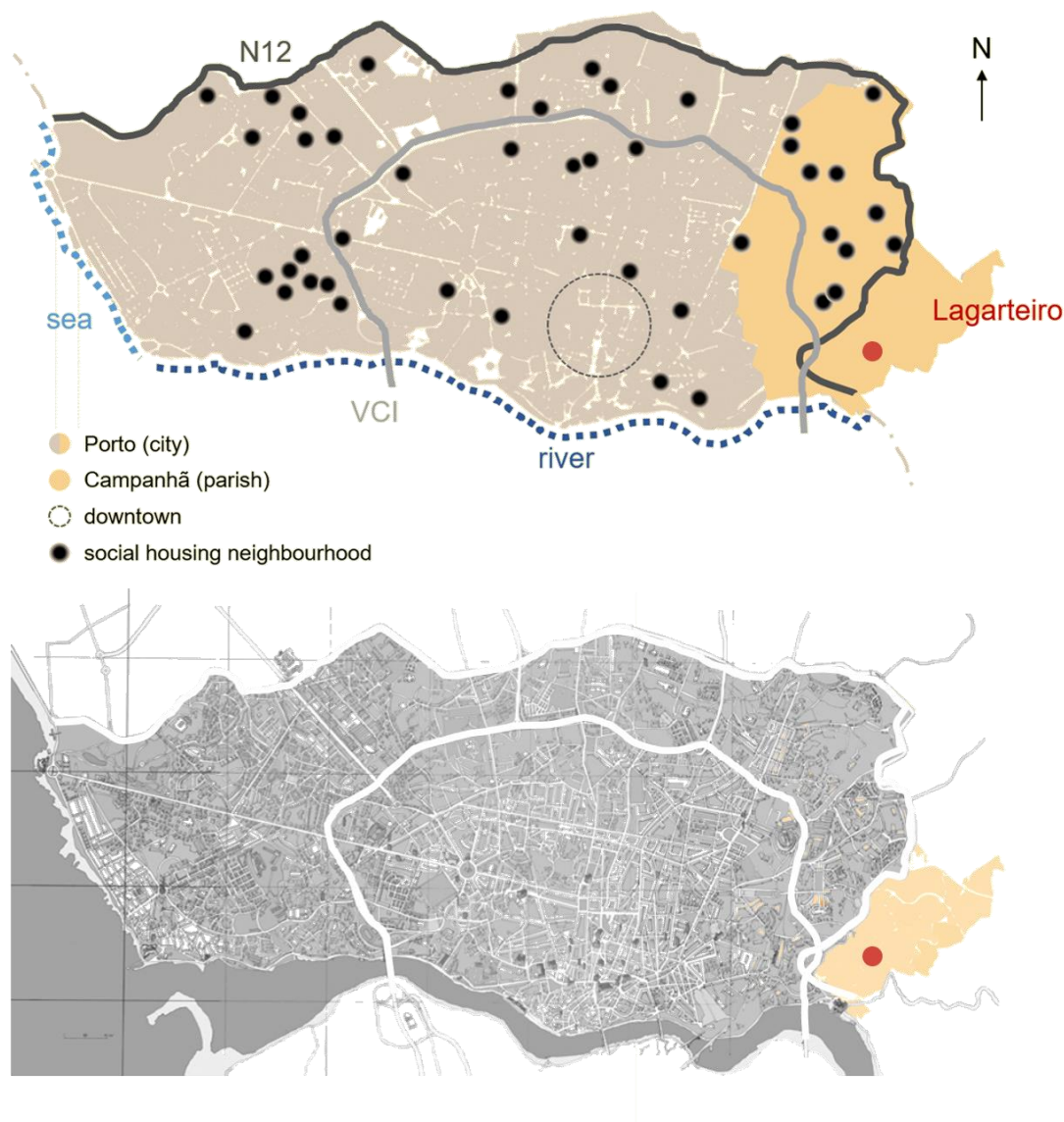


Figura 5. Em cima, mapa do Porto com dispersão dos bairros de habitação social (pontos a negro e vermelho) e identificação da freguesia de Campanhã (mancha salmão). Em baixo, realce (a cor) da zona da freguesia de Campanhã que se encontra fora dos limites circunscritos pela estrada da circunvalação (N12), que muitas pessoas pensam não pertencer ao Porto, na qual se encontra o Bairro do Lagarteiro (ponto vermelho).

Outro aspeto positivo, destacado num dos diagnósticos sobre este bairro (Marques et al., 2006), está associado a um fator que foge à tendência para o envelhecimento da população. A média etária de 35 anos da população do Lagarteiro, contra os 39 anos a nível nacional (INE 2001 citado por Marques et al., 2006), resulta dos índices de natalidade e da concentração de jovens no bairro.

Através de um questionário aplicado no bairro pela Junta de Freguesia de Campanhã em 2006, que abrangeu uma amostra expressiva da população (1460 residentes segundo Marques et al. (2006)), confirmou-se a urgência de intervir no edificado que se encontrava em “limite técnico de vida (Marques et al., 2006)”. A lista de problemas começa com as questões de humidade (62,2%); das janelas (61,4%), persianas

(58,9%) e portas (58,9%); pintura (57,6%), infiltrações (47,6%) e fendas (33,2%); canalização (37,2%) e eletricidade (23,7%); e por último, os elementos do espaço comum, como as campainhas (25,4%), caixas de correio (17,2%) e escadas (2,8). As obras no bairro foram iniciadas em 2009 e terminadas em 2016, depois de terem sido suspensas entre 2012 e 2015.

Porém, todas as situações citadas têm um revés. A circunscrição desta população num território distante dos serviços e oportunidades da cidade, enfraquecida pela perda de proteções sociais, foi deteriorando o referencial positivo e cívico dos habitantes do bairro, e muitos acabaram sucumbindo à dependência de apoios sociais e a atos desviantes, desde as economias paralelas de subsistência, ao tráfico de droga. O número de famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI) é muito alto no bairro (67% segundo Marques et al. (2006)) e com poucos indícios de melhoria, devido a fatores conjunturais e estruturais. As medidas de austeridade, instauradas em razão da crise económica, apenas vieram agravar alguns dos principais desafios apontados pelos técnicos que trabalham no contexto: a acomodação e a desafeição pelo trabalho (J. A. Pinto, 2007).

As famílias que resistem à dependência e à desviância estão com frequência fechadas à vida social no bairro, num esforço por se desmarcarem do estigma incutido na sua proveniência. “(...) por muito boas pessoas que sejam, quando dizem que vêm do Lagarteiro, uma pessoa dá um passo atrás, não é?!” [entrevista NS]. Ouvem-se com frequência os testemunhos daqueles que na busca por emprego omitem as palavras “bairro” e “Lagarteiro”, por saberem que serão preteridos numa oportunidade honesta de subsistência. José António J. A. Pinto (2007) avança com a crítica à simultaneidade de “uma política social injusta com práticas institucionais e lógicas organizacionais que atuam e lidam com estas famílias ao nível da caridade e do assistencialismo (p. 194)”, que em lugar de emanciparem, alimentam este estado e estilo de vida.

“O estigma territorial não tem permitido a abertura e a permeabilização destes moradores com o meio exterior (J. A. Pinto, 2007: 190)”. O fechamento é a reação da população que, mediante circunstâncias que não consegue ultrapassar, e perante um Estado que desde o início da história do Lagarteiro tem negligenciado a participação da população nas suas próprias mudanças (J. A. Pinto, 2007), se acomodou a uma cultura de “assistência reivindicativa (Marques et al., 2006)” que se reproduz nas gerações seguintes:

“Aquele mentalidade de ‘eu não preciso de estudar porque depois vou ter rendimento’” [entrevista RV]

A desvalorização da escola e o insucesso escolar são recorrentes entre a população do Lagarteiro, que resultam em baixos índices de instrução e em posturas pouco positivas em relação ao universo escolar.

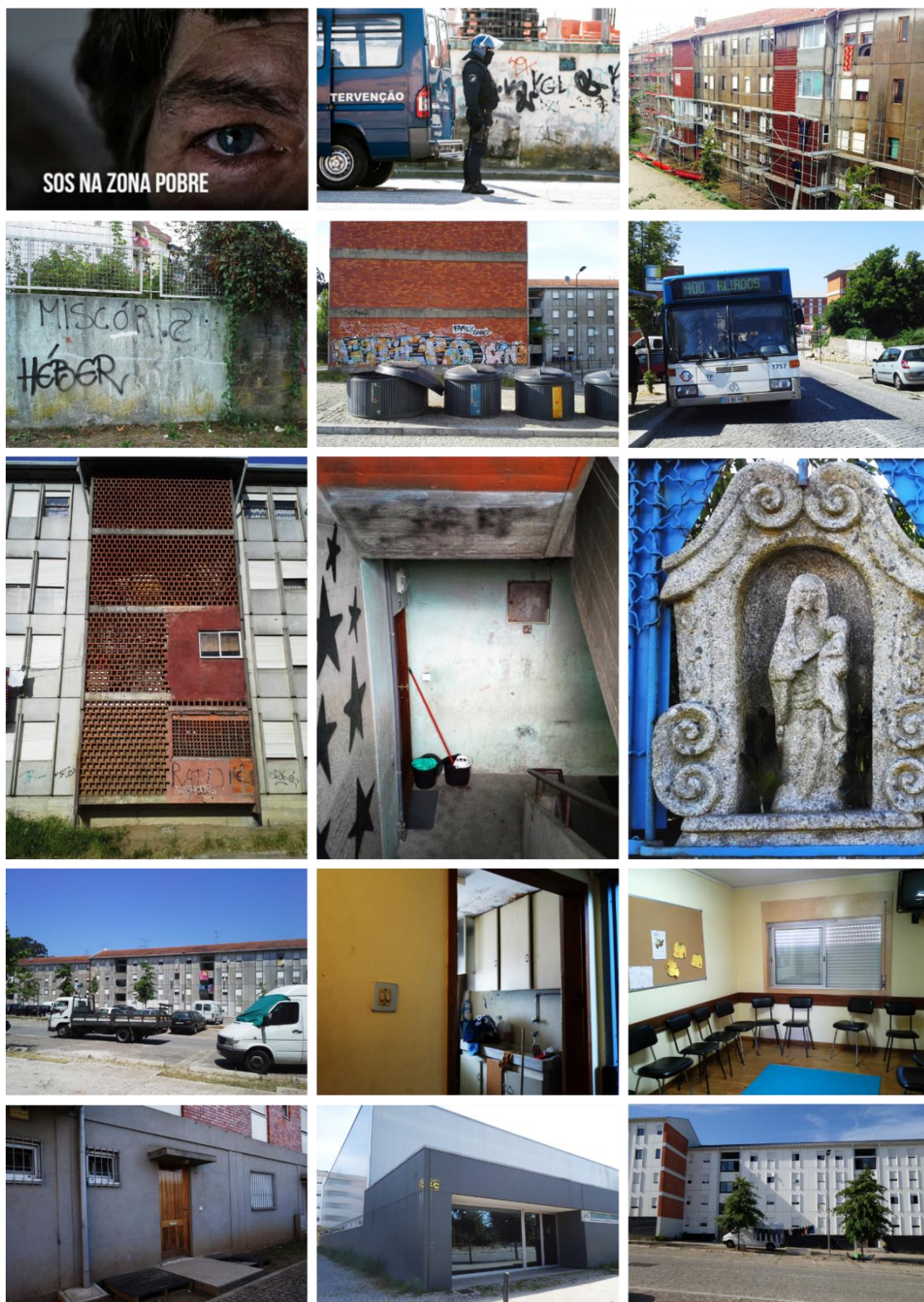


Figura 6. Imagens do Bairro do Lagarteiro. Imagética retirada a partir da comunicação social, antes da entrada em campo (linha superior. Fontes: <http://www.eas.pt/sos-na-zona-pobre/> (esquerda); <http://www.porto24.pt/cidade/moradores-do-lagarteiro-revoltados-com-corte-de-luz/> (meio); <http://afaplan.com/projecto?id=177&lang=pt> (direita)). O bairro e arredores antes das obras de requalificação das fachadas (3 linhas seguintes) e (linha inferior) as instalações da associação de moradores (esquerda), o pavilhão Animar (meio) e fachadas após as obras de requalificação (direita).

“O percurso escolar das crianças residentes no Bairro do Lagarteiro caracteriza-se por não gostarem da turma, sentirem-se rejeitados pelos colegas, não terem bom relacionamento com os professores nem interesse pelas matérias lecionadas. A família considera que eles não são capazes e os próprios alunos interiorizam essa ideia de inferioridade (J. A. Pinto, 2007: 135)”, e “ainda porque a escola não participa na estruturação dos projetos de vida das famílias e jovens (Marques et al., 2006: 42)”.

Em 2001, 20,2% da população com mais de 15 anos tinha o ensino básico completo (PT: 38%, INE 2001) e apenas 6,4% tinha formação secundária, média ou superior completa (PT: 22%, INE 2001). Ainda que registadas melhorias ao nível de escolarização das gerações mais novas em relação às anteriores, a escolaridade obrigatória continua a não ser uma meta atingida por muitos (J. A. Pinto, 2007). Este facto é melhor compreendido quando analisadas as aspirações dos menores e se verifica que para a maioria deles não aparentam implicar muita escolarização (J. A. Pinto, 2007). As maiores frequências de resposta foram: “ser futebolista (15,5%)”, “ter uma casa (4,9%)”, “ser feliz (4,5%)” e “ser rico (2,9%)”. Apenas 2% refere que o seu sonho é terminar os estudos.

Os números de jovens e de nascimentos no Lagarteiro resultam dos elevados índices de maternidade. Particularmente significativa na adolescência, a maternidade acentua as fragilidades na composição e subsistência familiar, uma vez que também é recorrente a monoparentalidade (BL: 20,3%; PT: 9%, INE 2001). Estas circunstâncias também se refletem na dificuldade de permanência das novas famílias junto dos seus agregados de origem, pela falta de casas disponíveis, que frequentemente conduz taxas elevadas de sobrelotação destes alojamentos (41%, INE 2001). Apesar da estima aos mais novos, as falhas no capital escolar e de referências positivas de parentalidade fornecem um repertório de casos de negligência a diversos níveis.

“(…) a falta de responsabilidade dos pais para com as crianças. Não sabem cuidar delas quando estão doentes, tratar de uma simples diarreia. A alimentação é deficitária, à base de guloseimas do café.

Estes meninos não cumprem horários, não cumprem as regras mínimas de higiene e asseio, têm uma linguagem e um comportamento muito agressivo (J. A. Pinto, 2007: 126)” | “aqui o conceito de cidadania não.... compete-nos a nós, como instituições que trabalhamos aqui, trabalhar isso... mas em casa é muito complicado fazê-lo... [entrevista CF]” | “... mas veja bem, com 4 anos... mas um canivete grande [entrevista SJ]” | “(…) há uma falta de preparação educacional... os próprios pais deviam eh... ter sentido como é que se educa um filho. Não se lhe pode dar tudo! Já sei que eles... veem isto, querem, veem aquilo, querem. Mas se a gente lhes vai dar largas a tudo isso, é um problema... e depois, amanhã querem o tal dinheiro para o pão, pró leite, pró iogurtes, pró dia a dia... [entrevista SJ]” | “(…) por parte dos encarregados de

educação também há uma relutância... ele não quer comer não come... não tem que obrigar o meu filho a comer... Eles não estão habituados a comer comida confeccionada ao lume, digamos... porque em casa também não comem... apesar de muitas vezes, para alguns, esta ser a única refeição que eles têm... [entrevista PP]”

Segundo o coordenador da Unidade de Saúde que dá apoio à população, a alimentação é um dos fatores que mais influência tem nas condições de saúde mais recorrentes no Lagarteiro e em pessoas cada vez mais novas: diabetes, hipertensão e saúde oral. A dívida ou a receita para aviar na farmácia é um dos motivos que leva muitos utentes a recorrerem ao posto de atendimento local para pedirem ajuda no pagamento. Um dos agentes entrevistados realça os casos de saúde mental em adultos e crianças, que advêm das pressões e dificuldades do quotidiano, e se traduzem em depressões com consumos medicamentosos elevados e consumos de droga e álcool. Todos estes fatores contribuem para um quadro que propicia a violência doméstica e que constitui um modelo deturpado que os mais novos assimilam e têm vindo a reproduzir, cada vez mais, com os seus pares na adolescência.

“... enquanto que há cerca de 10, 15 anos atrás, até 20, a construção civil abarcava com muitos e muitos postos de trabalho, era muito fácil esses indivíduos com pouca escolaridade, no mínimo trabalharem em... note que a maior parte dos 40-50-tões que hoje são desempregados foram pessoas que passaram pela construção civil. É evidente que a crise da construção civil trouxe a estas populações menos escolarizadas uma crise enorme na sua vivência... [entrevista ES]” | “... não há oportunidades de integração económica através do emprego... o emprego que existe não chega ao Lagarteiro. Queremos os mais qualificados, e nem para os mais qualificados há lugar... [entrevista X]”

Em 2001 a taxa de desemprego era de 16,6% (INE 2001) e entre a população empregada, a maioria ocupava postos pouco qualificados (J. A. Pinto, 2007), cumpria horários inferiores a 30 horas semanais (INE 2001) e sujeitava-se constantemente a situações de precariedade. Apesar de não haver números oficiais, segundo agentes entrevistados, com a crise económica estes valores agravaram-se. Segundo J. A. Pinto (2007), a representativa desafeição pelo trabalho dos habitantes do Lagarteiro não é uma responsabilidade imputável à população, porque deriva de problemas estruturais, isto é, dos “mecanismos sociais de exclusão no sistema de ensino e na formação profissional (p. 189)” que não motiva nem qualifica para as exigências do mundo atual, da “política segregacionista de alojamento (p. 190)” que produz estigmas e a interiorização de identidades falhadas e dos efeitos das “políticas sociais e das instituições de proteção e a ação social na reprodução dos sistemas de dependência (p. 190)”, que leva um aglomerado de gente a perder expectativas e a acomodar-se às

leis (ou anarquia) da sobrevivência. Em 2006, 4,3% da população declarou não ter qualquer tipo de ambição (J. A. Pinto, 2007).

Estas circunstâncias aparentam sustentar uma visão defraudada sobre os projetos de vida, que José António Pinto sintetiza em “casa, rendimento e família”. A experiência de campo e interação com a população permite, pelo menos suspeitar, que muitas(os) jovens, impossibilitadas(os) de ter um emprego, pelas fracas habilitações, se encontram privadas(os) de casa e veem na maternidade o único objetivo alcançável, precipitando-se demasiado cedo na maternidade, com uma expectativa ingénua sobre os desafios da parentalidade e descurando implicações como as de subsistência.

As obras no bairro deram uma cara lavada aos blocos, mas estão longe de repercutir atitudes positivas nos seus habitantes, porque não houve a responsividade que um diagnóstico participativo como o de 2006 implicava. O novo semblante agrada com certeza a todos, nomeadamente a quem só por lá passa, mas além do estigma que a população herdou e que uma fachada nova não altera, os interiores de muitos destes lares continuam a carecer das obras de melhoria que agora, escondidos entre paredes, já não parecem ser um problema de interesse e investimento público. Estas famílias continuarão a viver de forma indigna, mas agora mais dissimulada.

Fundamentos metodológicos

“... é errado acreditar-se que as investigações mais rigorosas são as que recorrem a métodos muito formalizados, tal como é falso pensar que um investigador só pode ser rigoroso em detrimento da sua imaginação (Quivy & Campenhoudt, 1992: 232)”

Ao implicar um conjunto de pessoas a pensar e agir criticamente sobre as suas circunstâncias de vulnerabilidade, os desígnios desta investigação em design associam-se à visão transformativa (Creswell, 2014), ecoando os princípios do paradigma crítico (Bohman, 2005; Creswell, 2014; Horkheimer, 2002) e da abordagem da investigação-ação (Kemmis & Wilkinson, 1998). A agenda transformativa é composta por conceitos como “empoderamento, desigualdade, opressão, dominação, supressão e alienação” (Creswell, 2014), envolvendo-se com o domínio político no confronto das condições de iniquidade (Bohman, 2005; Mertens, 2010). Os pressupostos de democracia, imbuídos neste tipo de abordagens, impõem a participação das pessoas que experienciam a discriminação como um dos aspetos elementares na condução da investigação (Creswell, 2014; Kemmis & Wilkinson, 1998).

A investigação-ação (Lewin, 1946), metodologia adotada neste projeto, é aqui entendida como sinónimo de ‘investigação-ação participativa’ (Kemmis & Wilkinson, 1998; Whyte, 1991) e de ‘investigação-ação participativa crítica’ (Fine & Torre, 2004), que se caracteriza como um processo colaborativo no apoio à investigação para a mudança de realidades sociais (Kemmis & Wilkinson, 1998), e se concretiza como ato de aprendizagem mútua entre participantes, i.e. aqueles que experienciam uma determinada realidade a ser mudada (Kemmis & Wilkinson, 1998) e a equipa de investigação.

Reforçando a participação como princípio constitutivo deste estudo, são vários os autores que reconhecem as sinergias entre design e investigação-ação (Cole, Purao, Rossi & Sein, 2005; Foth & Axup, 2006; Swann, 2002). As semelhanças entre ambas as práticas são consideráveis, mas é pelas complementaridades que se justifica esta escolha, i.e. a predisposição do design para a experimentação e facilidade de materialização e simulação do design (Binder et al., 2015), e a experiência acumulada de proatividade na área social e na sistematização dos processos de documentação e reflexão da investigação-ação (Swann, 2002).

Os atores envolvidos neste tipo de intervenções partilham papéis de coinvestigação e cocriação e benefícios da ação colaborativa, onde a geração de aprendizagens e de propostas de mudança se concretizam nas experiências diretas entre todos os intervenientes (Gray, 2013). Estes benefícios são salvaguardados pela “criação de ambientes nos quais os participantes dão e retiram informações válidas, fazem

escolhas livres e informadas (incluindo a escolha de participar), e produzem compromissos com os resultados da investigação (Argyris & Schön, 1991).⁴²

Uma vez que a visão contida neste projeto específico se reflete no empoderamento de uma população vulnerabilizada, o processo de empoderamento (Lee, 2013) procedente da área do trabalho social e inspirado na obra de Paulo Freire, serviu de base para o desenho do plano de intervenção. Assim, as opções metodológicas e deontológicas que se vão impondo ao longo deste percurso inquiridor, resultam do cruzamento dos princípios do design com a investigação-ação e a abordagem de empoderamento. A par destes princípios, subiste uma consciência de que os percursos, ainda que bem planeados, não se fazem sem reformulações desencadeadas por uma permanente consciência crítica e pelo facto de o contexto de ação ser real e complexo, e sujeito a oscilações e imprevistos.

A Figura 7 apresenta a estrutura da abordagem desta investigação, baseada em dois dos parâmetros propostos pelo percursor da investigação-ação, Kurt Lewin (1946): ciclos constituídos pelas fases de planeamento, execução/implementação e averiguação/reflexão e análise (“fact-finding”); e procedimentos de observação e documentação transversais a todas as fases. No entanto, à semelhança de outros autores (Gray, 2013; Kemmis & Wilkinson, 1998; Swann, 2002), admite-se que o processo possa ser flexível e com uma sucessão não linear das etapas.

Os três níveis de empoderamento – individual, grupal e comunitário (Lee, 2013) – correspondem a ciclos consecutivos de investigação-ação (Figura 7), que salvaguardam a exequibilidade do envolvimento da população através do efeito bola de neve (Creswell, 2013; Gray, 2013) da população-alvo.

Ao nível das escolhas metodológicas, a complementaridade disciplinar é verificável na Figura 7, com um predomínio das competências e procedimentos do design (a branco) nas etapas mais práticas (planeamento e implementação), e das ciências sociais, particularmente através da etnografia (a tracejado), na condução das atividades de observação, documentação e análise. Todavia, foram vários os casos em que as competências e os princípios do design se apropriaram dos procedimentos alheios, para desenvolver instrumentos de análise e de representação, como serão explicados mais adiante.

⁴² “(...) it aims at creating an environment in which participants give and get valid information, make free and informed choices (including the choice to participate), and generate internal commitment to the results of their inquiry (Argyris & Schön, 1991: 86).”

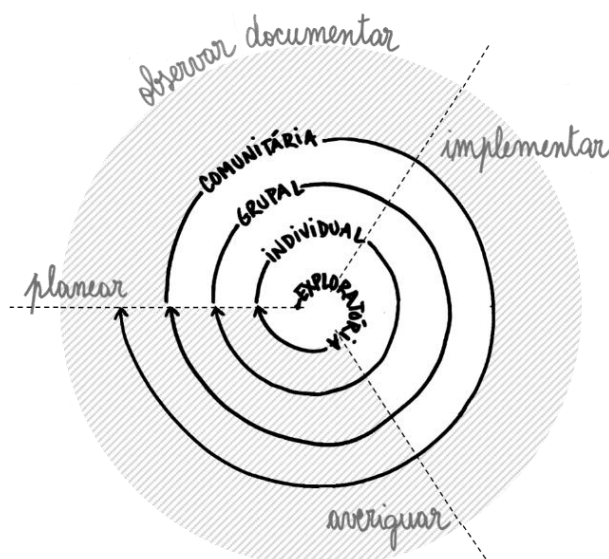


Figura 7. Estrutura da abordagem da intervenção, baseada na investigação-ação (Lewin, 1946) e na teoria de empoderamento (Lee, 2013).

Antes do início destes ciclos de investigação-ação foi imprescindível o desenvolvimento de trabalho preliminar numa fase que se denominou de exploratória, durante a qual se desenvolveu um estudo etnográfico no contexto de estudo.

Entre a validação e a credibilidade da investigação

Tratando-se de um projeto de investigação de natureza qualitativa, poder-se-iam referir autores como Corbin e Strauss (2014) e Creswell (2013), que defendem que em investigações desta natureza, em lugar de ‘validação’, a avaliação deve ser feita segundo uma perspetiva de ‘credibilidade’, através da qual se verifica que “as descobertas são confiáveis e críveis na medida em que refletem as experiências dos participantes, dos investigadores e dos leitores sobre um fenómeno” sem perder a noção de que a “explicação é apenas uma das muitas possíveis interpretações “plausíveis” a partir dos dados (Corbin & Strauss, 2014)⁴³.

No entanto, outros autores sustentam a validade em contexto de investigação-ação de outras formas, como a evidência da própria iteração que permite aos investigadores o refinamento de ideias e práticas (Gray, 2013: 388). Ao sugerir-se que a própria abordagem salvaguarda a validade investigativa, é enumerado um conjunto de técnicas associadas, como: definir um desenho de pesquisa autoconsciente; aplicar técnicas de triangulação; dar voz; demonstrar envolvimento prolongado; demonstrar observação persistente; providenciar descrições verbatim; haver controlo por participantes; haver controlo por especialistas; desenvolver revisões bibliográficas; registar notas; disponibilizar pistas para auditoria; fornecer evidências que suportem as

⁴³ “(...) findings are trustworthy and believable in that they reflect participants', researchers', and readers' experience with a phenomenon but at the same time the explanation is only one of many possible “plausible” interpretation possible form data (Corbin & Strauss, 2014: 302)”

interpretações; reconhecer a perspetiva do investigador; fornecer descrições densas (Gray, 2013).

A ‘validade social’ é outra aceção do termo que se define como “medida em que potenciais adotantes dos resultados de investigação e de produtos os julgam úteis e realmente os utilizam” (Seekins & White, 2013: S20), prova que as práticas mais aproximadas da investigação-ação participativa, são as que exibem menos riscos para este género de validade.

Conclui-se que, o modelo proposto de investigação-ação, ainda que não derive em generalizações, foi assegurando com alguma legitimidade uma validade e/ou credibilidade, reiterada pelas seguintes estratégias:

- a triangulação de dados e métodos (Gray, 2013; Symonds & Gorard, 2010) em momentos específicos;
- o **livro de histórias** desenvolvido para a população do bairro (ver página 77) e a apresentação do projeto de investigação para o consórcio de associações locais, serviram propósitos de validação do tema e dos objetivos da investigação (Seekins & White, 2013);
- “juntos vamos tentar descobrir como é possível melhorar, experimentar fazer coisas de maneiras diferentes das habituais, tentar chegar a um resultado que seja positivo para cada 1 dos participantes, para o grupo e para a comunidade” [trecho do **livro de histórias**], é um exemplo de como foram enquadrados os critérios de sucesso para aprovação dos participantes (Seekins & White, 2013), sem cair em falsas expectativas ou vislumbres milagrosos, e valorizando as conquistas que se podem fazer em coletivo;
- o envolvimento dos participantes no projeto enquanto co-investigadores foi possível⁴⁴, na medida em que as abordagens e os procedimentos eram inteligíveis e as escolhas se faziam em consciência (Seekins & White, 2013);
- em diversas etapas da investigação, sucederam-se momentos de tomada de controlo pelos participantes (e.g. discussões de grupo focal, na construção do co-questionário) e por especialistas (e.g. o técnico superior de serviço social, o nutricionista que validou o conjunto de questões do livrete-sonda e as orientadoras deste projeto de doutoramento) (Gray, 2013).

Considerações éticas

De novo, o **livro de histórias** constituiu uma das principais estratégias aplicadas neste projeto de investigação para um envolvimento ético dos diferentes atores, uma vez que incorporou a maioria dos quesitos apontados para um consentimento informado: a clarificação dos objetivos da pesquisa; quem é previsto ser envolvido; que esse envolvimento é voluntário e passível de ser interrompido a qualquer momento; para

⁴⁴ Não foi um envolvimento ativo integral, mas registou-se em vários momentos.

que perguntas se procuram resposta; tempo estimado de dedicação por participante e quais os benefícios dessa participação (Gray, 2013: 59, 61).

Considera-se que, ao contrário do que geralmente sucede em documentos desta índole, que tendem a aplicar uma linguagem pouco adequada aos desígnios de informar, neste caso, a eficácia da comunicação foi proporcionada pelo uso de uma linguagem e vocabulário simples. Aliás, esta simplificação foi uma preocupação constante durante todo o processo de intervenção, de forma a atenuar os obstáculos à participação ativa e consciente em razão de dificuldades de literacia identificadas na população.

Algumas das considerações éticas, como informar quem terá acesso aos dados depois de recolhidos e como será preservado o anonimato dos inquiridos, foram discutidas com as partes envolvidas nos momentos apropriados. Foi o caso do momento em que se iniciaram os registos de fotografia e vídeo⁴⁵, ou na fase de aplicação do questionário no bairro.

Por último, e não menos importante, a identificação da investigadora em contexto de bairro também impôs alguns dilemas éticos que não podem ser ignorados. Este dilema deve-se sobretudo a um equilíbrio entre as questões morais e o desafio de explicar o que significa “doutoramento em design” ou “investigadora em design”.

Na entrada em campo, fase em que se desenrolou a exploração etnográfica no gabinete, para a maioria da população a investigadora foi apresentada como uma colaboradora do técnico superior do serviço social. Este papel não deixa de ser ambíguo, uma vez que se constata que muitos dos utentes pensavam, equivocadamente, que a investigadora era estagiária do serviço social. Esta imagem só foi sendo desconstruída através da interação com a população, que sempre que se referiam ou dirigiam à investigadora chamando ‘doutora’⁴⁶, esta fazia questão de dizer como se chamava e de esclarecer que não era nem estava prestes a ser assistente social, e que a razão para estar ali era o facto de ser “estudante da universidade do Porto a fazer um projeto no Lagarteiro sobre alimentação e poupança familiar”. A título de exemplo, um dos pontos de discussão com o técnico superior do serviço social foi que a simples menção ao termo ‘investigadora’ seria provavelmente conotada com atividade policial, que num contexto tão estigmatizado, poderia levar ao afastamento imediato de potenciais colaboradores.

⁴⁵ Exceto na sessão comunitária, na qual o consentimento para registo fotográfico foi feito por escrito e assinado (ver anexo Y), nas restantes situações este consentimento dos participantes foi verbal. No caso do Livro de histórias a explicação foi materializada e um resumo (desdobrável) entregue às participantes, mas a resposta desta foi apenas verbal.

⁴⁶ A determinada altura a IP apercebe-se que chamar ‘doutora’ é também uma estratégia que aparenta ter duas razões de ser. Por um lado, a poupança de constrangimentos por se esquecerem do nome da pessoa. Algumas ocasiões, o facto de se relacionarem com uma ‘doutora’, parecia ser um sinal de estatuto especial.

(página intencionalmente deixada em branco)

2. DA TEORIA À PRÁTICA

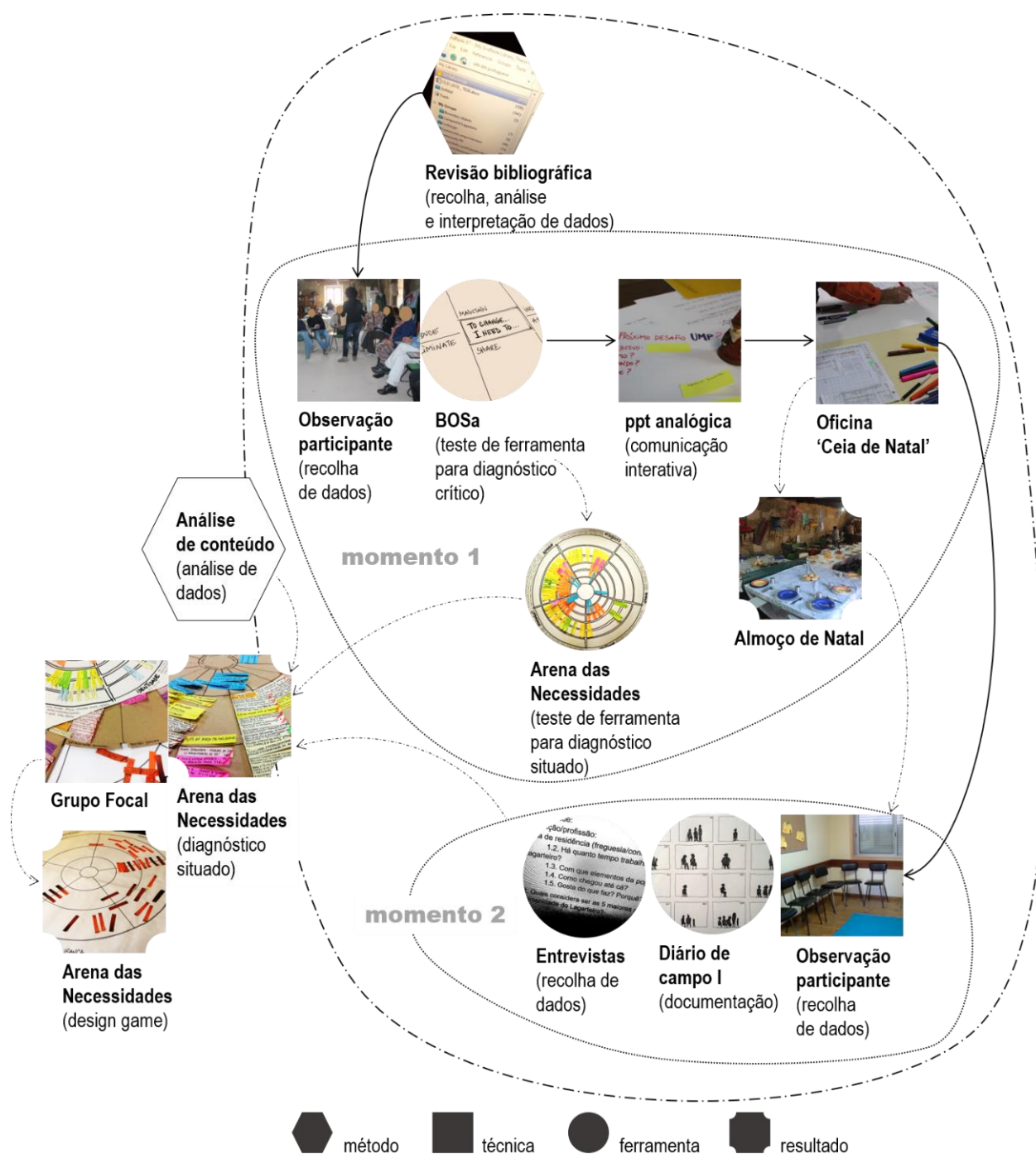


Figura 8. Síntese do fluxo metodológico da fase exploratória.

A síntese do trabalho realizado na fase exploratória, exibida na Figura 8, esquematiza o modo como algumas atividades verteram em instrumentos para a investigação e participação.

Desta fase exploratória, realizada em dois momentos compreendidos entre fevereiro de 2014 e maio de 2015, era esperado: (i) o reconhecimento do terreno e aproximação à Freguesia de Campanhã; (ii) a especificação do recorte de estudo e caracterização do contexto; (iii) definição de estratégias de entrada em campo e aproximação à população; (iv) a definição de área temática; (v) o refinamento do plano de ação e da estratégia metodológica, e teste de ferramentas e técnicas; e (vi) uma preparação para as interações esperadas no contexto.

Aproximação ao contexto e preliminares metodológicos

No primeiro e mais longo momento (12 meses) foi feito um reconhecimento da freguesia de Campanhã e de algumas estruturas de apoio e intervenção comunitários, recorrendo a prestações voluntárias dentro de duas dessas estruturas - a Associação Movimento Terra Solta (AMTS)⁴⁷, com atividades centradas na Quinta Pedagógica do Mitra, e o consórcio Campanhã XXI. Nesta fase foram aplicados métodos etnográficos, nomeadamente a observação participante⁴⁸ e entrevistas informais, complementados pela revisão bibliográfica e análise de relatórios de organismos com trabalho desenvolvido no contexto.

Durante este período, na Quinta Pedagógica do Mitra (QM), algumas oportunidades permitiram um envolvimento mais direto e interventivo com a população local. Nomeadamente, o convite feito pela coordenadora do projeto T(r)ocas e Transformas (T&T), Patrícia Costa Neto, para colaborar na organização das sessões de Desenvolvimento Comunitário da 5ª edição do T&T, que desencadeou um conjunto de ações decisivas para o percurso desta investigação.

Ainda na 4ª edição do T&T, na qual se recorreu à observação-participante, durante uma sessão de Desenvolvimento Comunitário, os participantes ficaram intrigados com os relatos sobre um projeto que estava a ser desenvolvido em paralelo, sobre alimentação em tempos de crise (“Utopian Meal Plan”, na introdução). A perplexidade e curiosidade evidenciadas pelos presentes, deixaram a investigadora também surpresa, uma vez que esperava que os resultados deste projeto não fossem tão surpreendentes para algumas destas pessoas que vivem com baixos recursos.

Blue Ocean Strategy adaptada

Na edição seguinte de T&T, a investigadora foi convidada a colaborar na dinamização das sessões de Desenvolvimento Comunitário. A dinâmica que foi proposta pretendia atingir dois fins, completar a etapa inicial de apresentação dos participantes com uma abordagem coletiva. Para o projeto de investigação, as finalidades eram duplas. Por um lado, obter informações que contribuíssem para uma maior compreensão dos fatores que estas pessoas consideram ser determinantes para a sua felicidade e como se implicam nessa busca de felicidade. Por outro, esta auscultação seria feita através do teste da ferramenta **Blue Ocean Strategy adaptada (BOSa)**, que se pretendia

⁴⁷ Associação Movimento Terra Solta (AMTS) é uma associação sem fins lucrativos dedicada à defesa, valorização e prevenção ambiental, conservação da natureza, fomento e promoção de atividades de educação cívica ambiental, ações de conservação e melhoria do ambiente. A AMTS coordena a Quinta Pedagógica do Mitra, apoia a Orquestra Comunitária Mundo em Campanhã – que se dedica à construção e utilização de instrumentos musicais com material reutilizável -, e a iniciativa Grão a Grão, entre outros.

⁴⁸ Segundo (Creswell, 2013), a classificação apropriada seria ‘participação completa’, do inglês “complete participant”.

aplicar ao longo da fase de intervenção. **BOSa** é uma adaptação feita à “Blue Ocean Strategy” (Mauborgne e Kim, citados por Stickdorn e Schneider (2011)) da área do marketing organizacional que, para o presente estudo, tem como principal objetivo auxiliar a percepção de cada um sobre as mudanças necessárias para atingirem um determinado objetivo.

Esta atividade, intitulada “Para ser (mais) feliz, precisava de...”, permitiu identificar uma série de dificuldades vividas por aquele conjunto de pessoas, das quais se destacam as deficiências no que respeita às componentes básicas de vida, i.e. saúde, casa, alimentação e emprego, e a baixa literacia (uma destas pessoas era analfabeta).

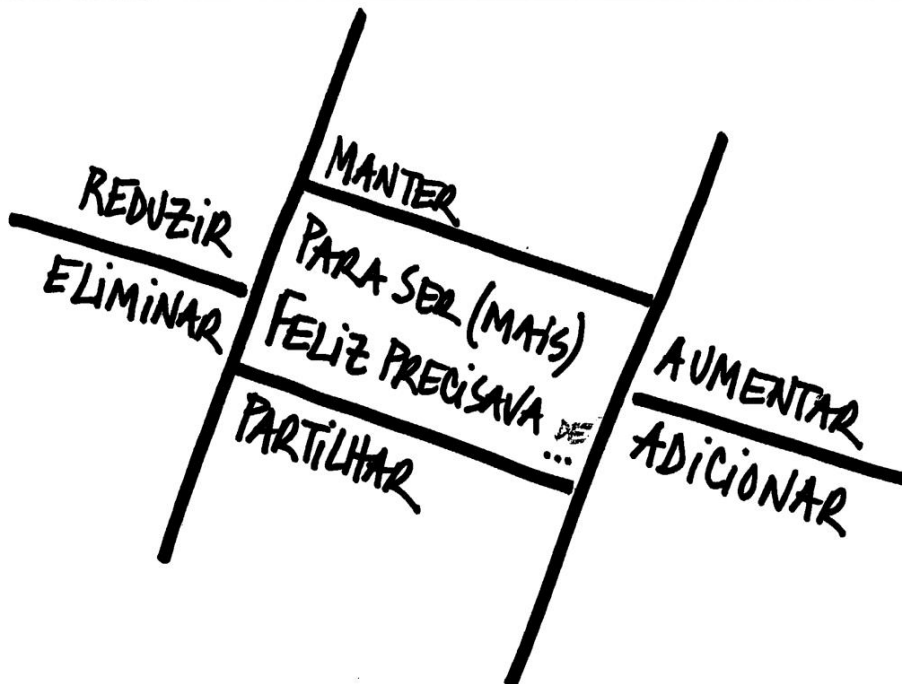


Figura 9. Teste da ferramenta BOSa nas sessões de desenvolvimento comunitário (grupo de 13 pessoas) e matriz aplicada ao tema “para ser (mais) feliz, precisava de...”

.ppt analógica

Com base nas constatações feitas com a aplicação da matriz **BOSa**, na última sessão de Desenvolvimento Comunitário, foi organizada uma atividade que tinha dois propósitos: explicar de forma simples quais eram os princípios e estratégias fundamentais do projeto **UMP** e propor aos presentes uma adaptação deste modelo a uma data especial que se aproximava, o Natal; desenvolver uma estratégia de comunicação para esta apresentação que visasse a adequação do conteúdo e da tecnologia às particularidades do contexto e pusesse à prova requisitos de proximidade e interação (Figura 10).

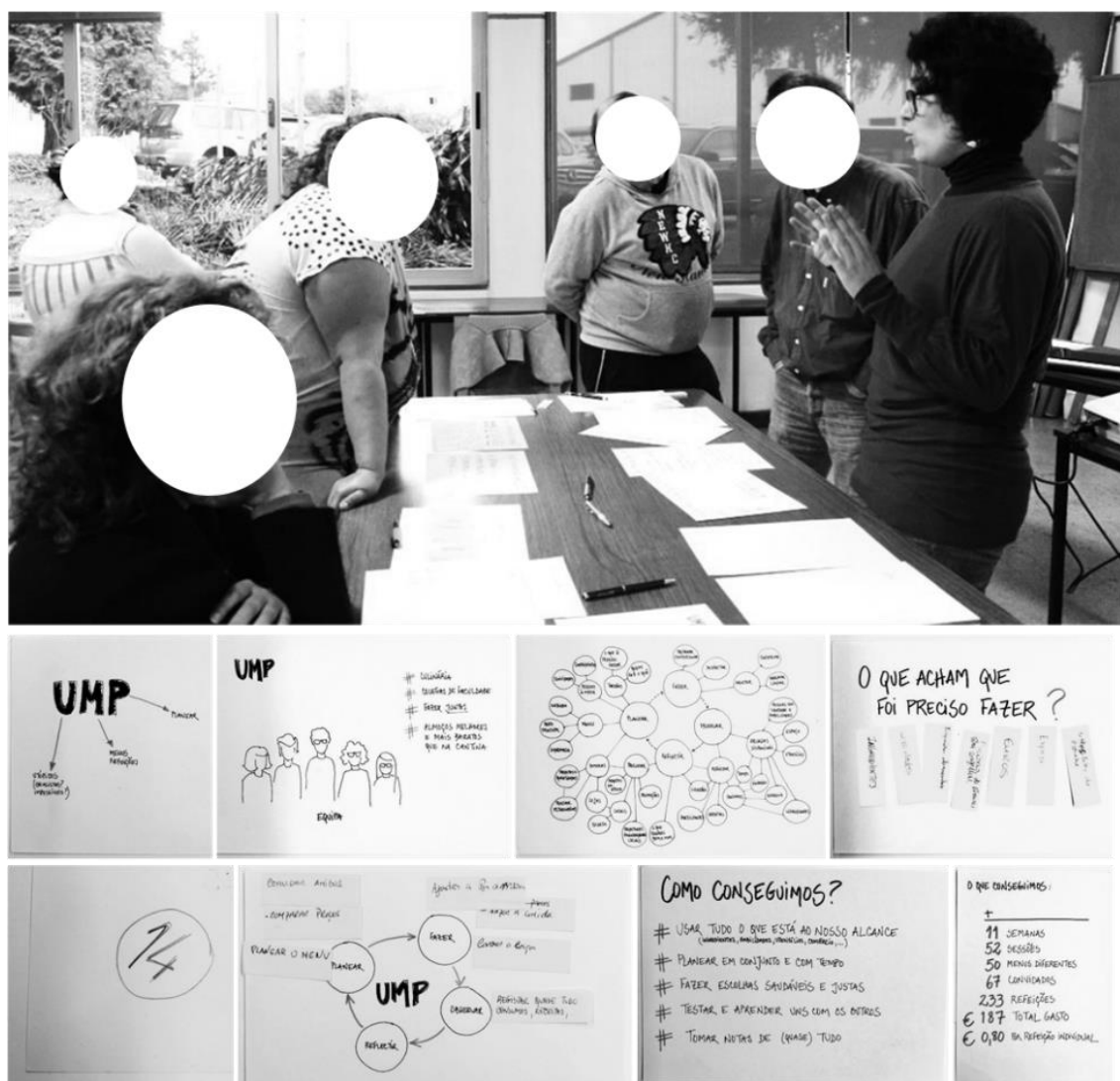


Figura 10. Aplicação da .ppt analógica (em cima) e alguns conteúdos da .ppt analógica (em baixo).

Ainda que seguindo os princípios formais do *PowerPoint*, a simplicidade técnica alcançada através da colagem, do desenho e do uso de frases curtas escritas à mão permitiu uma aproximação do meio de comunicação ao grupo. Correspondendo a um diapositivo, cada folha A4 foi numerada no verso e dispersa sobre a mesa, para ser

voltada por ordem, revelando o seu conteúdo (Carvalho, Franqueira & Ferro, 2015). Esta tarefa, juntamente com algumas questões que iam sendo colocadas aos presentes para as quais estes eram convidados a responder num post-it e a colar no ‘diapositivo’, foram táticas de interação desenhadas, que permitiram aos presentes ter um papel ativo numa atividade que, de outra forma, seria apenas expositiva. Por iniciativa própria (não planeada), alguns elementos do grupo começaram a ler em voz alta o conteúdo do ‘diapositivo’ que tinham diante de si, permitindo até à pessoa analfabeta ultrapassar com subtilidade as dificuldades de leitura (Carvalho, Franqueira & Ferro, 2015).

A **.ppt analógica** acabou por revelar-se uma mais-valia enquanto estratégia de comunicação e inclusão de pessoas com baixa literacia. Em conjunto com os seus pressupostos construtivos, a **.ppt analógica** converteu-se numa referência para os materiais que foram desenvolvidos e aplicados durante a intervenção.

A oficina “Ceia de Natal”

A apresentação do projeto **UMP** e o convite para participar na oficina intitulada “**Ceia de Natal**” foram estendidos à comunidade, durante a Feira Livre de Natal de 2014 organizada no auditório da Junta de Freguesia de Campanhã. Em paralelo com o projeto **UMP**, esta oficina realizou-se em três dias, os dois primeiros dedicados à discussão, planificação e aquisição de todos os componentes, e o terceiro dia, para confeccionar e desfrutar de uma refeição que se converteu num ensaio para a noite da consoada (Figura 11). Os participantes, depois de terem colaborado na definição de uma ementa que resgatasse o espírito natalício e na recolha de receitas, assumiram uma pesquisa de mercado sobre a lista definida de ingredientes e perante a análise desta tornaram-se críticos e estrategas. No terceiro dia, o índice de pessoas disparou, uma vez que os participantes puderam trazer familiares ou amigos para desfrutarem da ceia, e esta constituiria uma oportunidade para fortalecer a rede com agentes que trabalham com a população local.

Perante uma mesa com trinta e seis pessoas, com improvisações musicais e poéticas, os objetivos da oficina viram-se concretizados e promovidos num ambiente de festa que ficou na memória dos presentes e evidencia que a articulação dos temas da alimentação e da crise económica é um desafio urgente e sentido em contextos socioeconomicamente desfavorecidos, ainda que o interesse por esta temática possa transpor as fronteiras entre classes.

Foi também neste momento que se decidiu que o BL seria o foco desta investigação. Esta decisão foi tomada por duas razões, uma estratégica e outra tática. A primeira prende-se com o facto deste bairro ser considerado uma zona ‘crítica’ e de má fama do Porto, constituindo um contexto desafiante para esta investigação. A razão tática está relacionada com as relações de proximidade já estabelecidas com habitantes deste bairro (através da QM) e com alguns agentes externos, nomeadamente com o

técnico superior de serviço social daquela área, José António Pinto (X), que se tornou elementar para a entrada no BL, no segundo momento da fase exploratória.



Figura 11. Momentos da oficina “Ceia de Natal”. Fotografias: Patrícia Costa Neto e Abhishek Chatterjee.

Entrada em campo

Foi através de um desafio lançado pelo X, que faz atendimento *in loco* à população do Lagarteiro e arredores desde 1997, que se conseguiu a entrada e uma presença regular no bairro. Esta oportunidade consistia em assistir às sessões de atendimento com o objetivo primordial de compreender melhor e na primeira pessoa quais são as adversidades e necessidades vividas pelos utentes, e observar as lógicas das

relações entre atores (Velho, 1987). Para alcançar uma perspetiva mais alargada e heterogénea (Mansuri & Rao, 2004) do contexto, às perspetivas individuais dos utentes, foram adicionadas as perspetivas de vários agentes que lidam com a população do Lagarteiro.

Desta fase de trabalhos esperava-se uma caracterização do contexto mais informada, um veredito sobre a relevância do tema da alimentação em situação de crise e a conversão da investigadora num elemento cada vez menos estranho para a população do bairro, e vice-versa.

Exploração etnográfica

A etnografia foi a abordagem metodológica considerada mais apropriada para este momento. As sessões de atendimento do X à população acontecem uma vez por semana, nas tardes de terça-feira, e no decorrer das sete semanas que contemplaram o espaço temporal deste estudo, a duração média foi de quatro horas.

Não tendo havido lugar a uma explicação prévia, desconhecia-se o modo como decorriam estas sessões de atendimento. Contudo, foram estabelecidas algumas regras de conduta, que foram sendo afinadas ao longo do tempo. Entre os procedimentos preestabelecidos estavam: (i) a presença da investigadora depender da autorização dos utentes, para os quais ficou estipulado que esta assumia um papel genérico de colaboradora do X; (ii) as funções da investigadora seriam as de observadora não-participante, e tomar notas, seria apenas quando considerasse que não estaria a constranger os utentes; (iii) antes da primeira sessão, ficou esclarecido que o assunto "design" e "doutoramento", por se tratarem de conceitos complexos e difíceis de explicar em poucos segundos, seriam evitados de modo que este assunto não tomasse o tempo do atendimento. Estas questões seriam apenas mencionadas em situações nas quais se verificasse um interesse particular do utente pelas funções da investigadora. Contudo, em concordância com Creswell (2013) sobre a mudança do papel do investigador no processo de observação, durante os atendimentos, o X foi assumindo a presença da investigadora perante os seus utentes, incentivando o diálogo.

"Pois a Cecília disse: Chalana, a EA tem uma pinta!" [diário de campo, 31 de Março.2015]

"Não sabe ler!? ... se fosse uma velhinha... Cecília, tu conseguias viver sem saber ler?" [diário de campo, 17 de Março.2015]

A primeira sessão foi iniciada com o caderno de apontamentos e lápis guardados na carteira, porque não havia confiança para tomar notas enquanto as pessoas falavam. Acabou por se decidir assumir o caderno e as anotações, não só por se verificar que a quantidade de informação que cada atendimento gerava iria ser perdida se não fosse registada, mas também porque à medida que os atendimentos decorriam ficou claro

que os utentes estavam razoavelmente à vontade com a presença da investigadora⁴⁹. Dada a exiguidade da sala onde decorria o atendimento (cerca de nove metros quadrados onde chegaram a estar oito pessoas)⁵⁰, algumas táticas foram sendo desenvolvidas para salvaguardar os utentes de constrangimentos quanto à presença de um estranho e ao registo de notas. A discrição no registo foi cultivada, esperando o momento imediatamente seguinte a uma informação/observação considerada importante, ou tirando notas de forma contínua, por vezes completando raciocínios anteriores que não tinha conseguido completar. Em determinadas alturas, percebeu-se que era tempo de parar de anotar e que era importante olhar para as pessoas, cruzar o olhar com o delas para estabelecer uma sensação de ‘conforto empático’.

Recorrendo a essas anotações *in loco* e à memória da observadora, o **diário de campo I**, enquanto interface de registo das observações decorridas no bairro, seguiu largamente as orientações metodológicas de Fernandes (2002), nomeadamente com a definição de categorias de informação distintas, que este chama de “modalidades narrativas” e o estabelecimento de uma rotina de escrita quase imediata aos acontecimentos vividos e observados.

O **diário de campo I** foi-se construindo em volta de cinco “modalidades narrativas” (Fernandes, 2002). Contudo a configuração deste diário varia em relação à proposta pelo etnógrafo Luís Fernandes, uma vez que neste caso as modalidades coabitam na mesma folha, intercalando a modalidade do desenho com as restantes, textuais, diferenciadas através do uso da cor. As quatro modalidades textuais representavam a descrição dos acontecimentos do dia anterior, a relação com assuntos do conhecimento da observadora decorrentes de outras situações ou conversas, as reflexões metodológicas e/ou estratégicas e os “comentários impressivos” (Fernandes, 2002).

O **desenho**, que acabou por se tornar numa ferramenta valiosa de reconstituição de cenas e de reflexão, surgiu de forma espontânea pela necessidade de representar o recorte do estudo (a sala de atendimento) e como alternativa às implicações éticas da fotografia. Contudo, foram poucas as vezes em que o uso do desenho aconteceu em tempo real. Foi nos momentos pós-observação que se foi descobrindo que o exercício de desenho ajudava na “rememoração dos factos” (Fernandes, 2002) (Figura 12), mas também a perceber detalhes que, através da escrita, seriam provavelmente ignorados.

Sem uma predefinição de um quadro de análise, a observação foi inicialmente abrangente, e só através dos processos de reflexão desencadeados após cada período de observação é que se começaram a planear observações focadas,

⁴⁹ Devem estar habituados a ter pessoas a assistir, porque nenhum utente se opôs à presença da investigadora nas sessões presenciadas.

⁵⁰ No 1º andar de um dos prédios do BL, um apartamento foi convertido em gabinete de atendimento. A sala de estar é a sala de espera com serventia pública da casa de banho e um dos quartos é a sala de atendimento do X.

completando o conjunto de categorias de análise em função das necessidades de pesquisa (Apêndice I).

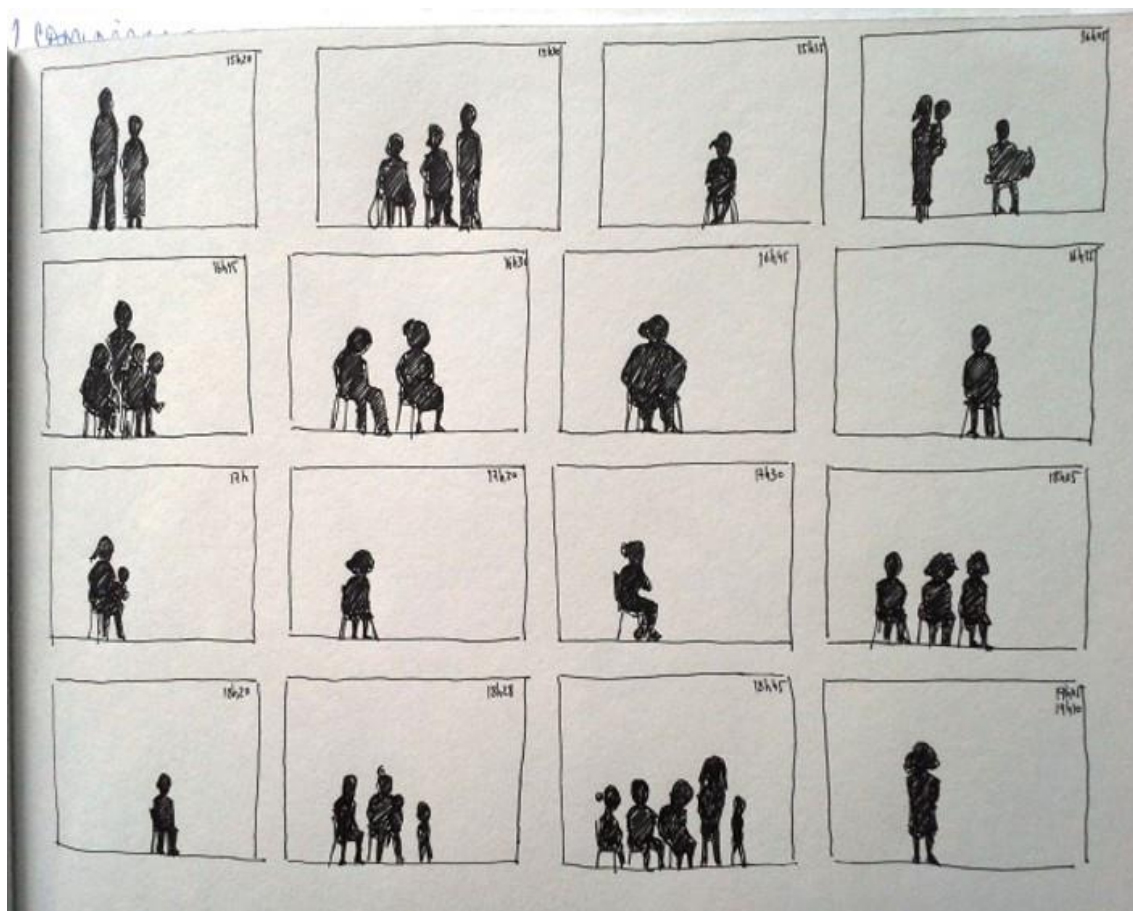


Figura 12. Registo visual dos atendimentos do X no gabinete do bairro.

O informante privilegiado, outro dos componentes característicos da etnografia, foi uma função essencialmente protagonizada pelo X, que se tornou num colaborador da investigação e um 'colega crítico' (Gray, 2013), com o qual se desenrolaram diversas discussões. Como Whyte (2005) fez com 'Doc', com o X debateu-se a estratégia de entrada em campo e postura da investigadora, as categorias de análise desta fase de trabalhos e os resultados atingidos.

No processo de análise de conteúdo, as categorias definidas reverteram para objetivos distintos da investigação. As dificuldades e/ou necessidades que justificaram a vinda dos utentes ao gabinete do técnico superior de serviço social, contribuíram para a definição da área temática sobre a qual o projeto de investigação se concentraria. Além disso, esta informação constituiu uma das componentes da triangulação aplicada para a caracterização do contexto, complementada com a perspetiva dos agentes externos (informação obtida em entrevista) e a análise documental (relatórios de

projetos de intervenção local e trabalhos de investigação). Este exercício de análise foi reforçado com a aplicação da **Arena das Necessidades (AN)**.

As restantes categorias emergiram da proximidade do ato de observar, que permitiu aclarar que os habitantes do bairro experienciam diferentes formas de tensão relacional, e delinear uma espécie de diagnóstico sobre o 'sentido de comunidade'. A última categoria, estratégias comunicacionais e de gestão emocional, é consequência pura da análise do conteúdo do diário de campo, que se decidiu considerar como mais uma ferramenta para o trabalho empírico que se seguia (Apêndice II).

Entrevistas aos agentes externos

Além da etnografia e da análise documental, as entrevistas realizadas durante esta fase visavam completar uma triangulação múltipla (Gray, 2013) para uma perspetiva mais inteirada da realidade vivida no BL, com as perspetivas dos agentes externos sobre os desafios da população, os principais obstáculos à mudança e uma visão particular sobre o tema do projeto de investigação.

Este método foi dirigido a agentes externos de diferentes áreas com experiência de trabalho acumulada no Lagarteiro, e pretendia ainda servir de pretexto para dar continuidade à constituição de uma rede de potenciais colaboradores do projeto.

Foi inicialmente previsto que o número de entrevistas iria depender da constituição de um conjunto variado de áreas, para o qual foram identificados dez candidatos que representavam: projetos/instituições de apoio alimentar e domiciliário, comércio local, projetos de dinamização comunitária, ensino, poder local, saúde, serviço social e igreja (apenas esta última não foi possível realizar).

No total foram realizadas nove entrevistas que seguiram um modelo semiestruturado com base num guião predefinido (Apêndice III). Este guião era constituído por dez perguntas: a primeira pergunta para caracterização sumária das funções do entrevistado no contexto e apenas a última remetia para a opinião e validação do tema da alimentação e crise; as restantes perguntas solicitavam a opinião dos entrevistados sobre as principais dificuldades ou problemas da população, a influência da crise, as mudanças mais urgentes, como é que essas mudanças se repercutiriam no trabalho do agente e o que está ao seu alcance fazer, o que está ao alcance da população fazer e expectativas de futuro para o trabalho no Lagarteiro.

Estas entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra e submetidas a um processo de análise de conteúdo, iniciado com a codificação e categorização consultáveis no Apêndice IV. Como já foi referido, os resultados desta análise serviram para a caracterização do contexto e foram integrados na **AN**.

Resultados preliminares

Desta fase exploratória decorre um aprimoramento metodológico, estratégico e deontológico do plano de ação.

No plano metodológico, a **BOSa** demonstrou potencial para diagnosticar e monitorizar as evoluções da consciência crítica dos participantes em relação ao tema central. A técnica analógica para apresentação interativa, que se designou de **.ppt analógica**, ultrapassou as expectativas que conduziram à sua conceção, pelo estímulo proporcionado para a cooperação na leitura dos 'diapositivos' pelos presentes que permitiu à pessoa que não sabia ler ultrapassar com subtileza a dificuldade no acesso ao conteúdo da apresentação. Esta interação aparenta ter sido instigada pela tangibilidade tecnológica e clareza da informação oferecidas, razão pela qual a **.ppt analógica** ter servido de referência para os materiais desenvolvidos durante a intervenção. A **Arena das Necessidades (AN)**, é uma contribuição metodológica que, apesar de derivar dos resultados obtidos na fase exploratória, a sua conceção resultou de uma maturação de bastidor que excedeu o período exploratório, mas que será explicada de seguida.

Com a convergência dos dados bibliográficos, etnográficos e das entrevistas, alcançou-se não só uma visão mais alargada das circunstâncias de vida no Bairro do Lagarteiro (descrita na seção que se inicia na página 30) e uma contextualização local do tema da segurança alimentar (apresentada mais abaixo, na página 62), como também uma maior sensibilidade sobre o saber estar neste campo, reforçada pelas estratégias de gestão emocional.

A Arena das Necessidades

A **Arena das Necessidades (AN)** surgiu duma tentativa de configurar graficamente uma estratégia que facilitasse a confrontação de diferentes perspetivas sobre um contexto ou tema. O conceito desenvolvido representa uma espécie de exercício de triangulação, onde é possível combinar mais do que três conjuntos de dados resultantes das diferentes tipologias (Gray, 2013) e dimensões (e.g. de métodos, de investigadores, de fontes, de períodos de tempo). A **AN** é uma matriz sobre a qual se estrutura um exercício de categorização, baseado nas cinco categorias de necessidades definidas por Maslow (1943), inscritas em torno de um círculo (substituindo a habitual disposição em pirâmide). Dividido em cinco partes iguais, correspondendo a cada uma das categorias, este círculo é fracionado em círculos concêntricos, em número suficiente para que cada nível (a, b, c,... na Figura 13) corresponda a uma fonte ou perspetiva diferente.

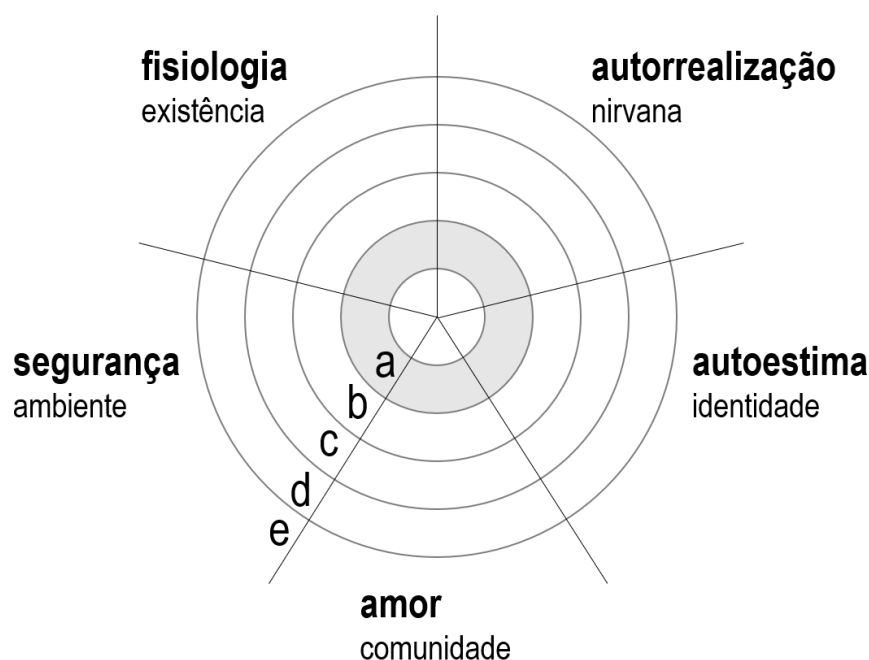


Figura 13. Matriz da Arena das Necessidades

A primeira aplicação desta matriz (Figura 14) foi ensaiada a partir da organização das informações obtidas no exercício “Para ser feliz eu precisava de...” (que serviu de teste à ferramenta **BOSa**):

- a. O primeiro nível (papéis turquesa), corresponde ao enquadramento na Teoria de Empoderamento (Lee, 2013) no qual são referidos os fatores associados a situações de desempoderamento.
- b. O segundo nível (papéis laranja), representa uma caracterização de um projeto de intervenção local.
- c. O terceiro nível (papéis rosa), são notas de observações em campo.
- d. No quarto nível (papéis amarelo vivo e verde) estão ordenadas as respostas dadas no exercício referido, distinguindo-se entre as necessidades de aumentar ou adicionar (papéis amarelos) alguma coisa e as necessidades de reduzir ou eliminar (papéis verdes).

O último nível (papéis amarelos e azuis pastel) corresponde às respostas dadas por um grupo de comparação com o mesmo número de pessoas, mas uma composição socioeconómica mista (pessoas do mesmo contexto e outras de classe média). Neste caso, os papéis amarelo pastel correspondem às informações dos papéis amarelo vivo e os verdes aos azuis pastel.

Sem entrar em grandes detalhes da análise, mas a título de exemplo do potencial que esta ferramenta começava a revelar, observando as cores e a concentração/dispersão dos papéis coloridos, constata-se que:

- os respondentes expressam mais necessidades de aumentar ou acrescentar algo, do que de reduzir ou eliminar.
- as necessidades fisiológicas (ou existenciais) e as de segurança (ou ambiente) são as mais significativas para os locais e projeto de intervenção local.
- as respostas, dadas pelo grupo de comparação, apresentam uma maior dispersão por todas as categorias de necessidades.

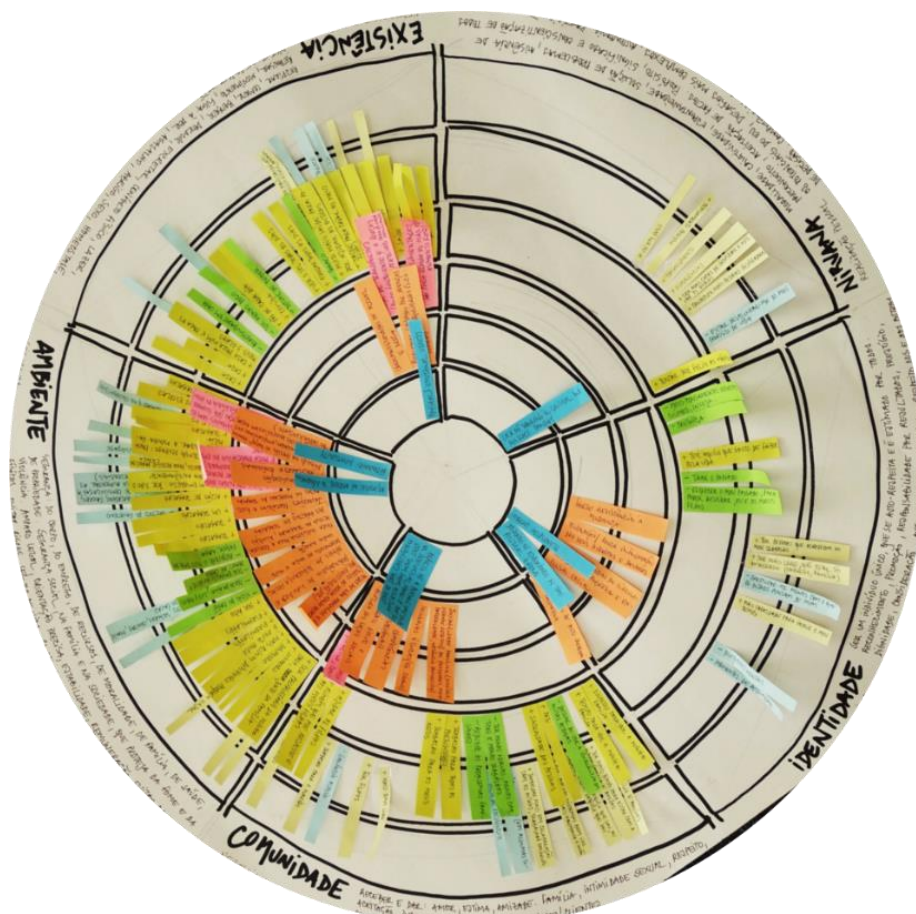


Figura 14. Arena das Necessidades I: versão-teste

Através destas aferições, concluiu-se que a matriz afigurava mais-valias ao nível analítico, enquanto abordagem integradora e flexível, logo mais rica e expressiva na caracterização de contexto, possibilitando tanto a alternância como a simultaneidade entre os diferentes níveis de informação; e representando graficamente uma visão mais imediata, acessível e manipulável da informação, ao nível da síntese.

Numa segunda implementação da matriz e conforme previsto, os dados recolhidos em campo (exploração etnográfica e entrevistas a agentes de apoio local), juntamente com as informações obtidas em revisão bibliográfica, foram tratados e integrados na matriz. Apesar do emprego dos princípios gerais da matriz descritos anteriormente, os níveis de informação e a codificação cromática foram adaptados a esta situação

específica, nomeadamente com uma estratificação da informação não só em função das fontes como do distanciamento cronológico (Figura 15).

- a. O primeiro nível (papéis turquesa e azul pastel) compreende dados recolhidos entre 1999 e 2002);
- b. O segundo nível (papéis amarelo vivo, amarelo pastel e laranja) contém dados sociodemográficos e outros que se consideraram importantes para a caracterização da população, que correspondem a 2006, ano de publicação da bibliografia de referência. O amarelo vivo corresponde a informação direta da população, o amarelo pastel a informação fornecida ou produzida por terceiros e o laranja identifica mudanças ou soluções propostas;
- c. O último nível (papéis rosa forte, rosa pastel e roxo) representa os dados recolhidos em 2015 durante o trabalho de campo exploratório. O rosa vivo corresponde a informação direta da população (recolhida durante a exploração etnográfica), o rosa pastel a informação recolhida em entrevista aos agentes de apoio local e
- d. o roxo identifica mudanças ou soluções propostas.

Através da Figura 15, verificam-se alterações na estrutura e formato da matriz. Quanto à estrutura, decidiu-se que duas subcategorias ('apoios sociais' e 'segurança alimentar') ficariam na interseção das necessidades de existência e segurança (categorias), uma vez que a opção por apenas uma não aparentava conformidade com o conteúdo tratado. E, para que fosse possível acomodar todos os dados nas categorias e subcategorias correspondentes, algumas secções da matriz foram aumentadas à proporção dos dados inseridos, de modo a permitir a leitura da matriz em função da quantidade de informação.

A leitura da **Arena das Necessidades II** confirma ou revela, informação relevante para a compreensão do contexto, como:

1. As aspirações de autorrealização não têm representação;
2. Questões relacionadas com a educação (E) são referidas pelos agentes de apoio local (papéis rosa pastel) e omitidas pela população (papéis rosa forte);
3. A segurança alimentar (D) e as interações sociais (H), são as duas subcategorias com mais realce na forma de necessidade ou problema.

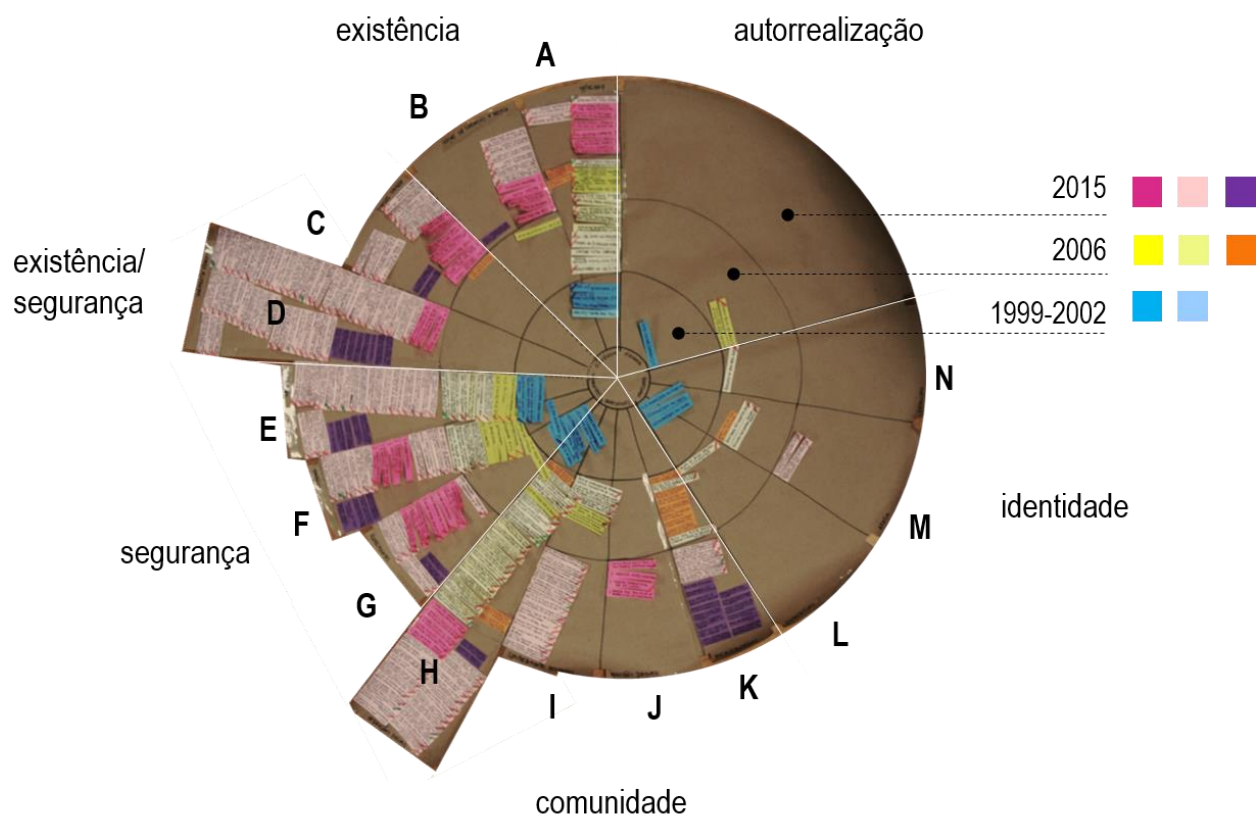


Figura 15. Arena das Necessidades II: integração de dados obtidos na fase exploratória segundo as categorias (necessidades de Maslow) e subcategorias (A, ..., N). A: habitação; B: acesso a cuidados de saúde; C: apoios sociais; D: segurança alimentar; E: educação; F: emprego; G: rendimentos; H: interações sociais; I: comportamentos desviantes; J: questões judiciais; K: macroestratégias; L: expectativas; M: apatia; N: fatalismo.

Para avaliar as contribuições da matriz, foi organizado um grupo focal com três elementos, dois especialistas da área da sociologia e do serviço social, e a investigadora (moderadora). Esta sessão durou cerca de duas horas e teve a seguinte ordem de trabalhos: (i) apresentação e debate da categorização e subcategorização (Apêndice V) definidas para os dados que resultam do segundo momento do trabalho de campo exploratório, (ii) apresentação da ferramenta através da versão-teste (Figura 14), (iii) simulação de uso da ferramenta com uma matriz limpa e alguns exemplos inseridos na versão ANII e (iv) apresentação da ANII (Figura 15) e debate sobre o potencial da matriz.

A discussão das categorias e subcategorias atribuídas inicialmente, ainda que não tenha desvirtuado o exercício, trouxe alterações consideráveis à estrutura. Como se pode verificar na Figura 16, a fusão das categorias existência e segurança constituiu a alteração mais significativa. As propostas de alterações com maior relevância, estão associadas à subcategoria 'interações sociais', na qual estavam englobadas várias informações, desde os laços de pertença, às tensões relacionais e questões étnicas, ao estigma, à parentalidade e à violência doméstica, entre outros. Os participantes

consideraram que a violência doméstica não deveria estar apenas englobada na categoria de 'comunidade', mas também na 'segurança', e que as questões étnicas estão associadas à categoria de identidade tanto como de comunidade. Por último, ambos os especialistas consideraram que o estigma devia ser uma subcategoria de identidade (letra O na Figura 16).

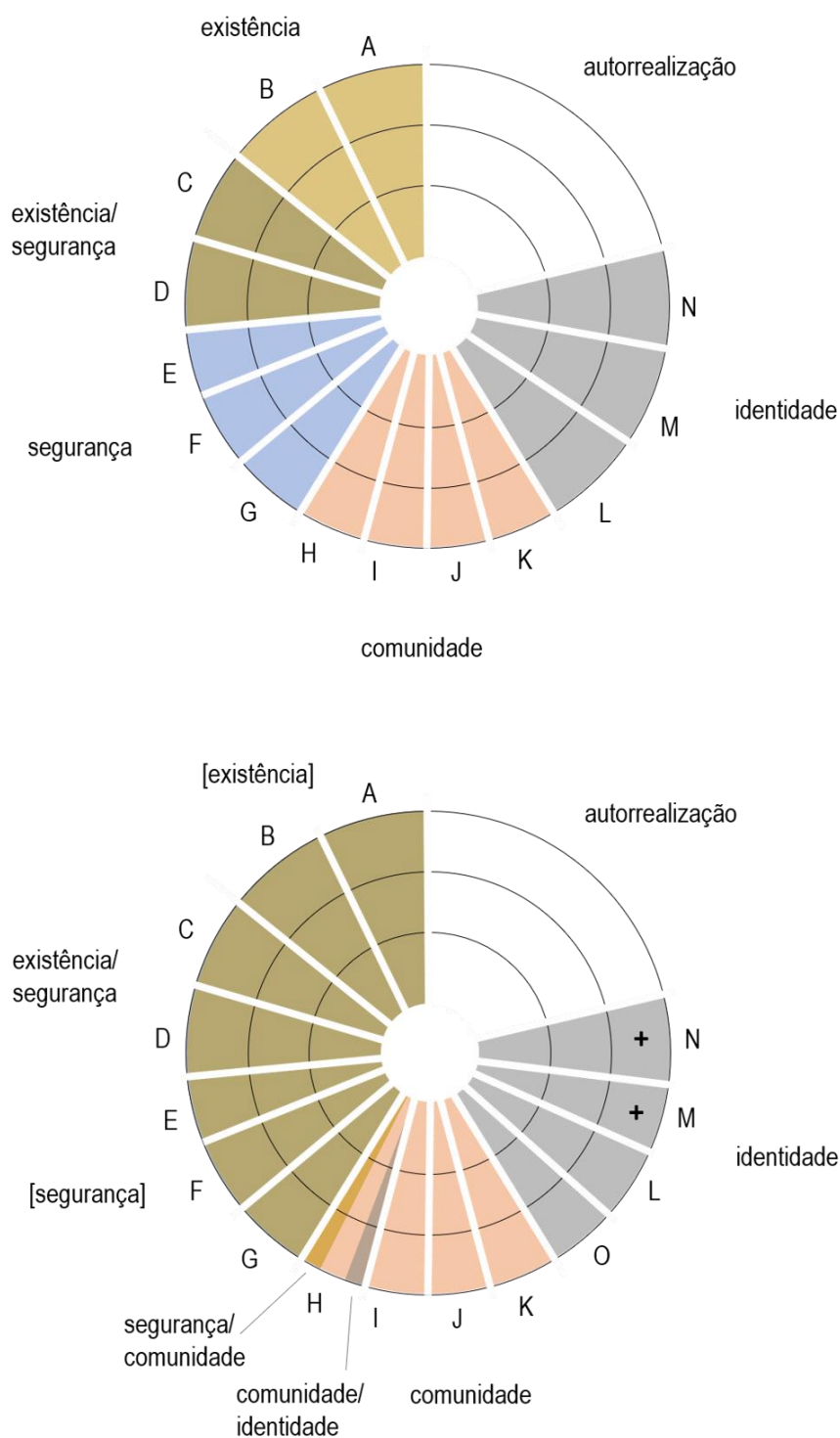


Figura 16. Estrutura da matriz segundo as categorias e subcategorias: versão inicial, que corresponde à estrutura da Figura 15 (em cima) e versão final, após discussão em grupo focal (em baixo).

Perante a versão-teste um dos participantes questionou se a compreensão da matriz devia ser imediata ou se depende de uma explicação. Esta dúvida pode ser esclarecida de duas formas. A primeira, concerne a necessidade de uma legenda, que apesar de constar no plano da matriz, está demasiado simplificada e não está integrada na própria matriz. Por outro lado, além da matriz não ter sido projetada para uma leitura imediata, a sua aplicação pode tornar-se complexa com a quantidade de dados e/ou níveis de informação, e por isso, carecendo de uma contextualização.

No exercício de simulação (Figura 17), os participantes recorreram à tabela de categorias e subcategorias para tomarem algumas decisões sobre a organização da informação (papéis laranja), mas depressa se observou que a atenção sobre as categorias se diluiu e o diálogo passou a ser a base das decisões. Esta constatação veio reforçar aspetos que já tinham sido discutidos no primeiro ponto da ordem de trabalhos. Embora a teoria de Maslow (1943) tenha estado na génese desta matriz, concluiu-se que as categorias e subcategorias definidas para cada exercício devem ser adaptadas e negociadas pelos intervenientes. A única imposição deste exercício é alcançar uma visão partilhada com base nos conceitos e nas lógicas de organização negociados através do diálogo. Portanto, as categorias e subcategorias constituem orientações e não regras fixas, uma vez que um exercício de categorização elaborado a partir de áreas de conhecimento e experiência diferentes, não assenta em apenas um conjunto de pressupostos teóricos, mas de múltiplos, implicando um constante negoceio e refinamento.

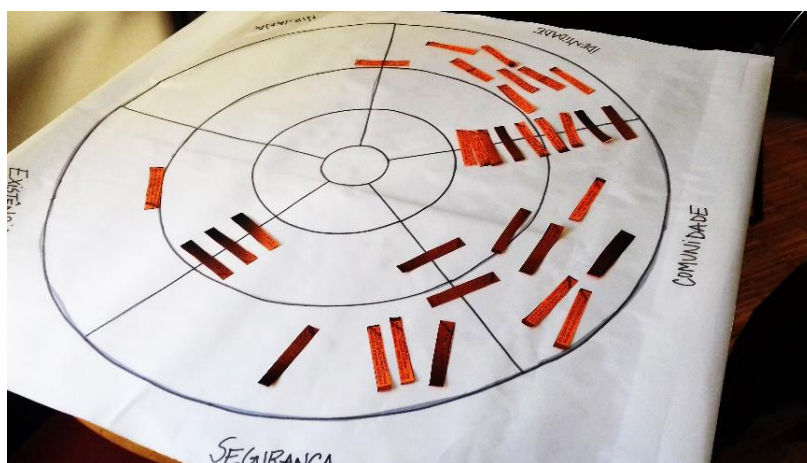


Figura 17. Resultado do exercício de simulação da Arena de Necessidades.

Quando a matriz da Figura 15 é exibida, os participantes já estavam mais familiarizados com a lógica da matriz e o debate foca-se nos resultados. No exame das concentrações de papéis e vazios da matriz, a moderadora chama a atenção para o facto de que a 'segurança alimentar' apresenta um número avultado de informação porque foi propositadamente contemplada no conjunto de perguntas do guião de entrevista aplicado aos agentes de apoio local.

Entretanto, são levantadas duas questões, uma sobre o impacto da leitura na compreensão do contexto e outra sobre as possíveis sequências da análise da matriz. No primeiro caso, face ao peso que algumas subcategorias apresentam (que levaram à já referida alteração do formato da matriz), a ‘apatia’ e o ‘fatalismo’ (letras M e N da Figura 16), contrariamente à experiência de um dos especialistas com duas décadas de trabalho com esta população, aparentam ter pouca expressão, e por esta razão, decidiu-se acentuar (+) estas duas subcategorias no esquema final da estrutura da matriz (Figura 16).

“X: Fatalismo e apatia são duas características da cultura da pobreza e que não há mudança por causa disto.” [grupo focal 4, 21 de dezembro de 2017]

A segunda questão levantada, vem ao encontro do objetivo principal da sessão, no qual se pretende aferir a validade desta ferramenta como instrumento de diagnóstico, logo, como base para tomada de decisões.

“X: As gavetinhas [categorização] são muito boas, para a definição de políticas e até para o meu trabalho... estou no Lagarteiro desde 1997 e tu estás-me a dizer que o grande problema é mesmo a falta de autorrealização... como é que a gente pode trabalhar isto?”

“LF:(...) se há propostas de intervenção, não só de segurança alimentar, mas de uma forma articulada com as interações sociais e com a comunidade... tens que fazer uma intervenção comunitária de segurança alimentar.

X: Já chegamos aí sem a tua ajuda! [i.e. sem uma explicação oral]”
[grupo focal 4, 21 de dezembro de 2017]

Sobre a relevância da ferramenta (matriz preenchida) e do processo (construção da matriz), concluiu-se que a primeira, é relevante enquanto imagem diagnóstica consensual, isto é, tem relevância na medida em que se apresenta como resultado de um pensamento e ação coletivos e de “saberes disciplinares específicos de cada um sobre uma determinada realidade” [LF, grupo focal 4, 21 de dezembro de 2017].

Neste sentido, trabalhada individualmente, a ferramenta não aparenta assistir com a mesma legitimidade a tomada de decisões, como parece potenciar o resultado conseguido através de um processo participado.

“LF: O processo, no caso de uma equipa interdisciplinar é fundamental, porque é nesse processo que se podem negociar significados das categorias, daquilo que está em causa, entre os vários profissionais. Mas por outro lado temos o resultado para depois podermos pensar na intervenção.

X: Eu acho que se seguirmos este caminho, esta metodologia, o resultado vai ser outro, vai ser melhor, vai ser mais... rico, mais

consistente, mais adequado...” [grupo focal 4, 21 de dezembro de 2017]

A materialização e impacto visual da matriz são aspetos cruciais para a mediação do processo e para a leitura dos resultados, que os participantes reconhecem como mais-valias em relação a outras ferramentas e métodos aplicáveis para diagnóstico de caracterização de um contexto. Para poder assegurar a participação de todos, o tempo é também um fator considerado no processo deliberativo que esta matriz exige. Tempo este que aumenta na proporção direta em que mais pessoas participam nesta construção, mas que poderá ser justificado pelas repercussões que derivem deste processo.

A segurança alimentar num período e lugar ‘em’ e ‘de’ crise

Do estudo elaborado para o enquadramento do tema da alimentação surgiu o conceito multidisciplinar de ‘segurança alimentar’, abordado pela primeira vez na Conferência Mundial de Alimentação, em 1974.

O termo ‘segurança alimentar’ é definido como situação na qual se verifica “o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais (Gregório et al., 2014: 6)” por todos os membros de um agregado familiar. Aplicável ao âmbito nacional, o esquema da Figura 18 demonstra a complexidade da análise da segurança alimentar, envolvendo um conjunto alargado de áreas (Agricultura, Economia, Habitação, Emprego, Transportes, Comércio, Saúde, Educação, Planeamento Urbano e Previdência Social) e parâmetros que condicionam os hábitos alimentares de cada indivíduo. Através deste esquema, podemos ainda verificar que a segurança alimentar está afeta não apenas às macroestratégias, mas também a fatores contextuais e pessoais e, por isso, demonstrando que os contextos mais desfavorecidos, como é o caso do Lagarteiro, também estão mais expostos aos riscos de insegurança alimentar.

A “insegurança alimentar” é vista como causa e efeito de estados de pobreza, uma vez que, somada às menores oportunidades de acesso a informação e produtos alimentares, ela contribui para a diminuição das capacidades e oportunidades de aprendizagem, trabalho, e autonomia individual na gestão da vida diária e familiar (Comissão Europeia - Serviço de Cooperação EuropeAid, 2009: 6).

Maslow (1943) mencionou que os padrões normais de satisfação da necessidade fisiológica de comer, não implicam que esta seja completamente satisfeita para deixar de constituir uma prioridade humana. A perda de rituais familiares, como o de cozinhar, superado pela volatilidade do consumo de produtos propagandeados, processados, condimentados e prontos, alteraram radicalmente os hábitos alimentares da população (Dowler & Spencer, 2007: 132).

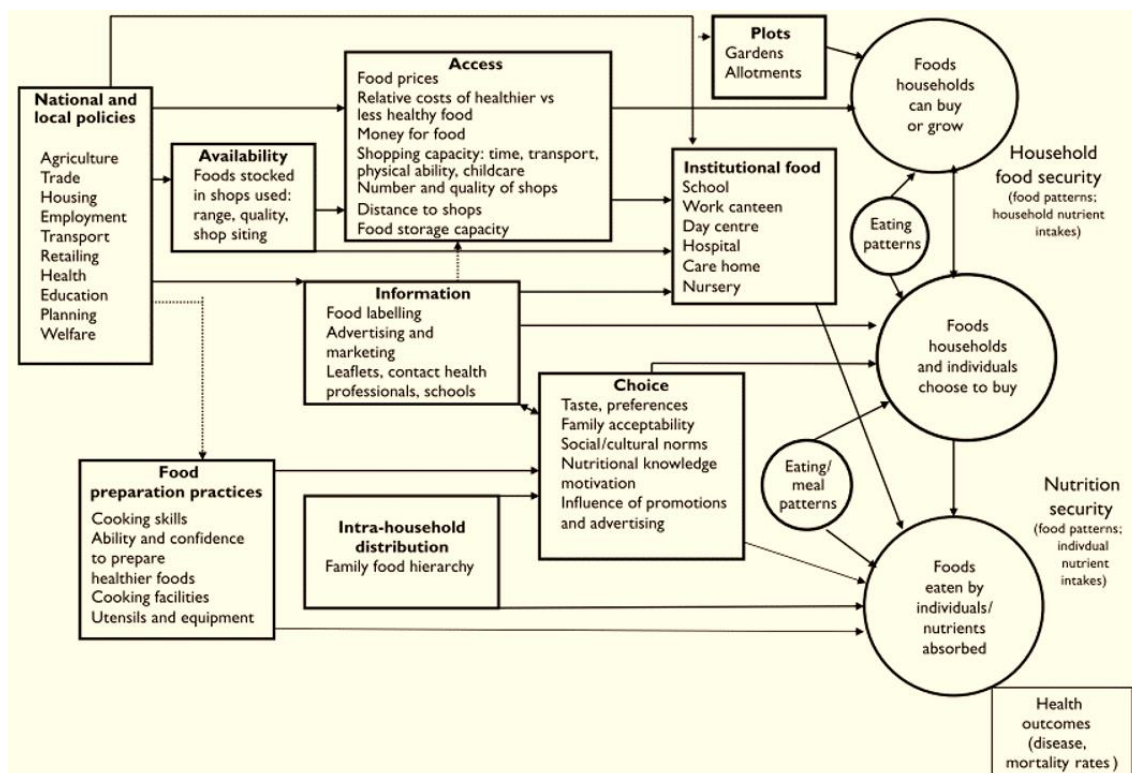


Figura 18. Determinantes do consumo alimentar e nutricional no Reino Unido (Dowler & Spencer, 2007: 133).

A escassez de recursos económicos leva a satisfação alimentar a limites em que “não passar fome”⁵¹ pode ser o fator positivo assinalado na alimentação de uma família. De facto, a alimentação no quotidiano português tem demonstrado ser uma componente passível de ser sacrificada perante outras necessidades e despesas. Partindo de dois estudos – “Rendimento Adequado em Portugal, raP” (Pereirinha, 2016) e “Inquérito às despesas das famílias 2010/2011” (INE, 2012) – foi estimado que uma rotina alimentar digna corresponderia a cerca de um quarto do rendimento (adequado) do agregado, mas a realidade dos dados demonstra que o peso da despesa média com alimentação é apenas metade desse valor (i.e.13,3%) (Carvalho, 2017).

Quando se verifica a insuficiência de rendimentos, os reajustes das despesas alimentares, verificados em muitas famílias portuguesas, são levados a limites graves de insegurança alimentar (Miranda, 2009: 13) em muitos agregados do Lagarteiro. Por um lado, existem agregados que enfrentam dificuldades profundas para sobreviver (alguns declararam ter uma média de 50 cêntimos diários por pessoa para a alimentação), mas também se registaram muitos relatos sobre a incapacidade de gestão orçamental, nomeadamente com a falta de moderação quando recebem o rendimento mensal, que conduz a privações no período restante.

“O pouco... alguns têm pouco, outros terão mais... mas aqueles que têm pouco, são poucos aqueles que conseguem geri-lo.... e é

⁵¹ Declaração de residente do Lagarteiro durante aplicação de questionário.

notório nas crianças, por exemplo, nos lanches. Quando recebem o rendimento de inserção social ou uma outra coisa qualquer, nós, na escola sentimos logo que há dinheiro em casa. Provavelmente, passado uma semana... já acabou... [entrevista PP]” | “... quando recebem ou as reformas ou o RSI e isto enquadra, na orientação financeira das famílias... quando recebem... é um deus que me acude... e nós vemos os meninos a lambuzarem-se todos com bolos e etc... [entrevista ES]” | “há aquela comparação, de uns miúdos com os outros... ‘porque é que tu comes um bolo e eu tenho que comer um pão?’ [entrevista LD]”

Esta situação é confirmada pelos agentes entrevistados que reportaram casos de crianças que fazem apenas uma refeição diária (no infantário ou escola) e que são frequentemente os casos raros que aceitam a ementa proposta sem qualquer restrição. Porém, até entre estas crianças existem aquelas que se recusam a comer por não gostarem, responsabilidades que são incutidas aos pais por não promoverem uma alimentação diversificada e/ou por terem perdido o hábito de fazer e comer “comida de lume” e permitirem que estes se abasteçam diariamente de fritos, doces e refrigerantes, em substituição de refeições equilibradas. Constatase que a baixa literacia condiciona a forma como a população gere, além do orçamento, aquelas que considera ser as suas necessidades de alimentação.

O número de mortes associadas a estados de má nutrição publicados pela Direção-Geral da Saúde entre 2008 e 2013 (Direção-Geral da Saúde (Ed.), 2016) revelam duas realidades distintas sobre a urgência da sensibilização e educação para a saúde no âmbito da alimentação em Portugal: 1002 mortes provocadas por estados de hiperalimentação e 360 mortes por desnutrição. No Lagarteiro os problemas de saúde mais recorrentes, como já foi dito, estão relacionados com os hábitos alimentares da população, que negligencia a importância da prevenção através de uma alimentação equilibrada, perante o pressuposto de que o consumo sintomático ou crónico de medicamentos remedeia qualquer problema de saúde.

“Principais problemas de saúde da população: Diabetes!
Hipertensão: morte e insuficiência cardíaca, AVC (incapacitante) e trombose... Sequelas de um AVC: ficar totalmente incapacitada até ficar hemiplégica, a arrastar uma perna, disartria (não conseguir falar nem articular). Sequelas de diabetes: tudo! Cegueira, insuficiências renais, amputações, etc... Como contribui a alimentação? Porque se põe muito sal na comida (hipertensão). Porque se comem muitos açúcares e/ou predisposição genética (diabetes). Porque se consomem muitas gorduras: oclusão de artérias, trombose, enfarte do miocárdio, com consequências semelhantes ao AVC ou piores, porque o AVC muitas vezes pode recuperar, no caso de enfarte agudo pode levar à morte súbita e outras complicações... [entrevista BM]”

Em tempos, alguns encarregados recusaram-se a colaborar no apelo feito pela escola do primeiro ciclo do Lagarteiro, para enviarem lanches mais saudáveis, descurando os benefícios, e argumentando que se os filhos dos outros tinham direito a levar batatas fritas, bolos e refrigerantes, os filhos deles também. Depois de gorada a tentativa, a escola ainda proibiu os lanches vindos de casa, assegurando a responsabilidade sobre os mesmos. À entrada, a regra foi respeitada, mas o recreio tornou-se no momento de subversão, com os lanches proibidos a serem passados às crianças através das grades da escola. A escola e o infantário tentam contribuir para a educação alimentar das crianças, mas o esforço é continuamente interrompido em contexto familiar.

“As crianças adquirem o conhecimento... só que depois em casa não existe... [entrevista CF]” | “(...) os próprios pais desvalorizam... se o meu filho não quer comer não come. Porque é que há-de estar a obrigá-lo a comer... ele até vai ficar maldisposto, se o obrigar a comer. (...) é como o pequeno almoço... Muitas crianças chegam aqui sem pequeno almoço de manhã...eles até pedem-nos.... (...) o que acontece também é que muitas vezes quando trazem pão... o pão aparece no lixo. [entrevista PP]” | “(...) nós temos aqui... 2 polos. Temos aqui os miúdos que têm um lanche que não é nada saudável... bolos e essas coisas todas. Depois temos outros miúdos que nem sequer lanche trazem [entrevista LD]” | “... o que eu acho é que as confeitarias vendem demasiado bem, aqui nas zonas encostadas aos bairros sociais, qualquer confeitaria vende demasiadamente bem. [entrevista ES]”

Esta postura parental que consente que os filhos comam o que querem, pode ser interpretada de múltiplas formas. Como um mimo em formato consumível que se encontra ao seu alcance. Como sinal de estatuto perante os outros colegas e encarregados, frequentemente acentuado pelos efeitos da publicidade. Como indício de desistência de tentar melhorar a alimentação do filho que se recusa a comer o que não quer, e providência de que este não fica sem comer.

São vários os agregados do Lagarteiro que, por carência económica ou condição de saúde, dependem de serviços de entrega ao domicílio de refeições e acedem a cantinas sociais. Além destes apoios alimentares, prestados na maioria por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), muitos agregados do bairro recorrem a programas de distribuição alimentar, sobretudo de iniciativa religiosa. Contudo, muitos daqueles que necessitam de recorrer a estes apoios veem-se frustrados, seja pela qualidade do serviço ou géneros, pela quantidade ou mesmo pelo indeferimento do apoio, por incumprimento de parâmetros de elegibilidade ou por falta de vagas. Algumas destas situações e frustrações são confirmadas e partilhadas pelo coordenador do programa alimentar da igreja local, que relata a inconformidade das necessidades com as ajudas fornecidas.

“... é assim... com o que a gente lhes dá, não comem grande coisa. (...) algumas estão na Obra Diocesana com a Cantina Social que, a Obra Diocesana diz que até dão lá qualquer coisa de jeito nas refeições... pelo que as pessoas que recebem dizem, não chega quase para uma refeição, mas prontos, ali no meio deve estar a verdade... (...) Se tudo o que nos declaram é a realidade, não tou a ver o que é que eles comem...! Deve ser muito pão... que ainda acabava por ser o mais barato... e sem nada! Quando vem a comunidade europeia [apoio financiado pela CE, que chega uma vez por ano], eles ficam todos contentes porque recebem a manteiga e o queijo... é porque depois acaba por não ser... (...) uma pessoa já sabe que se for a dar a uma família que tem 10 pessoas, por exemplo, 100 kg de arroz... o que é que a família vai fazer àquilo? Ou vai vender, ou vai deitar fora... dificilmente o vai guardar... pró ano todo! Primeiro porque não tem espaço!” [entrevista NS]

A população relata ainda a escassez de bens essenciais (i.e. porque distribuem pouca quantidade ou porque a distribuição de alimentos num dos projetos é feita por agregado e não pelo número de elementos), excesso de produtos pouco importantes (e.g. muitas garrafas de vinagre) ou incompatíveis com condição de saúde do beneficiário (e.g. senhora com colite ulcerosa que recebeu cabaz com iogurtes com bífidos, laranjas e limões, pacotes de leite e um frasco de feijão). Além do caso de indignação e revolta, reportado durante a exploração etnográfica, por uma família que recorreu a instituição que lhe forneceu refeições cozinhadas em estado de degradação, o impacto emocional sobre quem necessita, i.e. a vergonha e embaraço de se declarar publicamente necessitado, leva muitas pessoas e famílias a rejeitarem estes pedidos, socorrendo-se das “redes de sociabilidade imediatas” (Truninger, Teixeira, Fontes & Horta, 2015), como a família e os vizinhos mais próximos, ou padecendo em silêncio.

Outro sintoma característico de uma população com lacunas em educação alimentar é a confiança quase cega nas campanhas de publicidade e nas marcas, veiculadas sobretudo pela televisão. Como o caso do anúncio dos cereais que, por referir ser para crianças, faz uma mãe concluir que é bom para o seu filho, quando na verdade, muitos dos cereais da secção infantil apresentam elevados níveis de açúcar, razão pela qual estão a ser alvo de discussão para implementação de taxa acrescida por concentração elevada de açúcar (à semelhança do que aconteceu com as bebidas açucaradas e do que está prestes a acontecer com os alimentos com elevado teor de sal).

Além dos consumos elevados de açúcar da população, observa-se com alguma frequência o entendimento de que a comida mais apaladada alimenta mais, indo ao encontro da tendência para o consumo de comidas pré-cozinhadas, processadas, fritos e afins, em detrimento da “comida de lume”, que se acentua pela diminuição da motivação e gosto por cozinhar, nomeadamente nos agregados mais jovens.

Neste contexto de pobreza estrutural, as realidades que se foram conhecendo, são autênticos desafios de sobrevivência: mãe e filho adolescente a viverem no bairro com 110 euros mensais que recebem do Rendimento Social de Inserção (RSI); casal de meia-idade, morador no bairro, que gere 179 euros mensais que um deles recebe de reforma e que invalida o outro elemento de usufruir de RSI; casal com filho maior a viver com 300 euros mensais e a pagar uma renda particular de 200 euros, entre outros (Carvalho, 2017). Perante as despesas com renda, água, eletricidade e transportes fica difícil pensar na subsistência alimentar destas famílias.

“Percebe-se que a realidade de quem tem pouco, os esforços que exercem para conseguir os mínimos e as frustrações e cansaços acumulados de lutas prolongadas com as mais diversas formas de viver na pobreza, convertem muitas pessoas a perspetivas de vida de curto prazo, no âmbito das quais as consequências nefastas de uma má alimentação são encaradas como uma preocupação supérflua (Carvalho, 2017)”. O importante é não passar fome.

Do diagnóstico inicial ao plano de ação

O gráfico apresentado na Figura 19 sintetiza a intensidade de ocorrências em cada categoria e subcategoria da versão da Arena das Necessidades que integra os dados do segundo momento da fase exploratória. Como já foi referido, a questão específica nas entrevistas aos agentes de apoio local sobre segurança alimentar e gestão de orçamento familiar justifica o registo pronunciado de respostas na subcategoria ‘segurança alimentar’, mas também as ‘interações sociais’ verificam a segunda maior intensidade de ocorrências, o que acentua a relevância de se pensar uma intervenção que visa promover a mobilização coletiva e participativa.

Tendo em conta o que já foi relatado na caracterização do bairro do Lagarteiro, a participação tem sido assimilada como uma experiência impossível ou frustrante para os seus habitantes. Primeiro, porque os moradores não foram envolvidos ou consultados sobre o seu próprio processo de alojamento (J. A. Pinto, 2007), e quando foram consultados em 2006, as suas necessidades não foram atendidas e o “limite técnico de vida” dos interiores das suas casas, que não se resolve com uma obra de pintura⁵², foi ultrapassado. Noutros âmbitos e escalas de iniciativas de participação, as frustrações ultrapassam os poucos casos em que alguém reconhece os benefícios dessa participação. As frustrações surgem pela acumulação de expectativas na participação em projetos que não revertem em resultados tangíveis ou pelos conflitos que surgem de tentativas falhadas de organização social através de mecanismos de liderança (do qual foi exemplo a Associação de Moradores recentemente extinguida). As dificuldades de organização social em contextos de pobreza não são novidade mas

⁵² “Será dado um desconto de 70% em alguns materiais de forma a que as pessoas possam elas próprias pintar as suas casas. Passam a ter um pouco de si na construção e logo um maior respeito pelo que é seu” (Rui Rio in Mendes, S. “Porto: Obras de requalificação do bairro do Lagarteiro vão custar 11 milhões de euros”, JPN, Maio 2008).

uma recorrência que é conivente com o comodismo e a desafeição por uma cidadania ativa que resultam de forças estruturais que esta população, sem capital escolar ou reivindicativo, não consegue combater no papel de “agente do seu próprio desenvolvimento (J. A. Pinto, 2007)”.

Perante estes desafios de organização social e de expectativas goradas sobre a participação, pareceu apropriado um afastamento das questões de liderança ou representatividade na constituição de um grupo inicial de participantes. Partindo das palavras de Sanders (2002) sobre qualquer pessoa poder contribuir para o processo de design desde que disponibilizadas as ferramentas adequadas, pretende-se explorar o pressuposto paralelo de que qualquer pessoa pode contribuir para o desenvolvimento da sua comunidade, e que o debate será mais positivo na mesma proporção da diversidade de perspetivas envolvidas e da transparência com que cada um assume a sua agenda individual.

Não obstante, considerou-se necessária a definição de um conjunto de critérios de elegibilidade para a formação de um grupo primário de participantes: serem do sexo feminino (salvaguardando incidentes devido a ciúmes entre casais que aparenta ser frequente no bairro), residir no bairro ou nas imediações (uma vez que as pessoas que se foram conhecendo que vivem nas imediações do bairro, aguardam atribuição de casa no bairro), com quem já tivesse sido estabelecido contacto prévio (para poupar tempo necessário para estabelecer uma relação de empatia) e em número máximo de dez pessoas (por razões de exequibilidade)).

Se a carência de referências positivas devido ao afastamento instituído pelas estratégias e políticas de alojamento social, ou pela deficiente rede de mobilidade física que não compensa esse afastamento e fechamento das famílias consideradas estáveis à vida social do bairro, o sentido de comunidade que se pode traçar no Lagarteiro é sustentado pela partilha de uma identidade estigmatizada e de uma “cultura da pobreza” (Lewis, 1971; J. A. Pinto, 2007) que se repete ao longo de ciclos geracionais. O estigma que o bairro comporta e o fechamento de elementos a este coletivo demonstram que a coexistência geográfica gera identidade e rede, que urge estimular para alternativas mais positivas.

Em virtude das frustrações acumuladas nos quotidianos de sobrevivência, da escassez de referências positivas e de escolarização que orientem aspirações de mobilidade social, a comunidade resiste a ações externas e a propostas de mudança. Um futuro investimento neste contexto tem que se constituir de dentro para fora, de um indivíduo ou grupo de indivíduos da e para a comunidade, começando por “atentar ao que os excluídos pensam de si próprios (J. A. Pinto, 2007: 195)”, fazendo da sua visão de si e dos seus problemas o ponto de partida para o desenho de uma intervenção.

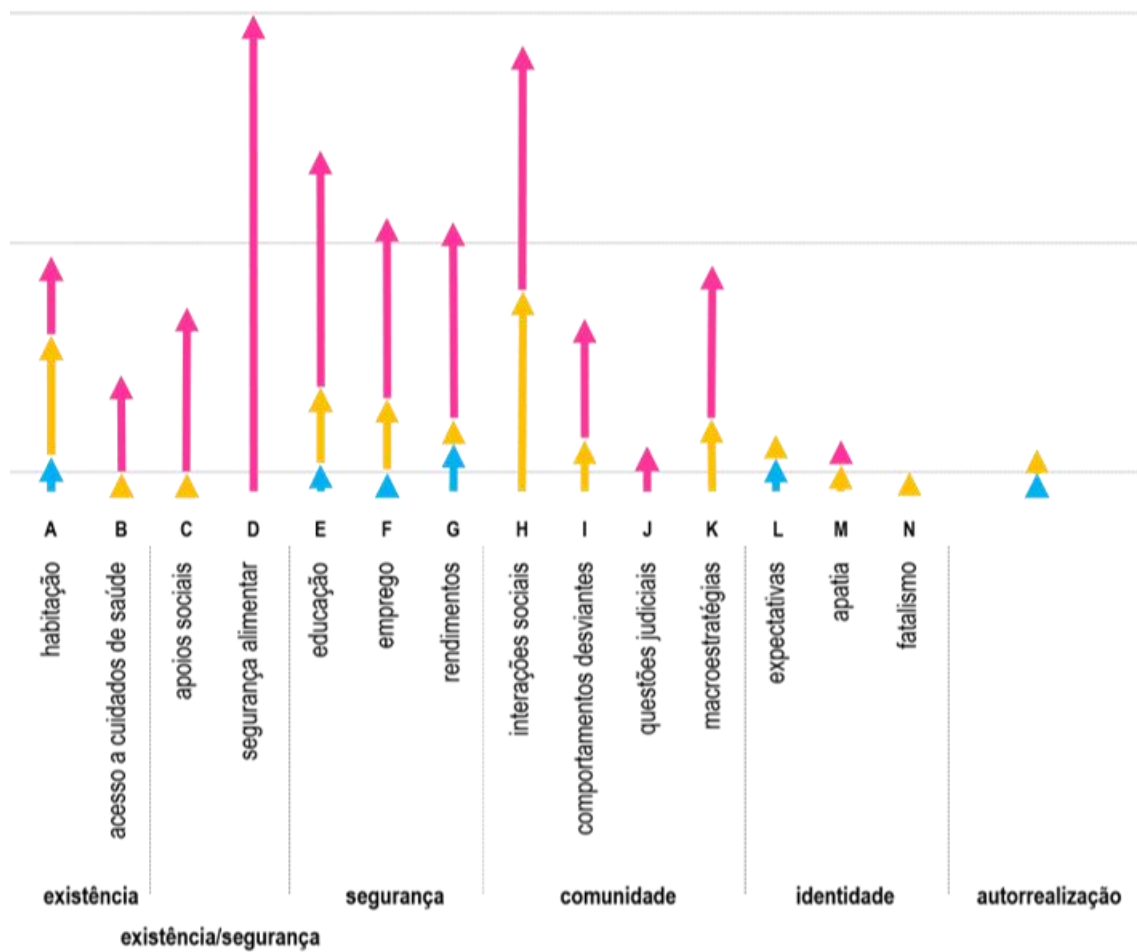


Figura 19. Em cima, gráfico que sintetiza a intensidade de ocorrências entre cada categoria e subcategoria de análise apresentadas na matriz da Figura 15, segundo o período e tipologia dos dados (azul, bibliografia entre 1999 e 2002; amarelo, bibliografia de 2006; e magenta, exploração etnográfica e entrevistas em 2015). Em baixo, imagem parcial da Arena das Necessidades.

A narrativa inspira ser um suporte adequado para o encadeamento de diversos universos quotidianos e a visualidade, a “linguagem pública” (Illich, 1973a) que se aspira, construída no mesmo sentido, de dentro para fora, isto é, do indivíduo como narrador e materializador de história.

As lições sobre estratégias de gestão emocional, assimiladas durante o acompanhamento feito ao X no bairro, constituem um recurso valioso para as competências de relacionamento interpessoal e imprescindível num contexto tão estigmatizado, funcionando como uma espécie de barómetro que permite reconhecer as circunstâncias para avançar ou bater em retirada no plano de investigação, ou identificar oportunidades inesperadas para concretizar. Estas ponderações sobre a investigação são tão relevantes como suspender a mesma para participar em aspetos da vida dos participantes, às vezes criados pela necessidade, outras para simples consolidação de laços de confiança e sociabilidade.

Através do conhecimento mais aprofundado do contexto e das circunstâncias de participação que se antecipava da população, foi possível refinar objetivos e plano de ação, que cada vez mais se distanciam de uma evolução precipitada para projeto (e.g. de produto ou de serviço), baseada numa apreensão superficial das particularidades, necessidades e expectativas da população. Mediante esta reflexão situada e aproveitando o *momentum* do design, neste arranque da investigação-ação considera-se justificado o foco em aspetos infraestruturais para a participação num contexto marginalizado e descapitalizado. Destes aspetos destaca-se o princípio do “aprender fazendo”, que resgata componentes do movimento ‘*do it yourself*’ e o conceito de “objeto-fronteira” enquanto estratégia de ligação entre diferentes perspetivas.

3. DA PRÁTICA À TEORIA

Precedendo a descrição mais densa sobre os trabalhos ocorridos no período interventivo e com o intuito de facilitar a compreensão sequencial desta investigação-ação, foi elaborado um cronograma (Figura 20, em cima) posteriormente decomposto numa síntese gráfica do encadeamento metodológico apresentada na Figura 20 (em baixo) que complementam a sinopse dos ciclos de investigação-ação da página 73.

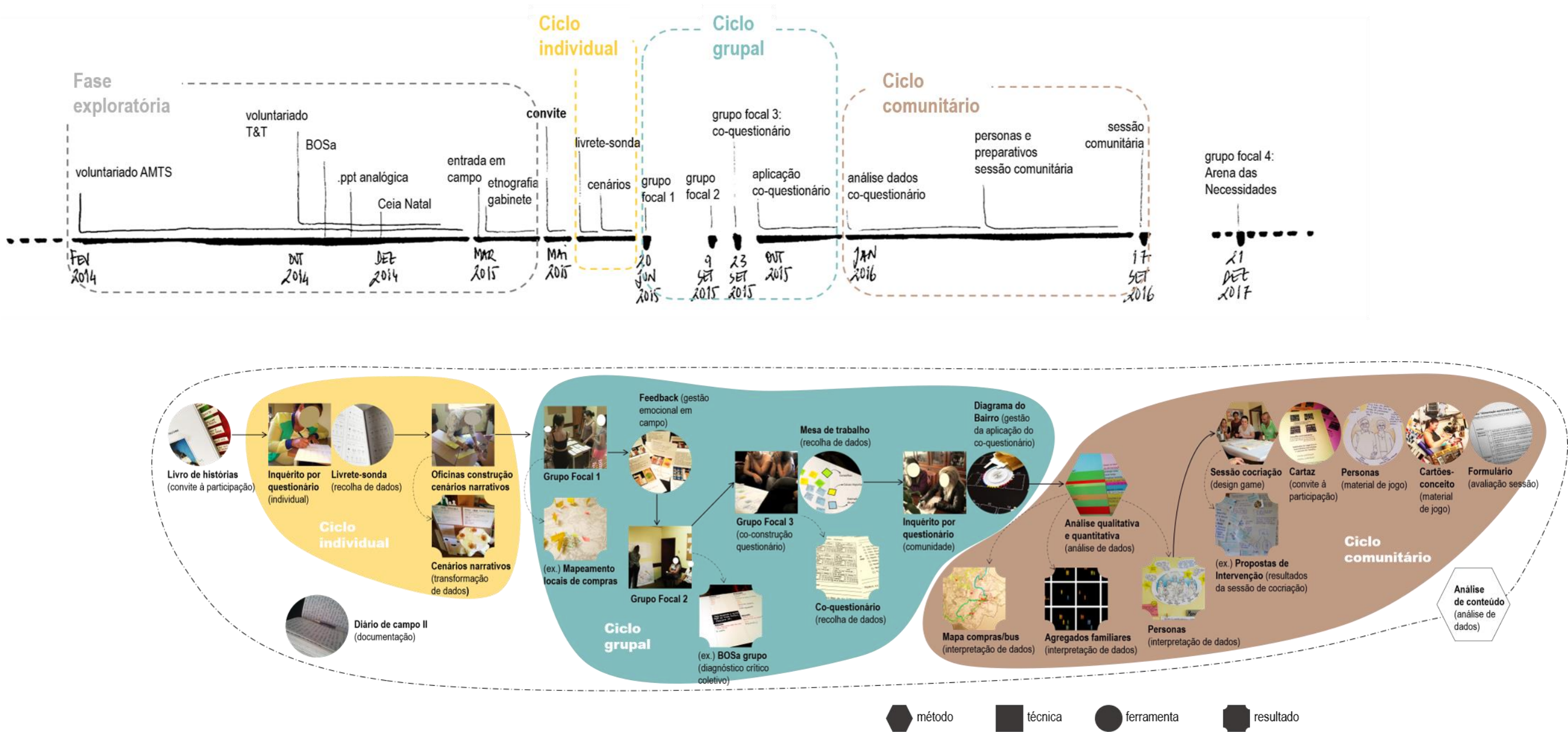


Figura 20. Cronograma das fases definidas no plano de ação (em cima) e síntese do fluxo metodológico na fase de intervenção (em baixo).

(página intencionalmente deixada em branco)

Sinopse da investigação-ação

Ciclo individual

“A minha história: hábitos alimentares, vontades e desafios”

O título deste ciclo está associado ao objetivo, que constava na consolidação dos pontos de contacto entre a realidade das participantes e o tema do projeto de investigação, assumindo com transparência e relevância as agendas pessoais dos envolvidos (Vines, Clarke, Wright, McCarthy & Olivier, 2013: 436), incluindo as dos participantes locais, como ponto de partida para o codesenvolvimento de um projeto comunitário.

O segundo objetivo, remetendo para o processo de empoderamento, assentava num exercício de conscientização (Freire, 1979) e reflexão sobre objetivos de mudança no âmbito da segurança alimentar e gestão de orçamento familiar.

O **livrete-sonda**, inspirado em princípios das “sondas culturais” (Gaver, Dunne & Pacenti, 1999), foi materializado para a recolha de informações sobre os hábitos alimentares do agregado familiar de cada uma das participantes e dos seus objetivos de mudança. Estes dados foram posteriormente convertidos num **cenário narrativo** que cada participante construiu durante umas sessões oficinais.

Ciclo grupal

“As nossas histórias e da nossa comunidade: semelhanças, diferenças e desafios”

Este ciclo visava constituir-se num exercício de pensamento crítico e de ação, dividido em duas fases de participação em grupo. Na primeira fase, refletiu-se e debateu-se sobre as posturas individuais representadas pelos cenários construídos no ciclo anterior, assim como sobre possibilidades de mudança. Na segunda, o grupo definiu, desenvolveu e implementou uma estratégia para apurar as rotinas e aspirações dos restantes agregados familiares do bairro.

Este ciclo articulou-se a partir de sessões de grupo focal (ver guião no Apêndice VI), que tinham como objetivos: (i) “destacar as atitudes, prioridades, linguagem e quadro de entendimento dos respondentes; (ii) incentivar os participantes a gerar e explorar as suas próprias questões e desenvolver a sua própria análise de experiências comuns; (iii) facilitar a revelação de ideias e experiências que podem ser deixadas subdesenvolvidas em entrevista e para aclarar as perspetivas dos participantes através do debate dentro do grupo” (Kitzinger, 1995: 302). Estas sessões pretendiam, igualmente, promover e/ou reforçar um espírito de grupo e colaboração entre as

intervenientes envolvidas até ao momento, bem como outros habitantes do bairro que se mostrassem motivados a participar.

Para aclarar tópicos, gerar o debate e construir estratégias concertadas, estes processos foram organizados tendo em atenção a qualidade e variedade das interações entre participantes, com a introdução de artefactos (e.g. **cenário narrativo**) e a sugestão de atividades práticas (e.g. mapeamento, categorização de informação), que culminam no terceiro grupo focal, com uma sessão de construção de um questionário (**co-questionário**), a ser aplicado junto dos restantes agregados do bairro. Além de constituir um produto de um processo colaborativo com não-especialistas, este **co-questionário** foi construído como uma ferramenta de diagnóstico de caracterização, à qual não foram exigidos os princípios de um instrumento de rigor quantitativo.

As discussões dos grupos focais foram registadas através de recursos audiovisuais (vídeo e áudio), posteriormente sujeitas a transcrições seletivas, complementadas com imagens captadas através das gravações de vídeo e fotografias dos materiais produzidos em cada sessão. Juntamente com a informação recolhida no **diário de campo II**, as transcrições e imagens das sessões de grupo focal foram primeiramente sujeitas a uma codificação (Apêndice VII). Esta codificação foi organizada segundo duas vertentes, ‘processual’ e ‘temática’.

Ciclo comunitário

“Conquistas para a comunidade: quem procura acha”

Este ciclo culminou numa sessão comunitária que aspirava demonstrar que os esforços coletivos em torno de uma visão partilhada podem converter-se em benefícios partilháveis. A preparação desta sessão, que se concretizou num ato de cocriação moderado por uma consciência crítica e situada nas questões da população do Lagarteiro sobre a segurança alimentar e gestão de orçamento familiar, obrigou a um desdobramento em duas fases. Na primeira, os dados através do **co-questionário** foram tratados, analisados e interpretados, recorrendo a processos de análise predominantemente qualitativa e métodos de representação visual, como a construção de personas (Cooper, 2004). Uma vez que esta ferramenta não obrigava a rigor quantitativo, os dados recolhidos através do **co-questionário** foram submetidos a uma análise quantitativa simplificada e posterior integração no relatório que resulta da análise de conteúdo.

A interpretação dos dados ramifica-se em dois objetivos, um primeiro mais imediato, com o desenvolvimento das **famílias inspiração** (personas) que viriam a representar a população do Lagarteiro e orientar a sessão de cocriação. O segundo objetivo, que

apesar de não constituir uma atividade finalizada, diz respeito à estratégia de devolução da informação recolhida à comunidade.

Para a segunda fase foi organizada a sessão comunitária que reuniu população do bairro, agentes externos e convidados especialistas (alguns dos quais sugeridos pelas participantes), para cooperarem no desenvolvimento de propostas de melhoria no âmbito do tema que foi sendo explorado. O desenho da sessão comunitária resultou da fusão dos conceitos de “future workshop” (Jungk & Müllert, 1987) e de “design game” (Brandt, 2006), onde as personas funcionam como um dos elementos do jogo, potenciadoras do envolvimento empático das equipas de projeto em relação à população-alvo (Visser, Stappers, van der Lugt & Sanders, 2005) e intermediárias de uma visão partilhada (Nielsen, 2004: 123). As personas, chamadas **famílias inspiração**, operam também como complemento da participação dos elementos da população, salvaguardando-os de exposições indesejadas no processo de cocriação. À parte dos **cartões-conceito** (ver página 145), nos materiais de jogo constavam papéis de diferentes cores e dimensões, marcadores coloridos, tesouras, colas e um conjunto de regras e orientações.

A sessão envolveu trabalho em equipas multidisciplinares, nas quais se incluíram habitantes do bairro e se conceberam dinâmicas de forma a que estes pudessem assumir um papel ativo na delineação de propostas de mudança no âmbito da segurança alimentar e gestão do orçamento familiar.

A análise desta sessão foi elaborada com base nos objetivos definidos, nos princípios orientadores e nos materiais de apoio desenvolvidos, refletindo criticamente sobre os dados recolhidos durante e após a sessão, procedendo da observação, da documentação fotográfica, dos materiais produzidos pelas equipas e da avaliação feita pelos participantes através de **formulário** próprio.

Recursos para a reflexão em e sobre a intervenção

A secção que se segue relata mais a pormenor as atividades e os resultados alcançados na fase interventiva, assim como as reflexões que se foram fazendo em e sobre ação (Schon, 1983), sustentadas essencialmente pelos registos do **diário de campo II**.

As estratégias utilizadas na construção do diário de campo II foram bastante distintas do anterior (diário de campo I). Este instrumento assume funções de registo e regulação pessoais, onde foi sendo documentado o percurso inquiridor, as interações com os diferentes atores, e as reflexões e dúvidas desencadeadas. O caderno de anotações constituiu o principal meio de registo de informação, mas não foi o único. Foram ainda incluídos registos de trocas de SMS e mensagens pelo Facebook com as participantes, que atestam o

processo de gestão das atividades, além dos históricos de validações⁵³ no autocarro que liga o centro do Porto ao Lagarteiro, que constituiu o principal meio de transporte para entrar no bairro durante a fase de intervenção.

Dado que as atividades e interações no Lagarteiro foram reduzidas após a aplicação do co-questionário, os registos no diário de campo II cessaram e as reflexões que se fizeram durante o último ciclo desta investigação-ação (ciclo comunitário), basearam-se nos recursos utilizados para a análise da sessão comunitária.

⁵³ Informação cedida mediante pedido dirigido aos serviços da Metro do Porto.

O convite à participação

- › *Quem vai participar na primeira fase da intervenção?*
- › *Como vai ser feita essa proposta de participação?*

Esta etapa constitui a transição da fase preliminar para o período de intervenção, para a qual foi imprescindível desenvolver uma proposta de participação à população do Lagarteiro. Para tal, era necessária uma estratégia que sustentasse este convite, que devia ser simultaneamente “claro e ambíguo”, “para intrigar e estimular a curiosidade”, mas também para despertar o desejo de influenciar o assunto em causa (Binder et al., 2015: 162)“. O convite dirigido à população do Lagarteiro foi orientado pelos critérios de elegibilidade definidos na fase exploratória e concretizou-se em formato de conversa informal com cada uma das potenciais colaboradoras, assistida por uma ferramenta produzida especificamente para o momento, o **livro de histórias** (Apêndice VIII).

O que propor e como propor a participação compunha essencialmente um desafio de comunicação para o qual três tipologias de objetivos foram definidas: afetiva, cognitiva e comportamental. Ao nível afetivo, esperava-se a criação de uma relação empática com as pessoas da comunidade. No nível cognitivo, pretendia-se atingir a compreensão dos aspetos fundamentais do projeto e, conseqüentemente, a validação dos seus objetivos. E ao nível comportamental, aspirava-se a motivação a aceitação para participar (Carvalho, Franqueira & Ferro, 2015).

Para alcançar estes objetivos entendeu-se que seria determinante que a proposta fosse apresentada individualmente e numa atmosfera que propiciasse a informalidade da conversa, bem como a necessidade de definir um guião orientador. Foi a materialização deste guião que deu origem ao **livro de histórias** para mediação do “pacto de colaboração com pessoas do Bairro do Lagarteiro (Carvalho, Franqueira & Ferro, 2015)“. A pertinência, inteligibilidade e argumentação, foram os princípios básicos definidos para a seleção de informação que comporia este artefacto.

No que respeita à pertinência, os assuntos abordados foram definidos e explicados segundo uma ordem que se considerou lógica para o formato de conversa e partindo da perspectiva do leitor e potencial participante. Do índice que se apresenta na Figura 21, é importante destacar e explicar alguns dos conteúdos.

A abordagem seria iniciada com a apresentação da investigadora com quem falavam, para a qual se considerou fundamental fazer uma breve contextualização biográfica, como o facto de esta ter nascido e crescido num bairro social. Esta revelação, feita de uma forma tão clara e sem constrangimentos, teve um impacto bastante positivo na pessoa, com crescendo de empatia e maior abertura do canal de comunicação.

Na parte “Conhecer a comunidade”, a história é contada através de uma compilação fotográfica que mostra o tempo de permanência em campo e as atividades

desenvolvidas em torno dessa comunidade durante a fase exploratória. Este material incluía fotografias de alguns habitantes do bairro que tinham participado em algumas atividades e de alguns agentes já conhecidos da população com quem se tinha colaborado. O propósito desta opção podia apresentar riscos de incompatibilidade com as pessoas fotografadas, mas não se verificou que este tenha sido o caso em qualquer uma das conversas com as mulheres contactadas. Pelo contrário, o facto de algumas das pessoas com quem falava estarem contempladas no registo fotográfico trouxe-lhes boas recordações e intensificou os laços de confiança.



Figura 21. Índice do livro de histórias: Quem sou; Conhecer a comunidade; Convite; Finalidade do projeto; O que é para fazer; Porquê você; O que tem a ganhar; Quando; Onde; O que é preciso; Exemplo; Dúvidas e Contactos.

Depois de apresentar os elementos e condições essenciais do projeto, decidiu-se fazer referência ao Processo SAAL, pelas razões referidas na motivação para esta investigação e como exemplo de uma abordagem participada num contexto de bairro, que servia em simultâneo de argumentação para o projeto, além de reiterar a ligação da investigadora à sua proveniência de bairro social, com nome patente em algumas das fotografias selecionadas, estabelecendo um ponto comum com a realidade da outra pessoa.

Este momento foi particularmente fulcral para a exposição que a investigadora fazia, uma vez que naquele preciso momento, o Bairro do Lagarteiro ainda estava a ser

sujeito a obras parceladas de requalificação exterior que levantaram duas polémicas. Por um lado, o contraste entre os blocos já renovados e a incerteza de quando isto se sucederia por completo no bairro. Por outro, provavelmente o mais relevante, pelo facto de muitas daquelas habitações carecerem, há muito tempo, de obras interiores que as pessoas não têm capacidade de suportar, e que as decisões políticas desconsideraram face a uma maquilhagem exterior.

As últimas páginas do livro renovam o convite para participar, incluem um agradecimento à atenção cedida e um folheto com os contactos e o resumo da informação apresentada (Apêndice IX).

Enquanto ferramenta de comunicação para esta situação concreta, o livro discorre em frases curtas e vocabulário simples⁵⁴, salvaguardando a inteligibilidade da informação num contexto que se conhece ser de baixa literacia.

As estratégias de argumentação distinguem-se em termos de função e forma. Em termos de função, os argumentos aplicam-se para justificar uma tomada de posição, ou para comprovar declarações que se vão fazendo, como é fundamentalmente a razão do recurso à fotografia. A fotografia, é uma das variações de forma que complementa e, com frequência, substitui a escrita.

Durante as conversas, “(...) as imagens pareceram receber mais atenção do que as linhas de texto (Carvalho, Franqueira & Ferro, 2015)”. Os olhos das mulheres oscilavam entre as fotografias e a atenção pelas palavras da investigadora, e esta foi-se servindo do conteúdo textual do livro para orientar o seu discurso. Apenas uma das mulheres agiu de forma distinta e muito confiante.

“(...) suspeitava que tinha sido eu que tinha tentado falar com ela por duas vezes em casa dela (as vizinhas contaram). Mostrei-lhe o livro de histórias, mas quase que não falei, parecia que estava bem a lê-lo sozinha. Entretanto, a cunhada que veio com ela começou a falar comigo e eu acabei por deixá-la explorar o livro sozinha. (...) Quando chegamos à rua, mostro à EA o livro/questionário [ferramenta livrete-sonda que será aplicada na fase seguinte]. Ela folheia-o e retém-no. Percebi então que ela está disposta a participar e que não tinha que mo dizer com todas as palavras.” [diário de campo, 19 de Maio de 2015]

Mas os aspetos formais e as suas funções argumentativas não se esgotam com o uso da fotografia. O êxito obtido pela **.ppt analógica**, técnica de apresentação interativa desenvolvida e testada na fase exploratória, e mencionada na secção de enquadramento metodológico, foi determinante para a materialização deste livro. Enquanto estratégia de comunicação, o livro vive da relação entre o conteúdo informativo e a apresentação gráfica. Resgatando uma parcela das contribuições gráficas e políticas dos fanzines da cultura Punk, particularmente, na exaltação ética e estética do princípio *do it yourself* (Guerra & Quintela, 2014), este artefacto reforça o

⁵⁴ Uma das principais adaptações refere-se ao tema do projeto, “segurança alimentar e gestão de orçamento familiar”, que foi simplificado para “alimentação equilibrada e poupança familiar”.

seu papel comunicativo através das próprias opções tecnológicas que dependem da “linguagem dos utilizadores”, das “circunstâncias de uso” e da própria “linguagem das mensagens que necessitam ser comunicadas” (Twyman, 1982)⁵⁵.

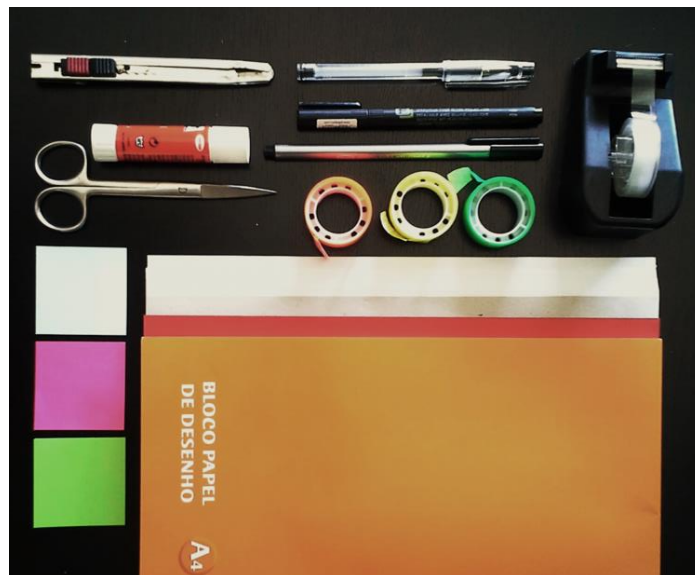


Figura 22. Materiais utilizados para a construção do livro: post-its, marcadores, tesoura, x-acto, cola batom, fitas-cola coloridas e papel cavalinho e cor. Fonte: Carvalho, Franqueira & Ferro (2015).

Através das estratégias de *anyone can do it* (Triggs, 2006: 81), neste caso pelo recurso ao desenho, à colagem, à escrita manual, e ao emprego de materiais vulgares e acessíveis (ver Figura 22), este livro converte-se numa declaração de independência (mais do que de resistência, como é o caso do movimento punk), das condições e/ou recursos frequentemente considerados essenciais, que demasiadas vezes inibem a ação sobre uma determinada realidade.

No que toca à reprodutibilidade, este livro foi materializado com o intuito de ser um objeto único, tendo sido apenas replicado um resumo sob a forma de folheto⁵⁶.

Além das opções de linguagem gráfica já mencionadas, outras ainda vieram reforçar o papel deste livro na exortação à apropriação. A admissão do erro foi o mais relevante aspeto formal, aplicado com uma consciência e desígnio distintos dos identificados nos fanzines. Nestes últimos, a presença do erro gramatical ou ortográfico constituiu uma expressão da “imediatidade” do processo construtivo (Triggs, 2006). Ao passo que, neste caso específico, o erro é entendido à semelhança de Chalmers (2003) e Storni (2014), isto é, como marca do processo (“costuras e cicatrizes”) que funcionam

⁵⁵ “(...) the ‘users of language’ and ‘the circumstances of use’ (...) in relation to the ‘language of the messages that need to be communicated’” (Twyman citado por Triggs (2006: 73))

⁵⁶ Por ter sido uma decisão de última hora, este folheto não correspondeu aos mesmos princípios e linguagem gráfica do livro, com edição feita em computador e impressão em pequena série.

como “interfaces para o utilizador”. Apesar de ambos os autores reportarem ao contexto digital, os argumentos são igualmente válidos para o presente caso.

“Sugerimos que o conhecimento deliberadamente proporcionado e uso de costuras não precisa de ser uma escolha defensiva ou pragmática - fazendo de uma falha uma "característica de design", mas uma opção de design positiva e capacitadora.” (Chalmers, 2003)⁵⁷

O ato deliberado de tornar visível para o público os vestígios do processo, que Storni (2014) refere como “as costuras e cicatrizes” do ato de ideação e desenvolvimento, constitui uma estratégia que potencia o “design para a apropriação” (Chalmers, 2003). Desta forma, tratando-se de uma estratégia que visa a apropriação do próprio processo de comunicação, os vestígios que esta ferramenta apresenta não podem ser resultado do acaso, integrando as características infraestruturais que resultam de um ato consciente de projetar (ver exemplos na Figura 23), que serão cultivadas ao longo de todo o projeto.

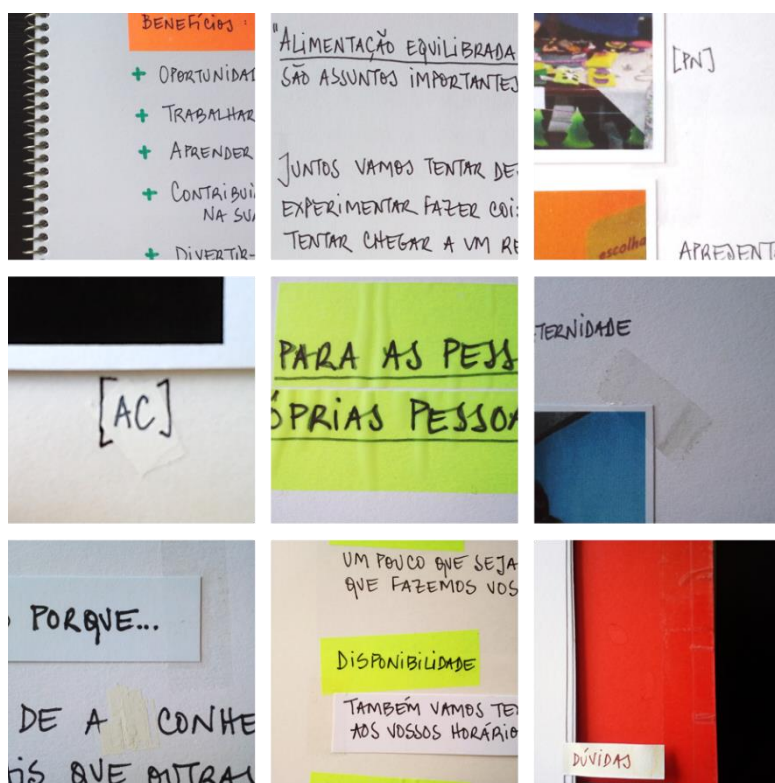


Figura 23. Exemplos de ‘sinais’ incorporados no livro: a recusa do uso da régua e a preferência pelo uso da tesoura sobre o x-ato, os desalinhamentos das linhas de texto e das imagens, as marcas da fita corretora, os cortes enviesados e remendados das fitas-colas, as folhas de papel cavallinho com diferentes tonalidades e grãos. Fonte: Carvalho, Franqueira & Ferro (2015).

⁵⁷ “We suggest that deliberately affording knowledge and use of seams need not be a defensive or pragmatic choice—making a ‘design feature’ of a flaw—but a positive and empowering design option (Chalmers, 2003: s/p)”.

Foram realizadas onze conversas individuais. Em duas delas, o livro nem sequer foi apresentado devido ao desinteresse das mulheres em se envolverem em qualquer projeto comunitário devido a decepções do passado.

“(…) disse também que está farta de participar em projetos que não levam a nada (…) diz que não tem feitiço para engolir verdades e que é muito frontal, o que às vezes não agrada, mas ela não muda. Se eu quiser falar com ela, que está disponível, mas que devo estar preparada para ouvir as suas verdades.” [diário de campo, 13 de Maio de 2015]

No final, conseguiram-se dois "por enquanto não estou disponível" e sete "sim". Estas sete mulheres formaram o grupo primário desta intervenção.

Refletindo sobre o momento inicial

Ao abordar as informações relevantes para a compreensão do projeto de investigação, o livro de histórias, além de ter permitido a constituição do grupo primário de participantes, assumiu ainda duas funções: a de consentimento informado, e de validação dos seus objetivos.

Comparando com o “design caótico” (Triggs, 2006: 70) dos fanzines, que Guerra e Quintela (2014: 4) aludem ser “ (...) tão ou mais importante do que os textos escritos”, neste livro de histórias, o conteúdo escrito assume uma importância mais equilibrada com os aspetos formais, os quais reforçam a mensagem escrita, mas também exteriorizam valores do projeto e constituem-se no marco proto-histórico deste projeto de investigação (Carvalho, Franqueira & Ferro, 2015: 193). Esses valores, sob a forma de manifesto gráfico da intervenção emergente, encapsulam uma mensagem à escala humana (Illich, 1973b: xii) de possibilidade e de apropriabilidade.

Cristiano Storni (2014: 168) reconhece que a aceitação, apropriação e envolvimento crítico com um objeto de design através das interfaces que o autor chama de ‘costuras e cicatrizes’, dependem da vontade, ‘*expertise*, literacia e capacidade de ‘ler’ essas interfaces”. No entanto, o autor constata que estas questões saem fora do âmbito tradicional do design, implicando uma abordagem ao empoderamento complementada pelas áreas social e humana.

Sem descurar a necessidade desse apoio multidisciplinar, a estratégia de intervenção segue as pistas deixadas por Arthur Ashe (n.d.): “começa onde estás, usa o que tens e faz o que podes”. Se o objetivo de empoderamento comunitário é um dos desígnios desta iniciativa, o ponto de partida tem que ser a vontade, a experiência, a literacia e as competências das pessoas a envolver e, por isso, a estratégia de produção *anyone can do it* (Triggs, 2006: 81) e a opção tecnológica pela manualidade, que reflete a perspetiva de Richard Sennett (2008) sobre o “conhecimento incorporado” do homem artesão, como aquele que pensa fazendo, aparentam ser bons pontos de contacto para um envolvimento verdadeiro, crítico e construtivo.

Não é possível descurar, todavia, as diversas estratégias de empatia que foram sendo aplicadas, como as afinidades das origens da investigadora e das participantes, e as

relações construídas ao longo do tempo de dedicação em campo, que demonstram que a investigação e prática do design implicam o uso de competências que não são específicas da disciplina, mas que constituem uma mais-valia nos desempenhos tanto do investigador como do designer (Carvalho, Franqueira & Ferro, 2015).

Apesar dos resultados positivos desta etapa, a participação constitui um desafio que está longe de ser ultrapassado neste projeto. Como se constatou na caracterização do Lagarteiro, uma “cultura de resistência” (Neves & Fernandes, 1999) dificulta a mudança, mas torna ainda mais estimulante a procura de um papel para o design no âmbito da participação comunitária neste contexto específico.

Ciclo individual

› *Quais os hábitos alimentares e de compra dos agregados familiares das participantes?*

› *O que constitui um problema alimentar e/ou de gestão de orçamento familiar para cada uma das participantes?*

Livrete-sonda

“Agora a história pode fluir: tem um centro sólido, “eu”, e uma trama benfeita — “O que eu devia ter feito era tomar minha vida em minhas próprias mãos” (Sennett, 1999, s.p.)”

À medida que as pessoas iam aceitando o convite, era calendarizada a primeira tarefa que contemplava a aplicação de uma sonda cultural que se assemelhava a um questionário em formato de livrete (**livrete-sonda**).

Por razões que se prendem não só com os objetivos exploratórios da aplicação deste instrumento, como com a própria missão da intervenção em desenvolver ferramentas e processos apropriáveis, neste momento não era pretendido “seguir as normas habituais das práticas de investigação” (Gaver et al., 1999: 24). O que se pretendia era reunir, de todas as participantes, um conjunto de informações equivalentes como a recolha de alguns dados demográficos do agregado familiar e sobre o tema, tais como averiguar como cada pessoa descreve os hábitos alimentares⁵⁸ e de compra do seu agregado, incitando-as “a refletir e a verbalizar as suas experiências, sentimentos e atitudes, e a visualizar as suas ações e contextos” (Mattelmäki, 2005).

De novo atentou-se para a simplicidade frásica e de vocabulário na redação das perguntas que dispensavam respostas extensas, facilitando as interpretações e as respostas.

O carácter lúdico, reconhecido nas sondas culturais (Mattelmäki, 2005), e um ensaio de comunicação multimodal foram estimulados não só através do formato e estética do **livrete-sonda**, como a par das respostas escritas, a solicitação de um pequeno exercício de desenho e do uso de codificações cromáticas para estabelecer relações entre respostas (ver Figura 24).

Neste caso, e como já aludido anteriormente, as decisões estéticas “expõem a agenda desta investigação em design” (Brandt et al., 2013: 158), seguindo critérios de usabilidade e apropriabilidade, aproximando-se dos recursos e competências do contexto. No que respeita à aplicação da sonda, além da indisponibilidade de tempo e distância para a exploração do artefacto, como sugerido pela bibliografia de referência

⁵⁸ O conjunto de perguntas foi validado junto do nutricionista Ivo Garcia.

(Gaver et al., 1999), o preenchimento pretendia-se presencial. Esta decisão revelou-se fundamental para o desencadeamento de diálogos que permitiram o esclarecimento de dúvidas⁵⁹ e o enriquecimento dos dados recolhidos sobre o tema, os quais, quando não eram passíveis de registo no livrete, eram posteriormente contemplados em diário de campo.

O cenário e a narrativa individual

Após a coleta de dados através do **livrete-sonda**, foi realizada uma série de sessões oficiais para a representação visual ou ‘encenação’ (Brandt et al., 2013: 168) dos dados obtidos, com a construção de um **cenário narrativo** de cada agregado familiar. Esta atividade foi inicialmente projetada para ser realizada em três sessões com cada uma das participantes, utilizando meios e materiais que respeitavam um conjunto de critérios de adequação (Carvalho, Ferro & Franqueira, 2015):

- Cognitiva, com explicações simples e diretas dos objetivos da atividade e das tarefas a realizar, com um processo flexível e adaptável a diferentes níveis de competências e, uma vez acompanhadas pela investigadora, com a possibilidade de auxílio.
- Técnica, propondo tarefas simples e ferramentas fáceis e seguras de manusear, mesmo para quem não tivesse experiência (e.g. serrote, pistola de cola quente, tesoura e x-ato, pincéis, lixa).
- Económica, com a aplicação de materiais baratos e fáceis de encontrar (e.g. placas de MDF, tinta plástica, arame, colas), com o aproveitamento de materiais disponíveis no local de trabalho (deixados por atividades passadas) e o reaproveitamento de materiais considerados lixo (e.g. garrafas de plástico, toalhas velhas de cozinha e retalhos de tecido).
- Cultural, propondo um processo (apenas) orientador, que visava estimular a apropriação dos recursos, da linguagem e dos fluxos de trabalho em função dos valores, competências, expectativas e disponibilidades das participantes.

Foi necessário um período preparatório para preparação dos materiais e ferramentas, e para o desenvolvimento de uma estrutura para a narrativa (Nielsen, 2004) que orientasse e facilitasse a composição do cenário. Foram feitas algumas ponderações sobre os conteúdos que beneficiariam a narrativa individual, com a representação visual, e aqueles que seriam melhor abordados através de uma discussão em grupo. Os primeiros (a maioria) foram incluídos nos elementos de composição do cenário além de um sistema de registo das horas das refeições, para colmatar uma falha verificada na recolha de dados (Figura 25). Os segundos (e.g. locais de compras, valor de gastos semanais com alimentação, possibilidades de melhoria na qualidade da alimentação do agregado) foram guardados para a fase seguinte, na qual se reuniram as participantes em sessões de grupo focal.

⁵⁹ Em algumas situações, a relação de confiança permitiu inclusivamente o esclarecimento de dúvidas ortográficas.

The image displays a collection of handwritten notes and diagrams, likely from a student's portfolio or a personal journal, focusing on nutrition and health. The content is organized into several sections:

- Meal Plans (Menu):** Multiple pages show meal plans for different diets, such as "Menu da Normal" and "Menu da Especial". These plans include lists of food items, portion sizes, and sometimes instructions for preparation.
- Food Lists:** Several pages contain lists of foods, categorized by type (e.g., fruits, vegetables, proteins) or by their nutritional value. Some lists are titled "Lista de Alimentos para 1 semana".
- Diagrams:** There are several hand-drawn diagrams. One shows a human figure with labels for different body parts. Another diagram illustrates the process of urticaria (hives), showing the skin's reaction to allergens.
- Notes and Observations:** Various short notes and observations are scattered throughout, often providing context or additional information related to the meal plans and food lists.
- Handwriting:** The handwriting is in Portuguese and appears to be from a student, with some corrections and annotations visible.

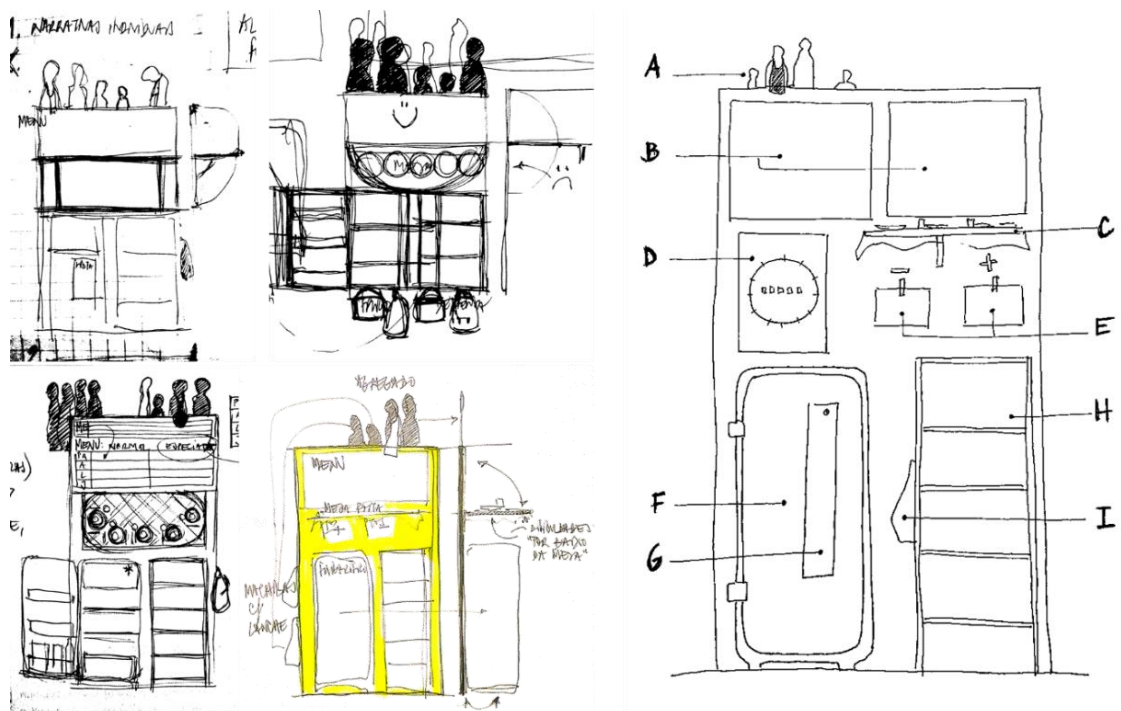


Figura 25. Estudos para estrutura de composição para o cenário (esquerda). Versão final (direita): A. Representação dos elementos do agregado familiar (silhuetas) e os que cozinham apresentam-se de avental; B. Descrição de exemplos de menus das refeições da família (em casa) num dia normal e num dia especial, i.e. aniversário ou época festiva; C. Descrição da dinâmica familiar na hora das refeições através da representação da mesa posta ou outro local de refeições, e distribuição de lugares. Este elemento é rebatível (para cima) e na face inferior, sobre um quadro negro estão indicadas as tarefas consideradas mais difíceis na gestão da alimentação familiar; D. Um diagrama representando um relógio com 24 horas serve de base para a assinalar as horas habituais das refeições; E. Sobre pequenos cartões brancos são indicados, separadamente, os pontos positivos e negativos da alimentação da família; F. Dentro de uma representação de um frigorífico (com porta rebatível) encontram-se os alimentos necessários (que são guardados no frio) para uma semana de alimentação do agregado familiar; G. Sobre a porta do frigorífico está colada uma lista de compras pré-definida que contém todos os alimentos mencionados pelas participantes no livrete-sonda e cada uma assinalou os que faziam parte da sua lista pessoal; H. Sobre uma representação de despensa encontram-se os alimentos necessários para uma semana de alimentação do agregado familiar; I. Representações de mochilas, nos casos das famílias com crianças e jovens, com a merenda habitual que estes levam para a escola.

Esta fase mais oficial também acabou por proporcionar muitos momentos de conversa, contribuindo e reforçando o espírito colaborativo e a desinibição para a crítica, registados em diário de campo e alguns deles registados em fotografia e vídeo. Empregando a máxima de Richard Sennett (2008) que “fazer é pensar” e mantendo a sintonia com a ética e estética do *‘do it yourself’*, as narrativas converteram-se em cenários construídos pelas próprias narradoras enquanto aderiam a uma tentativa de conscientização que se desdobrava em dois momentos, o questionamento e a reflexão.

Caracterização do grupo primário de participantes

O grupo de sete mulheres tem idades compreendidas entre os dezoito e os quarenta e três anos. Apenas uma delas é “orgulhosamente” angolana⁶⁰. As restantes têm nacionalidade portuguesa. No que se refere à escolaridade, a maioria tem o sexto ano e as restantes três têm o oitavo, o nono e o décimo segundo anos. Todas estão em situação de desemprego, no entanto uma frequenta um curso de formação profissional durante as manhãs. Apenas uma destas mulheres vive há dois anos junto ao bairro. As outras seis, vivem no bairro ou nas imediações pelo menos desde 1995.

Na composição dos agregados familiares, quatro das participantes vivem com os companheiros e os filhos. Uma destas mulheres tornou-se mãe no decorrer do projeto. Além desta, uma das duas participantes mais novas, as únicas que vivem com as mães, estava grávida e também teve a sua bebé poucos meses após a anterior. A terceira mulher mais nova vive com o irmão (dependente de terceiros devido a deficiência)⁶¹ e a namorada deste. Todas as participantes têm responsabilidades na alimentação e/ou gestão do orçamento familiar (Carvalho, Ferro & Franqueira, 2015: 56).

Os hábitos alimentares e de compra dos agregados do grupo primário

Uma vez que os resultados dos **livretes-sonda** transitam e fundamentam a etapa seguinte, os assuntos de seguida apresentados foram os que se consideraram mais relevantes para o tema tratado, registados no **diário de campo II** e que não puderam ser integrados no livrete. Em termos metodológicos algumas observações constituem argumentos para uma melhoria da ferramenta aplicada⁶².

“... não tomam pequeno almoço nem lancham a meio da manhã, se estiverem sozinhas ao almoço não se prestam a fazer almoço só para elas e, por isso, acabam por fazer 2 refeições certas: lanche e jantar. (...) a CA usa 1 caldo Knorr em cada uma das refeições que prepara. Ambas parecem não ter hábito de comer sopa e/ou fruta às refeições (...) CA diz que prefere trazer o frango inteiro e cortá-lo em casa porque já chegou a vir com coxas demasiado pequenas (do talho) ... GA chama leite branco ao simples e não gosta de o tomar. Em casa da AA, o açúcar é consumido em muito grandes quantidades: 4 pessoas gastam mais de 1 kg de açúcar por semana. Dificilmente comem peixe em casa, muito menos fresco. A irmã da AA aquece o leite, adiciona 2 colheres de sopa de açúcar, mais 2 colheres de sopa de chocolate em pó e depois os Chocapic. Na casa da AA só uma coisa tem que ser de 1 marca específica: leite achocolatado da Agros, para a irmã mais nova. (...) O filho mais novo só come fruta de frasco (compra no Minipreço), lamenta isto, até porque fica caro. O companheiro às vezes cozinha, mas as doses que ele faz

⁶⁰ Na primeira página do livrete era pedido que dissessem algo sobre si que fosse motivo de orgulho e esta participante mencionou, além de ser mãe, a sua origem angolana.

⁶¹ Este facto, é o motivo de orgulho desta participante que declara ter orgulho “em não ter abandonado o meu irmão”.

⁶² Como distinguir as dinâmicas alimentares durante a semana e fim de semana e acrescentar a Ceia.

são demasiado pequenas. (...) Até agora foi a única das participantes que refere a sopa em todas as refeições (almoço e jantar). (...) Ela e o companheiro levantam-se tarde e por isso as refeições são tardias. O almoço, fazem por fazê-lo à hora da telenovela, para verem enquanto comem. Costumam fazer as compras ao mês, e por isso o exercício da lista de compras semanal foi um bocado demorado. BA também faz o jantar na sogra, que diz ser sempre: batatas fritas, arroz, panados ou bifanas... e diz que está farta de comer sempre aquilo. Passa o dia quase sem comer. Alimenta-se à base de cafés, enquanto o dinheiro permite. Diz que quando há dinheiro para iogurtes líquidos, os compra, mas não parece trocar um dos cafés que toma por 1 iogurte. À tarde faz a primeira e única refeição que costuma fazer em casa, 1 lanche: pão com fiambre ou queijo e 1 copo de sumo (às vezes o iogurte)." [diário de campo, entre 14 e 25 de Maio de 2015]

Algumas mulheres explicaram que a motivação ou obrigação de cozinhar desvanece se estiverem sozinhas, o que geralmente acontece durante os dias úteis. Esta foi a principal razão apontada para a redução do número de refeições diárias, chegando a ser de apenas duas, concentradas no fim do dia. Outra particularidade apontada por uma das participantes tem que ver com as dinâmicas familiares e os horários tardios das refeições, que fazem coincidir com a programação televisiva. Estes dois factos acabaram por realçar algumas falhas na conceção dos questionários, no que respeita à enumeração das refeições sem distinguir hábitos de semana e fim de semana, além da falta de um campo onde as inquiridas pudessem registar os horários das suas refeições.

À medida que vão respondendo às questões, as participantes vão revelando consciência de erros alimentares cometidos pelo excesso e escassez de determinados alimentos, assim como vão fazendo referência a implicações das opções alimentares sobre o orçamento familiar e vice-versa. Entre os excessos, o consumo elevado de açúcar destaca-se de sobremaneira, associando-se ao consumo de leite (com cereais), refrigerantes e chocolate, e apesar de ser uma tendência nas várias faixas etárias, é especialmente problemático nas crianças e jovens. A frequência no uso de caldos *Knorr* e na repetição diária de refeições à base de fritos, vão expondo o consumo excessivo de sal e fritos, ainda que estes não sejam sempre assumidos como erros alimentares. Uma das participantes relata ainda uma forte dependência na cafeína, como fonte quase exclusiva de energia para as primeiras seis a sete horas do dia. Este hábito, como a própria refere, está intimamente dependente da disponibilidade de orçamento e que chega a condicionar a opção pelo consumo de alimentos mais benéficos, em prol do vício no consumo de café.

Quanto à escassez ou ausências nas rotinas alimentares, o destaque vai para a sopa e frescos, nomeadamente fruta e peixe, que parecem estar mais associados às preferências do que a implicações orçamentais.

Sobre o orçamento familiar, algumas das inquiridas revelaram preocupações e medidas no controlo deste, desde o corte da carne em casa para não haver perdas na quantidade, ao descontentamento no consumo de fruta processada em vez de natural, e a gestão mensal das compras. Este último facto evidenciou que as questões que

abordavam os hábitos de compras deveriam abranger tanto a gestão semanal, como a mensal.

As perguntas e os exercícios propostos proporcionaram pistas sobre aspetos a refletir e que culminou num posicionamento crítico que cada participante inscreveu na matriz **BOSa**, e que a Tabela 1 agora reúne.

Analisando a tabela é possível depreender alguns aspetos que parecem constituir desafios na ótica das participantes para a melhoria das suas rotinas alimentares (como são exemplo, as referências à necessidade de consumo de peixe e à redução/eliminação de gorduras e açúcares), além de outras questões que mereceriam ser retomadas (como o entendimento de “saudável”, “dieta” e “equilibrada”). As repostas dadas por duas das participantes são óbvias declarações: “não gosto de cozinhar nem de comer” (CA) e “não comemos melhor porque não temos dinheiro” (BA).

Representação, identidade e apropriação

A construção dos **cenários narrativos** individuais, “como foi explicado às participantes, pretendia servir objetivos de autorrepresentação e facilitar a comunicação” e discussão das suas narrativas nas etapas que se seguiriam (Carvalho, Ferro & Franqueira, 2015: 55).

O trabalho de preparação dos materiais e ferramentas necessários, assegurava a exequibilidade da tarefa dentro do tempo definido para cada participante (três sessões de duas a três horas). A flexibilidade e acessibilidade projetadas no processo, técnicas e materiais, apresentaram-se, perante estas mulheres, como convites à apropriação, que estas tomaram de diferentes formas, em diversos momentos e com repercussões distintas. Entre os atributos mais relevantes, estão as pontas soltas do plano de trabalho e das soluções construtivas dos cenários, que permitiram que algumas das participantes tomassem a iniciativa de contribuir de forma substancial, influenciando o trabalho das restantes colaboradoras e os resultados.

Tabela 1. Resultados recolhidos através da ferramenta BOSa integrada na parte final do livrete-sonda

Para melhorar a alimentação da minha família precisava de...						
	Reduzir	Manter	Aumentar	Eliminar	Partilhar	Adicionar
AA	Fritos		Comida mais saudável	Gorduras		Peixe (é difícil)
BA			O meu orçamento			
CA		Apetite	Vontade de fazer de comer		As tarefas	

DA	Hidratos de carbono (arroz, massas); Gorduras (nas carnes)	Manter dieta	Comer mais fibras		Os meus conhecimentos sobre como aproveitar comida	Exercício físico; Fazer dieta equilibrada
EA	Fritos; Sal		Legumes			
FA	Chocolate (filho)	Sopa	Peixe			
GA	Batatas fritas; Sumos	Arroz; Massa	Água; Sopa; Peixe	Sumos		Peixe

“Desta vez, como o trabalho é manual, a boca fica livre para falar de outras coisas e a BA abriu-se mais comigo. (...) Foi-se embora almoçar e agradeceu o momento. Eu agradeci-lhe a ela.” [diário de campo, 26 de Maio de 2015]

“De novo, os trabalhos manuais dão azo à conversa que flui entre o que ela queria falar e o que eu lhe ia perguntando. (...) Ao sair disse ‘é bem melhor [estar aqui] do que ficar em casa a olhar para as paredes” [diário de campo, 28 de Maio de 2015]

As oficinas de construção dos cenários, proporcionaram momentos de convívio e conversa que impulsionaram para uma relação cada vez mais próxima e aberta com as participantes, resultando num aumento de confiança e crescente desinibição para a participação e apropriação do processo e dos meios (Carvalho, Ferro & Franqueira, 2015). Esta apropriação foi-se denunciando de diferentes formas, em diversos momentos do trabalho e, conseqüentemente, no resultado. A Figura 26 apresenta as quatro categorias definidas para as manifestações de apropriação observadas e apresenta alguns exemplos das mesmas: (i) soluções apresentadas pelas participantes (a verde); (ii) contributos de terceiros trazidos pelas participantes (a laranja); (iii) manifestações de personalização (a rosa) e (iv) esforços das participantes na aproximação à representação da realidade (a azul). Foram ainda englobadas neste mapeamento as (v) alterações efetuadas por iniciativa da investigadora ao plano inicialmente definido (a vermelho), que resultaram da constatação de falhas.

GA não come à mesa. Mas ao balcão de mármore da cozinha, com a mãe. Tentei simular uma patine de mármore cinza, com ela a ver, para perceber como se fazia. [diário de campo, 25 de Maio de 2015]

Quando lhe menciono os problemas da mesa, ela faz uma sugestão, de colocar um canto recortado de MDF como suporte. Colamos com cola quente e passou a ser a solução para todos os cenários. [diário de campo, 26 de Maio 2015]

A determinada altura, quando discutíamos como diferenciar o nome de cada refeição do título (carimbos) e da descrição da refeição (letra à máquina de cada uma), a CA deu a ideia de usar-se 1 escantilhão de letras e ao ouvir de mim que seria uma ótima ideia, ela prontificou-se a pedir emprestado ao tio. [diário de campo, 27 de Maio de 2015]

Nas palavras da FA, o tempo voou e ela foi uma colaboradora trabalhadora e com iniciativa, prontificando-se a ir para a rua, em frente de quem passasse, martelar os pedaços de arame de alumínio que se iriam transformar em talheres. Voltou à sala orgulhosa do seu faqueiro forjado. [diário de campo, 28 de Maio de 2015]

Foi a BA que veio e mais uma vez o trabalho correu muito bem. De novo deu uma boa solução para um problema/dilema: para apresentação dos pontos positivos e negativos. [diário de campo, 2 de Junho de 2015]

Numa destas minhas permanências na sala de espera, a AB brincou: “já só me faltam os quartos, a sala e a casa de banho... já tenho cozinha!”, aludindo ao cenário e rindo-se. [diário de campo, 9 de Junho de 2015]

[a amiga] Tentou ajudar a EA na distribuição dos alimentos, mas logo percebi, como já tinha percebido com as outras participantes, que embora não sejam os frigoríficos, as despensas e os alimentos/marcas exatos que elas utilizam, na arrumação, elas aplicam a lógica que usam em casa. Por isso as ajudas da amiga foram pouco úteis para a EA. [diário de campo, 18 de Junho de 2015]

A AB aparentava alguma pressa, mas depois, quando acabou de fazer o trabalho dela, já não havia pressa e ficou ainda um bom pedaço a conversar connosco e a ajudar as miúdas nas tarefas que ela já tinha realizado, demonstrando brio em mostrar como se faz. [diário de campo, 18 de Junho de 2015]

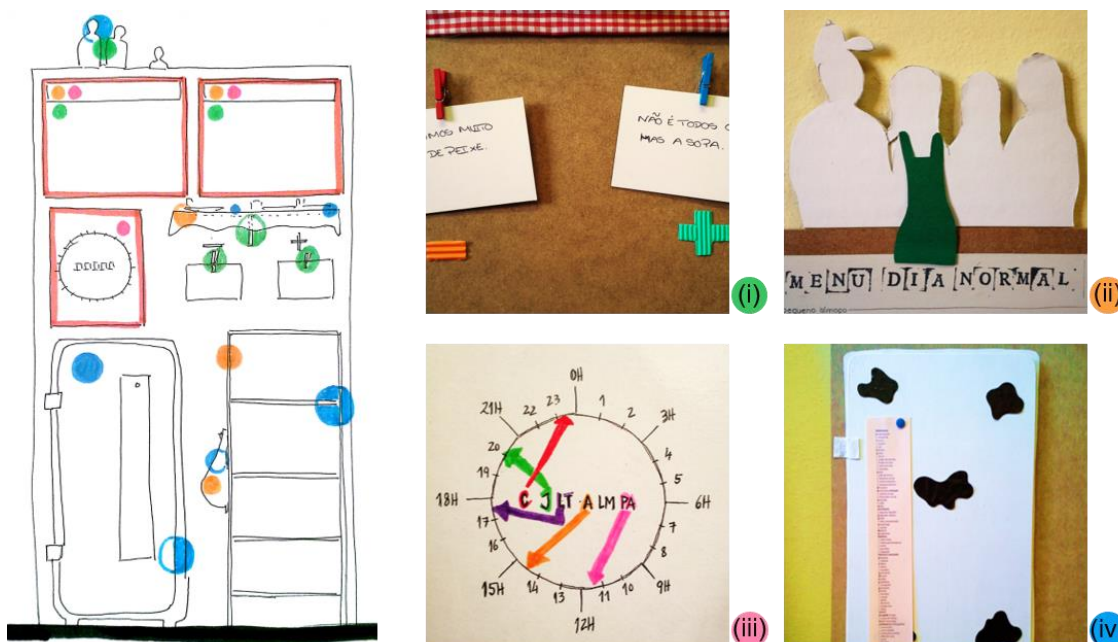


Figura 26. Mapeamento das manifestações de apropriação segundo as quatro tipologias definidas [fonte: (Carvalho, Ferro & Franqueira, 2015)] (à esquerda) e respetivos exemplos (à direita): (i) apoio para o tampo da mesa e solução para fixar os pontos positivos e negativos foram soluções propostas pela BA; (ii) o desenho e recorte das silhuetas dos elementos do agregado familiar são da autoria da irmã da CA; (iii) todas as participantes deram atenção às combinações de cores em função do seu gosto e para distinção das demais; (iv) a FA trouxe papel autocolante de casa para aplicar malhas de vaca no frigorífico do cenário para se assemelhar com o de casa.

Esta etapa veio confirmar que a inteligibilidade do processo e meios, associados a conceitos de flexibilidade e acessibilidade, funcionam como convites a diferentes formas de participação (Vines et al., 2013), e que os seis cenários concluídos (Figura 27), são o ponto de partida legítimo para as construções coletivas entre as participantes e suas histórias no próximo ciclo.



Figura 27. Os seis cenários construídos (pormenor da mesa, rebatimento da mesa e abertura de frigorífico). Fotografias: Abhishek Chatterjee.

Entre a comparência e a resiliência

Estas oficinas decorreram ao longo de quatro semanas, durante as quais o maior desafio foi a assiduidade das participantes às sessões de trabalho. Das vinte e cinco manhãs e/ou tardes planeadas para a construção dos cenários, apenas onze se concretizaram. As restantes catorze ficaram registadas como “não comparência” (ver Figura 28). Na maioria das vezes, estas não comparências não eram notificadas, a menos que fossem contactadas por telefone e elas conseguissem atender⁶³. Estas falhas de comparência foram aproveitadas para preparar materiais e adiantar tarefas

⁶³ Uma das razões principais para esta recorrência estava relacionada com o facto de, apesar de todas elas disporem de telemóvel, na maioria das vezes não dispunham de saldo.

mais demoradas e/ou menos relevantes de serem levadas a cabo pelas participantes, e para a atualização do **diário de campo II**.

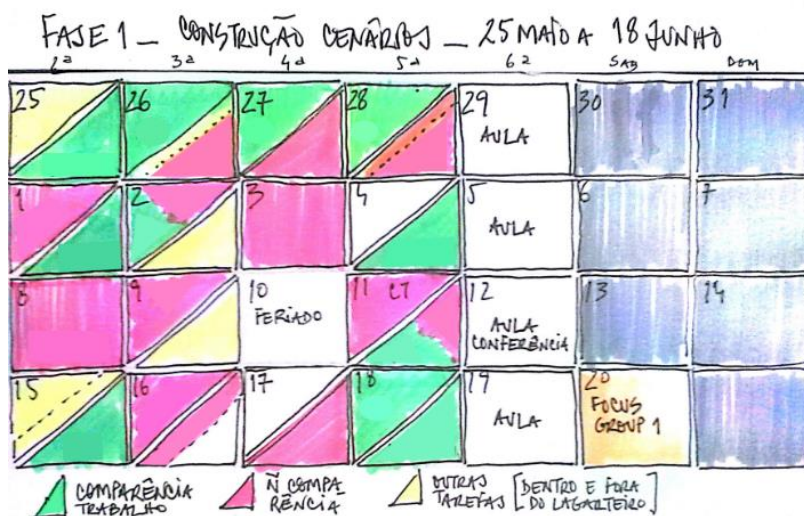


Figura 28. Registo de comparências e ausências durante as oficinas de construção dos cenários. De segunda a quinta, a investigadora esteve praticamente todas as manhãs e tardes no Lagarteiro, disponível para trabalhar com as participantes (exceções a branco). As fases de trabalho estão assinaladas a cor: a rosa os momentos programados com as participantes que acabaram por não comparecer e a verde as comparências efetivas.

Até às 15h50, hora em que saí para ir conversar com a PP, ninguém apareceu. Contava com a EA, mas talvez viesse mais tarde, porque almoça tarde. Voltei da conversa, liguei à EA. Estava numa praia fluvial e já não viria a tempo... ia demorar. Fui embora. [diário de campo, 26 de Maio de 2015]

Quando cheguei a CA e o KO não estavam, logo, nunca chegaram a vir. Passei a manhã sozinha a ordenar materiais, ferramentas e a preparar o spot para a captação vídeo. [diário de campo, 1 de Junho de 2015]

Aproveitei para enviar SMS à Isabel e dizer-lhe que desde que me “mudei” para o bairro, ela desapareceu e que já tinha saudades de a ver. Está a trabalhar das 7h às 21h30. [diário de campo, 8 de Junho de 2015]

No decorrer desta etapa, uma das participantes arranhou emprego e acabou por não construir o seu cenário por falta de tempo.

Foram diversas as táticas testadas para tentar reduzir este absentismo. Desde propor às participantes que trouxessem companhia (o companheiro, a amiga, os filhos, a vizinha), à adaptação do fluxo de trabalho em função dos gostos e competências que as participantes iam demonstrando, mas o desafio manteve-se. Estas experiências vieram revelar que, por vezes, não existe uma correspondência direta entre a dedicação e prazer que as participantes demonstravam numa sessão e a comparência na seguinte, registando-se frequentes faltas de comparência. Em conversa com uma das participantes sobre este assunto, ela demonstrou dificuldade em explicar o porquê de não comparecerem, mesmo quando gostam do que estão a fazer e têm disponibilidade.

O fim de semana trouxe-me preocupações. Estou com receio que as taxas de participação não se compadeçam com as necessidades do projeto: participantes que gostam, e se entusiasma com o projeto, mas que é difícil trazê-los até cá; participantes que vivem numa relação de interdependência demasiado comprometedora; participantes com vidas familiares em situações de exigências e alterações repentinas de disponibilidade; trabalho, convocatórias do centro de emprego e afins... [diário de campo, 1 de Junho de 2015]

Não é que a gente não queira... mas às vezes estamos em casa e não dá vontade de sair... Tem que ter paciência. [diário de campo, 23 de Julho de 2015]

Trabalhar com pessoas e contextos reais pode ser um desafio “extra-ordinário” (Newell, 1995), tanto em razão do paradoxo entre a motivação e a comparência, mas também devido aos contratempos causados pelo fator “a vida acontece”, expressão referente aos pequenos ou grandes acontecimentos que alteraram as dinâmicas da vida diária, ao longo do projeto.

Todas as atividades foram desenvolvidas com apenas um coordenador de atividades, responsável pelos registos do processo, o que nem sempre foi fácil de articular. No entanto, a natureza individual desta fase de intervenção sugeria que a presença de uma terceira pessoa, para apoio no registo dos procedimentos, iria interferir na relação e ambiente de confiança relatadas, que desempenharam um papel indispensável para os objetivos desta etapa.

Refletindo sobre o ciclo individual

A aplicação do **livrete-sonda** desencadeou processos de reflexão nas participantes, mas foi durante a construção dos cenários que se registaram as transformações mais significativas no que respeita aos desígnios deste projeto de investigação, que se revelaram através das materializações de identidade, da iniciativa e da apropriação. A estratégia implementada resultou de um planeamento individual, no qual as participantes foram convidadas a falar, a fazer e, no seu tempo e forma, a apropriarem-se e a assumirem papéis cada vez mais ativos e conscientes. Das aprendizagens que foram sendo extraídas, adequam-se algumas estratégias de ação. Um exemplo disso foi o envolvimento da terceira pessoa (pessoas que acompanharam as participantes em algumas sessões oficiais), que serviu de motivação à comparência, de ajuda em algumas tarefas e, talvez a mais importante, como testemunha de um esforço do qual as participantes se orgulharam do resultado atingido.

A sala junto ao gabinete de atendimento no bairro, disponibilizada pela Junta de Freguesia de Campanhã para trabalho com a população, foi um recurso logístico determinante, nomeadamente por ter providenciado o retiro que as participantes necessitavam para se envolverem a solo ou para definirem quem queriam envolver na construção da sua narrativa. À parte do espaço, a dedicação, o espírito crítico e a criatividade, foram os recursos mais relevantes no processo, influenciando tanto a seleção de materiais como as soluções construtivas e gráficas.

Esta fase de trabalhos foi bem-sucedida no que respeita à construção de uma narrativa individual representativa do universo alimentar de cada uma das participantes que permitirá a partilha de experiências individuais, que resultam de atos individualizados de “sondar, evidenciar e compreender” como ponto de partida para uma “colaboração bem-sucedida” (Sanders, Brandt & Binder, 2010: 197). No que se refere ao objetivo de empoderamento, esta fase demonstrou que, de facto, um processo de autorreflexão foi desencadeado pelas questões levantadas no **livrete-sonda**, mas as manifestações de pensamento crítico que se verificaram com a solicitação de possibilidades de mudança (através da ferramenta **BOSa**) foram escassas, reforçando a relevância de se tentar essa reflexão através de uma abordagem em grupo.

Ciclo grupal

- › Quais os pontos de maior destaque na discussão coletiva sobre as narrativas individuais das participantes?
- › Qual a relevância do cenário nessa discussão?
- › Como incluir mais participantes no projeto?
- › Quais as propostas para desenvolvimentos futuros?
- › Como ‘codescobrir’ a realidade dos restantes agregados do bairro?

Representação e crítica

No início da primeira sessão de grupo focal, os **cenários** das participantes estavam expostos e constituíam o ponto de partida para a discussão. A irmã mais nova de uma das participantes acercou-se deles e decidiu explorar estes artefactos, dando provas da sua função narrativa e identitária.

MA: Ei! O frigorífico da GA tá cheiinho, olha! (...) Esta pessoa pôs muito pouca coisa! (...) Eu vou ver os frigoríficos! (...) O congelador... eles não têm... eles não comem carne? Não tem carne no congelador... Se calhar são vegetarianos! (...) Ó AA, as mochilas são para quê?

EU: As mochilas... são o teu lanchinho e o da tua irmã.

MA: A minha mochila é esta! (...) Ei! Outra vegetariana! [grupo focal 1, 20 de Junho de 2015]



Figura 29. MA na exploração dos cenários.

Refletindo sobre o processo e o resultado da construção do **cenário**, as participantes foram evidenciando alguma autocritica e, uma delas aponta ainda críticas a algumas das restantes representações. Esta situação deve-se ao facto de que, no caso de duas participantes que terminaram à pressa os seus cenários, no momento de dispor os alimentos que comprariam para uma semana, acabaram por recortar mais produtos, que também consomem, subvertendo a lógica do consumo semanal.

EU: Se valeu de alguma coisa... o que é que... significou este trabalho que fizemos...?

BA: Ocupação de tempo

EU: Vocês acham que este exercício, as questões, as coisas que estivemos a tratar nisto, fizeram-vos pensar?

AA: Sim.

EU: Em quê?

AA: No que gastamos a mais... é verdade...!

AL: Oh, sei lá no que me fez pensar... fez-me pensar muito e fazer aquilo... ver o que tava certo e o que não tava certo...

AA: Sim, o que nós erramos... na alimentação... Eu pelo menos fiquei a pensar que mais valia gostar de peixe... Pelo menos naquela parte do positivo negativo, eu sei que o peixe faz falta na alimentação mas eu não consigo comer...

EU: Mais alguma coisa? ... sente-se representada no seu painel?

BA: Ah, sim! Eu e o meu frigorífico está muito bem (muito vazio)! (risos) Claro que sim! Eu expressei no painel aquilo que realmente é.

EU: ... [construção do cenário] se vos fez pensar nalguma coisa...

AA: Fez.

EA: Não, provavelmente a mim, até me fez pensar nalguma coisa... porque dá que pensar. Eu agora podia chegar a casa e mudar alguns dos aspetos...

EU: ... acharam útil para compreender melhor o que é que cada 1 das outras pessoas... faz...

GA: Ó, claro! ... muito.

EA: Ó filha, claro! (...)

AA: Já vi coisas que temos em comum... Por exemplo, cereais, óleo, azeite, massa, arroz... todas praticamente temos. Toda a gente precisa!

BA: É assim, eu... tou a ver as despensas muito cheias! (risos) é um ponto... pode ser que sim, pode ser que não...

EU: Sim, eu acho que houve aqui algum entusiasmo a partir de determinada altura...

AB: Houve! Já que a gente não tem em casa, meteu ali! (risos) [grupo focal 1, 20 de Junho de 2015 e grupo focal 2, 9 de Setembro de 2015]

Os **cenários** acabam por servir de mediadores inteligíveis das suas narradoras, no que respeita aos hábitos alimentares e de compra dos seus agregados familiares. No entanto, algumas destas e de outras informações, abordadas no **livrete-sonda**, precisavam ser explanadas em conjunto.

A primeira atividade prática proposta ao grupo consistia em assinalar, no mapa da freguesia de Campanhã, os locais habituais de compras que as participantes enumeraram no **livrete-sonda**. Após uma breve hesitação em encarar e entender o

mapa, a tarefa tornou-se motivo de orgulho para uma delas que se mostrou bastante eficiente em termos de orientação, e um bom início de cooperação, onde até o elemento mais novo participou (Figura 30).



Figura 30. Mapeamento dos locais de compra no mapa de Campanhã.

(MA toma conta dos palitos e espeta-nos nos locais que lhe indicam)

MA: Também tou a ajudar!

AA: O da GA também podemos marcar.

EU: Podem e já agora se quiserem marcar todos... Se a AA tá sintonizada...!

AA: Antes que o meu GPS vá abaixo! [grupo focal 1, 20 de Junho de 2015]

As estratégias de compra

Este exercício evidenciou as distâncias percorridas por estes agregados para adquirirem os bens alimentares. Dois destes agregados recorrem periodicamente a projetos de apoio alimentar, associados às igrejas de S. Pedro e de Campanhã, onde recebem alguns dos alimentos que consomem. Além destes dois locais assinalados no mapa, todos os outros são decisões estratégicas ponderadas em função das distâncias, dos preços e da variedade de oferta. Algumas destas participantes fazem compras em estabelecimentos que apresentam mais escolha e preços mais baixos face ao comércio local, mas que chegam a distar 3 km do bairro, os quais percorrem a pé. Além das limitações da rede de transportes, desta forma evitam gastar o dinheiro que poupam nas compras em senhas de transporte.

EU: vocês quando vão fazer essas compras, assim longe, vocês vão a pé?

AA+MA: Vamos.

CA: Não há dinheiro para ir de autocarro! (ri)
 AA: Claro.
 EU: E as compras ao Jumbo, ao continente...
 AA: Sim, olha: foi na... quarta feira acho eu... fui ao continente e ainda fui ao Jumbo (ri). Ontem fui com a minha mãe ao Minipreço.
 EU: Então todos os dias tens recados para fazer?
 AA: Sim, há sempre alguma coisa que falta... quando há dinheiro, claro! Quando não há, olha falta mesmo! (...) Eu vou sempre a pé, mesmo que seja as compras para a semana inteira... por exemplo, esta semana fiz, faço metade do mês. Pareço o pai natal... eu e a minha mãe! [grupo focal 1]

Para a gestão do escasso orçamento familiar, ir às compras nestes casos, é uma tarefa que consome grande parte do dia e um esforço físico que muitas pessoas não serão capazes de enfrentar ou suportar. Neste momento, a questão coloca-se:

EU: Viver aqui no Lagarteiro influencia a vossa alimentação?

As respostas tendem a divergir entre a distância condicionar ou dificultar o acesso a alimentos, e uma desvalorização da localização em função da imprescindibilidade de orçamento disponível.

CA: Olha, aqui no Lagarteiro não há nada!
 AA: E o que há, é caro.
 CA: Só há as lojas e a gente vai ó, por exemplo, aqui... saco de arroz é praí 1 euro. Vamos ao Continente...
 AA: 60 e tal
 CA: 60 e tal cêntimos, 50 e tal cêntimos... A gente quer comer qualquer coisa, vem aqui ao... aqui à loja, perdemos logo a vontade de comer! (ri)
 AA: ... apetece-nos comer alguma coisa que não tá acessível... e vamos fazer compras só, por exemplo, ao fim de semana... talvez... comemos o que temos em casa e só comemos aquilo que nos apetece quando formos à loja... continente, ao Jumbo... quando formos aí porque é mais barato... e compensa.
 BA: ... Não é por vivermos aqui, é mesmo por falta de dinheiro que não podemos comprar mais...

Alimentação equilibrada é...

Depois de algumas discussões periféricas, é apresentada a questão central da sessão, discutir o que cada uma delas entende por 'alimentação equilibrada', para a qual cada uma das participantes é convidada a escrever numa folha de grande formato, para que se pudessem confrontar as diferentes aceções do conceito.

EA: a AA pôs, comer a horas, menos gorduras, peixe, legumes, menos doces, mais cozidos e grelhados... eu pus: comer pouco e bem, e fazer as refeições a horas. A ... CA pôs...
 EU: o que é 'bem'?
 CA: é comer pouco, mas uma coisa com que ela fique satisfeita!
 EA: Ó Cecília!
 EU: Tou a fazer perguntas muito difíceis? (risos) Então!? Dás-me respostas vagas...
 EAi: Ó querida, eu acho que toda a gente percebe...

EU: não...

EA: 'Comer pouco e bem... tu até podes fazer uma alimentação que tu achas que não é a adequada... comer uma massa cheia de gordura, mas se comer pouco, não vai fazer tão mal! Por exemplo... percebes?

EU: mas é isso que eu queria perceber!

EA: Mas isso eu não conseguia escrever aquilo... passar para o papel... eu tenho graves problemas a expressar-me! (risos)

(...)

BA: Por exemplo, ao meio dia comes peixe, à noite comes carne... certo? Não exagerares no arroz... batata... laticínios, certo? É isso, é mais ou menos isso. Mas ninguém faz uma alimentação equilibrada, isso é burrice... a gente sabe o que é uma alimentação equilibrada.

(...)

EA: O que é 'alimentação saudável'? Não comer gorduras, ingerir certas e determinadas vitaminas, porque a gente precisa às vezes mais de umas do que de outras... por exemplo... evitar às vezes muitos hidratos de carbono... mas eu como olha... ainda pra mais nesta situação, por isso não há alimentação saudável, ó Cecília... para mim. (...) O que quiseres comer, tu vais comer. Por isso, deves meter aí uns parênteses: grávida!

(...)

GA: Bem... isso no meu dicionário não existe... porque eu nem sei o que é que é isso... e devia ter!

CA: Pareces a EA, a EA também disse isso!

EU: Deve ser um problema das grávidas! (...) Se tivesses que dizer... à tua filha, o que é uma comida equilibrada... o que é que tu lhe ias dizer?

GA: Filha, não sejas como a mãe! (risos)

CA: Davas-lhe sopa?

GA: Claro! E vou-lhe dar todos os dias... de manhã à noite! Meio dia e jantar! (...) a alimentação de uma criança é diferente de um adulto... não é?... um bebé precisa de mais coisas... precisa de sopa.

Mais do que delinear o que entendem por alimentação equilibrada, as primeiras passagens parecem constituir notas autocríticas das participantes face ao conceito. Depois de desafiadas, as respostas da BA e da EA constroem-se através de discursos que parecem memorizados, mas ambas acabam por refrear a importância do conceito. A primeira declarando que a alimentação equilibrada é impraticável e a segunda, justificando com a gravidez os seus erros alimentares. A GA, também grávida, inicialmente declara a inexistência do conceito 'no seu dicionário', mas ressalta a importância da sopa numa alimentação de qualidade para a filha que está para nascer.

Em busca de sentidos comuns

Através de um exercício coletivo de categorização das respostas dadas sobre pontos positivos, negativos e dificuldades na alimentação do agregado familiar, as participantes ensaiam sentidos e relações entre as diferentes perspetivas. Apesar da tarefa ter sido apresentada com a finalidade de proporem uma organização das respostas, o principal objetivo era expor as atitudes e valores das participantes em relação aos diferentes assuntos contemplados nas respostas a categorizar.

CA: Olha difícil isso (juntando “difícil é pensar/variado na comida” aos outros 2)...
“difícil ir às compras” e “ter dinheiro”, certo?

EU: É, mas essas tás a pôr porque diz que “é difícil”! (provoco)

EA: Não!

CA+AA: Não!

(...)

CA: Difícil é ter dinheiro... (...) Porque a gente paga água, luz, renda... chega ao fim e precisa de ter dinheiro pra ir às compras!

EA: Ó filha! Tu pagas a água e a luz, que eu não pago! Que eu tenho que comer! Pera aí! (risos)

(...)

AA: Costuma ser mais a minha mãe a cozinhar. Às vezes é que sou eu ou às vezes a minha irmã. Mas às vezes é tão difícil começar a variar com o que temos no frigorífico, muitas vezes... ah, hoje apetecia-me uma cena diferente... não tem! Não tenho dinheiro... tenho que fazer aquilo! É difícil variar! É nesse contexto que eu pus! Porque chega-se a um ponto que tou cansada de cozinhar todos os dias, ou vai-se ao frigorífico e fica-se desconsolada só de olhar para ali... (ri)

CA: Depois é arroz, é massa... vais fazer arroz outra vez? Vais fazer massa outra vez?

EA: Eu acho que isto hoje em dia é... é impossível! Difícil é pensar ou variar na comida? Eu acho que não é difícil pensar, até porque a gente... Eu acho que toda a gente tem internet e usa a internet... Eu pelo menos falo por mim, porque eu posso ter bacalhau e se me apetecer comer bacalhau 2, 3 dias seguidos, eu vou comer e vou saber como é que eu vou confeccionar... certo?

(...)

AA: “Filhos raramente comem carne ou legumes”

EA: Eu acho que isto já acontece porque os pais não fazem 1 boa alimentação.

CA: (...) Porque os pais não obrigam!

EA: Não é o facto de obrigar...

CA: Ou não fazem pra eles comerem! Ai não gosto... não gosto, então come isto.

EA: Eu por mim falo, eu sei que em criança eu comia sopa, mas eu não sou pessoa de comer sopa porque em minha casa não se comia sopa. Por exemplo... Ou seja, eu não nasci a não gostar de legumes! Simplesmente não habituaram...

(..)

EA: Eu... não acontece isso, porque não gosto, mas tenho consciência, até porque já me forcei a uns anos atrás para tal... E eu querer fazer 1 alimentação saudável e ter consciência disso, que é preciso ter 1 pouco mais de dinheiro! Tava fazer 1 bocado de dieta e a minha mãe: ó filha, queres fazer dieta faz, mas compra tu os iogurtes! Aqueles iogurtes eram caríssimos!

(...)

AA: Difícil é ter dinheiro... Pronto ...Mexe com tudo para já! Se não houver dinheiro, não tens mais legumes, mais carne, mais peixe (...) não há nada!

CA: Fica lá no topo!

AA: Este movimenta tudo!

EU: Tudo? Tipo, comer fora de horas? Pensar no que fazer?

(...)

EA: ... ó filha, isto é mesmo muito difícil... (ri)

EU: Isto é mesmo para pensar...! Por exemplo, é importante aquilo que tu acabaste agora de dizer, EA. Que o contexto é importante. E nós estamos aqui a fazer interpretações, às vezes de coisas ... Da mesma maneira que eu vos expliquei

isto... que se calhar já compreenderam melhor e que até tu própria te revês na tua infância... [grupo focal 1]

Esta discussão descobriu algumas questões relevantes para o tema, nomeadamente:

- a prioridade atribuída às despesas com a alimentação face a outras despesas, como renda, água, luz, não é transversal a todas as participantes;
- as dificuldades em variar a ementa foram relatadas pela maioria, no entanto, uma delas assume uma posição crítica em relação a esta postura, referindo a acessibilidade e facilidade de uso da internet para obtenção de receitas;
- a educação alimentar das crianças, parece ser encarada como uma responsabilidade dos pais e a única esperança para que esses futuros adultos comam bem, porque os adultos de hoje parecem resistir muito à mudança alimentar;
- a associação entre alimentação saudável e aumento da despesa, remete de novo para resistências ou hesitações no desejo de mudança.

As mudanças que o dinheiro podia trazer

Em linha com esta última observação, o grupo é confrontado com uma última pergunta: “Se vocês tivessem mais dinheiro, o que mudava na vossa alimentação?”

AA: Há coisas que são mais caras e só podemos comprar quando temos mais dinheiro ... ou quando tá em promoção! Há coisas que compra-se menos por não ter dinheiro!

EA: Olha, o que mudava na minha alimentação é que ia comer fora! É o que vou dizer, Cecília! (risos) já sabes!

CA: Na compra de outros produtos...?

EA: Eu gosto de cozinhar e isso... mas gosto muito de comer fora.

CA: Variar nos alimentos... ir menos às promoções...

AA: Comprar mais quantidade... e mais qualidade? (lê o que escreveu) ... ir menos às promoções, escusamos de ter de aproveitá-las, não é? [grupo focal 1]

BA: O que eu acho que é 1 burrice, mas pronto...

EU: O quê?

BA: Comprar mais quantidade, e melhor qualidade... A marca branca, é assim... E a senhora doutora sabe muito bem. A marca Continente... o Continente não tem fábricas a trabalhar diretamente só pra ele... os leites vêm da Mimosa, os iogurtes vêm da Nestlé... São fábricas que produzem... por isso os produtos são de boa qualidade. Só que não tem marca, não são rotulados... são mais baratos. (...) O do Pingo Doce é leite, o outro espanhol é água... por isso, eu prefiro dar 2 cêntimos a mais... Também não somos assim... tão pobrezinhos! É assim eu quando falo em necessidade, todos nós, cada 1 à sua maneira tem a sua necessidade... acho eu. Mas se nós fossemos pobres-pobres-pobres... távamos na rua... Sem abrigo ...A comer nas carrinhas... E para já ainda não se passa isso... Não é? É verdade! (risos) Mas acho que por 2 cêntimos, a gente não é ignorante o suficiente, para estar a beber 1 coisa que não alimenta a sério... [grupo focal 2]

A resposta da AA aponta para a ideia de que o aumento de orçamento lhe permitiria aliviar a dependência das promoções, mas esta resposta não foi esclarecida, uma vez

que pode significar que não depender das promoções pode aliviar os longos percursos que faz a pé aos locais onde geralmente aproveita estas promoções. As restantes respostas centram-se na variação e aumento da qualidade dos alimentos, e em comer fora de casa.

Ponto de situação

Apesar de planeada para durar duas horas, a sessão acabou passadas quatro horas. Quando a sessão foi dada por terminada as participantes permaneceram na sala e a conversa continuou, aparentando-se animadas com o que alcançaram e querendo saber o que se iria passar de seguida.

GA: Agora isto [cenário] vai ser para quê?

CA: Para guardar aqui?

GA: ... é, de recordação... era fixe...

AA: Sim!

GA: E depois deste projeto, ainda vais fazer mais?

EU: É assim... eu vou explicar. Este projeto, estou a fazê-lo no âmbito do meu doutoramento. E aquilo que eu gostava era que algumas das coisas que estou a tentar desenvolver com vocês, consigam servir, por exemplo, neste caso é sobre alimentação e poupança familiar... mas eu gostava que se calhar, ou a forma de trabalhar, ou até as coisas que nós fazemos aqui, pudessem ser utilizadas para abordar outros assuntos... este assunto pode continuar e dar para muitas coisas...

AA: Sim

EU: Eu consigo imaginar muitas coisas que podem acontecer...

AA: Vê-se por aqui, que tem várias coisas e tudo sobre alimentação!

CA: E acredita que foi difícil chegar aqui... [grupo focal 1]

Foi de uma forma semelhante que se iniciou a segunda sessão de grupo focal:

BA: Eu quero ver o que é que você vai fazer a isto [cenários]!

EU: Já tivemos a falar sobre, por acaso, da outra vez... mas, já agora... há quem queira receber 1 exposição destes trabalhos!

BA: Olhe, eu não vou! [grupo focal 2]

Objetivos de mudança

Após uma síntese e pequena discussão sobre os assuntos tratados na sessão anterior, a primeira atividade consistia em analisar e discutir a matriz **BOSa** (Figura 31) onde foram reunidas todas as possibilidades de melhoria apontadas pelas participantes no **livrete-sonda**.

REDUZIR HIDRATOS DE CARBONO (ARROZ, MASSAS) COMER MENOS GORDURAS (NÃO COMER) ADOÇANTES SAL BATATAS FRITAS SUMOS FRITOS CHOCOLATE (FILHOS)	MANTER MANTER A DIETA* APETITE ARROZ MASSA SOPA	AUMENTAR COMER MAIS FIBRAS LEGUMOS À VONTADE DE FAZER DE COMER ÁGUA SOPA PEIXE COMIDA MAIS SAUDÁVEL PEIXE O MEU ORÇAMENTO
ELIMINAR SUMOS GORDURAS	PARILHAR OS MEUS CONHECIMENTOS SOBRE COMO APRO- VEITAR COMIDA AS TAREFAS	ADICIONAR EXERCÍCIO FÍSICO FAZER UMA DIETA EQUILIBRADA* PEIXE PEIXE (É DIFÍCIL)

PARA MELHORAR A ALIMENTAÇÃO DA MINHA FAMÍLIA, PRECISAVA DE...

Figura 31. Matriz BOSa com as respostas dadas pelas participantes.

BA: Ai! Eliminar sumos e gorduras, porquê?!

HA: E gomas também deviam ser eliminadas...

(...)

CA: Aumentar água... a gente se não tiver sumo em casa...

HA: A água não tem sabor nenhum...

CA: Sumos, fui eu que pus... sumos com gás... porque a gente bebe muito...

BA: Se vamos eliminar muita coisa... a tudo aquilo que a gente come... eliminamos tudo... porque nós temos maus vícios. (...) Se são com gás ou sem gás, têm corantes e conservantes, fazem mal.

EU: E têm muito açúcar.

BA: (...) Se eu não beber sumo porque... caso não tenha... meto água com 3 colheres de açúcar... vai dar ao mesmo! (...) Eu sou gulosa e não sou diabética! O meu maior prazer é estar deitada à noite a comer chocolate! (...) Podem dizer que eu sou maluca, mas eu sou mesmo (risos)... Eu se tiver mole, com sono... e começar a comer doces, eu arrebita, dá energia. (...)

Não é a primeira vez que eu tou sem fazer nada, eu pego vou ao supermercado, compro um chocolate e começo a comer. Daqui a bocado já tou com o speed todo...

EU: Pois... e depois já não tem fome!

BA: Já não tenho fome... mato dois coelhos de uma cajadada só!

EU: Não lhe faz bem... substituir uma refeição que se calhar podia ser mais saudavelzinha...

BA: Sim, mas a refeição custa 5 euros e o chocolate custa 1! (risos) Qual é a diferença?"

(...)

EU: Porque é que vocês não gostam de peixe?

BA: (...) Nós somos... é aquilo que eu estou a dizer. Nós não somos pobres-pobres-pobres, porque nós não somos sem abrigo... isso é um ponto. Os nossos pais, e se eu tiver errada corrijam-me... também não são pobres-pobres-pobres. Há dificuldades... mas nós temos por hábito... pode faltar tudo, menos comida na mesa... certo? E os nossos paizinhos habituaram-nos a muita carne... o gosto da carne é melhor... então nós, agora adultos, esquecemo-nos da parte do peixe.

(...)

BA: Filha, eu também leite, leite assim, não como. Mas bebo leite com 4 colheres de chocolate e 4 colheres de açúcar. (...) Por isso, como vê, a gente somos pobrezinhos mas a nossa boca não. (...) vai dizer que o leite não tem o mesmo efeito...

EU: Não sei! Não faço a mínima ideia! Não percebo, não estudei!... eu queria que vocês entendessem também... quando eu estou a falar do projeto e o tema da alimentação equilibrada e poupança familiar... eu não sou especialista nessas áreas! Eu tou a tentar é trabalhar com vocês, tentarmos pensar em coisas que até podem ser mais da minha área... mas eventualmente, teremos interesse de falar com pessoas que percebem disto, para nos explicar o que é que está correto e o que é que não está correto. [grupo focal 2]

Algumas das participantes vão reconhecendo a adequação de várias das respostas aos seus casos específicos. Se comer sopa e variar as ementas foram os principais desafios debatidos na primeira sessão, na segunda, com um grupo diferente (apenas uma das participantes participou em ambos), a discussão sobre os objetivos de mudança focou-se na necessidade de aumentar o consumo de peixe e de diminuir o consumo de açúcar, nomeadamente, sob a forma de sumo. Uma questão que surgiu também na sessão anterior tem que ver com uma aparente consciência de que o consumo de alimentos aconselhados, como o da água e do leite, é igualmente válido e aparentemente benéfico, ainda que combinados com grandes concentrações de açúcar.

EU: Como é que sabes isso, que não é saudável?

MA: Porque tem chocolate...

EU: E o teu leite? Também não tem chocolate, MA?

MA: Tem... mas... é leite! (ri) [grupo focal 1]

Contudo, a BA, participante mais velha, oferece grande resistência à possibilidade de mudança. Apesar de demonstrar alguma consciência em relação aos seus maus hábitos alimentares, para a BA, a escassez de dinheiro e o consumo de açúcar, enquanto fonte de prazer e energia, formam uma dupla de argumentos que suplanta qualquer anseio de alimentação equilibrada. Por momentos, esta participante chega mesmo a desviar a conversa para dicas e produtos menos saudáveis, que representam deleites gastronómicos para ela. Mas acaba por retomar o assunto da alimentação equilibrada e fazendo uma sugestão para as moças mais novas, da qual, nitidamente se exclui:

BA: ... Tudo o que a gente come é prejudicial à saúde...Tudo! Porque nem que seja 1 salada... mas a gente na salada mete sal, azeite e bastante vinagre!

(...)

BA: ... 1 croissant representa 4 pães...!

CA: A sério?! e a gente come e fica igual!

HA: Eu como e ainda fico com mais fome!

BA: Mas vocês têm que ter consciência que o representa 4 pães. Se comer 2 são 8.

Mais vale comer 2 pães do que estará a comer... Eu ainda no domingo comi 8

pães! Eram 2 croissants... Mas é verdade... Quer dizer, nem todo o organismo...

Eu: Reage da mesma maneira... sim, sim.

BA: Há umas pessoas, por exemplo, que eu tenho 1 boca santa... Não como de tudo, mas como de tudo o que gosto... E não tenho problema nenhum em engordar... pelo contrário.

Eu: Mas às vezes as pessoas podem não ser gordas... Pois, a questão não é só essa... por exemplo, eu não sei se é verdade, se não... mas dá que pensar...

Existem estudos que falam que o consumo de açúcar, que é 1 das principais causas do aparecimento de cancros... por exemplo...

BA: Mas eu tenho 1 coisa boa... para recompensar o cancro por causa do açúcar, eu tomo muito café... que também dizem que 2 e 3 cafés previne o cancro... eu como tomo mais...

Indícios para a cooperação

Tomando como exemplo a resposta de uma das participantes que escreveu no campo 'partilhar' da sua matriz **BOSa** "os meus conhecimentos sobre como aproveitar comida", foi solicitada uma reflexão sobre possíveis redes de entreajuda que se podiam criar em torno do que podem partilhar, no que podem ajudar e no que gostavam de ter ajuda. O exercício trouxe muitas hesitações e poucas respostas, mas conseguiu-se uma resposta para cada um dos campos (Figura 32): Gostava de saber mais sobre... culinária (fazer comidas diferentes, variadas, melhorar os temperos, ...); Posso ensinar como faço... Bolos; Posso ajudar a... comer e cozinhar; Gostava de ter ajuda a... poupar nas compras.

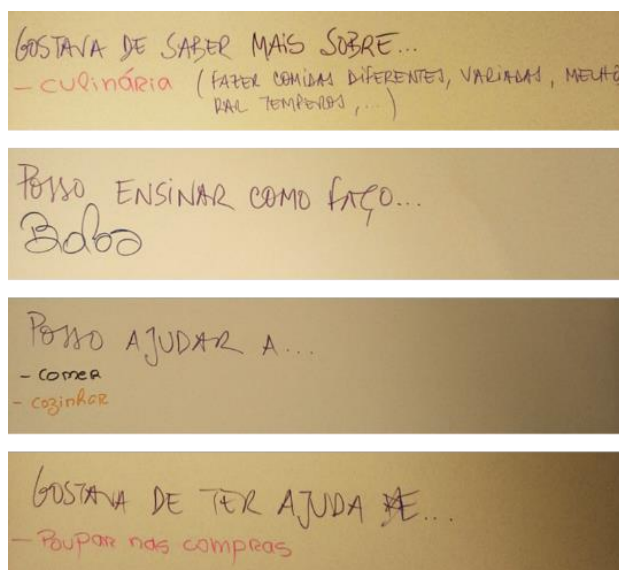


Figura 32. Exercício para desenho de uma rede de entreajuda.

Apesar do grupo ser pequeno, no momento em que se discutiam as possibilidades de resposta, as participantes foram identificando correspondências, indiciando que, mesmo em número reduzido, já era possível iniciar o desenho de uma rede de entreajuda.

BA: É assim, pra vocês... vocês podiam gostar de ter ajuda duma nutricionista, não? (...) Agora, eu posso ensinar como faço, aquilo que eu mais gosto... que é bolos, certo?

CA: Olha... coisa que eu não sei fazer...

Todavia, uma ajuda externa, de um especialista em Nutrição, parecia ser uma conclusão óbvia para todas e tentou-se aclarar o assunto.

BA: Pra quê? Ele não nos deixa comer! ... Se eu disser a 1 nutricionista que gosto de chocolate, que o meu maior prazer é deitar à noite e comer 1 chocolate...

EU: É óbvio que essas coisas ele vai dizer que não!

BA: Ele vai-me pôr travões e eu não quero.

CA: Mas isso é o que ele diz, não quer dizer que faça...

BA: A mim entra a 100 e sai a 2500!

CA: Por exemplo, ele hoje tá aqui a falar, chega a casa e vai comer o chocolate!

EU: Mas vá... há 1 coisa que é assim... uma conversa que nós possamos ter com 1 nutricionista... não quer dizer que tudo o que aquela pessoa vai dizer seja para nós seguirmos à regra, não é?

CA: Claro.

EU: Também pode ser que essa pessoa nos possa dizer alguma coisa que nós não pensávamos...

BA: Ah, sem dúvida que eles nos podem ajudar...! Porque às vezes as pessoas têm 1 ideia errada do que é 1 nutricionista e da maneira como se há-de alimentar...

(..)

BA: Também pode substituir o cozinheiro, por 1 pasteleiro!

CA: Ai! Então, aí é que era bom! (risos)

EU: Não! (ri)

CA: Pode ser um cozinheiro e pasteleiro!

BA: De preferência que seja gente nova... que sirva prá gente consolar as 2 coisas!

Acabou por se deliberar que a vinda de um nutricionista e a de um chefe de cozinha seriam benéficas, ainda que a BA se mantenha na defensiva em relação ao primeiro.

Desenhando uma estratégia de coinvestigação

EU: ... é suposto nós tentarmos perceber melhor como é que estas coisas acontecem e o que é que as pessoas sentem necessidade, aqui, ao nível do bairro. Como é que nós podemos ir fazer esta... investigação? Como é que nós vamos descobrir o que é que as pessoas aqui à volta... o que é que elas costumam comer...?

BA: É fácil. Você faz os questionários e nós vamos de porta a porta! (...) Mas as pessoas daqui conhecem-nos todas e... é mais fácil fazer um questionário, nós que somos conhecidas... do que virem práqui de outras bandas... ai não tenho tempo!

CA: Mas é...

BA: Enquanto nós, é... entra filha! É normal.

EU: Porque é que sou eu a fazer, porque é que não fazemos nós?

BA: Você tem mais tempo...

CA: Pronto, podemos fazer nós os questionários... com as nossas ideias... com o que a gente está a saber...

BA: Se for eu a fazer as perguntas, esqueça... porque eu não vou por aí... porque eu não vou por aí!

CA: Em grupo!

BA: Agora, se me der os questionários e eu tiver que ir prá rua... tem que ser na minha folga!

CA: Podemos fazer em grupo... cada uma dá a sua ideia...

EU: Sim... eu acho que era mais engraçado...

BA: ... ideias? É que isto [cabeça] já funcionou melhor...

CA: Eu acho que tinha que ser quando estivessemos cá todas...

(...)

EU: Mas digam-me uma coisa... acham que é a melhor maneira fazer um questionário?

BA: Se não, a gente vai para as pessoas: olhe, ouça lá, mas você com o quê?

(risos)

CA: Pois, assim o questionário a gente entrega a folha...

BA: A gente pergunta às pessoas conhecidas e quem não for conhecido, a gente conhece... e vamos fazer 1 questionário.

(...)

BA: Eu vou-lhe explicar... vamos fazer 1 projeto, num papel... perguntas, 3 respostas... certo?

EU: 3 respostas? 3 opções de resposta, é isso?

BA: Basta fazer 1 questionário... o resto é fotocopia (...) 1 pergunta, 3 respostas. O que você fazia? Isto, isto ou isto?

EU: Mas fazemos nós aqui então, as perguntas?

(BA lê as frases para completar da tarefa anterior, propondo-as como perguntas)

BA: (...) E gostava de ter ajuda... 'de'! Aquele 'a' ali não me soa bem! (...) Pode ser, por exemplo, 10 perguntas em que seja com xis e outras 10 em que tem que ser mesmo escrita.

IA: Estas 4 podem ser escritas mesmo!

EU: Ok...

BA: Depois também vai como a gente faz a pergunta!

CA: Depois, é assim... ao fim do questionário, passe ali no [bloco] 3, que a gente tá a fazer 1 projeto... (...) Passe ali no 3, se tiver interessada, que a gente tá a fazer 1 projeto sobre isto... não é?

BA: E pomos uma cruzinha naquelas que as pessoas escolherem! Tipo, olhe o que é que você come? Arroz, massa ou feijão? E ela escolhe uma. Ai, como muitas vezes massa!

CA: Tem uma alimentação equilibrada? Sim ou não... o que é para si uma alimentação equilibrada? Metemos 3 opções, não é?

EU: Sim, a alimentação equilibrada podia ser... pensar em todas as respostas que vocês deram... as pessoas podiam dizer...

BA: Não é preciso muito, quê... praí 20 perguntitas! 15 a 20... que é para a gente ocupar o tempo.

CA: E é que com xis, a gente despacha aquilo rápido!

Foi desta forma assertiva que as participantes assumiram os seus papéis de coinvestigadoras, definindo a estratégia de inquirição à restante população do bairro. Houve ainda uma tentativa de abrir o leque de opções sobre como inquirir, mas a confiança destas mulheres era tanta, que não fazia sentido contrariá-la. Poder-se-ia

dizer, que este foi o momento mais alto deste processo participativo, com as habitantes do bairro a definirem o rumo metodológico da investigação.

A co-construção do questionário

Após ter ficado decidido, na segunda sessão de grupo focal, que a consulta à restante população do Lagarteiro seria feita através da aplicação de um questionário que seria desenvolvido em coletivo, uma terceira sessão de grupo focal foi preparada com o objetivo único de construir esse ‘co-questionário’. No planeamento desta sessão, foi realizada uma breve revisão bibliográfica, através da qual foi sintetizado um conjunto de orientações básicas para a construção de um questionário (ver Tabela 2) que seria explicado e disponibilizado durante toda a sessão de trabalho.

Com vista a garantir a participação ativa de todos os presentes, foi definida uma configuração do espaço da atividade, com a disposição dos participantes em torno de uma mesa forrada a papel branco (Figura 33) e a atribuição de um marcador de cor distinta a cada um para registo das suas propostas. A coordenação dos fluxos de participação, para a qual foi estipulado que todos devem contribuir com propostas e/ou comentários, o registo será apenas das perguntas que tiverem sido expostas ao escrutínio e aprovação do grupo. À medida que as propostas de perguntas iam sendo registadas, a respetiva sequência foi também sendo discutida e delineada.

Tabela 2. Orientações básicas para a construção de um questionário

Coisas importantes (post-its amarelos)
.O que queremos saber?
. Como explicar às pessoas para que vai servir o questionário?
. Quantas perguntas? Quanto tempo?
. A quem perguntar? Quantas pessoas?
Conselhos (post-its verdes)
. Fazer perguntas simples, para não causar confusões.
. Dar exemplos (escritos, falados, imagens, ...) para ajudar a compreender melhor.
Exemplos de perguntas⁶⁴ (post-its azuis)
. Qual a sua cor favorita? Amarelo, Verde, Rosa, Laranja, Branco.
. Qual ou quais as suas cores favoritas? Amarelo, Preto, ..., Outra.
. Costuma vestir com frequência as seguintes cores: amarelo, branco, azul, preto (escala com 5 itens Likert, entre Nunca e Sempre)
. Costuma pensar no que vai vestir no dia seguinte? Sim, Não, Às vezes.
Que cores não gosta de se vestir? Porquê?

⁶⁴ Os exemplos apresentados foram propositadamente aplicados a um tema diferente, para não influenciar a formulação de perguntas.

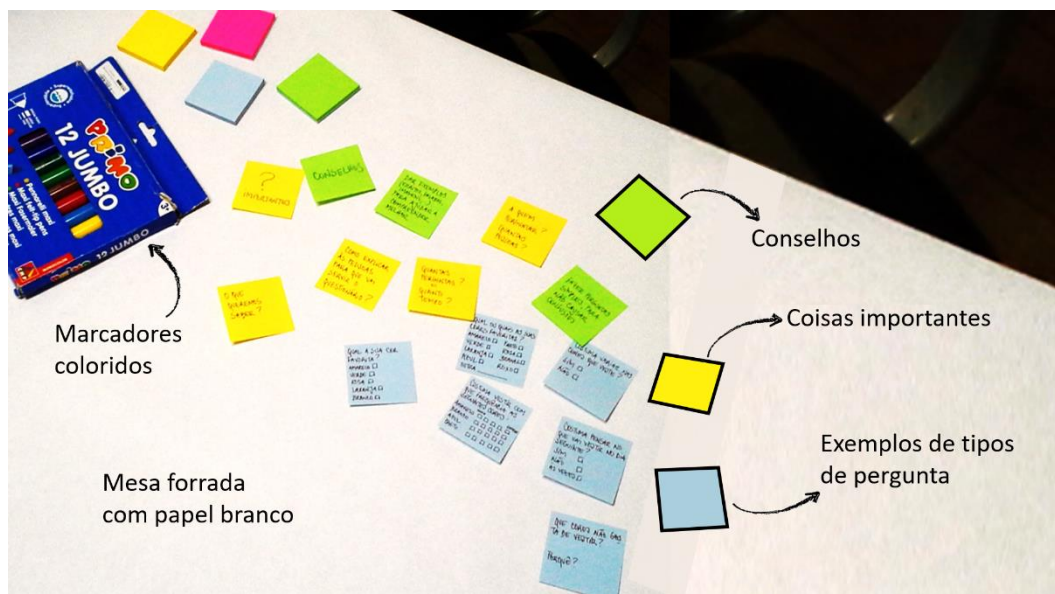


Figura 33. Mesa de trabalho para construção coletiva de questionário para os agregados do bairro.

Através de chamadas, SMS, Facebook, informei a BA, a EA, a CA, a GA que íamos ter nova sessão de trabalho/reunião de grupo e, uma vez que a CA tinha assistente social de tarde, tive que correr de novo o risco de organizar de manhã. A GA disse que não podia, e a EA disse que se pudesse passava. A todas falei da possibilidade de trazerem companhia (serviria como motivação a virem e como o início de extensão do grupo agora mais pequeno). (...) Como já passava da hora marcada, tentei contactá-las mas ninguém atendeu ou respondeu. Saio e vou a casa da CA. Bato à porta e ninguém abre. Desisto da sessão de hoje. [diário de campo, 9 de Setembro de 2015]

Enquanto esperávamos junto a casa dela – eu, a CA e a IA – fui sabendo que o KO estava por perto e o JO já estava em casa. Se todos aceitassem participar, já seríamos 5! Foi então que propus se queriam fazer a sessão de trabalho em casa deles e eles disseram que sim! [diário de campo, 23 de Setembro de 2015]

Com um nascimento, um despejo e uma oferta de emprego, o grupo primário de participantes ficou bastante reduzido. Depois da tentativa falhada para a terceira sessão de grupo focal, surgiu uma oportunidade de avançar com os objetivos do projeto, em circunstâncias inesperadas, mas que permitiriam incluir gente nova, de diferentes idades e de ambos os sexos, mantendo o envolvimento de uma participante inicial e uma outra que participou no segundo grupo focal. O local de trabalho previamente preparado, foi transferido para o lar da CA, para tornar possível a participação de JO, com mobilidade reduzida. Estas mudanças obrigaram a alguma improvisação, nomeadamente, a mesa de apoio ao sofá que se converteu em mesa de trabalho e dois telemóveis colocados em ângulos distintos asseguraram o registo audiovisual (Figura 34).

Surge mais um casal de participantes e a sessão começa com alguma timidez em dar a cara na gravação, mas como a sessão se realiza em ambiente familiar, o grupo vai-se abstraindo do registo e prossegue cada vez com mais fluidez.

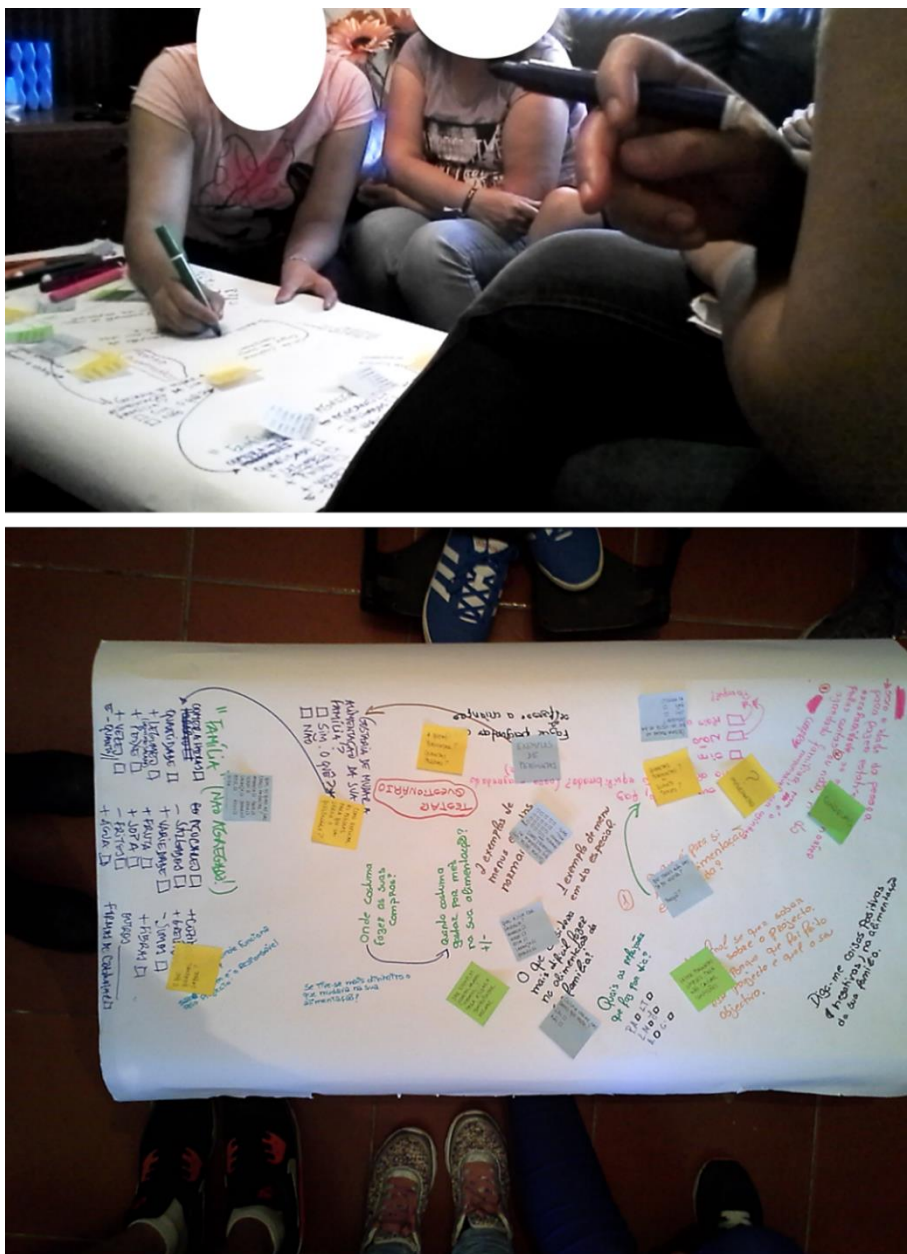


Figura 34. Sessão de co-construção de questionário para o bairro (em cima). Mesa de trabalho no final da sessão (em baixo).

EU: E se nós perguntássemos às pessoas se elas têm uma ideia de quanto é que gastam por semana, em alimentação para a família?

LA: Por mês! As pessoas não vão fazer prá semana, vão fazer pró mês.

CA: Tem noção em média de quanto gasta por mês nas suas compras?

EU: Simplifica.

CA: Diga uma média de quanto é que você gasta nas suas compras...

LA: ...por mês.

CA: Durante 1 mês, quanto é que você gasta nas suas compras.

LA: ...isso é uma coisa que elas não vão dizer quanto gastam...!

EU: Em qualquer uma das perguntas que a gente tem para fazer, podem-se...

HA: Só respondem se quiser!

EU: Como é que acha, LA, que nós podíamos fazer a pergunta sem as pessoas se sentirem assim...?

(...)

EU: Depois víamos outra vez juntos se está tudo bem... e assim depois, a IA podia levar para testar... tu (CA), se calhar conseguias testar um também, eu também tentava testar um... e já tínhamos 3 para comparar!

IA: Eu testo meia dúzia deles! Dê-me 6 fotocópias que eu testo lá (casa dela).

CA: E vemos mais ou menos, quanto tempo é que demorava...

EU: ... ou até se calhar, as pessoas não perceberam muito bem esta pergunta...

CA: Eu acho que era bom testar, por exemplo, com a avó do KO... você já testava com uma pessoa mais nova... porque de certeza que demora mais em pessoas mais velhas do que em pessoas mais novas. As pessoas mais velhas têm mais dificuldade em perceber do que as pessoas mais novas...!

(KO participa pouco, mas é muito assertivo. Refere a importância de testar um questionário antes de o aplicar.)

Por se tratar do mesmo tema, as questões formuladas estavam muito próximas das propostas no **livrete-sonda**. Contudo, discutiu-se a formulação das perguntas e os tipos de resposta, e acrescentaram-se dados que resultaram das atividades posteriores, como foi o caso das perguntas de escolha múltipla, para as quais as respostas anteriores das participantes integraram a lista de opções de resposta.

No final da sessão foram ainda debatidas e calendarizadas as fases seguintes de materialização, teste e estratégia de aplicação do **co-questionário**. Determinou-se que, no fim do **co-questionário**, seria integrada uma breve apresentação do projeto, que serviria de apoio à explicação que se considerou importante fazer sobre o objetivo da aplicação da ferramenta e que a materialização do **co-questionário** (Apêndice X), manteria a linguagem gráfica assumida nas fases anteriores.

Aplicação do co-questionário no bairro

Após o teste do **co-questionário**, concluiu-se que a formulação das perguntas não impunha dúvidas de interpretação e o tempo previsto para resposta ao questionário era de cerca de quinze minutos. Considerou-se estarem reunidas as condições mínimas para a sua aplicação definitiva.

Uma vez que se tratava de uma estreia para as participantes, a estratégia de aplicação não seria muito complexa: as perguntas seriam lidas e as respostas registadas por elas e não pelos inquiridos que podiam optar por não fornecer a sua identidade. Seria dada uma explicação breve sobre o projeto e onde os interessados podiam obter mais informação ou colaborar no mesmo, e apenas nestes casos era solicitado um contacto.

Da necessidade de monitorizar esta tarefa e encorajar as participantes a explorarem o bairro, foi desenvolvido um diagrama do bairro (Figura 35) que representa de forma simplificada os 446 fogos, divididos em blocos e entradas. Neste diagrama foram sendo assinaladas as casas que cada uma das participantes planeava inquirir e aquelas que já tinham sido inquiridas. Desta forma, tornou-se mais perceptível e

simples a delineação de estratégia de amostragem, traçando como objetivo a obtenção de um questionário por cada uma das quarenta e cinco entradas dos treze blocos do bairro. Durante o período de aplicação do **co-questionário** foram realizadas reuniões com as participantes e com quase todas elas os **co-questionários** foram inicialmente aplicados acompanhadas e depois prosseguiram de forma individualizada.



Figura 35. Diagrama do bairro: painel e versão impressa (direita).

Porém, a celeridade desta fase não correspondeu ao esperado e o período de aplicação de questionários acabou por sofrer uma derrapagem de mais de um mês, para que se conseguisse atingir o objetivo de 10% das habitações do bairro (45 habitações). Apesar de, durante esta etapa, dois dos elementos do grupo primário terem reintegrado o projeto depois das filhas nascerem, outra participante foi despejada. O pico de ânimo e motivação voltou a descer e só com alguma insistência, em alguns casos, é que foi possível a cooperação entre cinco participantes e a investigadora na recolha de respostas (Figura 36).



Figura 36. Aplicação do co-questionário no bairro.

Não sei o que se passa com as outras moças, mas hoje decidi começar a aplicar o questionário. [diário de campo, 16 de Novembro de 2015]

Termino o painel com o esquema do bairro e começo a marcar alguns locais para eu aplicar o questionário e a BA também. [diário de campo, 18 de Novembro de 2015]

A CA não atende, nem responde no telemóvel, Facebook, porta... Vou até ao Animar [gimnodesportivo] falar com a LD e ver se ela me ajuda a sinalizar famílias a quem possa fazer o questionário. [diário de campo, 23 de Novembro de 2015]

Hoje tentei e consegui aproveitar melhor a oportunidade que é o gabinete de atendimento em dias de atendimento. Há algum tempo que pensava explorar essa oportunidade, mas nunca surgiu o momento ou a coragem para interromper o fluir das conversas ou arrufos para falar de comida ou gestão do orçamento familiar. Tinha decidido que ia envolver famílias ciganas entre os respondentes dos questionários e ainda não tinha nenhuma. Como vi o OO e a esposa na sala (família assinalada pela LD), decidi perguntar à PA [esposa] se se importava de responder enquanto esperava. Ela aceitou e viemos para a minha sala, para ter mais privacidade. Estávamos a terminar a primeira página quando foi chamada pelo X e depois, quando saiu teve que ir embora porque estava a tratar do almoço em casa. Ficamos de continuar noutro dia: “Quando me vir na rua pode vir falar comigo!” (...) A pressão do tempo a passar foi o empurrão que precisava, assim como uma sala de espera meio vazia com um cigano que eu já conhecia. Perguntei ao sr.TO se se importava de responder ao questionário, explicando-lhe o projeto e os objetivos e ele aceitou. [diário de campo, 1 de Dezembro de 2015]

Cheguei à rua e estava a mirar o bloco 9, a ver se tentava de novo algumas das pessoas que não estavam em casa quando fui com a RA [miúda da W que se ofereceu para me ajudar], mas o olhar de 2 senhoras que falavam na rua, sugeriu-me que as abordasse e acabei por fazer o questionário às duas. [diário de campo, 11 de Dezembro de 2015]

De novo no atendimento, uso a mesma abordagem e “recruto” duas pessoas (desta vez desconhecidas) para responderem ao questionário. [diário de campo, 15 de Dezembro de 2015]

Limitações do co-questionário

A primeira observação prende-se com o facto deste **co-questionário** ter sido desenvolvido por um conjunto de pessoas que não tem qualquer preparação científica e, por isso, aspetos formais como a validação do mesmo não foram considerados, ainda que em termos de validação social (Seekins & White, 2013) a atividade seja favorável.

A aplicação do **co-questionário** foi feita em função do horário disponível de cada uma das participantes. No caso da investigadora, nesta fase, o horário de permanência no bairro variou entre as nove horas da manhã e as sete e meia da tarde, razão pela qual a amostra possa não ter uma maior representação da população trabalhadora.

Das vezes em que a aplicação do co-questionário foi acompanhada, verificou-se que o tom das respostas é desconsiderado pelas habitantes no registo das respostas. Um exemplo foi a resposta à pergunta “Gosta de cozinhar?”, para a qual, independentemente da resposta que a pessoa lhes dava (e.g. “Adoro!”, “Odeio!”, “É

das coisas que mais gosto!", "Que remédio..."), o registo era "sim ou não" ou "gosta ou não gosta".

Decorrente da experiência que se ia acumulando com a aplicação do **co-questionário**, foram emergindo falhas, que se decidiu registar num formulário em branco como futuras sugestões de melhoria (Apêndice X).

Refletindo sobre o ciclo grupal

As "tropas" estão demasiado silenciosas... não sei o que se passa e mais uma vez se confirma que após uma sessão que me deixa aos pulos de alegria, tem que se seguir um período de retorno à calma... como se me estivessem a tentar "domar"! Tento manter o entusiasmo, mas começo a ficar perdida no plano de trabalhos... se estivéssemos na fase individual, a compatibilidade das disponibilidades entre elas não interferiria no prosseguimento dos trabalhos, mas agora devia ser em grupo! [diário de campo, 23 de Setembro de 2015]

Os picos de entusiasmo pela participação no projeto têm vindo a ser também postos à prova pelo "fator a vida acontece". Dentro do grupo de sete mulheres aconteceram: dois nascimentos de filhas, um nascimento de neto com Trissomia 21, dois despejos, um filho atropelado, uma formação compulsiva e duas oportunidades de trabalho. No entanto, ainda que não se tenha sustentado, este ciclo deu lugar a um momento de emancipação, a manifestação mais elevada de participação (Arnstein, 1969; Carr-Chellman & Savoy, 2004).

A escolha do grupo focal como método "popular para quem conduz investigação-ação e para aqueles que se interessam pelo empoderamento dos participantes no ato de investigar porque estes podem tornar-se uma parte ativa no processo de análise (Kitzinger, 1995)"⁶⁵, levou o objetivo de empoderamento foi mais além. Uma vez que uma das maiores conquistas desta fase corresponde à ação das participantes sobre o próprio processo de investigação, ao proporem o questionário como estratégia de recolha de dados e se incluírem na construção e implementação deste instrumento.

As discussões e atividades coletivas ampliaram o diagnóstico sobre os hábitos alimentares e a gestão de orçamento familiar em alguns dos agregados do Lagarteiro, que será complementado com a análise dos dados recolhidos pelo **co-questionário**.

Os principais assuntos a ressaltar são: as estratégias de compras ponderadas em função do preço, variedade, distância e esforço físico implicado nos percursos a pé a locais afastados do bairro; as visões parceladas e as memorizadas do que constitui uma 'alimentação equilibrada'; a responsabilidade parental na educação alimentar das crianças, que serve de desculpa para os hábitos alimentares na fase adulta; as implicações do dinheiro na alimentação e a prioridade desta despesa face às restantes despesas familiares; a necessidade de aumentar ou iniciar o consumo de peixe, sopa

⁶⁵ "Focus group methods are also popular with those conducting action research and those concerned to "empower" research participants because the participants can become an active part of the process of analysis (Kitzinger, 1995: 300)".

e água; o caso particular do açúcar, consumido por prazer e como disfarce de paladar na ingestão de alimentos considerados saudáveis (e.g. leite), e visto como fonte de energia mais barata que uma refeição.

Nos aspetos processuais, as atividades manuais do ciclo individual são mencionadas como uma forma viável de motivar as participantes a colaborarem, uma vez que, refletindo sobre a construção dos cenários, além de se reverem nos resultados atingidos, comprovando os objetivos de representação, as mulheres exprimem satisfação neste modo de “passar o tempo”, além de reconhecerem que as atividades também terão suscitado momentos de reflexão sobre os seus hábitos alimentares e possibilidades de mudança.

É de salientar que, apesar dos percalços na comparência, é no momento em que se constituem em grupo que se atinge o ponto alto da participação, e quando dispersas para a aplicação do questionário, que os índices de motivação das participantes desvanece.

Ciclo comunitário

- › Como envolver a população do bairro do Lagarteiro na discussão e desenvolvimento de propostas de mudança?
- › Como articular um ato de cocriação entre uma população com baixos índices de literacia, num contexto de e em crise, e agentes especialistas e institucionais?
- › Como assegurar que o processo de cocriação se desenrola dentro dos parâmetros de participação ativa e democrática?

Análise e interpretação dos dados do co-questionário

Como já foi referido anteriormente, a análise dos dados obtidos com o **co-questionário** não implicava o rigor quantitativo da análise estatística, mas recorreu a técnicas aproximadas da estatística descritiva, como a média e a distribuição de frequência de resposta (Morais, 2010), precedidas por uma etapa de tratamento de dados segundo as diretrizes especificadas no Apêndice XI.

Os resultados foram organizados em três grupos de informação: caracterização sociodemográfica dos elementos de cada agregado, hábitos alimentares e de compra e interesse pelo projeto. Decidiu-se que, as respostas mais elaboradas dos inquiridos face ao que algumas perguntas aparentemente solicitavam, seriam compiladas e disponibilizadas no Apêndice XII.

Caracterização sociodemográfica da amostra

Os 39 agregados compõem uma amostra de 139 pessoas, perto de oito por cento da população do Bairro do Lagarteiro. Três destas pessoas vivem sozinhas e um agregado com oito elementos definem o número mínimo e máximo das tipologias familiares dos inquiridos. A maioria dos habitantes vivem em agregados de duas (9 agregados), três (10 agregados) ou cinco (8 agregados) pessoas. Os restantes oito agregados dividem-se entre famílias de quatro e seis elementos. Quinze destes agregados são monoparentais, encabeçados por mães com filha(o)s e às vezes neta(o)s, e outros vinte agregados são constituídos por casais com descendentes e/ou ascendentes. A amostra de habitantes abrange idades entre os três meses e os 87 anos de idade e uma média etária de 33 anos.

No que respeita ao sexo, a esmagadora maioria dos inquiridos foram mulheres (36) e apenas três eram homens. Ao nível da representatividade na amostra a proporção está mais equilibrada, com 57 elementos masculinos e 82 elementos femininos.

Entre os elementos desta amostra, o 12º ano é a escolaridade máxima completa entre os habitantes com idade igual ou superior a 15 anos (cerca de 12%). A maioria da

população com 15 anos ou mais tem apenas o 1º ciclo do ensino básico completo (cerca de 29%). Três pessoas desta condição etária não têm qualquer escolaridade (cerca de 3%). Mesmo ao nível da população mais nova ou ainda a estudar, o 12º ano é o nível mais elevado.

Em termos ocupacionais, mais de um terço da população encontra-se desempregada (37%), metade do número de desempregados estão empregados ou são domésticas (14%+4%) e os reformados são ligeiramente menos que o número de empregados (11%). A restante população são crianças e jovens estudantes (28%) ou bebés (6%).

A Figura 38 (legendada pela Figura 37) pretendem ser apenas um possível ponto de partida para a exploração de formas coletivas de “construir sentidos” (Dervin, 1999) a partir dos dados apurados, adequados e identitários da população local (Apêndice XIII).

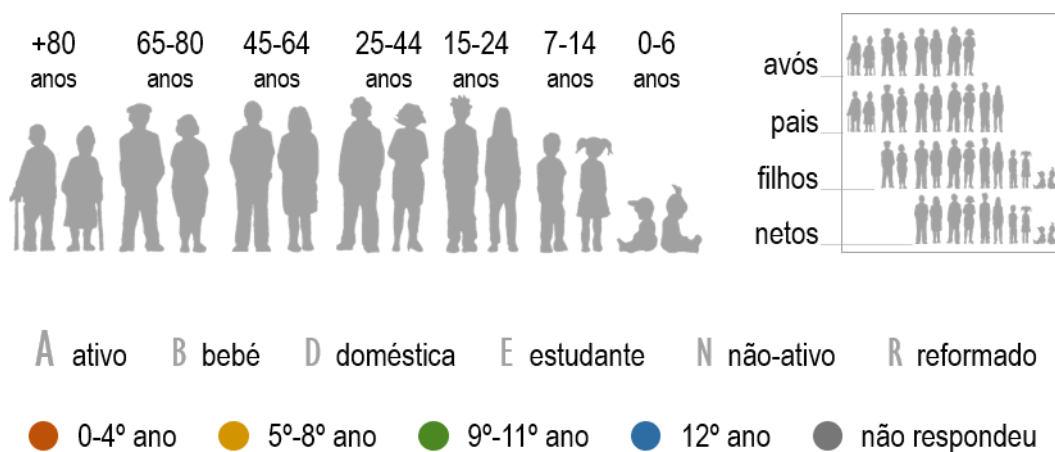


Figura 37. Critérios gráficos para a representação sociodemográfica dos agregados familiares segundo facha etária (0-6; 7-14; 15-24; 25-44; 45-64; 65-80; +80 anos), facha geracional (avós, pais, filhos e netos), sexo (feminino e masculino), ocupação (A: ativo; B: bebé; D: doméstica; E: estudante; N: não-ativo; R: reformado) e escolaridade (0-4º ano (laranja); 5º-8º ano (amarelo); 9º-11º ano (verde); 12º ano (azul); não respondeu (cinza)), apresentados na página seguinte.



Figura 38. Representação dos 39 agregados familiares dos inquiridos.

(página intencionalmente deixada em branco)

Hábitos alimentares e de compra

As respostas à questão introdutória “Gosta de cozinhar?” permitiu estabelecer algumas relações com outras respostas (Tabela 3), nomeadamente a forma como os agregados se organizam para cozinhar e fazer as compras. Os casos em que estas atividades se concentram numa só pessoa, essa pessoa (na maioria das vezes a mãe ou mulher) exprimiu que gosta ou gosta muito de cozinhar. Nos casos de reposta negativa ao gosto por cozinhar, os agregados dividem ou cooperam nas tarefas. A segunda inferência diz respeito ao facto de o conjunto de agregados dos inquiridos que não gostam de cozinhar dispõem de um orçamento diário para a alimentação por pessoa ($\leq 2,5\text{€}$) inferior à média ($\geq 2,52\text{€}$). No que respeita às atividades relacionadas com a alimentação do agregado, os inquiridos mencionam que pensar no que fazer, variar e agradar a todos constitui a maior dificuldade (12 respostas), seguida de cozinhar (8 respostas, incluindo 2 inquiridos que dizem gostar muito de cozinhar) e a falta de orçamento (4 respostas), são as três respostas mais frequentes, além do “nada” de nove inquiridos.

Tabela 3. Dinâmicas dos agregados nas tarefas em torno da alimentação

Código agregado + nº de pessoas	Despesa média diária (€/pessoa)	Gosta de cozinhar?	DIVISÃO DE TAREFAS					TAREFAS MAIS DIFÍCEIS									
			concentração das tarefas numa pessoa	cooperação em ambas tarefas	divisão de tarefas	agregado não faz as compras	elemento(s) que não coopera(m)	Pensar no que fazer/ Variar/agradar a todos	Nada	Cozinhar	Não ter dinheiro	Lavar, arrumar, limpar cozinha	Tarefas na preparação ou confeção	Fazer uma alimentação correta	Fazer as compras	Tudo	Resposta inválida
A3	1,7	Gosto	<div></div>				<div></div>				<div></div>						
B4	2,3	Não		<div></div>			<div></div>	<div></div>									
C2	1,7	Muito	<div></div>				<div></div>						<div></div>				
D5	2,7	Gosto		<div></div>			<div></div>	<div></div>									
E1	3,3	Gosto			<div></div>											<div></div>	
F5	1,7	Mais ou menos		<div></div>			<div></div>	<div></div>									
G6	1,7	Gosto		<div></div>			<div></div>	<div></div>									
H3	2,2	Gosto		<div></div>			<div></div>	<div></div>									
I5	1,3	Não		<div></div>			<div></div>			<div></div>							
J2	0,5	Muito	<div></div>				<div></div>		<div></div>								
K2	0,7	Gosto			<div></div>				<div></div>								
L3	1,1	Não		<div></div>			<div></div>			<div></div>							

Código agregado + nº de pessoas	Despesa média diária (€/pessoa)	Gosta de cozinhar?	DIVISÃO DE TAREFAS					TAREFAS MAIS DIFÍCEIS									
			concentração das tarefas numa pessoa	cooperação em ambas tarefas	divisão de tarefas	agregado não faz as compras	elemento(s) que não coopera(m)	Pensar no que fazer/ Variar/agradar a todos	Nada	Cozinhar	Não ter dinheiro	Lavar, arrumar, limpar cozinha	Tarefas na preparação ou confeção	Fazer uma alimentação correta	Fazer as compras	Tudo	Resposta inválida
M5	2,7	Mais ou menos															
N3	4,4	Muito															
O1	5,0	Mais ou menos															
P3	2,2	Gosto															
Q6	2,5	Não															
R3	2,8	Muito															
S3	1,7	Gosto															
T5	2,7	Gosto															
U2	3,5	Muito															
V2	4,2	Mais ou menos															
W3	3,3	Não															
X4	1,5	Gosto															
Y2	2,5	Muito															
Z6	2,2	Gosto															
AA2	4,2	Mais ou menos															
AB2	2,5	Gosto															
AC5	2,7	Mais ou menos															
AD8	2,1	Gosto															
AE3	3,1	Gosto															
AF4	1,7	Não															
AG4	1,3	Mais ou menos															
AH5	2,7	Muito															
AI6	1,7	Não															
AJ5	2,7	Gosto															
AK2	1,8	Não															
AL3	3,3	Gosto															
AM1	6,7	Gosto															

Os valores apresentados na Tabela 3 resultam do orçamento declarado por cada inquirido sobre a despesa semanal com a alimentação da família. Apurou-se que, dos 39 agregados, seis recebem apoio alimentar (sob a forma de cabazes ou refeições), mas nenhuma corresponde a uma das duas famílias que dispõem de menos de um euro diário por pessoa para a alimentação. A maioria das famílias (26 famílias) gere entre um e dois euros (11 famílias) e dois e três euros (15 famílias) por dia para a alimentação. As restantes dez famílias dispõem entre três e quatro euros (5 famílias), quatro e cinco euros (4 famílias) e uma entre seis e sete euros.

Nos resultados apresentados na Tabela 4 verifica-se que a maioria dos desejos de mudança na alimentação destas famílias não coincide com as mudanças projetadas pelo aumento do orçamento. Aliás, o orçamento aparenta ser pouco condicionador dos padrões alimentares da maioria dos agregados familiares. Esta conclusão resulta de fatores associados às mudanças visionadas na alimentação do agregado perante um aumento do orçamento. As respostas à questão revelam que um quarto dos inquiridos (10 ocorrências) não antecipa mudanças na alimentação mediante uma subida de orçamento e as respostas como “fazer pequeno almoço *à rico*”, “comprar leitão”, “comer fora” e “comprar alimentos de marca, mais caros e/ou melhores” (total de 19 ocorrências), revelam que o dinheiro extra seria investido na satisfação de desejos, que não estão diretamente associados à melhoria dos hábitos alimentares. Sobre este tópico, as respostas de oito agregados familiares denotam dificuldades reais, ao declararem que a subida orçamental os tornaria capazes de cozinhar e/ou adquirir alimentos. Um facto curioso foi que, apesar de não ter sido especificado o valor desse aumento no orçamento, foram raros os inquiridos que o questionaram e aos que o fizeram, foi-lhes respondido que seria um aumento ligeiro.

Tabela 4. Relação entre pontos positivos e negativos, conceitos de alimentação equilibrada, aspirações de mudança e relação desta com aumento de orçamento (* Respostas de escolha múltipla)

	Pontos positivos	Pontos negativos	O que gostaria de mudar na alimentação da sua família? *	Se tivesse mais dinheiro, o que mudava na alimentação da sua família?	Alimentação equilibrada é...
Preparar a própria alimentação				2	
Fazer pequeno almoço 'à rico'				2	
Comprar leitão				4	
Praticar alimentação saudável	3	2			
Comer fora				8	
Comprar alimentos de marca/mais caros/melhores				9	
Redução na ingestão de sal			12		

	Pontos positivos	Pontos negativos	O que gostaria de mudar na alimentação da sua família? *	Se tivesse mais dinheiro, o que mudava na alimentação da sua família?	Alimentação equilibrada é...
Ingestão de fibras			12		
Nada	2	4		10	
Orçamento para alimentação		7	4	6	
Redução no consumo de sumos			20		
Aumento do consumo de água			23		
Redução na ingestão de açúcares		4	19		
Redução na ingestão de gorduras		6	39		
Aprender/descobrir outras formas de cozinhar/variá-las			39		2
Preparar comida de qualidade/ser boa cozinheira	8				2
Consumo de sopa	7		19		3
Consumo alternado carne/peixe					4
Não saltar refeições/ Comer várias vezes ao dia		3	16		5
Comer a horas	2	2	9		5
Consumo de arroz/batata					5
Melhorar e variar no consumo de carne		3		7	5
Maior consumo de fruta	3		26	2	7
Melhorar e variar no consumo de peixes	3	6	27	6	7
Preparar cozidos e/ou grelhados	6				8
Comer de tudo/ Não ser esquisito	7				8
Maior consumo de leite ou iogurtes	3				8
Maior consumo de legumes, saladas, verduras	4	4	28	2	11
Ingerir pequenas quantidades			16		13

Sobre as mudanças desejadas para a alimentação da família, registou-se um maior número de respostas, que se crê dever-se ao facto de esta ter sido uma resposta com escolha múltipla que os inquiridos responderam depois das outras respostas terem

sido dadas. Das dez mudanças mais apontadas, seis coincidem com aspetos que os inquiridos associam ao conceito de alimentação equilibrada: variar, maior consumo de legumes, maior e melhor consumo de peixe, maior consumo de fruta, consumo de sopa e comer várias vezes ao dia. Apesar de não ter sido referido no conceito de alimentação equilibrada, o aumento no consumo de água também aparenta ter implicações com a saúde e talvez o dinheiro. Partindo do pressuposto que o consumo de sumos é visto como um erro alimentar por conter uma elevada concentração de açúcares, este volume de respostas podia ser integrado no consumo de açúcares. Desta forma, a redução no consumo de gorduras e fritos, aprender/descobrir/variare a redução no consumo de açúcares, representam as três respostas unânimes sobre objetivos de mudança na alimentação destes agregados e na lista de comportamentos saudáveis.

Tabela 5. Exemplos de **menus** em (10) **dias normais** (semana e fim de semana) e em (3) **dias especiais**. Os exemplos mencionados são representativos da variedade e da proporção de refeições que os elementos dos agregados fazem em casa (apresentada num universo de 10 pessoas. Por exemplo: em cada 10 pessoas, 8 tomam o pequeno-almoço em casa num dia normal). Os pratos apresentados nos dias especiais correspondem aos primeiros do ranking de comidas favoritas ^(1,2,3,4).

REFEIÇÃO DIAS	Pequeno almoço 8/10 pax	Lanche da manhã 3/10 pax	Almoço 7/10 pax	Lanche da tarde 6/10 pax	Jantar 10/10 pax	Ceia 5/10 pax
normal 1	pão c /manteiga café ou leite	pão c/queijo fruta água ou sumo	sopa	pão c/fiambre iogurte líquido	arroz c/panados sumo	bolachas c/leite
normal 2	<i>chocapic</i> c/leite	iogurte	costeletas, ovo e arroz	pão c/ manteiga café	bife, batata e ovo	sandes sumo ou vinho
normal 3	iogurte	bolo iogurte	esparquete de frango sumo ou água fruta	pão c/fiambre água	entrecosto c/arroz sumo	tostas mistas sumo ou leite
normal 4	cevada		massa c/carne picada sumo ou vinho	croissant c/fiambre	o que sobrou do almoço anterior	chá
normal 5	torrada leite c/ chocolate		(se estiver só) sopa sandes	batatas fritas sumo	omelete c/fiambre e batata frita vinho	leite simples frio
normal 6	<i>croissant</i> c/fiambre sumo		o que sobrou do jantar anterior	<i>bolicao</i> <i>ice tea</i>	massa de grão água ou sumo fruta	
normal 7	torrada café c/leite		arroz c/4 rissóis		carne estufada c/batata e ervilhas pão vinho	

REFEIÇÃO DIAS	Pequeno almoço	Lanche da manhã	Almoço	Lanche da tarde	Jantar	Ceia
	8/10 pax	3/10 pax	7/10 pax	6/10 pax	10/10 pax	5/10 pax
normal 8	pão c/ manteiga chá				carapau frito e arroz feijão vermelho ice tea fruta	
normal 9					massa c/ cogumelos, frango e natas	
normal 10					sopa sande sumo ou água tangerina ou laranja	
especial 1	igual a dia normal	o que quiserem	<u>cozido à portuguesa</u> ² sumo ou vinho pudim	bolo caseiro ice tea	<u>arroz de marisco</u> ⁴	iogurte donuts
especial 2	fora de casa	fora de casa	fora de casa	fora de casa	fora de casa	fora de casa
especial 3	salada de fruta torradas	croissant café	<u>feijoada</u> ¹ ice tea gelatina	tosta mista sumo ou iogurte	<u>francesinha</u> ³ c/batata frita ice tea	bolinhos leite

A Tabela 5 demonstra que o lanche a meio da manhã é a refeição menos frequente nas rotinas alimentares e que o jantar é a única refeição realizada todos os dias por todos os elementos dos 39 agregados familiares (exceto nos casos dos dias especiais em que alguns dos inquiridos referem ir comer fora). A frequência das diferentes refeições ao longo dos dias da semana depende das atividades ocupacionais dos elementos (e.g. escola, emprego) e se os números não são mais reduzidos, deve-se ao facto de se terem incluído nos “dias normais”, os fins-de-semana, nos quais a família tende a fazer as refeições todas em casa. Estes exemplos de menus corroboraram, em grande parte, com os aspetos negativos e mudanças desejadas na alimentação destas famílias, apresentadas na tabela anterior, em particular, a escassez no consumo de legumes, fruta e peixe, e o excesso no consumo de açúcar, carne e fritos.

Os locais habituais de compra ou aquisição de alimentos e/ou refeições consultáveis na Tabela 6, na qual os locais que se encontram junto do bairro do Lagarteiro estão destacados a verde. Alguns dos restantes locais continuam a justificar (longas) caminhadas a pé, como mencionado por algumas participantes iniciais. No entanto foi possível identificar e fazer coincidir muitos destes locais com o percurso do autocarro 400 (STCP), principal linha de transporte público que liga o Lagarteiro à Baixa do Porto. Este facto sublinha a importância e dependência da rede de transportes para as

rotinas de gestão familiar de vários inquiridos. Uma outra questão, que pode ser passível de interpretação, consiste no facto do primeiro lugar da lista dos locais habituais de compra ser não só um dos estabelecimentos adjacentes ao bairro, mas de ser também gerido por uma família de habitantes do Lagarteiro.

Tabela 6. Ranking dos locais habituais de compra/aquisição de alimentos e/ou refeições (identificados a verde os que se encontram nas imediações do bairro)

Locais habituais de compras	n	%
Supermercado Flôr do Lagarteiro	19	49
Minipreço (Heroísmo, Campanhã ou Corujeira)	16	41
Pingo Doce (Praça Velasquez)	13	33
Talho Azevedo	13	33
Continente (Alameda)	10	26
Padeiro (ambulante)	10	26
Peixaria Laide	9	23
Pão quente de Azevedo	9	23
Jumbo (Parque Nascente)	8	21
Nossa Loja (Azevedo)	7	18
Talho Primor (Campanhã, Rodrigues Freitas)	6	15
LIDL	5	13
Café Arco-íris	4	10
Paróquia S. Pedro	4	10
Modelo	4	10
Peixeira Vânia	4	10
Frutaria R. do Bonfim	3	8
Mercearia do Sr. João	3	8
Obra Diocesana	3	8
Peixaria da Rosa (congelados)	3	8
Frutaria Campanhã	3	8
Congelados (Chicana)	2	5
Peixarias variadas	2	5
Nossa Loja (Areias)	2	5

Os resultados apurados na análise de dados foram sujeitos a dois processos de interpretação que visavam uma conversão análoga à que foi feita na fase individual, com a transformação dos dados recolhidos através do **livrete-sonda** em elementos de composição do **cenário narrativo**. Contudo, a finalidade destas interpretações divergia da primeira fase em alguns pontos, nomeadamente devido ao alargamento da

amostra, que obrigava à adoção de outro tipo de estratégia mais exequível para representação de resultados.

Interesse pelo projeto

Sobre o interesse pelo projeto, onze inquiridos mostraram interesse em participar, 21 em saber mais informação, cinco não estavam interessados e nove não chegaram a responder.

Diagnóstico final sobre segurança alimentar e gestão de orçamento familiar

No universo abrangido pelo **co-questionário**, detetou-se que vinte por cento dos agregados inquiridos evidencia dificuldades económicas, dos quais seis recebem apoio alimentar e dois que, apesar de disporem de menos de um euro diário por pessoa para alimentação, não beneficiam desse mesmo apoio. Mais de metade dos agregados (67%) governa-se com uma média diária entre um e três euros por pessoa para comer. As restantes famílias dispõem entre três e cinco euros, e uma com perto de sete euros.

Para a maioria dos agregados familiares, o orçamento aparenta ser pouco condicionador dos padrões alimentares, uma vez que, perante um cenário hipotético de aumento do orçamento, as previsões variam entre: (i) “fazer pequeno almoço à *rico*”, “comprar leitão”, “comer fora” e “comprar alimentos de marca, mais caros e/ou melhores” (o que revela que o dinheiro extra seria investido na satisfação de desejos, que não estão diretamente associados à melhoria dos hábitos alimentares); (ii) não antecipam mudanças na alimentação mediante uma subida de orçamento; (iii) aumentar a quantidade e a qualidade, incluindo não depender tanto de promoções (razões não exploradas); (iv) mantimento das estratégias de poupança, remetendo para o consumo de produtos de marca branca, constitui uma resposta plausível (ainda que não confirmada) para os agregados com maiores dificuldades monetárias.

Outro critério que também divide opiniões e que influencia a rotina alimentar dos agregados relaciona-se com a prioridade atribuída às despesas com a alimentação face a outras despesas, como renda, água e luz. Esta divergência levanta a dúvida se a alimentação seria a despesa favorecida pelo aumento de orçamento, caso esta opção fosse disponibilizada.

A alimentação só parece ser encarada com seriedade quando há fome. Não passar fome, comparar uma refeição completa com uma tablete de chocolate em função do preço e equipará-las em termos energéticos, e estabelecer uma proporção direta entre saciedade e condimentação alimentar, são apenas três exemplos que demonstram que a sensibilização nutricional e a motivação para a mudança alimentar não parecem estar na lista de prioridades da maioria dos habitantes do Lagarteiro.

Além dos casos em que as famílias experienciam situações de privação aguda, a parentalidade, a obesidade e algumas condições de saúde aparentam ser as únicas circunstâncias em que os hábitos alimentares se podem converter em foco de atenção

por parte da população. Mães e pais que evidenciam preocupação ou projetam expectativas de uma alimentação melhor para os filhos, mas excluindo-se dessa aspiração. Persiste a ideia de que ser magro indica saúde e carta branca para comer o que se quiser. Muitos dos erros alimentares registados estão na origem e agravamento dos problemas de saúde mais frequentes no Lagarteiro, i.e. hipertensão, diabetes e problemas dentários, mas as soluções da medicina moderna parecem constituir uma solução mais exequível (do que a prevenção) face a uma eventualidade futura.

À parte dos projetos que dão o apoio alimentar referido, a escolha dos locais habituais de compra de alimentos é uma decisão estratégica ponderada em função das distâncias, das despesas e da variedade de oferta. Alguns habitantes confessaram andar a pé 6 km, para ir e voltar de estabelecimentos comerciais que apresentam mais escolha e preços mais baixos face ao comércio local. Dispensam os transportes públicos, porque evitam gastar em senhas de transporte o dinheiro que poupam nas compras. Nestes casos, ir às compras é uma tarefa que acaba consumindo grande parte do dia e/ou da semana e representa um esforço físico que muitas pessoas não são capazes de enfrentar ou suportar. A escassa rede de transportes é extremamente importante para muitos dos habitantes que articulam as suas rotinas de gestão familiar em função da rede de transportes, como se verifica com a sobreposição de muitos dos locais habituais de compras (distantes do bairro) com o percurso da linha 400 (STCP), o autocarro que liga o Lagarteiro aos Aliados (Figura 39).



Figura 39. Mapeamento dos locais habituais de compra e aquisição de alimentos dos agregados dos inquiridos (pontos vermelhos) e trajetos dos transportes públicos: 400 Aliados – Azevedo (STCP, linha verde), 106 Freixo – Leça (Resende, linha azul) e 401 Bolhão - S. Roque (STCP, na proximidade do bairro, linha amarela).

No que respeita à influência da localização do bairro na alimentação da população do Lagarteiro, as opiniões parecem divergir. Na discussão em que se abordou este assunto, quem reconhece a acessibilidade a uma maior diversidade e preços de produtos no comércio afastado do bairro, foi quem expressou maiores constrangimentos orçamentais, o que justifica evitar o gasto em bilhetes de transporte optando pelos percursos a pé. No entanto, quem diz não concordar com esta opinião, apenas realçou que “o problema é mesmo a falta de dinheiro”, o que não sugere ser uma divergência de motivo, mas de atitude face às dificuldades.

Os menus da Tabela 5 (página 127) são representativos das falhas alimentares referenciadas pela população, isto é, a tendência para saltar refeições (quem fica em casa) e/ou a fazer as refeições mais tardias (como não tomar o pequeno almoço nem o lanche da manhã), o exagero no consumo de açúcar, carne e fritos, e a carência no consumo de legumes, fruta e peixe.

Parte das mudanças desejadas na alimentação familiar mais apontadas corresponde a aspetos que os inquiridos associam ao conceito de alimentação equilibrada: variar, maior consumo de legumes, maior e melhor consumo de peixe, maior consumo de fruta, consumo de sopa e comer várias vezes ao dia. Aferiu-se que o aumento no consumo de água, apesar de não constar nos critérios mencionados para uma alimentação equilibrada, foi indicado por constituir uma alternativa mais saudável que os sumos.

Perante uma lista de respostas de escolha múltipla, os inquiridos foram unânimes a apontar três desejos de mudança alimentar: aprender/descobrir/variá-lo, reduzir o consumo de gorduras e fritos, e reduzir o consumo de açúcares. A escassez ou ausência de sopa e frescos nas rotinas alimentares, nomeadamente fruta e peixe, parecem estar mais associadas às preferências do que a implicações orçamentais, justificando que estas práticas não estejam entre os desejos mais populares de mudança.

Concluindo um diagnóstico

Para a maioria dos agregados inquiridos o que parece constituir um obstáculo às mudanças alimentares está mais associado à falta de visões alternativas do que à falta de orçamento. Esta falta de opções parece estar associada à falta de literacia alimentar e ao rol de desafios que a vida vem impondo à população, que relega a alimentação a uma prioridade muito baixa, partindo do princípio que não se passe fome. Além de desconhecem muitos dos erros que cometem em termos alimentares e da ingenuidade com que alguns encaram as estratégias de publicidade, as consequências em termos de saúde também não são imediatas e, por isso, não exprime urgência.

A abundância alimentar parece funcionar como duplo corruptor de uma alimentação equilibrada em contextos de crise. Por um lado, comer é uma necessidade minimamente fácil de satisfazer (i.e. evitar a fome) e por outro, a comida constitui uma

fonte de prazer relativamente acessível e quase imediata, independentemente das consequências.

A insegurança alimentar no Lagarteiro reitera e exacerba o impacto das circunstâncias de desigualdade em Portugal. Se se verificam falhas na literacia alimentar, é porque estas também existem na literacia em geral. Se não se prioriza a despesa com a alimentação no seio familiar, é porque as dificuldades de sobrevivência não se confinam a apenas essa. Se não se atua na prevenção de doenças causadas por maus hábitos alimentares, é porque muitas destas famílias se conformaram em viver o hoje e não pensar a médio e muito menos a longo prazo (talvez nesta perspetiva se compreenda melhor a ingestão orçamental de muitos dos agregados familiares, que iniciam o mês com desmesura).

Refletindo sobre os factos apurados das realidades alimentares destas famílias, é possível identificar um gradiente de atitudes.

- A inconsciente, isto é, a que não pensa nos hábitos e/ou possíveis impactos da alimentação da família.
- A relutante, comprometida sobretudo com a falta de motivação e/ou gosto por cozinhar.
- A reprimida, pela falta de recursos para comer e/ou cozinhar.
- A inconformada com os aspetos rotineiros das refeições familiares e a dificuldade na satisfação dos gostos de todos.
- A crítica, a que é capaz de pensar em alternativas e
- A proativa, que reflete, decide e faz o que pode com o que tem.

Esta conclusão evidencia que não é só a partir dos problemas e suas origens que uma intervenção deve ser pensada, mas também dos seus recursos, de onde se realçam as desviâncias positivas que subsistem neste contexto moldado por décadas de marginalização e pela crise.

As famílias inspiração

Não obstante dos baixos níveis de literacia, as tomadas de consciência, o pensamento crítico e o debate entre a população permanecem objetivos essenciais e prioritários nesta investigação. Neste sentido, recorreu-se à construção de personas assumindo-se parte das recomendações de Alan Cooper (2004): (i) a especificidade idiossincrática em detrimento de exatidão estatística⁶⁶, que o autor reforça com a atribuição de um nome e rosto, (ii) as evidências do 'âmbito e natureza do problema', através duma clarificação das necessidades e aspirações de cada pessoa, e (iii) uma ponderação entre a estereotipagem das personas em prol de uma credibilidade mais

⁶⁶ O autor refere que a exatidão pode ser contrária a uma representação realista e ilustra com uma situação, na qual a média de filhos por indivíduo é de 2.3. A persona deverá ter 2 ou 3 filhos e nunca 2.3 filhos.

realista, i.e., assumiu-se que os dados que representam as respostas da maioria foram os principais alicerces na materialização destes personagens mas, em algumas circunstâncias, fatores fora da norma foram incorporados para acentuar o realismo ou uma variação que se considerou importante incluir.

Uma importante adaptação aos objetivos do estudo deve ser realçada. As personas foram geradas partindo do princípio de que se constituiriam em agregados familiares (“**famílias inspiração**”) e não indivíduos isolados, levando, na maioria das vezes, à priorização das especificidades do grupo em detrimento das individuais. Estas **famílias inspiração** foram desenvolvidas segundo critérios de coerência (entre elementos), variabilidade e representatividade (de tipologias de agregados apurados no **co-questionário**).

As três **famílias inspiração**, na Figura 40, apresentam sobrenomes escolhidos a partir da lista de apelidos mais populares em Portugal (Silva, Santos e Ferreira) (1), foram apresentadas em formato de cartaz, onde se exhibe um desenho decalcado do hipotético retrato da família (2) e sob cada elemento uma síntese demográfica (grau parentesco, sexo, idade, ocupação e escolaridade) (3). Sobre os diferentes elementos do agregado foram aplicados balões de texto para destacar alguns valores e atitudes em relação ao tema (4), e balões de pensamento para revelar opiniões sobre as alterações alimentares que podiam decorrer de um aumento de orçamento (5). Sobre a maioria dos elementos foram colocados os pratos preferidos de cada um (6). As restantes informações são de caracterização coletiva, como os pontos positivos (7) e negativos (8) da alimentação da família, o valor médio *per capita* disponível para a alimentação diária (9), uma lista dos locais habituais de compras (10) e um menu semanal (11), onde um dos dias apresenta uma possível ementa para uma data especial.

Sessão comunitária

“(...) a colaboração não é sobre o design e os papéis sociais que este design implica, mas o próprio locus a partir do qual o design surge (Binder et al., 2015)”⁶⁷

O ciclo comunitário deste projeto de investigação-ação culmina com uma sessão de cocriação, que assumiu uma configuração muito particular, sob o lema “conquistas para a comunidade, quem procura acha”, parcialmente repescado dos dizeres populares, que pretendia exaltar as iniciativas em prol do coletivo.

O objetivo principal da sessão era o desenvolvimento de propostas para construção de uma agenda local em torno da segurança alimentar e gestão de orçamento familiar⁶⁸. Este foi o momento em que os habitantes do Lagarteiro que se mostravam interessados em participar no projeto foram convidados a fazê-lo, articulando com agentes externos que trabalham com a população, especialistas de áreas relacionadas com o tema e representantes do poder local, num processo participativo facilitado por estratégias metodológicas e ferramentas do design.

A primeira referência para o desenho desta sessão de cocriação foi a noção de “design game” debatido por Eva Brandt e outros autores (Brandt, 2006; Brandt & Messeter, 2004; Brandt, Messeter & Binder, 2008; Eriksen, Brandt, Mattelm & Vaajakallio, 2014), que sustentam que o ‘jogo’ se apresenta como uma configuração viável para processos de participação e cocriação, onde se “exploram e negociam perspectivas para a criação de imagens comuns de possibilidades de futuro” (Brandt, 2006) (p. 57). Paralelamente, esta sessão foi estruturada segundo o modelo do “future workshop” (Jungk & Müllert, 1987), considerado um exemplo de tipologia de *design game* (Brandt, 2006), que se desdobra numa sequência de três fases: crítica, fantasia e implementação.

O planeamento da sessão

Antecedendo a sequência de etapas de um *future workshop* ocorre uma fase preparatória, que compreende o planeamento da sessão (Dator, 1993) e as atividades que antecedem o início da primeira fase, i.e. a crítica (Lauttamäki, 2014).

⁶⁷ “Collaboration is not about design and the societal roles that this design implies, but the very locus from which design emerges (...) (Binder et al., 2015: 159).”

⁶⁸ Além desse objetivo, os restantes objetivos da sessão eram: a aplicação de estratégias metodológicas e ferramentas do Design enquanto facilitadoras do processo participativo; dar continuidade ao trabalho desenvolvido nas fases anteriores, através da sucessão coerente das atividades e das informações recolhidas até ao momento; o alargamento da participação a mais pessoas da comunidade do Lagarteiro; e a articulação dos e com os agentes externos, especialistas e representantes do poder local.

Enquanto *design game*, o planeamento desta sessão implicava o desenvolvimento de materiais de jogo, componentes básicos que promovem e facilitam ‘um lugar comum com o qual todos se podem identificar’ (Brandt, 2006) e as circunstâncias de ludicidade e informalidade que previam despertar o espírito criativo dos participantes. Estes materiais de jogo dividem-se em peças e regras que, juntamente com os participantes, desempenham papéis ativos nas dinâmicas de poder (Eriksen et al., 2014), e que por esta razão foram cuidadosamente formulados e materializados.

Mediante a experiência acumulada e disponibilidade revelada pelos potenciais participantes, as circunstâncias para a realização desta sessão eram limitadas, optando-se por uma sessão única de quatro horas. Para potenciar resultados mais diversos, o jogo seria ‘competido’ entre três equipas multidisciplinares, com a representação dos habitantes do bairro em todas elas. Os restantes elementos das equipas seriam especialistas das áreas da educação, saúde e nutrição, culinária e alimentação, ação social e sociologia, crianças e jovens, intervenção comunitária, igreja, poder local e design, com ou sem experiência no trabalho com esta população específica, ainda que priorizando os agentes de apoio local.

Foi primeiramente traçado um conjunto de princípios de atuação, uma espécie de *ethos* onde se realça: a importância da participação de todos; a primazia dos habitantes-participantes nos momentos de decisão (e.g. com o direito a voto duplo); a salvaguarda duma linguagem simples e acessível a todos; a implicação de todas as partes nas propostas desenvolvidas, afastando-se da habitual dicotomia agente-beneficiário; o estímulo da proatividade, da mudança de atitude e/ou comportamento, procurando mecanismos mais relevantes para a aceitação dessa mudança; e privilegiar propostas que sejam pouco exigentes em relação a investimento financeiro, apresentem simplicidade de manutenção e flexibilidade suficiente para se adaptarem à flutuação do número de pessoas envolvidas e a alterações circunstanciais.

Foram também definidos três papéis específicos: o de “moderador”, o de “secretário” e das **famílias inspiração**. O primeiro, desempenhado pelo especialista do serviço social ou da sociologia, tinha como principal função regular e garantir a participação de todos, relegando-se o próprio para último. O “secretário”, protagonizado por designers, foi um papel concebido para salvaguardar os presentes de constrangimentos que podiam advir das dificuldades de escrita ou expressão, garantir que os materiais produzidos são legíveis (escrita) e/ou perceptíveis (desenho), e ainda gerir a evolução das atividades em conformidade com o período disponível (4 horas). As **famílias inspiração**, as personas desenvolvidas a partir dos dados recolhidos junto da população do bairro, apresentam-se como meios inteligíveis de representação de um coletivo, servem de foco (Cooper, 2004) para os trabalhos que se seguem, sobre os quais os elementos da população presentes se podiam exprimir sem necessidade de assumir ou descartar correspondências com a sua experiência pessoal.

O programa do jogo (Tabela 7) foi desenvolvido entre o rigor imposto pelo limite de tempo e a flexibilidade para que as equipas encontrassem o seu próprio ritmo, entre os

objetivos definidos para a sessão e a abertura a dinâmicas emancipatórias, e ainda, persistindo na escolha de materiais e processos acessíveis, que demonstrassem que é possível fazer mais com menos (Illich, 1973a).

A supervisão da sessão e a contextualização dos participantes sobre o projeto e o *design game* estiveram a cargo da investigadora. Uma vez que, o registo audiovisual seria muito intrusivo, demasiado complexo e obrigaria a um tratamento e análise de informação pouco exequível, optou-se por convidar uma pessoa para se dedicar exclusivamente ao registo fotográfico da sessão, que deambulava entre as equipas. A observação, o registo fotográfico e a recolha dos materiais produzidos foram os meios definidos para documentação do processo, complementados com uma conversa informal sobre a sessão com os participantes que permaneceram até ao fim no local e, posteriormente, através de um **formulário de avaliação** enviado por email.

Tabela 7. Programa da sessão de cocriação

Fase preparatória	Início	Exposição dos materiais desenvolvidos nas fases anteriores do projeto
		Breve explicação do projeto, do jogo e formação das equipas - o “secretário”, o “moderador” e as “famílias inspiração”
		Exercício quebra-gelo (por equipas)
Fase crítica	Diagnóstico “Família(s) inspiração”	Interpretação e discussão, identificação dos aspetos positivos e negativos na alimentação e gestão do orçamento familiar, escala dos aspetos
Fase da fantasia	Ideação	Brainstorming de ideias para atenuar ou resolver pontos negativos identificados
Fase da implementação	Ponderação	Discussão das ideias e votação na melhor ideia
	Estudo de viabilidade	Identificação de recursos necessários
	Comunicação	Produção do material para apresentação do trabalho desenvolvido
		Apresentações dos resultados das equipas e discussão

A definição do quórum e do espaço

A cocriação, enquanto essência desta sessão, dependia da participação e, se ao longo do projeto, se assistiu a uma constante alternância entre ausências e comparências inesperadas dos habitantes do bairro, este momento não se esperava diferente. A participação de especialistas, sejam eles agentes que atuam na comunidade ou agentes externos de áreas relacionadas com o tema do projeto (e.g. o nutricionista e os especialistas em intervenção comunitária e culinária), também constituiu um desafio de planeamento. O dia da semana para realização do evento foi ponderado em função

daquele que inspirava maiores índices de participação, e acabou por se decidir que o sábado à tarde seria a escolha mais acertada.

Os convites foram efetuados de diferentes formas: no caso da população do Lagarteiro, o convite foi dirigido ao bairro, através de um cartaz (Apêndice XIV) estrategicamente afixado poucos dias antes da sessão, para que a mensagem não fosse esquecida. Nas situações em que pessoas já tinham demonstrado interesse em participar, o convite foi sendo reforçado pessoalmente nas últimas semanas que antecederam o evento, com a solicitação de confirmação nos últimos dias. No dia anterior, as estimativas apontavam para doze habitantes a colaborar na sessão, mas apenas duas pessoas efetivamente compareceram⁶⁹.

Com os restantes convidados, o convite foi pessoal, formalizado com a entrega de uma carta e um documento anexo, onde se relatam as linhas gerais do projeto e se apresentam argumentos que valorizam a participação dos especialistas (Apêndice XV). Estas propostas à participação de especialistas foram iniciadas com três meses de antecedência, perfazendo um total de trinta e seis convites, dos quais dezasseis foram aceites e concretizados⁷⁰.

Quanto à escolha do local para a realização da sessão havia um critério fundamental, i.e. a proximidade ao bairro, uma vez que o conhecimento acumulado de outras iniciativas demonstrou que a distância é um fator inibidor da participação dos habitantes do bairro. Além dos quatro locais apurados (i.e. escola EB1 do Lagarteiro, pavilhão Animar, associação de moradores e gabinete de atendimento), foi ainda ponderada a realização nas instalações na Escola Básica e Secundária do Cerco, uma vez que esta foi disponibilizada pelo Diretor do Agrupamento. A não conformidade com o critério fundamental, com uma distância entre a escola do Cerco e o Lagarteiro de cerca de 1,6 km, ditou a recusa desta oferta. Na semana anterior à realização da sessão, depois de várias reuniões e telefonemas o problema ainda não estava resolvido. As instalações da associação de moradores estavam interditas devido a litígio causado por acumulação de dívidas à câmara municipal, o pavilhão Animar sob a direção da empresa municipal Porto Lazer, não tinha horário compatível com a sessão e a coordenadora da EB1 do Lagarteiro acabou por decidir que não era possível ceder um espaço na escola por falta de disponibilidade de pessoal para trabalhar naquele sábado. Restavam apenas as instalações do gabinete de atendimento, possibilidade que não se adequava às dinâmicas planeadas e número de pessoas esperado, devido aos espaços exíguos que compõem aquele apartamento T2 e a acumulação de materiais, roupas e objetos numa das divisões. Foi com a ajuda do X, da senhora encarregada da manutenção do gabinete e da equipa de três funcionários da Junta de Freguesia de Campanhã, com a devida autorização do

⁶⁹ 10 tinham confirmado, 2 disseram que talvez aparecessem e 4 avisaram que não podiam vir.

⁷⁰ Estes dezasseis elementos, incluem catorze elementos das equipas, um observador e um fotógrafo para documentação da sessão.

Presidente da Junta, que o espaço foi desocupado, limpo e equipado com mesas e cadeiras.

Da conceitualização à realização do design game

O desenho da sessão de cocriação assentou em dois princípios, flexibilidade e agência, transpostos para o conjunto de diretrizes e materiais preparados, que se previram apropriáveis pelas equipas e adaptáveis aos fluxos de trabalho e decisões feitas em coletivo. Ainda assim, para garantir que os objetivos da sessão fossem cumpridos, foram feitas várias adaptações aos planos inicialmente traçados durante o acontecimento.

O tempo

O tempo foi um dos fatores que teve um grande impacto tanto no desenho como na implementação do jogo. O curso de trabalhos que precedia a realização da sessão comunitária implicou que a mesma fosse forçosamente projetada para meados do mês de setembro, permitindo que o funcionamento de serviços e instituições fosse retomado após paragem para férias. Como já foi explicado anteriormente, a sessão foi projetada para uma única tarde, durante cerca de quatro horas. No entanto, as designers participantes foram convocadas para uma reunião-almoço antes da sessão, onde foram esclarecidos os papéis que estas iriam desempenhar nos trabalhos de equipa, a importância da articulação delas com a coordenadora e o compromisso de assegurarem a sucessão das tarefas até ao fim.

Além das quatro horas da sessão, o programa previa um momento inicial de 40 minutos para tomar café e socializar, enquanto se aguardava pela chegada de todos os participantes. Contudo, este compasso de espera não foi suficiente e os atrasos prolongaram-se, sobrepondo-se ao tempo reservado às atividades. Perante um atraso que já excedia os 30 minutos, decidiu-se avançar com uma breve apresentação de todos os participantes presentes e uma síntese do projeto de investigação que se desenvolvia no Lagarteiro, remetendo para os materiais expostos na sala. Estas circunstâncias acabaram por induzir em duas falhas inevitáveis.

A primeira foi o facto de que as pessoas que chegaram por último não tiveram acesso à contextualização do projeto, deixando-as provavelmente com alguma sensação de desorientação, que não foi possível colmatar pela rapidez com que as tarefas e solicitações se faziam. A segunda falha está relacionada com algumas ausências nas etapas finais da sessão, devido à impossibilidade de alguns participantes permanecerem até ao final da mesma, quando esta ultrapassou a hora prevista no programa.

A formação das equipas

Os objetivos da sessão ficaram comprometidos perante a não comparência dos habitantes do Lagarteiro que tinham confirmado participar. A equipa de investigação questionou-se sobre o sentido de uma sessão comunitária com apenas duas habitantes do bairro⁷¹, que contrastava com a oportunidade que dispunha pela presença de um conjunto considerável⁷² e multidisciplinar de especialistas interessados em dedicar-se ao tema da sessão. Decidiu-se avançar com a sessão e proceder às adaptações necessárias para que os elementos essenciais se mantivessem.

Uma vez que a participação da população do Lagarteiro era essencial, o número de equipas foi reduzido de três para dois, de modo a que cada uma das habitantes presente integrasse uma equipa, assumindo a representação do bairro.

Os restantes participantes foram redistribuídos pelos dois conjuntos, de modo a salvaguardar a multidisciplinaridade e a complementaridade das competências. O desequilíbrio numérico na composição das equipas deve ser justificado. A distribuição das três designers por duas equipas foi decidida em função dos anos de experiência, definindo que as duas designers com menos experiência colaborariam na mesma equipa. Uma situação similar surgiu com os três elementos da área da intervenção comunitária, em que a ponderação foi primeiramente baseada em duas componentes, experiência e formação académica, mas um terceiro critério, i.e., o equilíbrio entre sexos, acabou por assumir a decisão final.

Uma vez que as designers já estavam a par do seu papel na equipa, bastou fazer uma breve explicação das suas funções de “secretárias”. Os moderadores, os dois participantes da área da sociologia e/ou trabalho social, são nomeados perante todos, as suas responsabilidades são sumariadas e um objeto é-lhes adjudicado para poder ser usado na gestão das participações, à semelhança de um *talking stick*⁷³.

O cargo de moderador foi aparentemente recebido com alguma hesitação, pela responsabilidade que constituía assegurar a participação democrática ou pelo desvio do moderador da exposição ou defesa da sua perspetiva pessoal, e que resultou, em ambas as equipas, numa diluição destas funções e numa interiorização coletiva sobre o direito de expressão de todos.

⁷¹ Uma das habitantes colabora desde o início do projeto.

⁷² Catorze elementos.

⁷³ “Talking stick” é considerado um ‘instrumento de democracia aborígine’, uma tradição secular dentro da cultura Indoamericana, que consiste no direito a falar a quem estiver na posse de um determinado objeto, em alguns casos um pau, uma pena, um cachimbo ou outro objeto designado para o efeito. Adaptado a outros contextos, a regra consiste em ouvir quem possui o objeto e quando a pessoa tiver terminado a sua exposição, põe o objeto à disposição de quem desejar falar, a menos que o grupo decida por consenso que está na hora do objeto circular e de se fazerem ouvir outras pessoas (fonte: <https://www.acaciart.com/stories/archive6.html> e https://en.wikipedia.org/wiki/Talking_stick)

Tabela 8. Constituição das equipas

Equipa 1 (9 elementos)	Equipa 2 (7 elementos)
1 habitante	1 habitante
1 elem. serviço social (moderador)	1 elem. sociologia (moderadora)
2 elem. designers (secretárias)	1 elem. designer (secretária)
1 elem. nutrição	1 elem. comunidade escolar
2 elem. intervenção comunitária	1 elem. culinária e alimentação
1 elem. crianças e jovens	1 elem. intervenção comunitária
1 elem. igreja	1 elem. igreja
2 famílias inspiração:	1 família inspiração:
Família Silva e Família Ferreira	Família Santos

A ordem de trabalhos

O exercício quebra-gelo, foi uma etapa prevista para cerca de 5 minutos, na qual cada elemento retiraria ao acaso um recorte de folheto de supermercado com um item, e que serviria de mote para a pessoa dizer algo sobre si. O nome pelo qual cada participante gostaria de ser tratada(o), seria registado pela secretária numa etiqueta, para facilitar a comunicação entre elementos.

A atribuição inicial devido aos atrasos resultou em falhas de comunicação sobre o objetivo e celeridade do exercício, e uma das equipas acabou por exceder largamente o tempo previsto, acumulando um atraso significativo em relação à outra equipa.

1. Fase crítica

As **famílias inspiração** constituíam elementos fundamentais para os objetivos da sessão por duas razões. A razão mais imediata era o facto de estas serem o quadro referencial para os trabalhos das equipas, acentuado pela reduzida representatividade dos habitantes entre participantes. A segunda razão está relacionada com a conceptualização destes três conjuntos de personas que, além de serem consequência de uma série de atividades realizadas ao longo de vários meses, incorporam os principais desafios apurados junto e com a população sobre o tema em questão.

Portanto, para garantir uma visão global dos problemas da população do Lagarteiro, nenhuma das **famílias inspiração** podia ser descartada, obrigando a que uma equipa assumisse duas **famílias inspiração** e a outra equipa apenas uma. Esta atribuição considerou dois fatores. A divisão das **famílias inspiração** foi feita pelo número de

elementos, ficando a família numerosa numa equipa e as outras duas na outra equipa. E, uma vez que o número de elementos de uma equipa era superior ao da outra, a equipa com mais elementos assumiu as duas **famílias inspiração**.

Após a apresentação das **famílias inspiração** às equipas e o design game iniciar, um dos elementos da equipa que ficou com as duas famílias inspiração, técnico superior de serviço social do Lagarteiro (X), rapidamente descarta a família Silva, argumentando que, se esta dispõe de três euros e vinte cêntimos (3,20€) para gastos diários com alimentação por pessoa, já não constitui um caso problemático. Os restantes elementos da equipa acartam esta posição e os trabalhos que se seguem têm apenas como referência a família Ferreira.

As duas equipas analisam os dados apresentados por cada uma das **famílias inspiração** e registam os aspetos positivos e negativos que vão apurando em grupo, para depois os organizarem segundo uma escala que construíram sobre a mesa (Figura 41), de forma a obterem uma visão partilhada dos problemas, necessária para a fase seguinte.

Na discussão dos problemas apurados, a *equipa 2* acabou por se adiantar e, à medida que identificavam problemas iniciaram a discussão de soluções, mas foi-lhes pedido que completassem o diagnóstico e aguardassem pela etapa seguinte de ideação.

Por sua vez a *equipa 1* começou por fazer o registo numa folha A4 e depois passou a limpo para os papéis designados à tarefa, recorrendo aos marcadores de cor vermelha e verde para distinguir os aspetos positivos dos negativos.

Este era o momento em que estava prevista uma pausa para juntar de novo todos os participantes em torno de um lanche, mas os atrasos acumulados obrigaram ao prosseguimento dos trabalhos e o lanche foi protelado para o final. Para compensar, comida e bebida foram distribuídas pelas mesas de trabalho.

2. Fase da fantasia

Focada nessa visão partilhada, a etapa seguinte correspondia a um momento de *brainstorming*, onde todos os elementos da equipa foram convidados a expor as ideias que lhes assomavam para resolver ou atenuar um ou mais dos problemas identificados. Sem qualquer censura, as ideias eram registadas em papéis separados e o exercício desenrolou-se durante alguns minutos. Findo o exercício, as ideias foram explicadas e discutidas, dando oportunidade para que se pudessem identificar coincidências ou possíveis complementaridades.

3. Fase de implementação

Depois de reformuladas, as ideias foram votadas. Esta votação foi pública e, para acentuar a importância da opinião dos potenciais beneficiários, as habitantes do Lagarteiro tiveram direito a dois votos.

um título, explicar o(s) problema(s) abordado(s) e integrar uma síntese da reflexão que fizeram sobre a viabilização e estratégia de implementação.

Enquanto que a *equipa 2* não recorreu aos **cartões-conceito**, a *equipa 1* utilizou-os inclusivamente na sua apresentação.

Por esta altura, o grupo de participantes estava reduzido a onze dos dezasseis elementos que constituíam as *equipas 1 e 2*.

Perante todos os presentes as equipas apresentaram as suas propostas através de um porta-voz (Figura 44) e do conteúdo no painel de cortiça (Figura 45).



Figura 44. Momento de apresentação da equipa 2. Fotografia: Abhishek Chatterjee.

Além das diferenças específicas das propostas (Tabela 9), as apresentações das equipas divergem no formato. A *equipa 1* apresentou um conteúdo essencialmente visual, recorrendo aos cartões conceito e ao desenho para completar os conceitos que os cartões não lhes ofereciam. Apesar do painel da *equipa 2* ser fundamentalmente textual, a equipa organizou e destacou diferentes componentes de informação, através de estratégias de composição, servindo-se das folhas de papel A4 como caixas de texto e introduzindo alguns elementos gráficos para estabelecer relações entre as partes. Contudo, ainda que por razões divergentes, ambas as equipas aproveitaram o papel do porta-voz para aclarar as suas propostas.



Figura 45. Painéis para apresentação das propostas das equipas 1 (em cima) e 2 (em baixo). Fotografias: Abhishek Chatterjee.

Tabela 9. Síntese das propostas apresentadas pelas duas equipas

Proposta da equipa 1	Proposta da equipa 2
<i>“Festival alimentar do Bairro”</i>	<i>“A Escola no Bairro / O Bairro na Escola” (programa)</i>
Problemas abordados: não saber ou não ter por hábito cozinhar; preferência por refeições pré-cozinhadas que também são mais caras; falta de informação sobre alimentação e o que são hábitos alimentares saudáveis; a componente social da refeição acabou (as pessoas não partilham durante a refeição)	Problemas abordados: falta de informação e pressão social conduzem a condicionamentos na gestão alimentar (ex. consumo de frescos reduzido, em excesso de açúcar e privação esporádica), na gestão orçamental (ex. pouco, às vezes nenhum, orçamento disponível) e influenciando o estado emocional dos elementos da família.
Evento para todas as idades: campanha de sensibilização alimentar e formação culinária saudável, cozinha comunitária, workshops de culinária, piquenique, música ao vivo e atividades recreativas.	Programa alimentar participativo: envolver os pais através dos filhos; trabalhar a gestão orçamental, alimentar e emocional através da partilha de ideias entre famílias; identificar competências na comunidade; a escola como polo difusor do programa; publicação de livro de receitas e exposição que sintetizam o conhecimento produzido.
Recursos humanos: pessoas da comunidade; amigos AMTS	Recursos humanos: alunos e associações de pais; professores e funcionários; gestão escolar; técnicos que trabalham com as famílias; líderes comunitários.
Recursos não-humanos: Parque oriental; cozinha montada no local; cada pessoa contribui com um alimento e um utensílio de cozinha (ex. tachos, colheres de pau...)	Recursos não-humanos: Escola – cozinha, utensílios e bens alimentares; Bairro(s); registo fotográfico e vídeo.
Parcerias: Junta de Freguesia; Associação Movimento Terra Solta (AMTS); empresa de eletrodomésticos.	Parcerias: Junta de Freguesia; paróquias; organizações e associações de carácter social e institucional.

Estas apresentações, que se tinham solicitado breves, seguidas de algumas perguntas e respostas, acabaram por desencadear uma discussão conjunta, que terminou com a constatação de que as propostas das equipas podiam ser complementares. O evento podia funcionar como promotor do programa alimentar ou como ocasião para lançamento do livro e/ou exposição, que resultaria do programa. Desta forma, ainda

que complementares, as propostas não obedecem a uma precedência, não obrigando a uma ordem de implementação.

Terminada esta reflexão conjunta sobre as propostas desenvolvidas, foi solicitada uma última opinião ao grupo sobre o evento e alguns dos presentes contribuíram. Este momento, que acabou por constituir um louvor aos desígnios do projeto, uma aparente satisfação na participação e entusiasmo em dar continuidade aos trabalhos, uma das intervenções que merece ser salientada veio de uma das habitantes do bairro, a única que acompanhou o projeto do princípio ao fim. Sem pudor, a jovem retrospectiva que a curiosidade foi a motivação inicial à participação no projeto, que o processo foi desencadeando momentos de autorreflexão sobre a sua realidade alimentar e orçamental, enquanto demonstra que a empatia desenvolvida entre ela e a investigadora foi um fator determinante para a relação de confiança e cooperação.

A sessão é oficialmente encerrada com o agradecimento da presença e colaboração de todos, seguido de um momento informal de convívio, troca de contactos e lanche.

Avaliação da sessão

Um questionário de avaliação da sessão comunitária foi elaborado (Apêndice XVI), para ser preenchido por todos os participantes. No entanto, tal não foi possível por duas razões: alguns dos participantes especialistas não tinham ou não forneceram endereço de email e, no caso das habitantes do bairro, o plano era que o preenchimento fosse presencial para poder esclarecer possíveis dúvidas, mas houve uma paragem longa dos trabalhos e esta tarefa não se concretizou.

As dez respostas obtidas ao formulário de avaliação correspondem a mais de metade dos participantes da sessão e, curiosamente, a cinco elementos de cada equipa.

A primeira parte da avaliação dizia respeito aos objetivos geris e princípios de atuação estipulados para a sessão. Dos cinco objetivos da sessão comunitária, apurou-se que na opinião dos respondentes o objetivo menos alcançado foi o “Alargamento da participação a mais pessoas da comunidade do Lagarteiro”, uma vez que apenas dois elementos compareceram.

“Dar continuidade ao trabalho desenvolvido nas fases anteriores, através da sucessão coerente das atividades e das informações recolhidas até ao momento”, atingiu uma média ligeiramente mais baixa que as restantes, que possivelmente deriva das falhas na comunicação do trabalho desenvolvido previamente.

A “Aplicação de estratégias metodológicas e ferramentas do Design enquanto facilitadoras do processo participativo” foi o objetivo melhor atingido, sucedendo-se a “Articulação dos e com os agentes externos, especialistas e representantes do poder local” e o “Desenvolvimento de orientações para uma agenda local em torno do tema da alimentação equilibrada e gestão de orçamento familiar”.

Relativamente aos seis princípios de atuação, os respondentes consideraram que a “Utilização de uma linguagem simples” foi o princípio melhor cumprido, seguido de

“Todos devem falar e ninguém se deve sobrepor”, “Deve ser promovida a proatividade, a mudança de atitude e/ou comportamento. Para tal, deverá ser útil descobrir os argumentos/razões/valores mais relevantes para a aceitação dessa mudança”, e com a mesma pontuação, “As soluções devem implicar esforços coletivos, i.e. o habitante do Lagarteiro não deve ser apenas o beneficiário da proposta” e “Privilegiar propostas que sejam pouco exigentes em relação a investimento financeiro, apresentem simplicidade de manutenção e flexibilidade suficiente para se adaptarem à flutuação do número de pessoas envolvidas e a alterações circunstanciais”.

A falta de representatividade de elementos da população pode estar na origem da pontuação menos positiva do princípio “Os habitantes além de serem ouvidos devem ter poder de decisão. As suas preocupações, necessidades, problemas devem ser priorizados, atendidos, considerados”. Esta classificação pode ainda significar que o processo que se pretendeu democrático terá sofrido algumas falhas, como reportou um dos respondentes em comentário dizendo que “acabou por haver enviesamento de opinião na parte da criação e seleção de conceito”.

A segunda parte do formulário de avaliação da sessão comunitária diz respeito ao cumprimento dos objetivos estabelecidos para cada etapa e à utilidade das respetivas ferramentas ou orientações (elementos do jogo) (ver Figura 46).

Na análise das respostas desta parte do formulário tornou-se evidente que a configuração das questões em formato de tabela, para reduzir ao número de páginas do documento, constitui uma solução demasiado complicada, e pode ter sido responsável pelo elevado número de ausência de respostas, nomeadamente na parte final, chegando a atingir os 70%. Para os resultados que se seguem, as ausências de resposta receberam uma atenção especial, mas não influenciaram os cálculos numéricos.

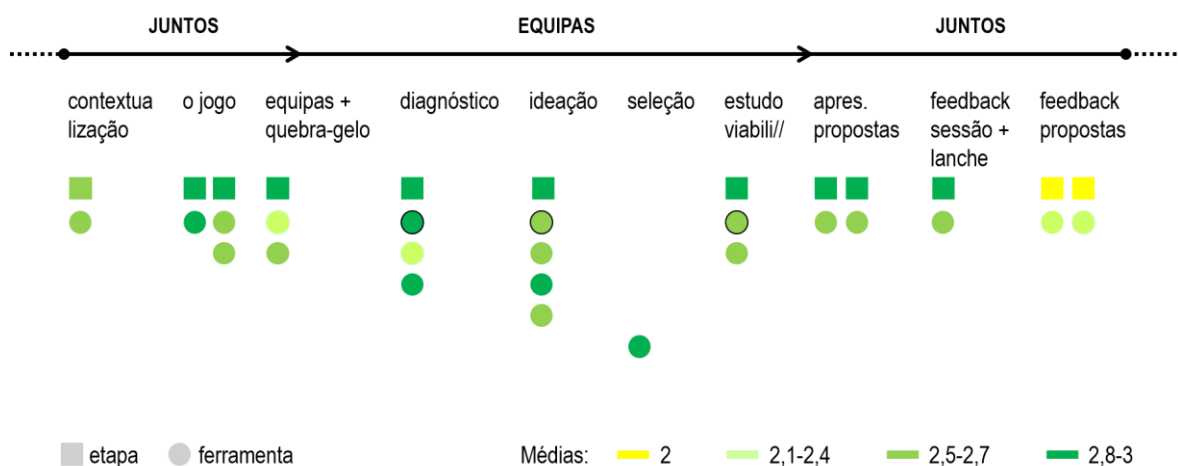


Figura 46. Sequência de etapas do Design Game e avaliação das respetivas tarefas e elementos do jogo pelos participantes (Etapas cumpridas? Ferramenta/orientação útil? Não=1; Mais ou menos=2; Sim= 3; Sem opinião= 0, também consultável no Apêndice XVI).

Um caso particular que convém ser mencionado, está relacionado com a única orientação transversal às principais etapas de trabalho em equipa, i.e. “Todos os elementos participam e colaboram na tarefa”. Constatou-se que esta diretriz sofre uma ligeira redução na classificação da etapa de diagnóstico para as etapas seguintes, de ideação e discussão e análise das mesmas (círculos com contorno a negro na Figura 46). Esta constatação vem reforçar a apreciação que os participantes fizeram sobre a efetivação do poder de decisão dos habitantes do Lagarteiro, na primeira parte do formulário.

Como se pode verificar na Figura 46, na opinião dos respondentes, a maioria das etapas (quadrados) concretizaram-se de forma plena, à exceção da etapa inicial (contextualização) e das finais (feedback da sessão e lanche). Considera-se, no entanto, importante ressaltar que as duas etapas finais que somaram as pontuações mais baixas (e mesmo assim medianas), coincidiram com uma redução significativa do quórum de participantes.

Através do mesmo diagrama (Figura 46), é possível verificar a utilidade reconhecida à grande maioria dos elementos do jogo (círculos) dos quais se destacam: as **famílias inspiração**, os processos de construção do diagnóstico e de ideação e o sistema de votação na melhor ideia (círculos a verde mais escuro na Figura 46, exceto o que está contornado a preto).

Foi ainda apurada alguma insatisfação em relação ao exercício quebra-gelo e ao registo individual de cada um dos aspetos identificados (positivos e negativos da análise das **famílias inspiração**), que se deduz poder estar relacionado com o início atribulado da sessão, e consequente pressão e precipitação das ações.

Refletindo sobre o ciclo comunitário

O nível comunitário representa o culminar dos esforços e da construção que se foi fazendo durante os ciclos anteriores, e que se constituiu num ciclo onde as diferentes fases de investigação-ação se concretizaram com diferentes medidas de tempo e participação. A fase de planeamento foi notoriamente a mais longa, enquanto que as fases de implementação e observação decorreram em simultâneo e durante apenas umas poucas horas. Cabe agora a este momento de reflexão, o papel de conseguir informar e motivar futuros ciclos, pois a investigação-ação “não tem um fim definido, uma vez que (...) novas realidades [podem] estender o processo de investigação” (Gray, 2013)⁷⁵.

Esta última fase de intervenção substanciada na sessão de cocriação, foi realizada debaixo de uma combinação de pressões de diferentes naturezas, que acentuaram o desafio, e que, como já foi referido anteriormente, levaram a algumas falhas, maioritariamente atribuíveis a questões organizacionais. Contudo é com base também

⁷⁵ “In contrast, Stringer (1999) argues that good action research projects have no well-defined ending. Instead, new realities emerge that extend the process of inquiry (Gray, 2013: 383).”

nessas falhas, que se processa este momento de reflexão e de onde se extraem lições e mais-valias deste último ciclo.

A constatação mais imediata é que a sessão teria beneficiado de um trabalho de preparação em equipa, pelo menos com uma outra pessoa além da investigadora, para partilha de tarefas, responsabilidades e decisões que se acumularam e assoberbaram a última semana antes da realização da sessão e o próprio dia.

Os episódios de imprevistos e adaptações aos planos inicialmente traçados para a sessão já assinalados não carecem de ser reiterados, mas alguns apenas aludidos para justificar a necessidade de reformular o plano de trabalhos. Nomeadamente:

- na salvaguarda de uma clarificação prévia dos objetivos da sessão e orientações estruturantes do trabalho esperado de todos os participantes. Esta clarificação, foi inicialmente considerada sob a forma de reunião no mesmo dia, na parte da manhã, com os participantes especialistas e sob a forma de conversa com os habitantes que participariam, mas em ambos os casos a falta ou pouca antecedência na confirmação de participação, além de algumas indisponibilidades para estar presente durante uma manhã e tarde de sábado, foram as razões para a ausência deste esclarecimento. Uma outra forma, menos desejável, mas certamente mais viável, pelo menos para os convidados externos, seria através de um documento escrito que explicasse mais em pormenor o conteúdo da carta-convite que lhes foi dirigido, assim como o *briefing* e as orientações para a sessão;
- apesar de ter sido realizada de forma muito ligeira (almoço-reunião) e apenas com as designers (secretárias), convinha haver uma coordenação e preparação mais atempada das funções de secretário e moderador, de grande importância para a salvaguarda da democratização do processo e para a fluidez das etapas da sessão em direção aos resultados esperados; e
- na delegação da função de observação não participante a uma pessoa por equipa, preferencialmente externa ao projeto, que pudesse fazer um registo imparcial e focado. Ao contrário de outras fases deste projeto de investigação, as dinâmicas e o número de participantes desta sessão tornariam a presença de um observador menos perceptível e, por isso, menos constrangedora.

No formulário de avaliação, um dos participantes comentou que, apesar de considerar que as **famílias inspiração** (personas) estivessem bem desenvolvidas, a discussão centrou-se em generalizações e acabaram por perder a referência que as personas constituíam. Será que as personas serviram o seu desígnio? É uma questão abordada por Cooper (2004) que assevera que não adianta ter uma boa proposta de design se

esta não corresponde aos requisitos das personas criadas (p. 138). O mesmo autor aponta duas problemáticas possíveis no que se refere às personas: uma concetual e outra processual. Ao nível concetual, um conjunto de personas pode não ser bem-sucedido por falta de detalhe realista (Cooper, 2004: 130, 131) ou por excesso de requisitos (Cooper, 2004: 135). Em termos processuais, Cooper (2004: 138) refere a facilidade com que se retorna a discussões baseadas em formas genéricas de utilizadores e se perde “o foco conquistado em arquetípicos específicos de utilizadores”, que as personas constituem. Nesta situação específica, o objetivo das personas criadas para a sessão de cocriação não pretendia constituir-se na única referência para as decisões tomadas, uma vez que, ao contrário de Cooper (2004), este processo previa a colaboração com os próprios habitantes do bairro e estes podiam fornecer informação complementar. Todavia, na análise dos materiais produzidos para a apresentação, a relação entre os factos apurados através da discussão sobre as **famílias inspiração** e as soluções que propõem, não é muito clara.

Esta análise acaba por desembocar numa outra questão já aflorada: quão democrático foi o processo de cocriação? Além dos depoimentos dados pelos participantes, é possível refletir sobre este assunto mediante algumas evidências observadas. As personalidades dos presentes podem ditar que uns elementos participem mais e por vezes se sobreponham a outros. Este facto parece ter sido intensificado pela experiência acumulada de trabalho no contexto específico por alguns dos elementos. Estas circunstâncias parecem ter conduzido a tomadas de decisão fundamentadas no conhecimento desses elementos mais experientes, conhecedores e extrovertidos, e poderão não ter sido apresentadas ou clarificadas para o grupo, incorrendo, desta forma, numa visão e sensação refratadas sobre o processo e respetivos resultados. Esta situação torna-se ainda mais evidente quando se comparam as dinâmicas das duas equipas, uma vez que os elementos mais experientes no trabalho com a população do bairro se concentraram apenas numa das equipas. Daqui se deduz que, na reformulação das equipas, a experiência do especialista com a população devia ter sido um critério de relevância.

Os elementos do jogo, eram na maioria simples papéis de diferentes formatos e cores, e riscadores coloridos. Além das **famílias inspiração**, apenas um outro elemento se distingue do conjunto, os cartões conceito. Embora alguns destes cartões fossem de interpretação imediata (como o IEFP), outros deixavam espaço para serem apropriados em função das necessidades de representação que a equipa ou elemento tinha, e isso acabou por se verificar numa das apresentações, a única que recorreu a estes e improvisou outros. As razões pelas quais esta ferramenta não foi mais requisitada podem ser várias, desde falhas na introdução e/ou explicação das possíveis aplicações dos cartões, às imposições de tempo para as equipas na preparação das suas apresentações, e à exiguidade dos espaços e mesas de trabalho que conduziram a uma desorganização dos materiais (Figura 47). Para assegurar que a não utilização dos cartões conceito é uma decisão da equipa e não uma

consequência das circunstâncias, estes deviam ter sido apresentados e explicados no mesmo momento em que se fez a apresentação do *design game*. Aliás, o desejável será que todos os elementos fossem apresentados no início e que, para precaver as situações de falta de espaço, a cada etapa correspondesse uma caixa que conteria as respectivas orientações e materiais.



Figura 47. Mesas de trabalho das equipas. Fotografias: Abhishek Chatterjee.

Relativamente às propostas desenvolvidas pelas duas equipas, a experiência e conhecimento acumulado durante um ano e meio de permanência em campo, permite inferir que os elementos constituintes de cada equipa são responsáveis pela tipologia das propostas apresentadas. Isto é, a equipa composta por elementos com experiência acumulada no contexto apresentou um evento como proposta, e a outra equipa, sem elementos próximos do contexto, propôs uma intervenção de longa duração (programa). A partir desta constatação é possível depreender que, quem lida com a comunidade está consciente que a adesão e sustentabilidade de projetos de longa duração tem uma história de insucesso no Lagarteiro e que, por isso, a proposta de evento afigura maior viabilidade de concretização, não implicando esforços e estruturas permanentes de sustentação e manutenção. Contudo, para constituir-se um veículo para a transformação, a proposta de evento terá que desencadear alguma mudança. Verifica-se, desta forma, que é imprescindível que o desenho destas propostas tenha em consideração:

- a abrangência da proposta em relação: aos temas abordados e às estratégias de envolvimento da população (grupos pequenos, médios ou grandes);
- a viabilidade da concretização, mediante: histórico de experiências, estratégias motivacionais, articulações com agentes individuais e institucionais, e dependência de financiamento e/ou manutenção;
- o impacto dessa concretização em função das problemáticas e a implicação dos investimentos de diferentes naturezas que esta representa.

É fundamental referir que, além dos resultados das equipas e das lições já mencionadas, esta sessão de cocriação constituiu um importante exercício de preparação, que se não tivesse acontecido (se as expectativas de afluência da população do Lagarteiro não tivessem sido goradas), o resultado teria sido provavelmente desastroso, somando mais uma frustração no histórico de experiências da população do Lagarteiro. Esta sessão foi importante na medida em que se observou que uma visão partilhada da realidade vivida neste contexto é um processo que requer algum tempo para discussão e sintonização, e que a articulação entre os participantes (nomeadamente externos) também necessita de ser treinada.

(página intencionalmente deixada em branco)

SÍNTESE

- › *Como pode a investigação em design contribuir para a cocriação de agendas de transformação?*
- › *De que forma uma abordagem metodológica do design pode despertar a mudança no âmbito da alimentação em contextos de vulnerabilidade?*

Este projeto de investigação abrangeu três dimensões da ação através do design: a política, a deontológica e a praxeológica. Na dimensão política, além do ato legítimo para influenciar uma decisão ou evento no qual uma pessoa está implicada (Schuler & Namioka, 1993), a participação foi reconhecida como o elemento fundamental para a transformação, através da qual “o espelho múltiplo do olhar dos outros (Augusto Boal)”⁷⁶ é constitutivo das visões de futuro. A postura deontológica adotada assume que qualquer pessoa deve ser considerada um elemento potencialmente ativo nas diversas etapas participativas, enquanto um “otimismo trágico (Santos, 2012)” regula as ações e expectativas dos envolvidos. Na dimensão praxeológica, o design fornece as ligações tangíveis e inteligíveis para a comunicação e a ação que salvaguardam o que Paulo Freire (1979) chamou de unidade dialética entre conscientização e práxis. Só mediante esta unidade dialética é que mulheres e homens se tornam seres que agem em vez de serem agidos, uma vez que, as verdadeiras transformações da realidade só ocorrem quando se toma consciência que a realidade é transformável e que cada um é capaz de a transformar (Freire, 1979).

Este projeto de investigação em design, fundamentou-se numa estratégia participativa que operou no âmbito das oportunidades para influenciar processos de mudança e transformação, num contexto socioeconomicamente vulnerável. O plano de ação implementado no Bairro do Lagarteiro pretendeu mobilizar a população, independentemente do grau de literacia, idade ou posição na dinâmica do agregado familiar, a refletir e agir sobre os seus hábitos alimentares e na gestão dos seus orçamentos. As ilações que se seguem, incidem sobre esta temática refletida na ideia de “ação cultural para a libertação” (Freire, 1976), para a qual se espera ter contribuído.

⁷⁶ No documentário “Augusto Boal e o Teatro do Oprimido” de Zelito Viana (2010).

A mudança, a alimentação, a vulnerabilidade e o design

Em resposta à questão específica desta investigação, as contribuições demonstradas pelo design para a mudança num contexto de vulnerabilidade não dependem da temática abordada, mas do propósito de empoderamento subjacente à própria investigação. Neste sentido, e partindo do princípio de que não é possível mudar o que não se compreende, o designer carece de conhecimento situado para ser capaz de gerir e materializar estratégias de comunicação e empatia, para envolver e cooperar com a população e com outras áreas na construção de histórias e trajetórias de mudança, em espírito de comunidade.

O retrato sociodemográfico do Lagarteiro (página 30) foi dos primeiros objetivos cumpridos após entrada em campo, que interseta diferentes modos de ver, e para o qual a etnografia demonstrou ser o recurso metodológico precioso. Ao servir para o envolvimento da investigadora no quotidiano do bairro, o processo etnográfico ativou o envolvimento mútuo (Carvalho & Lopes, 2014). Foi deste modo que se conseguiu uma compreensão mais autêntica dos múltiplos percursos de vida e das diferentes circunstâncias de exclusão, que auxiliaram na calibração das expectativas e estratégias do design e da investigação face à participação comunitária.

Um dos factos apurados está associado à convicção transformativa. Se por um lado é difícil para muitas pessoas acreditarem no seu potencial criativo e transformativo e de se comportarem em conformidade (Freire, 1979; Sanders & Stappers, 2008), neste contexto específico, a acumulação de obstáculos é tão vasta e diversa⁷⁷, que acentuou a dificuldade na construção coletiva de alternativas. A par deste desafio, também se constatou que, à semelhança das noções contemporâneas de comunidade, a população do Lagarteiro apresenta uma heterogeneidade nos modos de ver, viver, sentir e julgar, que justificou o descarte da expectativa inicial em desenvolver um projeto que abordasse um problema com uma (única) proposta. Por esta razão, os objetivos da intervenção confluíram para a cocriação de uma agenda de transformação, salientando um papel do design nos processos de recolha e representação de informação, promovendo oportunidades para análise, debate e cooperação entre e com a população.

Sobre o tema da alimentação, os relatos individualizados das realidades alimentares, reverteram em exercícios de autoanálise pouco consistentes, mas enquanto cenários, ganharam destaque pelas manifestações de identidade e de autorrealização das suas autoras, e por terem funcionado como bases inteligíveis para as discussões em grupo.

⁷⁷ E.g. da falta de escolaridade e de meios de subsistência, à alienação das expectativas de vida, passando pelas tensões relacionais entre a população e perante figuras institucionais e o estigma imposto aos habitantes de bairro e do Lagarteiro.

Apesar da origem participativa dos processos de recolha de dados, o diagnóstico final sobre segurança alimentar e gestão de orçamento familiar no Lagarteiro (página 130) deriva de uma análise parcial na qual a participação local e/ou especialista (e.g. nutrição e saúde) não foi (ainda) concretizada. Contudo, é pertinente referir que se verificou pouca influência do orçamento nos hábitos alimentares para a maioria da população. A conceção de alternativas às rotinas alimentares parece ser um desafio mais valorizado pela população para escapar à fadiga ou à falta de entusiasmo pela culinária, assim como para conseguir melhorar os hábitos alimentares da família.

Esta falta de visões alternativas, que também se entendem como utópicas, constituem mais uma manifestação da necessidade de transformação, que Paulo Freire (1979) chama de “desenvolvimento-libertação” e que nas palavras de Boaventura Sousa Santos (2012: 162) podia ser justificada desta forma:

“(...) porque muitos dos nossos sonhos foram reduzidos ao que existe e o que existe é muitas vezes um pesadelo, ser utópico é a maneira mais consistente de ser realista no início do século XXI”.

O design e a cocriação de agendas de transformação

A omissão das circunstâncias de vulnerabilidade da questão geral de investigação sublima um propósito, no qual se pretende demonstrar que as propostas do design válidas em contextos de vulnerabilidade, como a experienciada no Lagarteiro, poderão ser igualmente válidas noutros contextos. Talvez o que distingue uns e outros, seja o facto de a população do Lagarteiro se encontrar num período crítico, logo, sentindo a urgência dessa transformação, que noutros contextos pode não ser admitido como um futuro possível ou previsível. A abrangência da questão geral de investigação remete para múltiplas agendas de transformação, englobando deste modo o repto da segunda. As ilações que se seguem são relativas aos contributos alcançados, através desta investigação em design, para a cocriação de agendas de transformação que, desta maneira, respondem a ambas as questões de investigação.

A implicação mútua dos sentidos de comunidade e democracia na transformação social

“O contexto social no qual a maturação individual ocorre condiciona fortemente o que, de outra forma, os indivíduos igualmente competentes podem alcançar. Isso implica que a igualdade absoluta de oportunidades, na qual, a chance de sucesso de um indivíduo depende apenas das suas capacidades inatas, é um ideal que não pode ser alcançado... (Loury 1977)”⁷⁸

A distância imposta a uma população pobre transferida para o Lagarteiro corrompeu a base para o seu desenvolvimento, com a diminuição de oportunidades (Max-Neef, 1991). Pela perda de oportunidades, as capacidades intrinsecamente humanas de muitos destes habitantes foram substituídas por limitações, como a dependência e a desesperança.

O sentido de comunidade que se pode entender omissa da população do Lagarteiro e razão para a sua vulnerabilidade, resulta de um processo longo de desaprendizagem das capacidades de homem livre. Ao chamar de “semi-humanos” aos oprimidos, Paulo Freire (1979) ressalta a condição antinatural e oposta à de humanidade. Se a humanidade é também requisito essencial para sentidos de comunidade, apenas os humanos, e não os “semi-humanos”, são capazes de construir ‘comunidades’. Depreende-se ainda que os “semi-humanos” e a ausência de comunidade processam-se não só entre os oprimidos, mas também entre opressores. Assim, a comunidade

⁷⁸ “The social context within which individual maturation occurs strongly conditions what otherwise equally competent individuals can achieve. This implies that absolute equality of opportunity, where an individual’s chance to succeed depends only on his or her innate capabilities, is an ideal that cannot be achieved.... (Loury 1977, citado por DeFilippis (2001, p. 783)).”

deve ser entendida como uma consequência de um processo de desenvolvimento (DeFilippis, 2001), que em circunstâncias de exclusão, implica mudanças tanto de ponto de vista dos excluídos como de quem exclui.

As implicações deste projeto, na regeneração de comunidade e de democracia, são instituídas por uma postura a favor da população do Lagarteiro, com vista ao aumento das suas oportunidades de desenvolvimento, reguladas pela igualdade de direitos e equidade das decisões (pressupostos democráticos), e constrói-se a partir da 'proximidade social', que assenta na empatia gerada entre pessoas de diferentes condições sociais (pressuposto comunitário).

“(...) a natureza humana está basicamente predisposta ao amor e compaixão (...) a capacidade de empatia que lhe está subjacente é crucial quando se trata de ética. Vimos anteriormente como um ato ético é um ato não prejudicial. Mas como podemos determinar se um ato é genuinamente não prejudicial? Achamos que, na prática, se não nos conseguimos conectar mais com os outros, se não podemos, pelo menos, imaginar o potencial impacto das nossas ações nos outros, então não temos meios para discriminar o certo e o errado, entre o que é apropriado e o que não é, entre prejudicar e não prejudicar. Conclui-se, portanto, que se pudéssemos aumentar esta capacidade - isto é, a nossa sensibilidade ao sofrimento dos outros - quanto mais fizermos, menos toleraríamos ver a dor dos outros e mais nos preocuparíamos em garantir que nenhuma ação nossa causaria danos aos outros (Dalai Lama XIV, 1999)”⁷⁹

Se a apatia constitui um manifesto político (Beck, 2002) que favorece a preservação do *status quo*, a declaração “a favor de quem e do quê, [supõe] portanto contra quem e contra o quê” (Freire, 1981: 15), constitui um confronto inevitável para a transformação social. Sem presumir-se violento, este confronto tem um cariz revolucionário porque desafia a ordem atual da realidade na busca de vivências mais justas (Luter King Jr., 2003) para todos e não apenas para alguns (Illich, 1973a). Entre a alteridade, o diálogo é a base para a construção do consenso que gera unidade sem uniformizar (Max-Neef, 1991), que não é apenas racional mas também emocional e que contribui para a perpetuação da crítica na consciência e ação de todos (Streck, Redin & Zitkowski, 2015).

⁷⁹ “(...) human nature is basically disposed toward love and compassion (...) the capacity for empathy which underlies it is of crucial importance when it comes to ethics. We saw earlier how an ethical act is a non-harming act. But how are we to determine whether an act is genuinely non-harming? We find that in practice, if we are not able to connect with others to some extent, if we cannot at least imagine the potential impact of our actions on others, then we have no means to discriminate between right and wrong, between what is appropriate and what is not, between harming and non-harming. It follows, therefore, that if we could enhance this capacity—that is to say, our sensitivity toward others’ suffering—the more we did so, the less we could tolerate seeing others’ pain and the more we would be concerned to ensure that no action of ours caused harm to others (Dalai Lama XIV, 1999).”

1_ A igualdade enquanto direito é um princípio inteligível, mas a complexidade das circunstâncias sociais converte-a, aos olhos dos sujeitos, num projeto pouco exequível.

2_ A humanidade está tão ausente da vida oprimida, como da vida que subsiste dessa opressão.

3_ A regeneração de sentidos de comunidade e de democracia implicam-se mutuamente, na medida em que ambas dependem da percepção empática do direito à igualdade e à diferença.

4_ Não há transformação sem confronto e transgressão.

Notas deontológicas para um design mais humanizado

“(...) deixam de ser exploradores, espectadores indiferentes ou simplesmente herdeiros da exploração (...) trazem sempre consigo as marcas de sua origem: preconceitos e deformações como, entre outros, a falta de confiança no povo como capaz de pensar, de querer e de saber. (...) Só na camaradagem com os oprimidos podem os convertidos compreender sua maneira característica de viver (...) (Freire, 1979: 32)”

A contextualização política não basta para balizar as ações dos agentes externos, sobretudo as que concernem o investigador-designer num contexto de vulnerabilidade. Seguindo a perspectiva Freiriana, o estatuto de especialista ou intelectual não confere autoridade, mas sim responsabilidade. Sentido de responsabilidade e compromisso são, deste modo, os princípios que legitimam e moldam a relação de poder que o investigador-designer, munido das suas ferramentas e teorias, assume perante uma população vulnerável.

O reconhecimento do potencial transformativo em todos os seres humanos é outro dos princípios que retoma a noção de “semi-humano” (Freire, 1979). Se a condição humana é indicadora das capacidades transformativas, “semi” expõe a condição a superar.

O percurso da transformação vai sendo concretizado com base no diálogo, nas aspirações de quem se envolve e investe nele, uma vez que, “(...) se os que dialogam não esperam nada de seus esforços, seu encontro é vazio, estéril, burocrático, cansativo (Freire, 1979: 43)”, e no “amor” e “humildade” perante o outro, enquanto atributos de união e não de dominação. Estas relações dialógicas estabelecidas entre sujeitos devem garantir o direito a falar, o respeito pelo outro (Costa, 2015) e pela sua diferença, através da qual, o outro revela o “novo na história (...) constituída de contradições, tensões e conflitos, que nos impulsionam[os] para novos sentidos da vida humana (Zitkoski, 2015)”.

“(...) sabendo-nos comprometidos com outro mundo possível, potencializamos e protagonizamos cada vez mais quefazeres articulados por meio da participação e da democracia, na direção de

uma vida mais bonita para todos e todas, pois é a partir desses pressupostos que romperemos com o fatalismo desesperançoso que pauta a sociedade capitalista e imperialista de nossa época (Costa, 2015: 323).”

Num contexto “crítico” e em período de crise⁸⁰, o “otimismo trágico”, proposto por Boaventura de Sousa Santos (2012), assoma como um estímulo e uma consciência reguladora do excesso de otimismo, que turva uma visão crítica e precipita-se em facilitismos, e do excesso de pessimismo, que desacredita na existência de alternativas e reverte em flagelações e/ou autoflagelações.

1_ O saber teórico confere responsabilidade em demonstrar a sua aplicabilidade prática e o dever moral de contribuir para a justiça social.

2_ “(...) a pessoa não se liberta apenas pelos seus esforços pessoais, assim [como] também não pode ser libertada pelos outros (Freire, 1979: 43)”.

3_ As capacidades transformativas/criativas fazem parte da natureza humana, que encontram na desesperança a razão principal da sua inércia.

4_ As expectativas pessoais e coletivas sobre a cooperação, a abertura ao outro e o respeito pela sua diferença, são elementos constitutivos da comunicação que se faz pelo diálogo.

5_ A desesperança é tão nociva para os processos de transformação, como o é o excesso de otimismo, que negligencia as dificuldades do percurso.

Design e liberdade

“Afirmar que os homens são pessoas e que, enquanto pessoas, devem ser livres, mas não fazer nada para que esta afirmação se torne realidade, sem dúvida, é uma comédia (Freire, 1979: 31).”

A exposição deste projeto de investigação em design, enquanto “ação cultural para a libertação” (Freire, 1976), constituiu o derradeiro esforço desta escrita. Os pressupostos básicos das ações culturais demonstram que a geração e exteriorização de “uma consciência da realidade e uma consciência de si” (Freire, 1979: 18) e do ‘outro’ impelem para a cooperação e transformação. Partindo das experiências quotidianas dos habitantes do Lagarteiro, previa-se que, se estes se tornassem capazes de “ler as suas realidades” (Freire, 1976), tomariam consciência da injustiça que experienciavam e seriam impelidos a transgredir essa realidade (Freire, 1979).

Recorrendo à etnografia na fase exploratória, a alimentação, associada aos desafios de gestão do orçamento familiar⁸¹ foram aspetos significativos identificados no quotidiano da população, que marcaram o início das suas histórias. Todavia, a sintonização temática não era bastante para a concretização dos desígnios deste

⁸⁰ Em 2014, altura em que se iniciou o trabalho de campo no Lagarteiro, as medidas de austeridade ainda se faziam sentir.

⁸¹ Traduzidas para a população como ‘alimentação equilibrada e poupança familiar’.

projeto de investigação, para os quais, o design interveio como complemento às escolhas vocabulares, através de estratégias visuais, materiais e técnicas, para reforço da comunicabilidade e estímulo à apropriação dos conteúdos (Freire, 1971) e dos meios.

A etnografia contribuiu ainda para a imersão e postura da investigadora no contexto, enquanto sujeito responsável e comprometido com uma visão de justiça social, que se revelava no aprender a estar e na definição das estratégias de comunicação e ação adequadas à população. Esta adequação, pautada por uma coerência entre conteúdo e forma, foi sendo consolidada ao longo da intervenção.

Incorporando a noção de fronteira, de escala humana (Illich, 1973b; Max-Neef, 1991), do *anyone can do it* (Triggs, 2006) e de frugalidade (Illich, 1973a), a abordagem metodológica encapsulava a mensagem de possibilidade aos habitantes do Lagarteiro. Cada vocábulo⁸², imagem, objeto ou procedimento, disponibilizado incorporou a noção de objeto-fronteira (Star & Griesemer, 1989). Sob estes princípios surge a manualidade enquanto processo produtivo marcado pelas irregularidades e erros formais de um trabalho não mecanizado. Assimilados na estética do movimento punk como manifestações de personalidade, rebeldia e rutura com o convencional, as irregularidades ou erros reverteram, neste caso específico, em interfaces para a apropriação dos processos, meios e conteúdos (Chalmers, 2003; Storni, 2014).

A primeira etapa do ciclo individual (recolha individual de dados através do **livrete-sonda**) permitiu que cada participante tomasse a sua perspetiva pessoal como ponto de partida que evoluiu em paralelo com a relação de confiança e reciprocidade com a investigadora. As estratégias de empatia e gestão emocional que foram sendo aplicadas com a comunidade local e as relações que se foram construindo na permanência em campo, confirmam a ideia de que se investiga com o “corpo inteiro” (Freire, 1993), e não apenas com a teoria e as competências específicas da disciplina em causa. Na etapa seguinte, a flexibilidade incorporada no plano das sessões para a construção dos **cenários** permitiu que as participantes fossem decidindo e assumindo compromissos sobre o que fazer, quando fazer, como fazer e com quem fazer. O modo como se dedicaram às tarefas de representação das suas narrativas, ou como resolviam pontas soltas (planeadas ou não), constituíram evidências do envolvimento das participantes, que se revelaram na iniciativa, apropriação e autorrepresentação. Contudo, a dificuldade em se reverem numa situação alimentar diferente da que vivem, demonstra que as suas visões críticas eram ainda ténues.

No ciclo grupal, os **cenários** funcionaram como “codificações da situação existencial” (Freire, 1970: 12) de cada uma das participantes e, em conjunto com outras informações (reunidas nos **livretes-sonda** mas não integradas nos **cenários**), definiram os focos da análise crítica. Se a opção pelos grupos focais já previa um estímulo ao empoderamento dos participantes no ato de investigar, contribuindo para o processo de análise (Kitzinger, 1995), este ciclo foi mais longe. Na segunda sessão

⁸² A simplificação da temática ‘segurança alimentar e gestão de orçamento familiar’, é um dos exemplos.

do grupo focal, assistiu-se à emancipação das participantes sobre o processo de investigação, ao sugerirem a estratégia de recolha de dados no bairro e ao comprometerem-se na respetiva construção e implementação.

Este documento foi reportando múltiplas razões que justificam o “otimismo trágico” no processo de investigação-ação: da desafeição pela participação, em virtude de experiências do passado ou da desvinculação cívica que a população foi desenvolvendo através das experiências de segregação; do espectro de dificuldades de sobrevivência que ocupa tempo e abertura mental para o fomento de aspirações e visões (mais) positivas de futuro; do ‘fator a vida acontece’, que também advém das circunstâncias socioeconómicas desta população, mas que não deixam de ser episódios muito peculiares verificados em plena evolução de trabalhos, entre o grupo de participantes⁸³; até à incredulidade nas competências de e entre cada um dos habitantes, para agir coletivamente sobre a realidade.

Apesar da curiosidade despertada pelo convite inicial e as atividades manuais terem sido fatores de motivação reconhecidos pelas participantes, a interação aparenta ter constituído o fator de motivação mais relevante: a mulher que aceitou o convite para participar pela expectativa de trabalhar em grupo; a parelha de amigas que se automotivaram a participar no projeto; e as pessoas que acompanharam as participantes em algumas sessões de construção dos **cenários**, que motivaram à comparência, serviram de ajuda nas tarefas e como testemunha de um esforço do qual as participantes se mostraram orgulhosas do resultado alcançado. A par da motivação, não pode ser descurado que, a emancipação das participantes deu-se quando reunidas em grupo e que, no momento em que se dispersaram para a aplicação do **co-questionário**, os índices de motivação e participação voltaram a desvanecer.

Em termos de compromisso, estas constatações permitem inferir que a coinvestigação aparenta ser encarada como um processo mais exequível do que a transformação da própria realidade. As razões, no entanto, podem ser várias e estão por descobrir, mas suspeita-se que o processo crítico, que implica a transformação, depende de uma capacidade para ver a própria realidade fora do ‘eu’, isto é, com distanciamento, o que para estas participantes ainda representa um desafio.

Esta dificuldade em se articularem e aos seus interesses com distanciamento (Halse, 2008), foi um dos pontos de partida da sessão comunitária, para a qual se recorreu ao conceito de persona (Cooper, 2004). A persona, enquanto uma forma de representação humana, foi originalmente concebida para interpretar e substituir uma população-alvo (Cooper, 2004). Mas neste caso, sob a designação de **famílias inspiração**, estas personas seriam as referências objetificadas, contruídas através de dados reais (recolhidos através do **co-questionário**), das quais a população poderia demarcar-se e debater. O papel das **famílias inspiração**, na discussão em torno da

⁸³ Dois nascimentos de filhas, um nascimento de neto com Trissomia 21, dois despejos, um filho atropelado, uma formação compulsiva e duas oportunidades de trabalho.

segurança alimentar e gestão de orçamento familiar, é incontestável, mas o seu desempenho em relação aos resultados alcançados deixa dúvidas. Por um lado, a adesão da população local à sessão de cocriação foi reduzida, dificultando a observação do comportamento desta face às suas personas. Por outro, porque na análise dos materiais produzidos pelas equipas, a relação entre os factos apurados através da discussão sobre as **famílias inspiração** e as soluções propostas não é óbvia.

A necessidade de desconstruir as relações de poder entre participantes através da ludicidade, foi a principal razão para o modelo de *design game* estar na base da sessão de cocriação no último ciclo. Contudo, as personalidades dos participantes expuseram outro desafio nas dinâmicas de cocriação, como algumas decisões consumadas com base no conhecimento de elementos mais extrovertidos, experientes e conhecedores, sem serem apresentadas ou clarificadas para a equipa, originando uma visão e sensação refratadas sobre influência de todos, i.e. na democratização do processo e cocriação dos resultados.

A composição das equipas também teve influência sobre a divergência dos resultados atingidos, que veio a confirmar que as experiências de participação implicam um equilíbrio sobre “como o passado e o presente são percebidos nas visões de futuro (Bratteteig & Wagner, 2014)”⁸⁴. Esta observação foi possível dado que os agentes externos que lidam regularmente com a população do Lagarteiro, ficaram concentrados numa das duas equipas, que sugeriu um evento. A outra equipa, sem ligações ao contexto, propôs uma intervenção de longa duração em formato de programa. Desta forma, verificou-se que, o conhecimento situado informou que, a adesão e sustentabilidade de projetos de longa duração, têm uma história de insucesso no Lagarteiro e, por isso, a proposta de evento afigurava maior viabilidade de concretização. No entanto, o evento também levantaria outro desafio, isto é, a pertinência, que consiste em antever alterações significativas (ainda que de pequena escala), para que este possa constituir um caminho para a transformação.

A sessão comunitária representou um exercício importante de aprendizagem para a construção do equilíbrio entre passado, presente e futuro, para o qual não bastam objetos-fronteira bem-sucedidos. O êxito dos esforços de transformação também reivindica tempo, para debater e formular uma visão partilhada de uma realidade particular.

As lições finais deste ciclo revelam que tanto as falhas como os imprevistos podem não determinar o insucesso de uma ação, mas influenciam a sua evolução e os resultados alcançados, nomeadamente a autenticidade do exercício de participação. As falhas detetadas impõem a reformulação do *design game*, nomeadamente na etapa preparatória, que se julga ser a ressalva para um processo mais democrático numa futura sessão de cocriação em comunidade.

⁸⁴ “Engaging in PD always means balancing how the past and the present are perceived within visions of the future (Bratteteig & Wagner, 2014: 116).”

Conclusões

“Simplesmente, não posso pensar pelos outros nem para os outros, nem sem os outros (Freire, 1970: 58).”

O debate em torno dos limites disciplinares e competências do design, parece um contrassenso. Por um lado, reconhece-se um potencial transversal do design, do qual o conceito de *design thinking* é um dos exemplos mais difundidos, mas por outro, ensaiam-se delimitações à imagem de outras áreas disciplinares. Esta “verticalização” disciplinar (Papanek, 1971) não apresenta benefícios para os problemas do mundo contemporâneo, uma vez que, além de rigor teórico, as abordagens verticais tendem a ser inadequadas à realidade. O design é por natureza integrador. A “síntese horizontal que atravessa disciplinas estreitas e mentes estreitas (...) é uma preocupação legítima para o designer (ou deveria ser) (Papanek, 1971)”⁸⁵.

A interdependência entre teoria e prática implica que a justiça social é indissociável das responsabilidades do conhecimento teórico (Freire, 1976). Isto significa que, a inexistência de uma regulação na investigação em design, sobre as repercussões negativas das práticas que esta informa, constitui uma atitude antiética, logo, anti-humana. Neste sentido, conclui-se que:

- o intuito de justiça social não pressupõe atos de solidariedade (Halse, 2008) ou abordagens altruístas (Fuad-Luke, 2013) do designer ou do investigador em design, mas uma consciência da sua responsabilidade.
- a investigação e prática em design, não podem negligenciar os aspetos sociais e políticos das suas intervenções, com receio de se confundirem as suas delimitações e competências disciplinares. Pelo contrário, considera-se que é precisamente por ter em mente esses propósitos que o design pode dar provas da sua relevância. O bom design(er) não se faz sozinho, mas através dos outros.
- a consciência crítica e a proximidade social são a salvaguarda para as abordagens teóricas e práticas do design de que as mudanças propostas às situações existentes não resultam na intensificação das situações de injustiça ou na formação de novas, mas que também não correspondem a uma mera transferência ou inversão das injustiças pré-existentes.

Uma visão crítica sobre a expansão tecnológica, com forte influência na investigação e prática de design, identificou-a como um dos exemplos onde se praticam atos desvinculados de princípios éticos (Illich, 1973a; Jasanoff, 2003; Pal, 2017b), que desvirtuam os propósitos de transformação (Freire, 1979; Greenbaum, 1996). A

⁸⁵ “(...) a horizontal synthesis that cuts across narrow disciplines and narrow minds (...) is of legitimate concern to the designer (or should be) (Papanek, 1971).”

desarticulação com a realidade escolar e económica, de populações como a do Lagarteiro, representa outra subversão dos benefícios prometidos pela tecnologia, acabando por acentuar o fosso da desigualdade social e por comprometer o acesso a várias dimensões dos direitos humanos, como a educação e o emprego. Para desmistificar que a evolução e o capital tecnológicos são sinónimos de evolução humana, esta intervenção foi desenhada para instigar a ação e o pensamento críticos a partir de circunstâncias desimplicadas da tecnologia, numa busca de um “mínimo múltiplo comum para a participação” que não terminou. Talvez nunca termine. Talvez a ideia seja permanecer nessa busca de fazer cada vez mais com cada vez menos (Illich, 1973a) recursos materiais e tecnológicos, sempre com o intuito de potenciar o capital humano e social, e a conservação do meio natural.

Este projeto de investigação foi mais bem-sucedido no desenvolvimento de um novo sentido de comunidade, do que no desenvolvimento da comunidade do Lagarteiro, circunscrita à geografia do bairro e que partilha uma identidade estigmatizada. Ainda que sobreposta à comunidade do Lagarteiro, esta nova comunidade foi constituída por pessoas alinhadas pelo objetivo (Leeds, 1994) ou “rota” (Blokland, 2018) de transformação social. A disponibilidade para colaborar enquanto parceiros na concretização das propostas apresentadas na sessão comunitária, além da vontade de dar continuidade ao projeto, são compromissos que sustentam a noção de comunidade. Respondendo a um dos pressupostos iniciais, importa salientar que a participação comunitária:

- não implica partilha de razões, funções ou benefícios, aderindo à ideia de que as agendas individuais são a base para a construção de uma agenda coletiva;
- implica a partilha de propósitos;
- implica uma postura humanizada, que respeita a integridade do outro, incluindo aquele que não participa.

A consagração do design às interações nos meandros da diversidade de “mundos sociais” (Star & Griesemer, 1989) concede-lhe uma vocação que Iskander Gökalp⁸⁶ chamou de “disciplina-fronteira”, que se considera análoga à de transdisciplina. Neste âmbito, a gestão da diversidade e cooperação (Star & Griesemer, 1989), são ações infraestruturais da participação e um foco para o design, do qual emergem os objetos-fronteira (Star & Griesemer, 1989) e as comunidades temporárias (Blokland, 2018; Brandt et al., 2013).

Entre a população do Bairro do Lagarteiro, foi detetado tanto o desejo latente de comunidade e ação coletiva, como um défice em acreditar na respetiva exequibilidade. Esta “ação cultural para a libertação”, através do design, atuou no estímulo à convicção individual e coletiva de que é através da força que se exerce em conjunto e

⁸⁶ “'borderland' disciplines” (Gökalp citado por Star & Griesemer, 1989).

no sentido contrário “[a]os padrões de dominância” (Beck, 2002)⁸⁷ que se poderá caminhar para uma realidade diferente e mais justa.

No desfecho deste percurso, mantém-se a confiança de que é possível superar a falta de convicção numa utopia libertadora, através de doses crescentes de experiências de participação e de comunidade, das quais os seres humanos vão caminhando para a regeneração da humanidade (na qualidade de comunidade global) e da democracia. Face à presente reflexão, os conceitos teóricos iniciais foram rearticulados (Figura 48) de forma a que, a expressão mais elevada de ser humano assumisse o foco da transformação social, onde a equidade surge como derivação natural dessa humanidade. O princípio comunitário, apoiado em estratégias de aproximação social, e o princípio de democracia, veiculado pela participação, impelem à exaltação de seres humanos e designers verdadeiramente comprometidos.

“(…) a utopia revolucionária tende ao dinâmico e não ao estático; ao vivo e não ao morto; ao futuro como desafio à criatividade humana e não ao futuro como repetição do presente; ao amor como libertação e não como posse patológica; à emoção da vida e não às frias abstrações; à comunhão e não ao gregarismo; ao diálogo e não ao mutismo; à práxis e não à ordem e à lei, como mitos; aos seres humanos que se organizam criticamente para a ação e não à organização deles para a passividade; à linguagem criadora e comunicativa e não aos “slogans” domesticadores; aos valores que se encarnam e não aos mitos que se impõem (Freire, 1976: 92-93).”



Figura 48. Rearticulação dos conceitos teóricos com base nos pressupostos de “ação cultural para a libertação” (Freire, 1976).

Pelas aprendizagens, experiências e contribuições metodológicas que se extraem deste projeto de investigação, e porque tanto nos pressupostos da investigação-ação como da “ação cultural para a libertação”, as experiências de participação,

⁸⁷ “(...) if the aim is counteracting dominance patterns (Beck, 2002: 89).”

independentemente da escala, serão sempre percursos de transformação social e não fins, o balanço que se faz é positivo.

Retomando o foco desta tese sobre o papel do design na cocriação de alternativas num contexto de exclusão social, conclui-se que, a **.ppt analógica**, a **BOSa** e a **Arena das Necessidades** são as contribuições metodológicas que merecem ser destacadas. Por um lado: porque constituem exemplos materializados de estratégias de empatia e fronteira, que apoiam a articulação dos homens na concretização comunitária e democrática (Figura 48); mas também pela aplicabilidade que lhes foi identificada dentro e fora do âmbito do design, da investigação e mesmo dos contextos de exclusão social.

A **.ppt analógica** (ver página 47) constituiu um dos primeiros esforços para a coerência entre meios e propósitos. A partir da lógica do *Powerpoint*, convertida numa versão analógica, esta técnica de apresentação foi projetada com o intuito de se aproximar da audiência e da sua parca condição escolar. Além disso, a **.ppt analógica** propunha estímulos à participação e interação com e entre os presentes, solicitando a “passagem do diapositivo”, a leitura do conteúdo e, ocasionalmente, sugerindo perguntas que os presentes podiam responder em *post-its* e colar no “diapositivo”. A tangibilidade tecnológica e clareza da informação, fornecidas por meio de pequenas infografias ou frases simples traçadas à mão em folhas soltas, aparentam ter contribuído para uma cooperação imprevista entre os presentes, que não só assumiram a interação proposta, como permitiram a uma pessoa do grupo que não sabia ler, transpor a dificuldade de acesso aos conteúdos com subtilidade.

Além de ser adaptável a diferentes cenários e temáticas, a **.ppt analógica** é de fácil replicabilidade, e admite o recurso à colagem (por exemplo) como meio de representação gráfica quando o desenho não é uma competência disponível. Uma replicação da técnica já concretizada desenrolou-se em contexto de ensino superior⁸⁸ (Figura 49). Um pudor e/ou apatia dos estudantes para a participação na primeira aula serviu de mote à implementação da **.ppt analógica** para consolidar os conteúdos da aula anterior. O êxito da estratégia revelou-se não só na participação da turma e averiguação da compreensão dos conteúdos, mas também na geração de um ambiente mais descontraído e incitamento à criatividade dos estudantes nas suas próprias apresentações.

⁸⁸ Unidade curricular de Design Participativo, no Mestrado em Design do Produto e Serviços, na Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, 2017/2018.

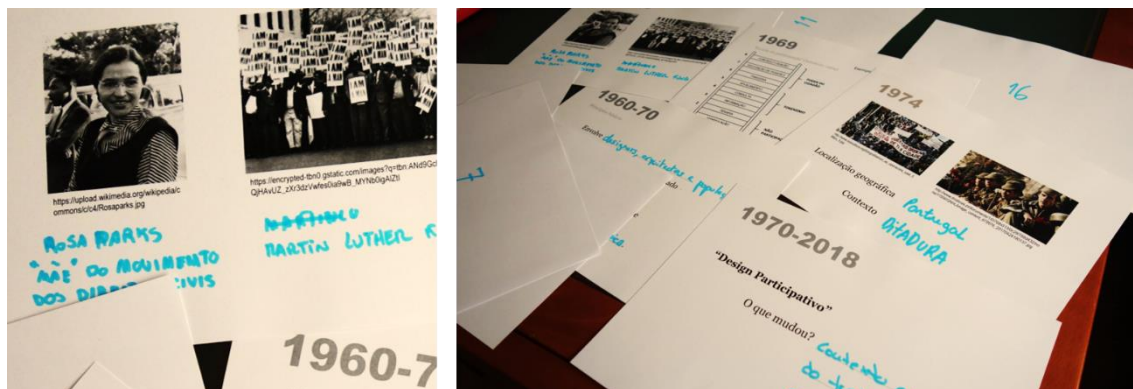


Figura 49. Replicação da .ppt analógica para a aula de Design Participativo na turma de primeiro ano de Mestrado em Design de Produto e de Serviços, na Escola de Arquitetura da Universidade do Minho.

O pretexto para a origem da matriz **BOSa** (página 45 e Figura 50) foi a necessidade de monitorizar as evoluções de consciência dos participantes em relação ao tema central. Adaptada da ferramenta *Blue Ocean Strategy* (Mauborgne e Kim, citados por Stickdorn e Schneider (2011)), esta matriz demonstrou potencial na averiguação da perceção de cada pessoa sobre as mudanças necessárias (através de respostas a perguntas fixas) para atingirem um determinado objetivo (dependente da temática abordada) e sobre como a própria se implica nessa concretização. Apesar de acarretar a moderação na aplicação e a interpretação dos resultados, a simplicidade e ajustabilidade da **BOSa** denota a sua replicabilidade, tanto material como temática, evidenciando potencial para diversas circunstâncias onde as tomadas de consciência sejam imprescindíveis à mudança.



Figura 50. Matriz BOSa.

O contributo da **Arena das Necessidades** (página 54 e Figura 51) no âmbito interdisciplinar, é sem dúvida o mais relevante, uma vez que converge para uma dificuldade apurada no final do ciclo comunitário: a construção de uma visão partilhada. Apesar desta matriz ter sido desenvolvida na fase inicial como apoio ao

retrato sociodemográfico do Lagarteiro, a avaliação e validação final desta componente processou-se numa sessão de grupo focal organizada após período de intervenção. A preparação e o processo de reflexão desencadeado por este grupo focal, parece ter beneficiado da maturação alcançada pelo exercício de escrita da presente tese, que reverteu no reconhecimento do potencial alargado da ferramenta. Do mesmo modo que “a superação não se faz no ato de consumir ideias, mas no de produzi-las e de transformá-las” (Freire, 1970: 58), também não se faz através de representações⁸⁹, mas do processo de construção das mesmas, ou seja da construção de visões partilhadas. A designação atual, **Arena das Necessidades**, foi atribuída quando se constatou que a ferramenta se aproximava do formato de *design game* (Brandt, 2006; Brandt & Messeter, 2004). Assim, na qualidade de método, a **Arena das Necessidades** oferece a oportunidade de debate (‘arena’) entre múltiplos domínios, nomeadamente, entre áreas disciplinares, e entre categorias teóricas e dados reais. Este contributo do design, transmitido pela visualidade e materialidade da **Arena das Necessidades**, opera na comunicação e apropriação, já identificadas como indispensáveis para o compromisso com a transformação.

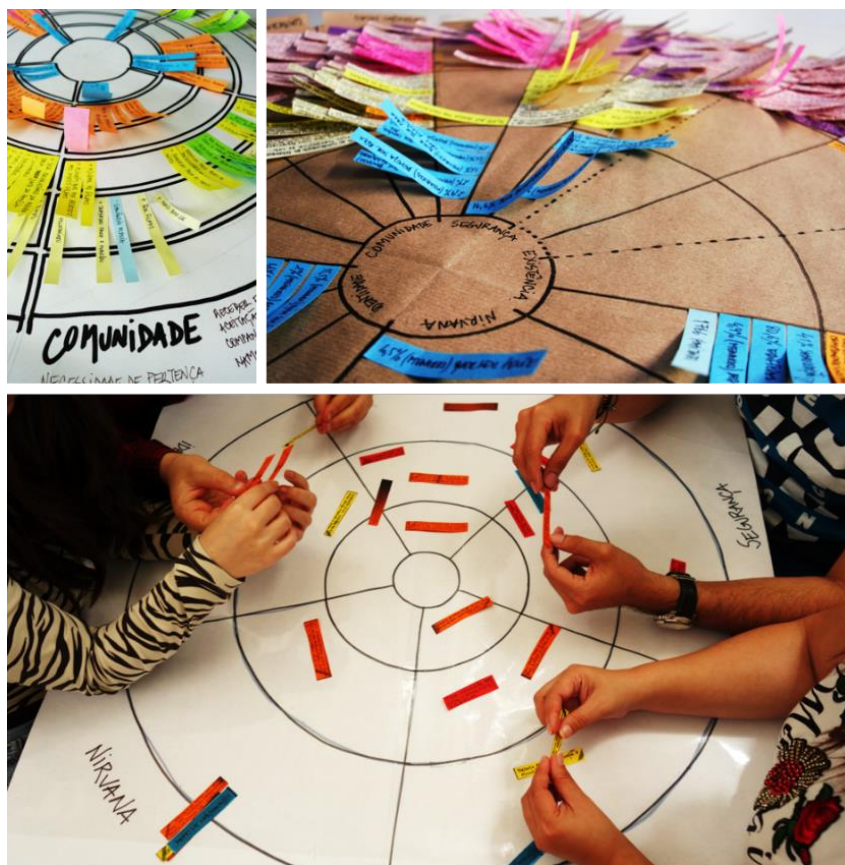


Figura 51. Versões da Arena das Necessidades.

⁸⁹ Remete para o artigo de Star e Griesemer (1989), no qual se problematiza a representação comum na interseção de mundos sociais diversos. “The Problem of Common Representation in Diverse Intersecting Social Worlds” (p. 388).

Limitações e implicações futuras

Esta tese foi expondo os exercícios reflexivos com que culminam os ciclos de investigação-ação, de onde se apuraram as condicionantes que induziram os resultados atingidos e que, por isso, se considera demasiado redundante voltar a referir. Porém, a retoma das limitações que revertem em implicações futuras é oportuna e necessária.

À luz dos objetivos traçados considera-se que os dados produzidos nesta investigação-ação podiam ter beneficiado de uma maior adesão da população do Lagarteiro. Além de uma cultura de não-participação apontada na caracterização do contexto que já desafiava os intuits da investigação, as etapas que implicavam maiores exigências analíticas, afetaram uma população pouco escolarizada e com indícios intermitentes de motivação e compromisso. As dificuldades de autoanálise, demonstradas nas fases iniciais, constituíram um dos fatores de ponderação para a decisão tomada na etapa de análise dos dados recolhidos através do **co-questionário** e da **Arena das Necessidades**. A dispensa da participação local nestas tarefas foi deliberada em função da complexidade analítica, pressão do tempo e crescente alheamento dos colaboradores locais ao plano de trabalhos. Esta decisão unilateral contraria os princípios defendidos, mas não se encontrou alternativa além de salientar a relevância desta componente em futuras atividades de investigação.

A continuidade do projeto, designadamente, a devolução da investigação à população poderá constituir uma das formas de equilibrar a ausência dos habitantes nos exercícios de análise. Seguindo expectativas já mencionadas, a apresentação dos resultados apurados na análise do **co-questionário** seria uma consequência de uma nova sessão comunitária com o propósito de desenvolver um exercício de apropriação coletiva das informações geradas à margem dos habitantes do Lagarteiro, submetendo ao debate e à construção de visões partilhadas.

No seguimento da observação anterior, mas extensível a todo o processo de investigação-ação, salienta-se o desafio em manter um equilíbrio entre cooperação e influência⁹⁰ do especialista num processo participativo, perante uma população descapitalizada como a do Lagarteiro. Este desafio não foi sempre bem-sucedido, o que, se por um lado, prova que os processos de participação decorrem em aprendizagens mútuas, por outro, conduz a frustrações. Neste cenário, a recomendação feita por Botes e van Rensburg (2000)⁹¹ no âmbito da participação e desenvolvimento comunitário, preserva a relevância nas tarefas de documentação das falhas e reflexão sobre as consequências, de onde se extraem as aprendizagens, para que esforços futuros sejam mais informados.

⁹⁰ Que Taylor (2008: 359) exprime com “facipulate”, fundindo os conceitos de facilitador e manipulador.

⁹¹ “Communicate both programme/project successes and failures – sometimes failures are more informative (Botes & van Rensburg, 2000: 53).”

Um dos exemplos da dificuldade nesse equilíbrio afetou a decisão e construção do **co-questionário**, que, na falta de opções, a solução mostra estar demasiado colada à ferramenta que as participantes já tinham utilizado (**livrete-sonda**). Ainda na elaboração do **co-questionário**, as influências que se viam já eram tão expressivas que a inclusão da **BOSa** acentuaria a semelhança. Mas, com a exclusão desta matriz, perdeu-se a oportunidade de continuar a avaliação da consciência crítica numa amostra mais alargada da população.

A exploração de formas de incitação à participação baseadas na discussão de um conjunto de opções, aparenta ser uma solução para este impasse. O que se depreende é que, num contexto onde predomina a baixa literacia, os contributos dos especialistas em participações efetivas dependem do equilíbrio entre a liberdade total, com a inexistência de opções, e a interdição ao debate, que impossibilita a desconstrução e reconstrução das opções apresentadas.

No caso da **Arena das Necessidades**, as mais-valias identificadas só serão relevantes nos processos de transformação social se, além de contribuírem para um debate plural e apreensão coletiva de uma realidade, a visão construída servir de mote para a intervenção. Neste sentido, a extensão da aplicação deste método a um conjunto mais heterogéneo onde, além da participação da população, se envolvessem agentes do poder local permitiria explorar o papel da **Arena das Necessidades**, inclusivamente, no âmbito das decisões políticas. Desta forma, o refinamento do método, e dos seus componentes, constituiria a primeira etapa, de forma a salvaguardar que a complexidade deste exercício de análise não repete as lacunas do passado no que se refere à participação local.

Apesar de ter comprometido a riqueza de dados em algumas etapas da intervenção, a falta de comparência da população não foi encarada como indício do insucesso das propostas do design, mas de uma disposição, interiorizada ao longo do tempo, de descomprometimento com a vida. Perante este cenário, a motivação, a curiosidade, o pensamento crítico e propositivo, o espírito de grupo e a emancipação dos habitantes envolvidos neste e com este projeto de investigação, exprimiu uma atitude mais positiva em relação ao design do que aos seus projetos de vida. Esta inferência reforça a ideia de que as experiências participativas poderão constituir modelos de aprendizagem para as concretizações humanas, comunitárias e autobiográficas.

Por último, a busca da ideia de “mínimo múltiplo comum para a participação” ainda não está terminada. O objetivo é que nunca termine, permanecendo nessa busca de fazer cada vez mais com cada vez menos recursos materiais e tecnológicos (Illich, 1973a), potenciando o capital humano e social.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, S. (2008). A geografia do desemprego no Porto: comunidades e territórios com maior vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 16, 43-67.
- Argyris, C. e Schön, D. A. (1991). Participatory Action Research and Action Science Compared. In W. F. White (Ed.), *Participatory Action Research* (pp. 85-96). California: Sage Publications, Inc.
- Arnstein, S. R. (1969). A Ladder of Citizen Participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216-224.
- Ashe, A. (n.d.). [Start where you are. Use what you have. Do what you can.]
- Bauman, Z. (2001). *Community: Seeking safety in an insecure world*. Cambridge: Polity Press.
- Bazemore, G. e Schiff, M. (Eds) (2015). *Restorative Community Justice: Repairing Harm and Transforming Communities*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Beck, E. E. (2002). P for political: Participation is not enough. *Scandinavian Journal of Information Systems*, 14(1), 77-92.
- Binder, T., Brandt, E., Ehn, P. e Halse, J. (2015). Democratic design experiments: between parliament and laboratory. *CoDesign*, 11(3-4), 152-165. doi:10.1080/15710882.2015.1081248
- Blokland, T. (2018). On Roots and Routes: The Quest for Community in Times of Diversity and Inequality. In L. Ferro, M. Smagacz-Poziemska, M. V. Gómez, S. Kurtenbach, P. Pereira e J. J. e. Villalón (Eds.), *Moving Cities—Contested Views on Urban Life* (pp. 29-42). Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden.
- Bohman, J. (2005). Critical Theory. In E. N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopaedia of Philosophy*. Stanford: Stanford University, The Metaphysics Research Lab. Consultado em Agosto 18, 2017, em <https://plato.stanford.edu/entries/critical-theory/>.
- Botes, L. e van Rensburg, D. (2000). Community participation in development: nine plagues and twelve commandments. *Community Development Journal*, 35(1), 41-58. doi:10.1093/cdj/35.1.41
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico* (F. Tomaz, Trans.). Lisboa: Difel.
- Brandt, E. (2006). Designing exploratory design games: a framework for participation in Participatory Design? In G. Jacucci, F. Kensing, I. Wagner e J. Blomberg (Eds). *Expanding boundaries in design: Volume 1. Proceedings of the ninth conference on Participatory Design* (pp. 57-66). Consultado em Agosto 31, 2017, em <https://dl.acm.org/citation.cfm?id=1147271>
- Brandt, E., Binder, T. e Sanders, E. B.-N. (2013). Tools and techniques. In J. Simonsen e T. Robertson (Eds.), *Routledge International Handbook of Participatory Design* (pp. 145-181). Nova Iorque: Routledge.
- Brandt, E. e Messeter, J. (2004). Facilitating collaboration through design games. In A. Bond, A. Clement, F. de Cindio, D. Schuler e P. van den Besselaar

- (Eds). *Artful integration: interweaving media, materials and practices - Volume 1. Proceedings of the eighth conference on Participatory Design* (pp. 121-131). Consultado em Agosto 4, 2016, em <https://www.researchgate.net/publication/221631290>
- Brandt, E., Messeter, J. e Binder, T. (2008). Formatting design dialogues – games and participation. *CoDesign*, 4(1), 51-64. doi:10.1080/15710880801905724
- Bratteteig, T. e Wagner, I. (2014). *Disentangling participation: power and decision-making in participatory design*. Cambridge: Springer.
- Campbell, N. (2004). Making sense of imbrication: popular technology and inside-out methodologies. In A. Bond, A. Clement, F. de Cindio, D. Schuler e P. van den Besselaar (Eds). *Artful integration: interweaving media, materials and practices - Volume 1. Proceedings of the eighth conference on Participatory Design* (pp. 65-73). Consultado em Julho 2, 2017, em <https://pdfs.semanticscholar.org/3133/ea689dd2f651f8591efe1fe8ccb4d20c42f9.pdf>
- Cannan, C. (2000). The environmental crisis, greens and community development. *Community Development Journal*, 35(4), 365-376. doi:10.1093/cdj/35.4.365
- Carr-Chellman, A. e Savoy, M. (2004). User-design research. In D. H. Jonassen (Ed). *Handbook of research on educational communication and technology* (2ª ed., pp. 701-716). Nova Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Carvalho, C. P. (2017). Alimentação e saúde em lugares e tempos de crise. In F. Louçã, J. Lopes e L. Ferro (Eds.), *As classes populares: a produção e a reprodução da desigualdade em Portugal*. Lisboa: Bertrand.
- Carvalho, C. P., Ferro, L. e Franqueira, T. (2015). Configurações de participação através do design em tempos e lugares em crise. In L. Alarcon, F. Camelo e W. Morales (Eds.), *7 Seminario Internacional de Investigación en Diseño* (Vol. 7, pp. 53-59). Universidad Autonoma de Nuevo León (Monterrey, Mexico): Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia.
- Carvalho, C. P., Franqueira, T. e Ferro, L. (2015). A proto-história de um projeto de design com a comunidade do Lagarteiro. In E. Canli e R. M. Branco (Eds.), *UD15 - Periphery and Promise, 4TH PhD in Design Forum* (Vol. 1, pp. 183-194). Porto: Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto.
- Carvalho, C. P. e Lopes, L. (2014, Agosto). Mutual involvement for inclusive practices in design. (Resumo e apresentação) The first Australian Universal Design Conference, Sydney, Australia.
- Cassim, J. (2007). "It's Not What You Do, It's the Way That You Do It": The Challenge Workshop - A Designer-Centred Inclusive Design Knowledge Transfer Mechanism for Different Contexts. In C. Stephanidis (Ed) *Coping with Diversity – Parte 1. Proceedings of the 4th International Conference on Universal Access in Human-Computer Interaction, UAHCI 2007, Held as Part of HCI International 2007* (pp. 36-45). Consultado em Janeiro 14, 2018, em https://doi.org/10.1007/978-3-540-73279-2_5
- Cassim, J. (2014). Julia Cassim: Design Can Empower [vídeo]. Consultado em Maio 3, 2018, em <http://tedxkidschiyoda.com/speakers/1556>
- Castells, M. (2010). *The Rise of the Network Society* (2 ed. Vol. 1). West Sussex: John Wiley & Sons Ltd.

- Chalmers, M. (2003). Seamful design and ubicomp infrastructure. In J. McCarthy e J. Scott (Eds) *Workshop at the Crossroads: The Interaction of HCI and Systems Issues in Ubicomp*. Consultado em Julho 28, 2017, em <http://www.dcs.gla.ac.uk/~matthew/papers/ubicomp2003HCISystems.pdf>
- Chatterjee, A. (2017). *Designrascar: Identifying vectors of creativity in restrictive circumstances*. (Tese de Doutoramento), Universidade do Porto, Porto.
- Cleaver, F. (1999). Paradoxes of participation: questioning participatory approaches to development. *Journal of International Development*, 11(4), 597-612.
- Coelho, M. (1986). Uma Experiência de Transformação no Sector Habitacional do Estado: SAAL - 1974-1976. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, 619-634.
- Cole, R., Purao, S., Rossi, M. e Sein, M. (2005). Being proactive: where action research meets design research. In D. E. Avison e D. F. Galletta (Eds) *ICIS 2005 Proceedings* (27). Consultado em Agosto 1, 2017 em <http://aisel.aisnet.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1233&context=icis2005>
- Cooper, A. (2004). *The inmates are running the asylum [Why high-tech products drive us crazy and how to restore the sanity]*. EUA: Sams Indianapolis.
- Corbin, J. e Strauss, A. (2014). *Basics of qualitative research: techniques and procedures for developing grounded theory* (3ª ed.). Londres: Sage.
- Cornwall, A. (2008). Unpacking 'Participation': models, meanings and practices. *Community Development Journal*, 43(3), 269-283.
- Costa, D. (2015). Politicidade. In D. R. Streck, E. Redin e J. J. Zitkoski (Eds), *Dicionário Paulo Freire* (pp. 323-324). Belo Horizonte: Autêntica.
- Creswell, J. W. (2013). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches* (3ª ed.). EUA: Sage publications.
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4ª ed.). EUA: Sage publications.
- Dalai Lama XIV, B.-d.-r.-m. (1999). *Ethics for the new millennium*. Nova Iorque: Penguin Putnam Inc.
- Dator, J. (1993). From future workshops to envisioning alternative futures. *Futures Research Quarterly*, 9(3), 108-112.
- DeFilippis, J. (2001). The myth of social capital in community development. *Housing policy debate*, 12(4), 781-806.
- Degnegaard, R. (2014). Co-creation, prevailing streams and a future design trajectory. *CoDesign*, 10(2), 96-111. doi:10.1080/15710882.2014.903282
- Dervin, B. (1999). Chaos, order and sense-making: A proposed theory for information design. In R. Jacobson (Ed), *Information design* (pp. 35-57). Cambridge: MIT Press.
- Direção-Geral da Saúde (Ed). (2016). Portugal – Alimentação Saudável em Números 2015. Consultado em Junho 13, 2016 em <https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2016/03/Relat%C3%B3rio-Portugal-Alimenta%C3%A7%C3%A3o-Saud%C3%A1vel-em-N%C3%BAsmeros-2015.pdf>

- DiSalvo, C. (2010). Design, democracy and agonistic pluralism. In D. Durling, R. Bousbaci, L. Chen, P. Gauthier, T. Poldma, S. Roworth-Stokes e E. Stolterman (Eds.) *Proceedings of the Design Research Society 2010 Conference* (pp. 366-371). Consultado em Janeiro 15, 2016, em <http://www.designresearchsociety.org/docs-procs/DRS2010/PDF/031.pdf>
- Dowler, E. e Spencer, N. (Eds) (2007). *Challenging health inequalities: from Acheson to Choosing Health*. Bristol: Policy Press.
- Ehn, P. (2008). Participation in design things. In Simonsen, J., T. Robertson e D. Hakken (Eds.). *Experiences and Challenges*. Proceedings of the 10th Anniversary Conference on Participatory Design (pp. 92-101). Nova Iorque: ACM.
- Eriksen, M. A., Brandt, E., Mattelm, T. e Vaajakallio, K. (2014). Taking design games seriously: re-connecting situated power relations of people and materials. In O.S. Iversen, H. Winschiers-Theophilus, V. D'Andrea, A. Clement, A. Botero e K. Bødker (Eds.). *Reflecting Connectedness - Volume 1*. Proceedings of the 13th biennial Participatory Design Conference (pp. 101-110). Nova Iorque: ACM.
- Fernandes, L. (2002). Um diário de campo nos territórios psicotrópicos: as facetas da escrita etnográfica. In T. H. Caria (Ed.), *Experiência etnográfica em ciências sociais*. Porto: Afrontamento.
- Fine, M. e Torre, M. E. (2004). Re-memembering exclusions: participatory action research in public institutions. *Qualitative Research in Psychology*, 1(1), 15-37. doi:10.1191/1478088704qp003oa
- Foth, M. e Axup, J. (2006). Participatory Design and Action Research: Identical Twins or Synergetic Pair? In G. Jacucci, F. Kensing, I. Wagner e J. Blomberg (Eds.) *Expanding Boundaries in Design -Volume 2*. Proceedings of the 9th biennial Participatory Design Conference (pp. 93-96). Califórnia: CPSR.
- Freire, P. (1970). *Pedagogia do oprimido* (17ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1971). *Extensão ou comunicação?* (8ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1976). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (1979). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire* (tradução de Kátia de Mello e Silva e revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra, Trans.). São Paulo: Cortez & Moraes.
- Freire, P. (1981). *A importância do ato de ler em três artigos que se completam* (23ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Freire, P. (1993). *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d'água.
- Fuad-Luke, A. (2013). *Design activism: beautiful strangeness for a sustainable world*. Londres: Earthsacn.
- Gaver, B., Dunne, T. e Pacenti, E. (1999). Design: Cultural probes. *interactions*, 6(1), 21-29. doi:10.1145/291224.291235
- Gerrard, V. e Sosa, R. (2014). Examining participation. In O. S. Iversen, H. Winschiers-Theophilus, V. D'Andrea, A. Clement, A. Botero e K. Bødker

- (Eds.) *Reflecting Connectedness* - Volume I. Proceedings of the 13th biennial Participatory Design Conference (pp. 111-120). Nova Iorque: ACM.
- Governo de Portugal. (2017). Portugal INCoDe.2030. Consultado em Fevereiro 16, 2018, em http://www.incode2030.gov.pt/sites/default/files/uploads/attachments/incode2030_final_28mar17.pdf
- Gray, D. E. (2013). *Doing research in the real world*. Londres: Sage.
- Greenbaum, J. (1996). Back to labor: returning to labor process discussions in the study of work. In M. S. Ackerman (Ed.) *Proceedings of the 1996 ACM conference on Computer supported cooperative work* (pp. 229-237). Nova Iorque: ACM.
- Gregório, M. J., Graça, P., Nogueira, P. J., Gomes, S., Santos, C. A. e Boavida, J. (2014). Proposta metodológica para a avaliação da insegurança alimentar em Portugal. *Revista Nutricias*, 4-11.
- Guerra, P. e Quintela, P. (2014). *God Save the Portuguese Fanzines*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Halse, J. (2008). *Design anthropology: Borderland experiments with participation*. (Tese de doutoramento), IT University of Copenhagen, Copenhagen.
- Halskov, K. e Dalsgård, P. (2006). Inspiration card workshops. In *DIS '06: Proceedings of the 6th conference on Designing Interactive systems* (pp. 2-11). Consultado em Abril 11, 2018, em <https://dl.acm.org/citation.cfm?id=1142409>
- J. Bergmark e B. Hamer (Produtores) e Hamer, B. (Realizador). (2003). *Kitchen Stories*. Noruega: IFC Films.
- Hester Jr, R. T. (1996). Wanted: local participation with a view. In I. Nasar e N. Brown (Eds.). *Public and private places: Proceedings of the Twenty-seventh Annual Conference of the Environmental Design Research Association* (pp. 42-52). Utha: EDRA.
- Hester Jr, R. T. (1999). A Refrain with a View [Participation with a View]. *Places*, 12(2).
- Horkheimer, M. (2002). *Critical theory: Selected essays* (Tradução Matthew J. O'Connell et al.). Nova Iorque: Continuum.
- Illich, I. (1973a). Re-Tooling Society. *Philippine Studies*, 21(1-2), 125-186.
- Illich, I. (1973b). *Tools for Conviviality*. London: Marion Boyars Publishers Ltd.
- INE. (2012). Inquérito às Despesas das Famílias 2010/2011. Consultado em Junho 16, 2016, em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=141577698&PUBLICACOESmodo=2
- Jasanoff, S. (2003). Technologies of Humility: Citizen Participation in Governing Science. *Minerva*, 41(3), 223-244. doi:10.1023/a:1025557512320
- Jungk, R. e Müllert, N. (1987). *Future Workshops: How to create desirable futures*. Londres: Institute for Social Inventions.
- Karasti, H. (2014). Infrastructuring in participatory design. In O. S. Iversen, H. Winschiers-Theophilus, V. D'Andrea, A. Clement, A. Botero e K. Bødker

- (Eds.), *Reflecting Connectedness* - Volume I. Proceedings of the 13th biennial Participatory Design Conference (pp. 141-150). Nova Iorque: ACM.
- Kemmis, S. e Wilkinson, M. (1998). Participatory action research and the study of practice. In B. Atweh, S. Kemmis e P. Weeks (Eds.), *Action research in practice: Partnerships for social justice in education* (pp. 21-36). Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Kenny, S. (2016). Community development today: engaging challenges through cosmopolitanism? *Community Development Journal*, 51(1), 23-41. doi:10.1093/cdj/bsv058
- Kensing, F. e Greenbaum, J. (2013). Heritage: having a say. In Simonsen, J. e Robertson, T. (Eds.), *Routledge International Handbook of Participatory Design* (pp. 21-36). Nova Iorque: Routledge.
- Kitzinger, J. (1995). Qualitative research. Introducing focus groups. *BMJ: British medical journal*, 311(7000), 299-302.
- Lauttamäki, V. (2014). *Practical guide for facilitating a futures workshop. Finland Futures Research Centre*. Turku School of Economics, University of Turku.
- Le Dantec, C. A. e DiSalvo, C. (2013). Infrastructuring and the formation of publics in participatory design. *Social Studies of Science*, 43(2), 241-264.
- Lee, J. A. (2013). *The empowerment approach to social work practice* (2ª ed.). Nova Iorque: Columbia University Press.
- Leeds, A. (1994). *Cities, classes, and the social order*. Ithaca e Londres: Cornell University Press.
- Lees, L., Shin, H. B. e López-Morales, E. (2016). *Planetary Gentrification*. Cambridge: Polity Press.
- Lewin, K. (1946). Action Research and Minority Problems. *Journal of Social Issues*, 2(4), 34-46.
- Lewis, O. (1971). The culture of poverty. *Scientific American*, 215(4), 20-26.
- Luter King Jr., M. (2003). Letter from Birmingham jail (1963). In R. S. Gottlieb (Ed.), *Liberating Faith: Religious Voices for Justice, Peace, and Ecological Wisdom* (pp. 177-187). Oxford: Rowman and Littlefield Publishers Inc.
- Mansuri, G. e Rao, V. (2004). Community-based and-driven development: A critical review. *The World Bank Research Observer*, 19(1), 1-39.
- Mansuri, G. e Rao, V. (2012). Localizing development: does participation work? *World Bank Publications*. Consultado em Julho 18, 2017, em <http://hdl.handle.net/10986/11859>
- Manzini, E. (2015). Design, when everybody designs: An introduction to design for social innovation (Tradução R. Coad). Cambridge: MIT press.
- Manzini, E. (2017a). Designing coalitions: Design for social forms in a fluid world. *Strategic Design Research Journal*, 10(2), 187-193. doi:10.4013/sdrj.2017.102.12
- Manzini, E. (2017b). Ezio Manzini: The Politics of Everyday Life - How to Implement a design-based collaborative democracy [vídeo]. Consultado em Maio 3, 2018 em <http://www.design.cmu.edu/designthefuture/ezio-manzini/>
- Manzini, E. (2017c, Novembro 2017). Regenerating Democracy: Social Innovation and the scenario project-based democracy. Seminário em Design

- [in/and/for] Democracy, Departamento de Comunicação e Artes da Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Marques, T. S., (coord.), Ribeiro, C., Ferreira, E., Dias, I., Fernandes, M., Guerra, P. e Mealha, R. (2006). *Iniciativa Bairros Críticos - Bairro do Lagarteiro*, (Relatório Técnico). Consultado em Novembro 11, 2017, em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>
- Maslow, A. H. (1943). A theory of human motivation. *Psychological review*, 50(4), 370.
- Mattelmäki, T. (2005). Applying probes—from inspirational notes to collaborative insights. *CoDesign*, 1(2), 83-102.
- Max-Neef, M. A. (1991). *Human scale development: conception, application and further reflections*. Nova Iorque e Londres: The Apex Press.
- Mayo, M. (2016). CDJ 50 years anniversary conference presentation: looking backwards, looking forwards – from the present. *Community Development Journal*, 51(1), 8-22. doi:10.1093/cdj/bsv060
- Melcher, K. (2013). Equity, Empowerment, or Participation Prioritizing Goals in Community Design. *Landscape Journal*, 32(2), 167-182.
- Mertens, D. M. (2010). *Research and evaluation in education and psychology: Integrating diversity with quantitative, qualitative, and mixed methods*. EUA: Sage publications.
- Miranda, M. J. F. (2009). *Alimentação em tempos de crise: insegurança alimentar e sua influência na alimentação e saúde*. (Monografia), Faculdade de Ciências de Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, Porto. Consultado em Junho 13, 2016, em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/54528>
- Montesanti, S. R., Abelson, J., Lavis, J. N. e Dunn, J. R. (2017). Enabling the participation of marginalized populations: case studies from a health service organization in Ontario, Canada. *Health Promotion International*, 32(4), 636-649. doi:10.1093/heapro/dav118
- Morais, C. (2010). *Descrição, análise e interpretação de informação quantitativa*. Escola Superior de Educação da Instituto Politécnico de Bragança, Bragança.
- Moura, P. (2013). SOS na zona pobre. Público. Consultado em Fevereiro 17, 2018, em <https://www.publico.pt/2013/09/29/jornal/sos-na-zona-pobre-27140130>
- Musterd, S. e Ostendorf, W. (2013). *Urban segregation and the welfare state: Inequality and exclusion in western cities*. EUA: Routledge.
- Nelson, G., Ochocka, J., Griffin, K. e Lord, J. (1998). “Nothing About Me, Without Me”: Participatory Action Research with Self-Help/Mutual Aid Organizations for Psychiatric Consumer/Survivors. *American Journal of Community Psychology*, 26(6), 881-912. doi:10.1023/A:1022298129812
- Neves, T. e Fernandes, J. L. (1999). Periferias urbanas, sentimento de insegurança e controlo social. In C. da Agra (coord.), *Relatório de investigação ‘Insegurança Urbana na Cidade do Porto: Estudos Interdisciplinares’ (Volume II)*. Porto: Observatório Permanente de Segurança.

- Newell, A. F. (1995). Extra-ordinary human-computer interaction. In A. Edwards (Ed.) *Extra-ordinary human-computer interaction-Interfaces for users with disabilities* (pp. 3-18). EUA: Cambridge University Press.
- Nielsen, L. (2004). Engaging personas and narrative scenarios. (Tese de doutoramento), Department of Informatics of Copenhagen Business School, Copenhagen.
- Pal, J. (2017a). CHI4Good or Good4CHI. In *Explore, Innovate, Inspire* (Sessão alt.chi: Challenges to Design), Proceedings of the 2017 CHI Conference Extended Abstracts on Human Factors in Computing Systems, Denver, Colorado.
- Pal, J. (2017b). The fallacy of good: marginalized populations as design motivation. *interactions*, 24(5), 65-67.
- Papanek, V. (1971). *Design for the real world: human ecology and social change* (2nd ed.). Londres: Thames & Hudson.
- Pereirinha, J. (Janeiro 2016). Apresentação dos resultados do projeto "Rendimento Adequado em Portugal". Comunicação apresentada em Conferência "Para uma Integração de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional em Portugal", Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. Consultado em Junho 13, 2016, em http://www.oikos.pt/images/Imagens_artigos/projectos/Programa%20Integrar%20Alimentar%20Semin%C3%A1rio.jpg
- Pimenta, M., Ferreira, L. V. e Ferreira, J. A. (2001). *Estudo socioeconómico da habitação social: Porto*. Porto: Câmara Municipal, Pelouro de Habitação e Ação Social.
- Pinto, J. A. (2007). *A desafeição pelo trabalho: vivência e produto da exclusão social*. (Dissertação de Mestrado), Universidade do Porto, Porto. Consultado em Novembro 10, 2017, em <http://hdl.handle.net/10216/14672>
- Pinto, M. C. (2017). *Porto, última estação*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Potter, N. (1969). *What is a designer* (1 ed.). Londres: Studio Vista.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. v. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (tradução de João Minhoto Marques e Maria Amália Mendes). Lisboa: Gradiva.
- Robertson, T. e Simonsen, J. (2013). Participatory Design - an introduction. In T. Robertson e J. Simonsen (Eds.), *Routledge international handbook of participatory design*. Nova Iorque: Routledge.
- Rowe, G. e Frewer, L. J. (2005). A Typology of Public Engagement Mechanisms. *Science, Technology, & Human Values*, 30(2), 251-290. doi:10.1177/0162243904271724
- Sabiescu, A. G. (2013). *Empowering minority voices*. (Tese de Doutoramento), Università della Svizzera italiana, Lugano, Suíça.
- Sanders, E. B.-N. (2002). From user-centered to participatory design approaches. In J. Frascara, *Design and the social sciences: Making connections* (pp. 1-8). Londres e Nova Iorque: Taylor & Francis.
- Sanders, E. B.-N., Brandt, E. e Binder, T. (2010). A framework for organizing the tools and techniques of participatory design. In Bødker, K., T. Bratteteig, D.

- Loi and T. Robertson (Eds.) *Participation:: the Challenge*, Proceedings of the 11th biennial Participatory Design Conference (pp. 195-198). Nova Iorque: ACM.
- Sanders, E. B.-N. e Stappers, P. J. (2008). Co-creation and the new landscapes of design. *CoDesign*, 4(1), 5-18. doi:10.1080/15710880701875068
- Sanoff, H. (2000). *Community participation methods in design and planning*. Nova Iorque: John Wiley & Sons.
- Sanoff, H. (2008). Multiple views of participatory design. *International Journal of Architectural Research*, 2(1), 57-69.
- Santos, B. d. S. (2012). *Portugal - Ensaio contra a Autoflagelação* (2 ed.). Coimbra: Almedina.
- Sardo, D., Bandeirinha, J. A., Costa, A. A., Gadanho, P., Gregotti, V., Portas, N., . . . Cortes, J. P. (2014). *O Processo SAAL: arquitetura participação 1974-1976* (Tradução C. Amador). Porto: Fundação de Serralves.
- Schon, D. A. (1983). *The reflective practitioner: How professionals think in action*. EUA: Basic books.
- Schuler, D. e Namioka, A. (1993). *Participatory design: Principles and practices*. Nova Jersey: CRC Press.
- Seekins, T. e White, G. W. (2013). Participatory action research designs in applied disability and rehabilitation science: protecting against threats to social validity. *Archives of Physical Medicine and Rehabilitation*, 94(1 Suppl), S20-29. doi:10.1016/j.apmr.2012.07.033
- Sennett, R. (1999). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (Tradução M. Santarrita, 16ª ed.). Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record.
- Sennett, R. (2008). *The craftsman*. New Haven e Londres: Yale University Press.
- Simon, H. A. (1996). *The sciences of the artificial*. Cambridge: MIT press.
- Smith, R. C., Bossen, C. e Kanstrup, A. M. (2017) Participatory design in an era of participation, *CoDesign*, 13:2, 65-69. doi:10.1080/15710882.2017.1310466
- Star, S. L. e Griesemer, J. R. (1989). Institutional Ecology, 'Translations' and Boundary Objects: Amateurs and Professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39. *Social Studies of Science*, 19(3), 387-420. doi:10.1177/030631289019003001
- Stickdorn, M. e Schneider, J. (2011). *This is service design thinking: basics, tools, cases*. Nova Jersey: John Wiley & Sons, Inc.
- Storni, C. (2014). The problem of de-sign as conjuring: empowerment-in-use and the politics of seams. In O. S. Iversen, H. Winschiers-Theophilus, V. D'Andrea, A. Clement, A. Botero e K. Bødker (Eds.) *Reflecting Connectedness - Volume I*. Proceedings of the 13th biennial Participatory Design Conference (pp. 161-170). Nova Iorque: ACM.
- Streck, D. R., Redin, E. e Zitkoski, J. J. (2015). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Suchman, L. (Agosto 2011). The End of Innovation (as we knew it) [video]. Consultado em Abril 20, 2018, em <https://www.youtube.com/watch?v=pljBjmPfe-E>

- Suchman, L., Danyi, E. e Watts, L. (2008). *Relocating Innovation: places and material practises of future-making*. Projeto The Leverhulme Trust e Centre for Science Studies, Lancaster, UK.
- Swann, C. (2002). Action Research and the Practice of Design. *Design issues*, 18(1), 49-61. doi:10.1162/07479360252756287
- Symonds, J. E. e Gorard, S. (2010). Death of mixed methods? Or the rebirth of research as a craft. *Evaluation & Research in Education*, 23(2), 121-136. doi:10.1080/09500790.2010.483514
- Taylor, P. (2008). Where crocodiles find their power: learning and teaching participation for community development. *Community Development Journal*, 43(3), 358-370. doi:10.1093/cdj/bsn017
- Toker, Z. (2007). Recent trends in community design: the eminence of participation. *Design Studies*, 28(3).
- Triggs, T. (2006). Scissors and glue: Punk fanzines and the creation of a DIY aesthetic. *Journal of Design History*, 19(1), 69-83.
- Truninger, M., Teixeira, J., Fontes, A. e Horta, A. (2015). *Estudo de caracterização da pobreza e insegurança alimentar doméstica nas famílias portuguesas com crianças em idade escolar* (Relatório Final). Consultado em Junho 13, 2016, em http://www.poatfse.qren.pt/upload/docs/2015/Estudos/relatorio_final_ics.pdf
- Twyman, M. (1982). The graphic presentation of language. *Information design journal*, 3(1), 2-22.
- Velho, G. (1987). *Observando o familiar Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea* (2ª ed.) Rio de Janeiro: Zahar.
- Viana, Z. (Realizador). (2010). *Augusto Boal e o Teatro do Oprimido [documentário]*. Brasil: Mapa Filmes.
- Vines, J., Clarke, R., Wright, P., McCarthy, J. e Olivier, P. (2013). Configuring participation: on how we involve people in design. In *Changing Perspectives*, Proceedings of the 31st SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems (pp. 429-438). Nova Iorque: ACM.
- Visser, F. S., Stappers, P. J., van der Lugt, R. e Sanders, E. B.-N. (2005). Contextmapping: experiences from practice. *CoDesign*, 1(2), 119-149. doi:10.1080/15710880500135987
- Whyte, W. F. (1991). *Participatory action research*. California: Sage Publications, Inc.
- Whyte, W. F. (2005). *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Wilkinson, R. e Pickett, K. (2010). *The spirit level - Why Greater Equality Makes Societies Stronger*. Nova Iorque: Bloomsbury Press.
- Zitkoski, J. J. (2015). Dialética. In D. R. Streck, E. Redin e J. J. Zitkoski (Eds.), *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica.

APÊNDICES

- . Categorias de análise para estudo etnográfico no gabinete. Categorias de análise para estudo etnográfico no gabinete
- II. Estratégias comunicacionais e de gestão emocional do X com os utentes
- III. Guião das entrevistas aos agentes externos
- IV. Categorias de análise das entrevistas aos agentes externos
- V. Categorias e subcategorias discutidas no Grupo Focal 4
- VI. Guião das sessões dos grupos focais 1 e 2
- VII. Categorias de análise das sessões dos grupos focais 1 e 2
- VIII. Livro de histórias
- IX. Folheto explicativo do projeto proposto à população (com atualizações das tarefas realizadas)
- X. Co-questionário e sugestões de melhoria
- XI. Diretrizes para tratamento de dados do co-questionário
- XII. Respostas transcritas dos co-questionários
- XIII. Dados sociodemográficos dos elementos dos 39 agregados dos inquiridos, segundo grau de parentesco em relação ao inquirido, idade, sexo, escolaridade e ocupação
- XIV. Cartaz da sessão comunitária
- XV. Convite aos agentes externos e especialistas para participação na sessão comunitária
- XVI. Formulário de avaliação da sessão comunitária

. Categorias de análise para estudo etnográfico no gabinete

Direito à habitação	Habitação social, condições de habitabilidade, desdobramento família, problemas com vizinhança, ordem de despejo
Rendimentos	Insuficiência de rendimentos, dívidas
Apoios sociais	Pedidos de apoio (monetário) de emergência, RSI (atraso no pagamento, problemas na renovação, pedido novo), apoio domiciliário e centro de dia
Emprego	procura de emprego, precaridade e formação profissional sem perspectivas de emprego
Acesso a cuidados de saúde	Dívidas na farmácia, necessidade de medicamentos, dentista, oftalmologia e próteses oculares
Segurança alimentar	Pedidos de apoio de emergência, cabazes de alimentos e acesso a refeições (apoio domiciliário e cantinas sociais)
Questões judiciais	Apoio jurídico, divórcio e pensões de alimentos, Ameaças, serviço comunitário
Interações sociais	Tensões relacionais na sala de espera do gabinete de atendimento, entre utentes, utente/sistema e utente/assistente, problemas de vizinhança; violência doméstica
Estratégias comunicacionais e de gestão emocional	Comunicação entre utentes e assistente social, e estratégias assumidas pelo assistente

II. Estratégias comunicacionais e de gestão emocional do X com os utentes

1. Abertura do canal de comunicação, i.e. postura que X assume perante o(s) utente(s) para promover um diálogo empático, através de:
 - 1.1. histórico da relação utente/assistente;
 - 1.2. elogio à(s) competência(s) ou aparência;
 - 1.3. humor;
 - 1.4. compaixão;
 - 1.5. pedidos de opinião sobre alguma questão, por vezes polémica, demonstrando interesse na opinião do utente.
2. Objetivo que X define para cada caso:
 - 2.1. apoiar;
 - 2.2. apelar à compreensão;
 - 2.3. sermão.

III. Guião das entrevistas aos agentes externos

1. Caracterização sociodemográfica do entrevistado:

1.1. Dados gerais

Nome:

Idade:

Naturalidade:

Ocupação/profissão:

Zona de residência (freguesia/concelho):

1.2. Há quanto tempo trabalha com a população do Lagarteiro?

1.3. Com que elementos da população lida mais?

1.4. Como chegou até cá?

1.5. Gosta do que faz? Porquê?

2. Quais considera ser as 5 maiores dificuldades/necessidades da comunidade do Lagarteiro?

3. Acha que a crise agravou essas dificuldades/necessidades? Como?

4. Que mudanças considera mais importantes acontecerem?

5. De que forma essas mudanças afetariam o seu trabalho/contacto com a comunidade?

6. O que acha estar ao seu alcance fazer por essa mudança?

(Se a resposta anterior foi impossível/difícil/complicada)

7. O que seria capaz de fazer (ou faz) em benefício da comunidade do Lagarteiro?

8. O que acha que a comunidade do Lagarteiro podia fazer por si?

9. Quais as suas expectativas para o futuro no seu trabalho com esta comunidade?

10. Qual a sua opinião sobre os hábitos alimentares desta população e a relação destes com a gestão que fazem do seu orçamento familiar?

IV. Categorias de análise das entrevistas aos agentes externos

Direito à habitação	Problema: habitação Consequência da crise: aumento dos despejos
Rendimentos	Problema: gestão de orçamento familiar Consequência da crise: agravamento na insuficiência de rendimentos e aumento das dívidas
Apoios sociais	Problema: apoios desregulados; subsidiodependência
Emprego	Problema: desemprego e desafeição pelo trabalho, falta de vontade/acomodação Consequência da crise: aumento dos índices de desemprego Mudança necessária: oferta/procura de emprego
Educação	Problema: Educação e formação cívica, falta de referências positivas Consequência da crise: intensificação das habilitações baixas Mudança necessária: casa/escola/cidadania; conscientização e emancipação; programa de mediação cultural
Acesso a cuidados de saúde	Problema: saúde Mudança necessária: saúde, prevenção e rastreio
Segurança alimentar	Problema: hábitos alimentares Consequência da crise: agravamento no acesso a alimentos Mudança necessária: (re)aprender a cozinhar; retorno à agricultura
Comportamentos desviantes	Problema: comportamentos desviantes; consumo e tráfico de droga; consumo de álcool Consequência da crise: agravamento no consumo e tráfico de droga
Interações sociais	Problema: desestruturação familiar; envelhecimento de população; estigma; falta de referências positivas; questões étnicas e tensões relacionais; violência doméstica Consequência da crise: diminuição das interações sociais no bairro Mudança: plano para integração etnia cigana Exemplos positivos
Macro estratégias	Problema: políticas ineficazes Mudança necessária: novas políticas, novas parcerias institucionais
Desempenho do agente	Brio e frustrações profissionais
Visão de futuro	Expectativas para o futuro
Visão do mundo	Perspetiva sobre o presente

V. Categorias e subcategorias discutidas no Grupo Focal 4

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FONTES		
MASLOW (1943)		ETNOGRAFIA	ENTREVISTAS	BIBLIOGRAFIA
Existência/ Segurança	Direito à habitação	•	•	•
	Acesso a cuidados de saúde	•	•	
	Apoios sociais	•	•	
	Segurança alimentar	•	•	
	Educação		•	•
	Emprego	•	•	•
	Rendimentos	•	•	
Segurança/ Comunidade	Violência doméstica*	•	•	
Comunidade	Interações sociais*	•	•	•
	Questões judiciais	•		
	Comportamentos desviantes		•	•
	Macroestratégias		•	•
Comunidade /Identidade	Questões étnicas*	•	•	
Identidade	Estigma**		•	•
	Expectativas			•
	Apatia			•
	Fatalismo			•
Autorrealização				

VI. Guião das sessões dos grupos focais 1 e 2

[Grupo Focal 1]

1. OPENING (30 min)

Atividade: Ver cenários das restantes participantes, comer / beber (15)

Questões: O que acharam deste exercício? Fez-vos pensar?

E os resultados (cenários), ajudaram a compreender melhor os hábitos alimentares umas das outras?
[Como podia ter sido melhor?]

2. INTRODUÇÃO (80 min)

Atividade: Completar mapa dos locais de compra/aquisição de alimentos e meios de locomoção (20)

Questões: Viver no Lagarteiro influencia a vossa alimentação?

Estarem sozinhas ou acompanhadas em casa altera a vossa alimentação?

Atividade: agrupar e categorizar as dificuldades para quem lida com a alimentação da família, pontos positivos e negativos da alimentação da família (10)

Questões: O que significa para vocês "alimentação equilibrada"? Qual a sua importância?

Atividade: registo das respostas a esta questão num suporte único, recorrendo ao uso da cor para distinguir as respostas de cada uma (5)

Questão: O que mudaria na alimentação da vossa família se tivessem mais dinheiro para gastar?

Atividade: registo conjunto das respostas à questão (5)

(15/20 min)

Fazer um resumo do que foi tratado na sessão anterior e apresentar os materiais desenvolvidos.

De novo perguntar a opinião sobre as atividades desenvolvidas até agora. De que valeram para elas? O que fariam diferente? Como é possível melhorar? Demasiado tempo para as tarefas? Demasiado tempo a trabalharem só comigo? Qual o valor dos cenários para elas, revêem-se? Compreendem melhor as realidades das restantes participantes?

[Grupo Focal 2]

(continuação...)

3. TRANSITION (10)

Atividade: após a apresentação da matriz BOSa com as respostas das participantes (do questionário) utilizando códigos de cor, sublinhar e/ou acrescentar aqueles que são verdadeiros/importantes para si

4. KEY (15/20)

Questões: Relacionado com estes assuntos que falamos,

(i) gostava de saber mais sobre...

(ii) posso ensinar como faço...

(iii) posso ajudar a...

(iv) gostava de ter ajuda a...

Atividade: registar respostas num suporte conjunto

Questão: Gostavam de convidar alguém para vir falar connosco? Quem, por exemplo?

5. ENDING (60)

Questões: Como vamos descobrir mais informações relacionadas com estes assuntos que temos vindo a falar entre nós, agora com as pessoas do Lagarteiro?

O que queremos saber? (ex. dificuldades, pontos positivos, pontos negativos, menus, lista de compras,...)

Como vamos saber? Acham que podíamos usar algum método dos que utilizamos? (ex. questionário? Quem pergunta e quem escreve? Cenário? Como podia ser uma coisa rápido de fazer e no momento? Outro?)

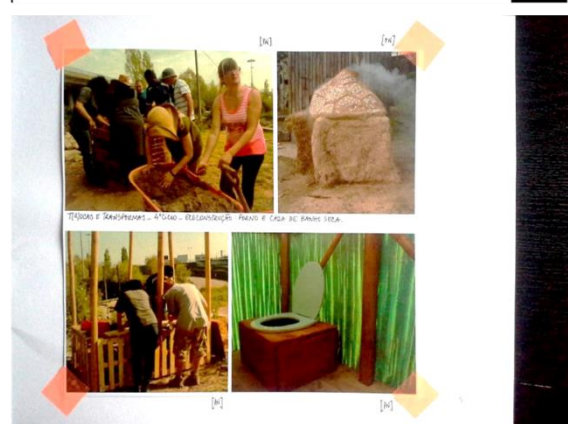
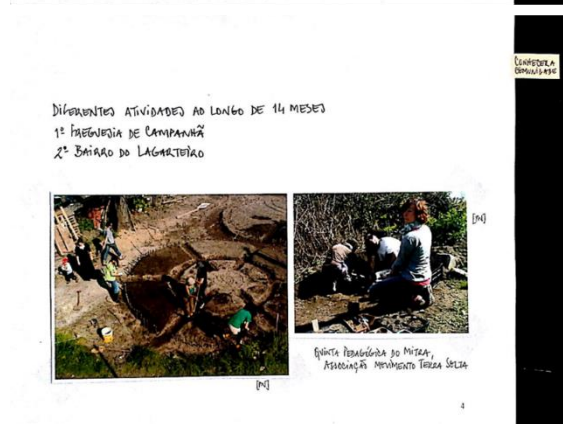
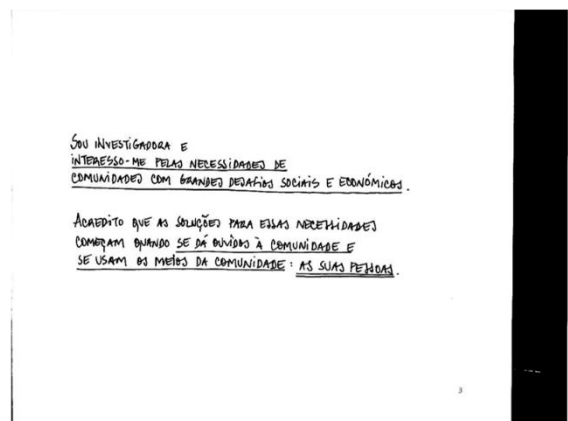
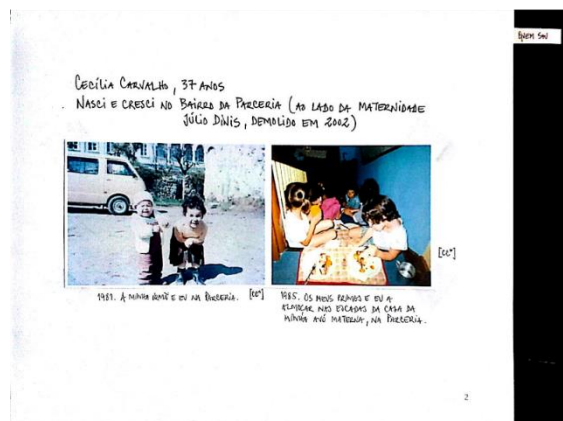
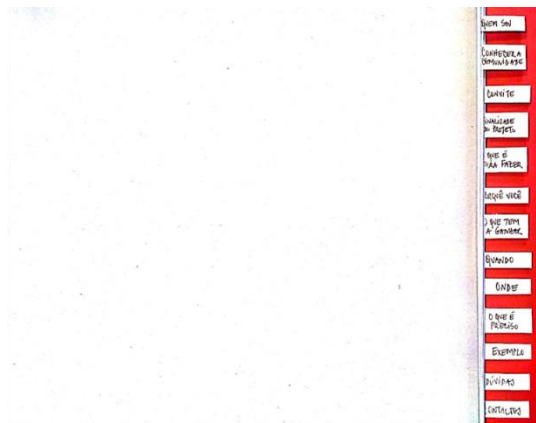
O que podemos usar? Como vamos escolher as pessoas com quem vamos falar? Podemos pedir ajuda a alguém?

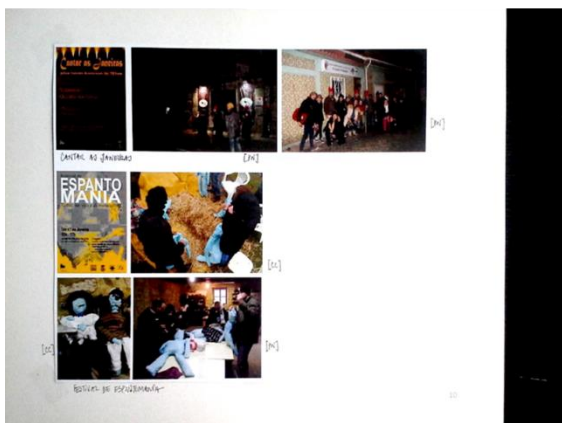
Atividade: tomar notas e desenvolver ideias para ajudar na consulta à comunidade

VII. Categorias de análise das sessões dos grupos focais 1 e 2

Processual (relativas à participação)	
Apropriação	... dos materiais disponibilizados, do processo de representação
Contacto/comparência	Assiduidade, disponibilidade, faltas, tentativas de encontro/contacto, (não) comparência
Curiosidade/motivação/iniciativa	Razões para participar, curiosidade e questionamento, liderança
Gestão emocional da investigadora	Valorização/reconhecimento de atos, elogios, dar atenção a desabafos, reforços positivos, humor, apelo à compreensão, contar coisas pessoais, ajudar em atividades que não concernem o projeto
Identidade e representação	Identificação com..., brio, pertença
Incentivo à ação/conversa	Provocações, relatos opostos
Processo/método	Objetivos da atividade, descrição da atividade realizada, explicação da atividade/ferramenta, informações sobre uma fase do projeto ou projeto em geral
Receio de errar dos participantes	Erros ortográficos, fazer má figura ou ter vergonha, necessidade de aprovação, hesitações
Reflexão em ação	Improviso, reação ao inesperado, consciência instantânea da concretização de expectativas
Reflexão sobre a ação	Reflexões posteriores
Registo audiovisual	Reações/comentários relativos ao registo audiovisual
Temática (alimentação equilibrada e gestão de orçamento familiar)	
“alimentação equilibrada”	Definição ou entendimento pessoal sobre o conceito
Hábitos alimentares	Descrição de rotinas e costumes alimentares
Hábitos de compra	Descrição de rotinas e costumes na aquisição de produtos alimentares
Implicações com dinheiro	Ideias ou atitudes influenciadas por questões monetárias
Implicações com distância	Ideias ou atitudes influenciadas pela distância do bairro ao centro da cidade
Implicações com saúde	Ideias ou atitudes influenciadas por questões de saúde
Perceção erros de outros	Crítica a terceiros
Perceção erros próprios	Autocrítica
Tomada de posição	Comparações, pontos de vista, opinião, chamada de atenção aos presentes
Vontade/resistência à mudança	Relatos de situações que aconteceram, antevisão de situação

VIII. Livro de histórias





CONTINUARÁ PARA QUE A COMUNIDADE DO LAGARTEIRO SE ENVOLVA NA DISCUSSÃO E PROCURA DE SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS DA ALIMENTAÇÃO QUE TEM VINDO A FLORES COM A CRISE ECONÓMICA.



Formulário de Registo

16

"ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA E POUANÇA FAMILIAR" SÃO ASSUNTOS IMPORTANTES E UM DEFIJO NO LAGARTEIRO?

JUNTOS VAMOS TENTAR DESECOBRIR COMO É POSSÍVEL MELHORAR, EXPERIMENTAR FAZER COISAS DE MANEIRAS DIFERENTES DAS HABITUAIS, TENTAR CHEGAR A UM RESULTADO QUE SEJA POSITIVO PARA CADA 1 DOS PARTICIPANTES, PARA O GRUPO E PARA A COMUNIDADE.

17

O QUE É PARA FAZER ?

ESTE PROJECTO IÁ SE ENVOLVER-SE:

- COM A PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS DO LAGARTEIRO,
- LEVÁ-LAS A TOMAR DECISÕES E
- AGIR SOBRE OS ASSUNTOS QUE LHEZ DITAM RESPEITO.

UM FUTURO MELHOR PARA AS PESSOAS VÓ SERÁ CONSTRUÍDO, SE FOR COM AS PRÓPRIAS PESSOAS.

O que é Para Fazer

18

FASES DE TRABALHO

- 1 "A MINHA HISTÓRIA: HÁBITOS ALIMENTARES, VONTADES E DEFIJOS"
- 2 "AS NOSSAS HISTÓRIAS: SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS E DEFIJOS"
- 3 "A NOSSA COMUNIDADE: DEFIJOS E POSSIBILIDADES"
- 4 "CONQUISTAS PARA A COMUNIDADE: QUEM PROCURA ACHA"

19

ESCOLHI FAJAR CONSIGO PORQUE...

TIVE A OPORTUNIDADE DE A CONHECER (ALGUMAS PESSOAS MAIS QUE OUTRAS) E PERCEBI QUE PODIA SER UMA ÓTIMA COLABORADORA:

- + PELA SUA ENERGIA, DEDICAÇÃO, RESPONSABILIDADE, ...
- + PELO CONHECIMENTO QUE TEM DA SUA VIDA PESSOAL, FAMILIAR E COMUNITÁRIA.

Porque não

20

BENEFÍCIOS:

- + OPORTUNIDADE DE SE FAZER OUVIR
- + TRABALHAR EM GRUPO PARA BEM COMUM
- + APRENDER, DESECOBRIR OU PARTILHAR CAPACIDADES
- + CONTRIBUIR PARA UMA MUDANÇA POSITIVA NA SUA VIDA E NA SUA COMUNIDADE
- + DIVERTIR-SE ENQUANTO FAZ ALGO COM UM PROPÓSITO SÉRIO

O que tem a ganhar

21

CALENDÁRIO

ENTRE MAIO E DEZEMBRO DE 2015 SERÃO REALIZADAS TODAS AS ATIVIDADES PREVISTAS.

MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO
3 x 3h	4 x 3h	5 x 3h	-
SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
3 x 3h	4 x 3h	4 x 3h	...

* 3h = 1 MOMENTO DE TRABALHO

Quando

22

LOCAL:

VAMOS TENTAR TRABALHAR SEMPRE O MAIS PRÓXIMO POSSÍVEL DO LAGARTEIRO, DAS VOSSAS CASAS, FILHOS, FAMÍLIAS, PARA NÃO ATRAPALHAR A VOSSA VIDA DIÁRIA.

Onde

23

MOTIVAÇÃO

UM POUCO QUE SEJA E LIGO SE VÊ SE O TRABALHO QUE FAZEMOS NOS CONTINUA A MOTIVAR

DISPONIBILIDADE

TAMBÉM VAMOS TER QUE NOS ADAPTAR AOS NOSSOS HORÁRIOS E AFAZERES

SER CRÍTICO

DIZER O QUE SE PENSA E TENTAR QUE ISSO SIRVA PARA SE FAZER MELHOR

24



TUNÍSIA DO PARAGUAI DO PRATO NA TUNÍSIA, 1995

PROCESSO SAAL (1974-76)

MORADORES (EM COMISSÃO/ASSOCIAÇÃO) PARTICIPARAM EM TODAS AS FASES DO PROCESSO, INCLUSIVE NA DISCUSSÃO DA FORMA E UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PRIVADOS E COMUNS.

USARAM LENÇÓIS E TÍJOLIS PARA REPRESENTAR OS ESPAÇOS PARA OS MORADORES QUE NÃO COMPREENDIAM PROJETOS COMPLICADOS DE ARQUITETURA.

25



EXPOSIÇÃO SOBRE BARRIOS SAAL, SÃO PAULO, 1976-77

[VA]

26

aceita?!

28

QUELHEM QUE TENHA SIDO A SUA RESPOSTA...

OBRIÇADA PELA SUA ATENÇÃO!

Cecilia



[AC]

29

AUTORES DAS IMAGENS:

- [AI] ARNHEIM LANTIERE
- [CC], [CC*] CECILIA CARVALHO, FAMILIA*
- [FN] PATRÍCIA COSTA NETO
- [RB] RITA MALDONADO BRANDÃO

92 045 2844

cecilia.parceria@gmail.com

UPORTO

UPORTO

UPORTO

universidade de aveiro

30

[LUTA_20]

Sozinhos, pouco
podemos fazer.
Juntos, podemos
fazer muito.

Robert Kellner

IX. Folheto explicativo do projeto proposto à população (com atualizações das tarefas realizadas)



Olá,

Chamo-me Cecília Carvalho e tenho 37 anos. Nasci e cresci no Bairro da Parceria (ao lado da Maternidade Júlio Dinis, demolido em 2002). Sou investigadora e interesso-me pelas necessidades de comunidades com desafios sociais e económicos. Acredito que as soluções para essas necessidades começam quando se dá ouvidos à comunidade e se usam os meios da comunidade: as suas pessoas.

O que lhe venho pedir é que inicie comigo uma 'experiência' no Lagarteiro, um bairro que não é meu, mas é seu.

O QUE LHE QUERO PEDIR?

Colaboração num projeto dirigido à sua comunidade (Bairro do Lagarteiro). Este projeto pretende desenvolver-se com a participação das pessoas da comunidade, levá-las a tomar decisões e agir sobre os assuntos que lhes dizem respeito. Um futuro melhor deve ser construído **para e com** as pessoas da comunidade.

PORQUÊ VOCÊ?

Porque tive oportunidade de a conhecer (algumas pessoas mais que outras) e de perceber que podia ser uma ótima colaboradora (pela energia, dedicação, responsabilidade, ...).

Tema

ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA E POUPANÇA FAMILIAR

O QUE TEM PARA DAR?

O conhecimento que tem da sua experiência de vida pessoal e com a sua comunidade.

O QUE PODE GANHAR?

- + Oportunidade de se fazer ouvir
- + Trabalhar em grupo para bem comum
- + Aprender, descobrir ou partilhar capacidades
- + Contribuir para uma mudança positiva na sua vida e na sua comunidade
- + Divertir-se enquanto faz algo com um propósito sério

O QUE VAMOS FAZER?

Vamos explorar o tema "alimentação equilibrada e poupança familiar". Espero que concorde que se trata de um assunto importante e que tenha algo a dizer. Juntos vamos tentar descobrir como é possível melhorar. Vamos experimentar fazer coisas de maneiras diferentes das habituais, para tentar chegar a um resultado que possa ser positivo para cada um dos participantes, para o grupo e para a comunidade.

ONDE?

Vamos tentar trabalhar sempre o mais próximo possível do Lagarteiro, das vossas casas, filhos, famílias, para não atrapalhar a vossa vida diária.

QUANDO?

Entre 1 de Maio e 31 de Dezembro de 2015 serão realizadas todas as atividades previstas. Depois disso, depende de vocês quererem ou não continuar.¹

O QUE É PRECISO?

Motivação (um pouco que seja e logo se vê se o trabalho que fazemos vos continua a motivar).

Disponibilidade (vamos ter que nos adaptar aos vossos horários e afazeres).

Ser crítico (dizer o que se pensa e tentar que isso sirva para se fazer melhor).

ATIVIDADES REALIZADAS

MAIO 2015

- 1 | Convite e formalização da colaboração do primeiro grupo de pessoas da comunidade.
- 2 | Aplicação de questionário e conversa individual sobre os hábitos alimentares e de compra de cada agregado familiar.
- 3 | Entrevistas a agentes externos que trabalham com a comunidade.

JUNHO 2015

- 4 | Oficinas individuais de construção de cenários (narrativas familiares a partir das informações recolhidas em questionário).
- 5 | Primeira sessão de grupo focal com apresentação dos cenários individuais e desenvolvimento de outras representações visuais sobre os hábitos das participantes e seus agregados (e.g. mapeamento dos locais de compra habituais).
- 6 | Entrevistas a agentes externos que trabalham com a comunidade.

AGOSTO 2015

- 7 | Feedback às participantes sobre a sua colaboração, reforço dos pontos positivos de cada uma, fotografias dos cenários desenvolvidos e solicitação de recomeço de trabalhos.

SETEMBRO 2015

- 8 | Segunda sessão de grupo focal:
 - a) Desenvolvimento da discussão em torno da necessidade sentida de apoios para ultrapassar os problemas relacionados com a alimentação e/ou gestão de orçamento familiar.
 - b) Discussão sobre a forma como se pode consultar os restantes agregados da comunidade para compreender quais são os seus desafios, semelhanças e diferenças em relação ao que foi discutido até agora.

OUTUBRO 2015

- 9 | Sessão de trabalho de grupo para desenvolvimento de questionário a aplicar na comunidade.
- 10 | Materialização e testagem do questionário.

NOVEMBRO 2015 – JANEIRO 2016

- 11 | Aplicação do questionário aos agregados da comunidade pelas participantes e investigadora.

FEVEREIRO – AGOSTO 2016

- 12 | Entrevistas a agentes externos que trabalham com a comunidade.
- 13 | Tratamento de informação e preparação de materiais para:
 - a) Feedback à comunidade e agentes externos envolvidos
 - b) Sessão comunitária.
- 14 | Convite à participação na sessão comunitária dos habitantes do bairro, agentes externos, especialistas, facilitadores, observadores e representantes do poder local.

17 SETEMBRO 2016 (próxima atividade e fim de ciclo de trabalhos)

- 15 | "Conquistas para a comunidade: quem procura acha"

Sessão comunitária no Bairro do Lagarteiro, com aplicação de métodos e ferramentas do Design para facilitar:

 - a) Participação ativa das pessoas da comunidade do Lagarteiro
 - b) Articulação dos e com os agentes externos, especialistas e representantes do poder local
 - c) Desenvolvimento de orientações para agenda local em torno do tema da alimentação equilibrada, gestão de orçamento familiar.

Sozinhos, pouco podemos fazer. Juntos, podemos fazer muito.

Helen Keller

Se tiver dúvidas, contacte-me:
96 162 1264
cecilia.parceria@gmail.com / cceccilia@gmail.com






¹Os prazos de desenvolvimento do projeto sofreram alterações ao longo do tempo, daí não coincidirem com o inicialmente proposto

X. Co-questionário e sugestões de melhoria

[a vermelho estão assinaladas as propostas de melhoria apuradas durante a aplicação do co-questionário]

1/4

"VAMOS FALAR DE COMIDA" QUESTIONÁRIO - LAGARTEIRO

NOME _____ IDADE _____ SEXO: M <input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> ESCLARIDADE _____ OCUPAÇÃO _____ FAZ AS COMPRAS <input type="checkbox"/> COZINHA <input type="checkbox"/> Refeições: PA LM A LT J C À SEMANA <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> FIM DE SEMANA <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	NOME _____ IDADE _____ SEXO: M <input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> ESCLARIDADE _____ OCUPAÇÃO _____ FAZ AS COMPRAS <input type="checkbox"/> COZINHA <input type="checkbox"/> Refeições: PA LM A LT J C À SEMANA <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> FIM DE SEMANA <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	NOME _____ IDADE _____ SEXO: M <input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> ESCLARIDADE _____ OCUPAÇÃO _____ FAZ AS COMPRAS <input type="checkbox"/> COZINHA <input type="checkbox"/> Refeições: PA LM A LT J C À SEMANA <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> FIM DE SEMANA <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
NOME _____ IDADE _____ SEXO: M <input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> ESCLARIDADE _____ OCUPAÇÃO _____ FAZ AS COMPRAS <input type="checkbox"/> COZINHA <input type="checkbox"/> Refeições: PA LM A LT J C À SEMANA <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> FIM DE SEMANA <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	NOME _____ IDADE _____ SEXO: M <input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> ESCLARIDADE _____ OCUPAÇÃO _____ FAZ AS COMPRAS <input type="checkbox"/> COZINHA <input type="checkbox"/> Refeições: PA LM A LT J C À SEMANA <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> FIM DE SEMANA <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	NOME _____ IDADE _____ SEXO: M <input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> ESCLARIDADE _____ OCUPAÇÃO _____ FAZ AS COMPRAS <input type="checkbox"/> COZINHA <input type="checkbox"/> Refeições: PA LM A LT J C À SEMANA <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> FIM DE SEMANA <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>
NOME _____ IDADE _____ SEXO: M <input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> ESCLARIDADE _____ OCUPAÇÃO _____ FAZ AS COMPRAS <input type="checkbox"/> COZINHA <input type="checkbox"/> Refeições: PA LM A LT J C À SEMANA <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> FIM DE SEMANA <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	NOME _____ IDADE _____ SEXO: M <input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> ESCLARIDADE _____ OCUPAÇÃO _____ FAZ AS COMPRAS <input type="checkbox"/> COZINHA <input type="checkbox"/> Refeições: PA LM A LT J C À SEMANA <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> FIM DE SEMANA <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>	NOME _____ IDADE _____ SEXO: M <input type="checkbox"/> H <input type="checkbox"/> ESCLARIDADE _____ OCUPAÇÃO _____ FAZ AS COMPRAS <input type="checkbox"/> COZINHA <input type="checkbox"/> Refeições: PA LM A LT J C À SEMANA <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> FIM DE SEMANA <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>

ALGUMAS RESPOSTAS INCOMPATÍVEIS "PQ AS RESPOSTAS RESPONDERAM O R COMEM NO - DIGA UMA DAS SUAS COMIDAS PREFERIDAS. GERAL OUTRAS XAENAS AS RESPOSTAS

→ ALGUMAS RESPOSTAS DÃO APENAS AS SUAS E OUTRAS DO ALMOÇO FEITO EM CASA

GOSTA DE COZINHAR? ~~EXPERIÊNCIA~~ USADAS NAS RESPOSTAS SÃO MAIS RICAS (QD AMADADO) DO Q SIM, NÃO, + OU - EM TODO O QUESTIONÁRIO ISTO ACONTECE, MAS SÓ EU TOMEI NOTA... SE FOSSE GRAVADA? MENU PARA UM DIA ESPECIAL

PEQUENO ALMOÇO → DE TINTA O TRABALHO DA TRANSCRIÇÃO
EMBAIRA PUDERAM SER PARCIAIS E IRÁ ACERTAR
MAIS TRABALHO...

LANCHE DA MANHÃ

ALMOÇO

LANCHE DA TARDE

JANTAR

CEIA

2 MENUS PARA UM DIA NORMAL

	P.A.	
	L.M.	
	A.	
	L.T.	
	J.	
	C.	

ONDE É QUE A SUA FAMÍLIA
~~DE~~ COSTUMA FAZER AS ~~SUAS~~ COMPRAS (ALIMENTAÇÃO)?

QUANTO ~~COSTUMA~~ ^{É QUA} GASTAR ~~POR MÊS~~ NA ~~SUA~~ ALIMENTAÇÃO? ~~DA SUA FAMÍLIA?~~ ±

QUAIS SÃO AS TAREFAS MAIS DIFÍCEIS PARA QUEM TRATA DA ALIMENTAÇÃO ~~DA SUA FAMÍLIA?~~ EM SUA CASA?

-COISAS POSITIVAS-

NA
ALIMENTAÇÃO
DA SUA
FAMÍLIA

-COISAS NEGATIVAS-

O QUE É PARA SI UMA "ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA"? _____

NA SUA OPINIÃO, A SUA FAMÍLIA FAZ UMA "ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA"?

☐ SIM.

☐ NÃO. PORQUÊ? _____

☐ MAIS OU MENOS. PORQUÊ? _____

GOSTARIA DE MUDAR A ALIMENTAÇÃO DA SUA FAMÍLIA?

☒ SIM. } EM QUÊ?

☒ TALVEZ.

☒ NÃO.

ESSAS RESPOSTAS
NÃO FAZEM SENTIDO
E MTO RESPONDENDO
LOGO NÃO. FIZ A
EXPERIÊNCIA DE LHEO
APRESENTAR A ESCOLHA
MÚLTIPLA E A MARCA
ACABOU POR APRESENTAR
ALGUMA COISA
Q GOSTARIA DE
MUDAR.

☐ COMER A HORAS

☐ MAIS FRUTA

☐ COMER MAIS VEZES

☐ MAIS PEIXE

☐ COMER MENOS VEZES

☐ MAIS ÁGUA

☐ COMER MAIS QUANTIDADE

☐ MAIS FIBRAS

☐ COMER MENOS QUANTIDADE

☐ MENOS AÇÚCAR

☐ VARIAR MAIS

☐ MENOS SAL

☐ OUTRAS FORMAS
DE COZINHAR

☐ MENOS FRITOS

☐ MAIS LEGUMES

☐ MENOS SUMOS

☐ MAIS SOPA

☐ MENOS GORDURAS

OUTROS _____

☒ NADA

SE TIVESSE MAIS DINHEIRO, O QUE MUDAVA NA ALIMENTAÇÃO
DA SUA FAMÍLIA? _____

OBRIGADA!

O QUE É O PROJETO?

É UMA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA COM O OBJETIVO DE Pôr AS PESSOAS DO LAGARTEIRO A COLABORAREM NA PROCURA DE SOLUÇÕES PARA AS SUAS PRÓPRIAS NECESSIDADES E/OU DESEJOS.

A "ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA E POUANÇA FAMILIAR" É O TEMA DESTE PROJETO. PORQUE É UM ASSUNTO IMPORTANTE E UM DESAFIO SENTIDO NO LAGARTEIRO (E NÃO SÓ!).

PORQUE A ALIMENTAÇÃO E A POUANÇA SÃO ASSUNTOS QUE AFETAM TODOS, TODOS TEMOS ALGO A DIZER E TODOS PODEMOS CONTRIBUIR. O LEMA É: "SOZINHOS, POUCO PODEMOS FAZER. JUNTOS, PODEMOS FAZER MUITO."

O QUE ESTAMOS A FAZER?

ESTAMOS A EXPERIMENTAR FAZER COISAS DE MANEIRA DIFERENTE DO HABITUAL.

COMEÇAMOS POR CONTAR COMO É A ALIMENTAÇÃO DA NOSSA FAMÍLIA.

AGORA QUERÍAMOS SABER COMO É NAS OUTRAS FAMÍLIAS DO LAGARTEIRO.

DEPOIS VAMOS DECIDIR QUAIS OS PROBLEMAS DA COMUNIDADE QUE VAMOS TENTAR MELHORAR.

QUEREMOS UM RESULTADO (MESMO QUE PEQUENINO) QUE SEJA BOM PARA TODOS.

O QUE TEM PARA DAR?

O CONHECIMENTO QUE TEM DA SUA EXPERIÊNCIA PESSOAL E DO LAGARTEIRO.

O QUE PODE GANHAR?

- + OPORTUNIDADE DE SE FAZER OUVIR;
- + TRABALHAR EM GRUPO PARA BEM COMUM
- + APRENDER, DESCOBRIR OU PARTILHAR SABERES
- + CONTRIBUIR PARA 1 MUDANÇA POSITIVA
- + DIVERTIR-SE ENQUANTO FAZ ALGO SÉRIO

QUEM ^{JÁ} ESTÁ A PARTICIPAR?

COORDENAÇÃO: CECÍLIA CARVALHO
(ESTUDANTE UNIV. PÉLO)

HABITANTES LAGARTEIRO E ARREDORES:
ANABELA VIEIRA, ANA LÚCIA LEL
CASTRE, NAIDE SILVA, JULIANA
ROCHA, CATARINA FARIA, CÁTIA
CONCALVES, LARA, ISABEL FER
REIRA, ANDRÉ SILVA, RITA GW
CALVES, BRUNO LENCASSTRE,
BRUNA LENCASSTRE, SÉRGIO NO
GUEIRA, CONCEIÇÃO FERNANDES.

COLABORADORES EXTERNOS:
DR. JOSÉ ANTÓNIO PINTO (AM. SOCIAL);
IVO GARCIA (NUTRICIONISTA);
DR. MANUEL BAZEIRO MAGA -
LARES (COORD. UNIDADE SAÚDE DE
AÇEVEDO);
PAUL. PLANTILIA (COORD. EBI LA-
GARTEIRO);
LÉA OLIVEIRA (COORD. PROJ. LAGA-
TEIRO E O MUNDO);
ROSA VIEIRA (COORD. PROJ. NOR-
TE VIDA);
ENG. NUNO SOARES (COORD. PROJ.
DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR LOREJA
S. PEDRO);
SA. JOÃO (COMERCIANTE);
PATÁCIA COSTA NETO (DINAMIZA-
DORA COMUNITÁRIA);
D. ALBINA (COLABORADORA DA
JUNTA DE FREGUESIA DE CAMOÁ
NHA);
JUNTA DE FREGUESIA DE CAMOÁ
NHA.

GOSTARIA DE...

- ☐ PARTICIPAR
- ☐ SABER MAIS SOBRE PROJETO
- ☐ NÃO TENHO INTERESSE

NOME E CONTACTO(S)

TEL. _____

@ _____

XI. Diretrizes para tratamento de dados do co-questionário

Para salvaguardar a anonimidade dos inquiridos, os questionários foram numerados. Depois procedeu-se a uma verificação se os campos estavam todos preenchidos e aqueles que apresentavam falta de informação foram devolvidos à respetiva inquiridora para correção. Depois da receção definitiva dos 45 questionários, seis foram descartados por não estarem em conformidade com um de dois motivos: ou por não se tratar de um agregado morador no bairro ou por apresentar demasiados campos sem resposta. Trinta e nove questionários formam a base desta análise.

Foi necessário proceder ao agrupamento de algumas respostas que se consideraram equiparáveis⁹², assim como à definição de classes de respostas, como fchas etárias e fchas geracionais.

Os conjuntos de resposta foram definidos segundo as seguintes variáveis:

A. Caracterização sociodemográfica dos elementos de cada agregado: Grau de parentesco; Idade e Fchas etárias; Sexo; Escolaridade; Ocupação; Número de pessoas e Composição do agregado; Fchas geracionais.

B. Hábitos alimentares e de compra: Faz as compras (para a alimentação do agregado); Cozinha (para o agregado); Refeições que faz à semana e ao fim de semana; Comidas preferidas*; Gosto por cozinhar*; Menus (1 para dia especial e 2 para dias normais); Locais habituais de compra para alimentação; Gasto médio mensal em alimentação por agregado e por pessoa; Tarefas difíceis para o(s) responsável(is) pela alimentação; Pontos positivos e Pontos negativos na alimentação da família; Conceito de “alimentação equilibrada”; Conformidade dos hábitos do agregado com os critérios de “alimentação equilibrada”; Mudanças desejadas para alimentação da família; Mudanças previstas na alimentação do agregado se houvesse aumento do orçamento disponível.

C. Interesse pelo projeto: Interesse em participar no projeto; Interesse em saber mais sobre o projeto; Desinteresse pelo projeto; Nome; Número de telemóvel; Email.

⁹² Exemplo: alimentos de marca, alimentos mais caros e alimentos melhores, foram agrupados numa categoria única de resposta.

XII. Respostas transcritas dos co-questionários

Gosta de cozinhar?

Gosto... às vezes saturo-me, não é propriamente do cozinhar... mas de agradar a todos.

... tenho de ser eu!

Não. Não gosto de fogão!

Gosto... menos quando não sei o que fazer.

Quais as tarefas mais difíceis para quem trata da alimentação da sua família?

É não ter dinheiro... podíamos ir ao Pingo Doce, Minipreço (ficava mais barato).

Neste momento é tudo! Porque não posso! (acabou de fazer mastectomia)

Tenho que fazer! Esticar muito o dinheiro. Tem que ser muito apertadinho!

Quando não gostam do que faço e tenho que fazer outra coisa.

Ver o que vou fazer para logo. A mudança da moeda veio dar cabo de tudo. Agora nada faz bem, que tá tudo deteriorado!

Ser obrigada a fazer quando não lhe apetece.

Arranjar dinheiro. Estar desempregado.

Arranjar lulas, lavar a loiça e limpar a cozinha.

Coisas positivas na alimentação da sua família

São pouco esquisitos para comer.

É boa... irmãos unidos... mãe sempre com porta aberta para os filhos e vice-versa.

Tenta enviar lanche mais saudável para a escola e a escola também ajuda.

Faço bem tudo: tripas, cozido, ...

Comemos pouco e devagar. Mastigam bem. Comem várias vezes.

Filhos e marido gabam a cozinheira que têm em casa.

Não há.

O meu marido come de tudo e eu se me apetecer, acompanho.

Não passam fome! Às vezes faço sopa.

Coisas negativas na alimentação da sua família

Gostava de comer peixe ao almoço e à noite.

Salta refeições e come mais na refeição seguinte

Tão gulosa que eu sou!

Não come no Natal, Ano Novo e Páscoa. Não são bem alimentados (as médicas dizem que a senhora não está bem alimentada).

Não há dinheiro para comprar legumes que necessito para fazer um cozido como eu gosto.

Comidas de *McDonald's* (que agora não há porque não há dinheiro). Batatas fritas.

Não somos muito fãs de peixe.

Eu não como feijão. Os pequenos raramente comem carne e legumes.

Quando não comem.

A sua família faz uma alimentação equilibrada? Não, porquê?

Às vezes comem só carne de porco, em vez de variar com peixe, entre o almoço e o jantar.

O meu homem só quer panados, batatas fritas, cachorros, francesinhas...

Filhos não comem peixe, legumes e o mais novo nem fruta.

Falta dinheiro e comem mal.

Não gostam de algumas coisas: cogumelos, bacalhau...

Porque não gostamos de alguns alimentos (peixe e legumes) temos uma alimentação desequilibrada, porque cada alimento tem as proteínas, nutrientes que ajudam na nossa saúde.

Porque não ligamos a isso.

Na escola os filhos fazem.

Gostaria de mudar a alimentação da sua família? Em quê?

É melhor não, para não gastar mais dinheiro!

Sou muito lambareira e diabética!

O que é para si uma alimentação equilibrada?

A fruta e o peixe estão muito caros!

Nos dias de hoje, as pessoas não conseguem fazer uma alimentação saudável... comem o que têm... e às vezes o que não têm!

Se tivesse mais dinheiro o que mudava na alimentação da sua família?

Fazia pequeno-almoço 'à rico': sumo de laranja, em vez de café ou café com leite + fiambre e bolo de laranja, em vez de pão com manteiga

Comprar carinha sempre para estufar, assar.

Ai, consolava-me! Todas as semanas fazia assado: de picanha, costelinhas, xuxar uma cabeça de leitão...

A gente está tão habituada a viver pobre.

Comia uns bifinhos mais grossinhos. Uma picanhazinha.

Olhe... não é o caso do dinheiro. Mas podia comprar coisas melhores: leitão,...

Ter o frigorífico cheio: carnes, peixe, iogurtes, coisas para os meus filhos comerem... há coisas doces sem açúcar!

Cozinhava o filho com supervisão da mãe, em vez de dependerem da Obra Diocesana e da Arrimo.

Fazer coisas que me inovassem: fazer pratos que eu visse que me davam mais sustento para a minha vida, minha saúde.

... dava melhor alimentação às minhas filhas: comprava carne de melhor qualidade (que é mais cara), porque só compro frango, fêveras e assim...

Comprava coisas melhores: mais queijo, legumes diferentes, ...

Dava do bom e do melhor. Comprava comida mais saudável... não comprava a 1€ ou 1,5€ aquelas misérias do talho.

Comprava mais peixe... o peixe está caríssimo. Fazia refeições mais equilibradas, que a gente come o mais básico.

Comia fora todos os dias!

XIII. Dados sociodemográficos dos elementos dos 39 agregados dos inquiridos, segundo grau de parentesco em relação ao inquirido, idade, sexo, escolaridade e ocupação

Código agregado + nº de pessoas	Grau de parentesco	Idade	Sexo	Escolaridade	Ocupação
A3	eu	46	F	4	Não-ativo/a
	filho	13	M	5	Estudante
	filho	7	M	2	Estudante
B4	eu	23	M	12	Não-ativo/a
	mãe	45	F	4	Não-ativo/a
	pai	44	M	4	Não-ativo/a
	Compã nheira	21	F	12	Ativo/a
C2	eu	48	F	8	Doméstica
	filho	16	M	9	Estudante
D5	eu	51	F	4	Doméstica
	mãe	82	F	4	Reformado/ a
	irmão	61	M	4	Reformado/ a
	irmão	54	M	4	Não-ativo/a
	filho	23	M	6	Não-ativo/a
E1	eu	75	F	0	Reformado/ a
F5	eu	21	F	8	Não-ativo/a
	padrasto	52	M	9	Não-ativo/a
	mãe	50	F	6	Não-ativo/a
	irmão	25	M	6	Estudante
	cunhada	20	F	12	Não-ativo/a
G6	eu	40	F	4	Ativo/a
	neto	9M	M	0	Bebé
	marido	40	M	8	Ativo/a
	genro	22	M	12	Não-ativo/a
	filha	20	F	11	Não-ativo/a
	filha	5	F	pré	Estudante
H3	eu	49	F	9	Não-ativo/a
	filho	25	M	12	Não-ativo/a
	filha	17	F	10	Estudante
I5	eu	47	F	5	Doméstica
	mãe	87	F	4	Reformado/ a
	marido	37	M	9	Não-ativo/a
	filha	17	F	10	Estudante
	filha	10	F	5	Estudante
U2	eu	71	F	2	Reformado/ a
	filho	42	M	4	Não-ativo/a
V2	eu	74	F	4	Reformado/ a
	marido	75	M	4	Reformado/ a
W3	eu	47	F	4	Não-ativo/a
	filha	22	F	9	Estudante
	filha	15	F	7	Estudante
X4	eu	45	F	6	Não-ativo/a
	irmão	54	M	4	Não-ativo/a
	marido	42	M	6	Ativo/a
	filha	5	F	pré	Estudante
Y2	eu	59	M	4	Reformado/ a
	primo	50	M	4	Reformado/ a
Z6	eu	26	F	6	Não-ativo/a
	filha	4M	F	0	Bebé
	marido	30	M	6	Não-ativo/a
AA2	filha	10	F	5	Estudante
	filho	6	M	1	Estudante
	filho	4	M	pré	Estudante
	eu	52	F	6	Ativo/a
	filha	18	F	12	Estudante
AB2	eu	84	F	4	Reformado/ a
	filho	52	M	4	Não-ativo/a
	eu	38	F	3	Não-ativo/a
AC5	filha	7M	F	0	Bebé
	marido	43	M	4	Não-ativo/a
	filha	13	F	6	Estudante
	filha	7	F	2	Estudante
AD8	eu	47	M	6	Não-ativo/a
	esposa	44	F	4	Não-ativo/a
	filha	26	F	5	Não-ativo/a
	filha	21	F	5	Não-ativo/a
	genro	20	M	7	Não-ativo/a
	filho	16	M	7	Estudante

Código agregado + nº de pessoas	Grau de parentesco	Idade	Sexo	Escolaridade	Ocupação
J2	eu	55	F	2	Não-ativo/a
	marido	61	M	4	Não-ativo/a
K2	eu	71	F	0	Reformado/a
	filho	48	M	3	Não-ativo/a
L3	eu	30	F	12	Ativo/a
	marido	38	M	7	Não-ativo/a
L3	filha	7	F	1	Estudante
M5	eu	59	F	4	Reformado/a
	nora	44	F	9	Ativo/a
	filho	40	M	9	Ativo/a
	neto	18	M	6	Estudante
	neta	9	F	3	Estudante
N3	eu	85	F	12	Reformado/a
	filho	55	M	4	Não-ativo/a
	neta	27	F	12	Estudante
O1	eu	68	F	4	Reformado/a
P (3)	eu	57	F	5	Ativo/a
	filha	29	F	5	Não-ativo/a
	neto	5	M	pré	Estudante
Q6	eu	65	F	2	Reformado/a
	genro	46	M	11	Ativo/a
	filha	35	F	7	Não-ativo/a
	neta	13	F	7	Estudante
	neta	3	F	0	Bebé
	neto	1	M	0	Bebé
R3	eu	30	F	6	Ativo/a
	marido	33	M	4	Ativo/a
	filha	9	F	4	Estudante
S3	eu	43	F	1	Não-ativo/a
	filho	23	M	7	Não-ativo/a
	filho	15	M	5	Estudante
T5	eu	52	F	4	Doméstica
	marido	53	M	4	Ativo/a
	filha	18	F	10	Estudante
	filha	15	F	7	Estudante
	filho	12	M	6	Estudante

Código agregado + nº de pessoas	Grau de parentesco	Idade	Sexo	Escolaridade	Ocupação
	neto	7	M	1	Estudante
	neto	6	M	1	Estudante
AE3	eu	48	F	4	Não-ativo/a
	neta	3M	F	0	Bebé
	filha	19	F	6	Não-ativo/a
AF4	eu	47	F	4	Não-ativo/a
	filha	21	F	12	Estudante
	filha	18	F	10	Estudante
	filha	7	F	2	Estudante
AG 4	eu	40	F	4	Não-ativo/a
	marido	50	M	0	Não-ativo/a
	filho	13	M	5	Estudante
	filho	8	M	3	Estudante
AH5	eu	40	F	6	Ativo/a
	marido	41	M	6	Ativo/a
	filha	18	F	11	Estudante
	filho	12	M	6	Estudante
	filho	10	M	4	Estudante
	eu	57	F	4	Doméstica
AI6	marido	59	M	6	Ativo/a
	filho	26	M	7	Não-ativo/a
	nora	23	F	9	Não-ativo/a
	neta	21	F	9	Ativo/a
	neto	20	M	?	Não-ativo/a
	eu	68	F	3	Não-ativo/a
AJ5	marido	72	M	3	Não-ativo/a
	filha	42	F	?	Ativo/a
	filho	28	M	12	Ativo/a
	neto	21	F	12	Ativo/a
AK2	eu	24	F	6	Não-ativo/a
	filha	2	F	0	Bebé
AL3	eu	25	F	6	Não-ativo/a
	filha	6M	F	0	Bebé
	marido	30	M	12	Não-ativo/a
AM 1	eu	68	F	?	Não-ativo/a

não somos
fãs de
peixe.

... aí que
lambareira
que eu
sou!

Projeto comunitário no Lagarteiro 2014-2016
"ALIMENTAÇÃO EQUILIBRADA
E POUPANÇA FAMILIAR"

Comprava
coisas melhores
para os meus
filhos.

Comia fora
todos os
dias!!

Sessão comunitária

17 de Setembro de 2016 (sábado)
13h40-18h | Posto de atendimento
(Bl. 3, ent. 89, casa 21)

habitantes do Lagarteiro +
especialistas convidados
= equipas de trabalho

Venha participar!
Venha contribuir!

Programa Doutoral em Design da Universidade do Porto | Universidade do Porto | IDP, Instituto de Investigação em Design,
Media e Cultura | Universidade de Aveiro | Fundação para a Ciência e Tecnologia | Junta de Freguesia de Campanhã

XV. Convite aos agentes externos e especialistas para participação na sessão comunitária

Porto, 6 de Setembro de 2016

Cara(o)

O intuito desta carta é formalizar o convite que lhe dirijo para colaborar no próximo dia 17 de Setembro de 2016, numa sessão prática com a comunidade do Lagarteiro, dentro do tema “Alimentação equilibrada e gestão de orçamento familiar”.

Chamo-me Cecília Peixoto Carvalho e sou estudante de Doutoramento da Universidade do Porto na área do Design e Desenvolvimento Comunitário. Em 2014 comecei a trabalhar com a comunidade do Lagarteiro (Porto), altura em que decidi assumir este bairro de habitação social como foco do meu trabalho.

Através da proximidade e interação com esta população e agentes que a apoiam, constatei que a prática de uma alimentação equilibrada e a articulação com a gestão do orçamento familiar constituem um desafio difícil (às vezes impossível) de superar, acarretando repercussões negativas em diversos parâmetros da qualidade e princípios básicos de vida (como é o caso da saúde e educação). Por isso, este projeto desenvolveu-se em torno deste tema, partindo da premissa de que só através de um envolvimento efetivo da população na identificação, debate e procura de soluções, poderão resultar mudanças reais e sustentáveis.

O documento anexo a esta carta foi produzido no início desta intervenção e resume a proposta de participação apresentada à comunidade. Além disso, foi agora acrescentada uma síntese das atividades realizadas até ao momento, assim como aquela que será a última fase prática deste projeto, a sessão comunitária.

Para a concretização desta sessão, além participação dos habitantes do Lagarteiro, a participação de outros intervenientes com competências adquiridas pela formação e/ou experiência, como é o seu caso, serão fundamentais para o sucesso desta iniciativa.

Quanto aos benefícios que cada um pode obter através da sua participação, acho que cada um poderá refletir sobre as suas motivações individuais para aceitar este convite. Contudo, antevejo que para os especialistas que trabalham com esta comunidade, as melhorias alcançadas poderão constituir um facilitador ou promotor de uma maior eficiência no apoio que prestam à população. Para os especialistas que não atuam no Lagarteiro, esta experiência pode representar uma oportunidade para aplicar conhecimento e ideias, colaborar com especialistas de outras áreas e experienciar um modelo de participação que se pretende que seja replicável e adaptável a outros contextos e temáticas.

A sessão irá realizar-se no próximo dia 17 de Setembro de 2016, entre as 14h e as 18h, na Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico do Lagarteiro (a confirmar).

Se tiver dúvidas, por favor contacte-me por email ou por telefone.

Espero poder contar consigo. Aguardarei com expectativa a sua resposta.

Obrigada pela sua atenção.

Com os meus melhores cumprimentos,

Cecília Peixoto Carvalho

cceccillia@gmail.com | 96 162 1264



U. PORTO



universidade
de aveiro

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

XVI. Formulário de avaliação da sessão comunitária

Projeto “Alimentação equilibrada e gestão de orçamento familiar”

Avaliação da dinâmica Comunitária no Bairro do Lagarteiro de 17/09/2016

CRITÉRIO			Em que medida foi atingido ? →	Muito mal (=1)	Mal (=2)	Mais ou menos (=3)	Bem (=4)	Muito bem (=5)	Sem opinião (=0)
			Comentário ↓						
Objetivos da sessão	1	Aplicação de estratégias metodológicas e ferramentas do Design enquanto facilitadoras do processo participativo.		Média de 4,6.					
	2	Dar continuidade ao trabalho desenvolvido nas fases anteriores, através da sucessão coerente das atividades e das informações recolhidas até ao momento.		Média de 3,6. 2 pessoas sem opinião.					
	3	Alargamento da participação a mais pessoas da comunidade do Lagarteiro.		10% Média de respostas 2,3.					
	4	Articulação dos e com os agentes externos, especialistas e representantes do poder local.		Média de 4,3.					
	5	Desenvolvimento de orientações para uma agenda local em torno do tema da alimentação equilibrada e gestão de orçamento familiar.		Média de 4,4.					
Princípios de atuação	6	Todos devem falar e ninguém se deve sobrepor.		Média de 4,4.					
	7	Utilizar uma linguagem simples.		Média de 4,7.					
	8	Os habitantes além de serem ouvidos devem ter poder de decisão. As suas preocupações/necessidades/problemas devem ser priorizados/atendidos/considerados		Média de 3,7.					
	9	As soluções devem implicar esforços coletivos, i.e. o habitante do Lagarteiro não deve ser apenas o beneficiário da proposta.		Média de 4,2.					

	10	Deve ser promovida a proatividade, a mudança de atitude e/ou comportamento. Para tal, deverá ser útil descobrir os argumentos/razões/valores mais relevantes para a aceitação dessa mudança.		Média de 4,3.
	11	Privilegiar propostas que sejam pouco exigentes em relação a investimento financeiro, apresentem simplicidade de manutenção e flexibilidade suficiente para se adaptarem à flutuação do número de pessoas envolvidas e a alterações circunstanciais.		Média de 4,2.

Fase	Objetivo	Objetivo cumprido?				Orientações / ferramentas	Foi útil?				Observações
		Não (=1)	Mais ou menos	Sim (=3)	Sem opinião (=0)		Não (=1)	Mais ou menos	Sim (=3)	Sem opinião (=0)	
Início- juntos	Apresentação do projeto	Média de 2,6.				Exposição dos resultados desenvolvidos nas fases anteriores na sala maior	Média de 2,5.				
	Constituição das equipas multidisciplinares	Média de 3.				Designer, o secretário	10% Média de 2,6.				
						Sociólogo, o moderador	Média de 2,5.				
	Apresentação de desafio	10% Média de 2,3.				“famílias inspiração” (baseadas nos dados recolhidos em campo)	Média de 3.				
Fase 1 - equipas	Apresentação dos elementos de cada equipa	20% Média de 2,9.				Exercício quebra-gelo (recorte de folheto publicitário)	Média de 2,2.				
						Identificação dos elementos	10% Média de 2,7.				

			(etiqueta com nome)		
	“Família(s) inspiração”: identificação dos aspetos positivos e negativos na alimentação e gestão do orçamento familiar	10% Média de 2,9.	Todos os elementos participam e colaboram na tarefa	Média de 3.	
			Cada um dos aspetos identificados é registado individualmente num papel reciclado A7	Média de 2,3.	
			Sobre a mesa forrada com papel branco é desenhada uma escala e os aspetos ordenados do(s) mais positivo(s) para o(s) mais negativo(s)	10% Média de 2,8.	
Fase 2 - equipas	Ideias para atenuar ou resolver problemas identificados	10% Média de 3.	Todos os elementos colaboram na tarefa	10% Média de 2,7.	
			Nenhuma ideia é censurada/critica da à partida	Média de 2,6.	
			Todas as ideias são registadas individualmente num papel branco A6	10% Média de 2,8.	
			Breve discussão das ideias recolhidas	40% Média de 2,5.	
			Votação da melhor ideia: cada elemento da equipa tem 2 possibilidades de voto (autocolantes	10% Média de 2,9.	

			azuis); os elementos da comunidade têm 3 possibilidades de voto; podem concentrar os seus votos na mesma ideia; votação não é anónima.		
Fase 3 - equipas	Discussão e análise da viabilidade e implementação da ideia selecionada	60% Média de 3.	Todos os elementos colaboram na tarefa	Média de 2,5.	
			Critérios propostos: ideia-chave/nome; problema(s) abordado(s); recursos necessários: humanos, não-humanos, parcerias; observações	10% Média de 2,6.	
	Preparação para a comunicação da ideia	70% Média de 3.	Representação gráfica sobre painel de cortiça + cartões-conceito + material de papelaria disponível	Média de 2,5.	
Fim- todos juntos	Apresentação das propostas das equipas	60% Média de 3.	Um elemento da equipa disponibiliza-se para fazer a apresentação em poucos minutos (c. 2 min.)	Média de 2,7.	
	Feedback das propostas	70% Média de 3.	Breve discussão/colocação de dúvidas e comentários dos resultados atingidos	Média de 2,5.	

	Feedback geral sobre a sessão	70% Média de 2.	Conversa informal com os presentes sobre expectativas e primeiras impressões da sessão	Média de 2,3.	
	Lanche	70% Média de 2.	Água, café, chá, iogurtes líquidos, fruta (maçãs, nectarinas e bananas), bolachas água e sal, biscoitos doces e sandes de queijo e/ou fiambre.	Média de 2,4.	

Nome	Telm.	Email		
Está interessada(o) em manter participação/dar continuidade ao projeto?				
Dá-me autorização para disponibilizar o(s) seu(s) contacto(s) com os restantes participantes?	Não.	Sim, ambos.	Sim, mas apenas o telemóvel.	Sim, mas apenas o email.

Agradeço ainda outras observações ou sugestões que queira fazer.

**“Sozinhos, pouco podemos fazer.
Juntos, podemos fazer muito.”** (Helen Keller)

Obrigada pela vossa colaboração, entusiasmo e dedicação. Até breve!

Cecília Peixoto Carvalho | 96 162 1264 | cceccillia@gmail.com

